

CERCOS E RESISTÊNCIAS

POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

REGISTROS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

VEJA O MAPA

CONFIRMADOS

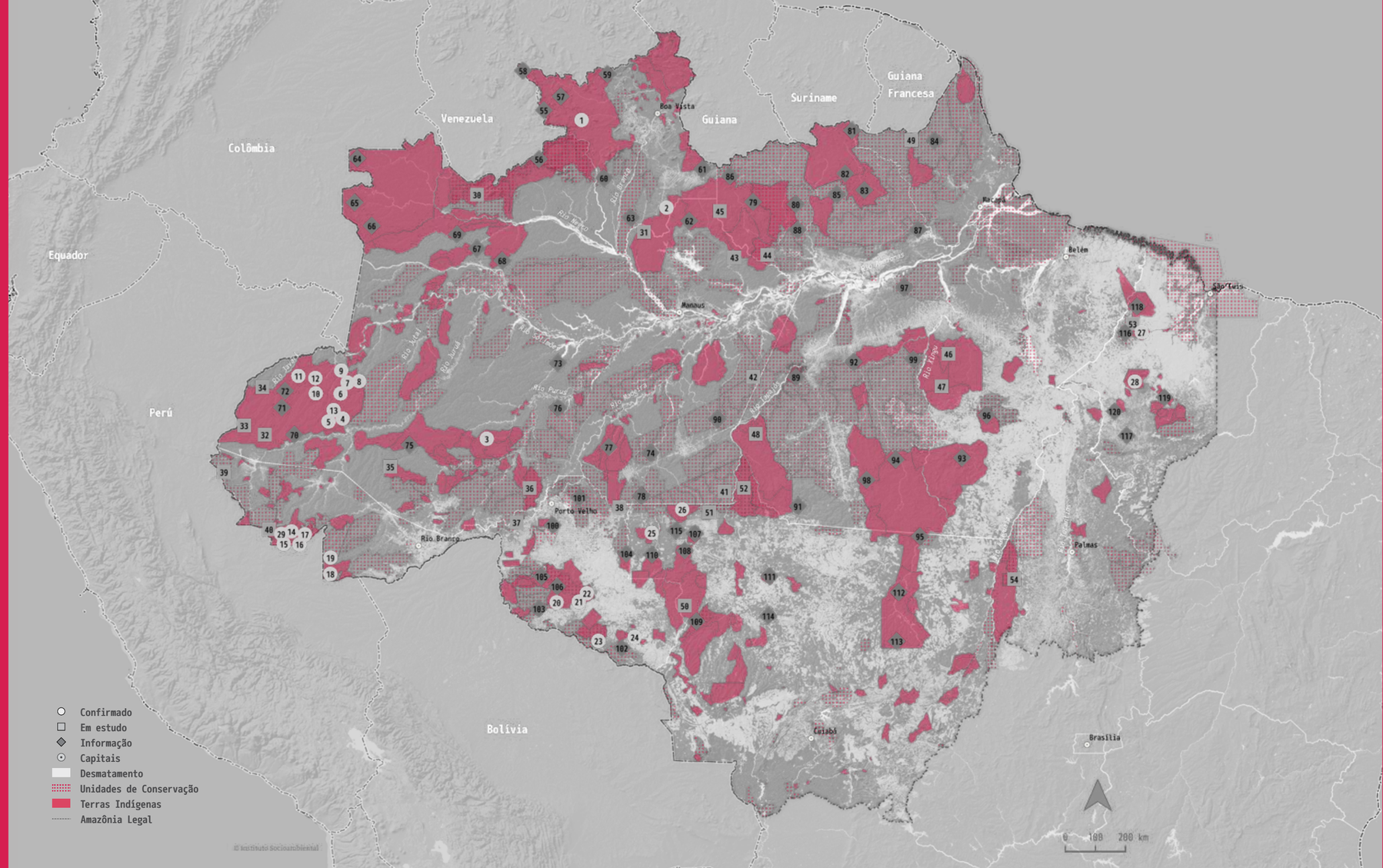
1. Serra da Estrutura
2. TI Piriti
3. Hi-Merimã
4. Igarapé Nauá
5. Rio Itaquaí
6. Igarapé Alerta
7. Igarapé Inferno
8. Rio Boia/Curuena
9. Igarapé Lambança
10. Rio Coari
11. Rio Quixito
12. Rio Esquerdo
13. Igarapé São José
14. Alto Rio Humaitá
15. Mashko do Rio Envira
16. Riozinho do Alto Envira
17. Rio Jaminawa
18. Mashko do Iaco
19. Mashko do Rio Chandless
20. Cautário
21. Bananeira
22. Kawahiva do Rio Muqui
23. Massaco
24. TI Tanaru
25. TI Piripkura
26. Kawahiva do rio Pardo
27. Igarapés Presidio e Juriti
28. TI Araribóia
29. Alto Tarauacá

EM ESTUDO

30. Baixo rio Cauaburis
31. Cabeceira do rio Camanaú
32. Igarapé Cravo
33. Igarapé Amburus
34. Igarapé Flecheira
35. Igarapé Maburrã
36. Katawixi
37. Rio Coti
38. Kaidjuwa
39. Igarapé Tapada
40. Igarapé Papavo
41. Alto rio Canumã
42. Rio Parauari
43. Baixo Jatapu/Oriente
44. Pitinga/ Nhamunda-Mapuera
45. Karapawyana
46. Igarapé Ipiaçava
47. Igarapé Bom Jardim
48. Alto Tapajós
49. Rio Amapari/Alto Oiapoque
50. Rio Tenente Marques
51. Igarapé Pacutinga
52. Pontal
53. Mão de Onça
54. Ilha do Bananal
55. Surucucu/Kataroa

INFORMAÇÃO

56. Parawa u
57. Surucucu/Watho u
58. Auaris/fronteira
59. Amajari
60. Rio Branquinho
61. Alto rio Jatapu
62. Médio Jatapu
63. Médio Macucuau
64. Igarapé Waranaçu
65. Rio Uaupés
66. Rio Cuririari
67. Igarapé do Natal
68. Igarapé Bafuanã
69. Rio Tea
70. Rio Pedra
71. Igarapé São Salvador
72. Igarapé Pedro Lopes
73. Urucum
74. Manicorezinho
75. Cabeceiras do rio Cuniuá
76. Rio Mucuim
77. Rio Maici
78. Igarapé Preto
79. Rio Cachorro/ Cachorrinho
80. Rio Kaxpakuru/ Igarapé Água fria
81. Akuriyó do rio Mataware/Alto Jari
82. Rio Citaré
83. Alto rio Ipitinga
84. Alto Rio Amapari
85. Alto Urucuriana/Alto Curuá/Alto Maicuru
86. Alto Rio Mapuera
87. Jari
88. Ponekuru/Acapu Baixo Água fria
89. Rio Jamanxim
90. Rio Abacaxis
91. Serra do Cachimbo
92. Riozinho do Anfrizio
93. Rio Fresco
94. Iriri Novo
95. Capot/Nhinore
96. Xikrin - Cateté
97. Kararaô
98. Pu'rô
99. Mossoró
100. Bom Futuro
101. Cachoeira do Remo
102. Rio Corumbiara
103. Baixo Cautário
104. Serra da Providência
105. Igarapé Oriente
106. Igarapé Tiradentes
107. Arara do Rio Branco
108. Médio Rio Branco
109. Rio Iquê
110. Norte da TI Zoró
111. Rio dos Peixes
112. Alto Xingu/
113. Alto Xingu/Curisevo
114. Arinos/Sangue
115. Igarapé Boca da Mata
116. Gurupi
117. Serra do Cipó
118. Igarapé Jararaca
119. Cana Brava
120. Rio Arraias



© Instituto Socioambiental

CERCOS E RESISTÊNCIAS
POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

ORGANIZAÇÃO FANY RICARDO E MAJOÍ FÁVERO GONGORA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL SÃO PAULO 2019 1ª EDIÇÃO

Em memória de Cari, ancião
do povo Tenharim, e de tantas
outras lideranças cujas trajetórias
de vida foram atravessadas pela
brutalidade e violência, tão
características do mundo
dos brancos, e que deixaram
um legado de sabedoria e luta
a seus descendentes.

SUMÁRIO

9 **Nenhum povo é uma ilha** Eduardo Viveiros de Castro

16 **Editorial** Fany Ricardo e Majoí Fávero Gongora

PARTE 1

20 **Um panorama sobre os povos indígenas isolados na Amazônia brasileira**
Equipe de edição

34 **Povos indígenas isolados oficialmente não (re)conhecidos pelo Estado brasileiro**
Fabrício Amorim

39 **Desafios da atenção à saúde dos povos isolados e de recente contato**
Douglas Rodrigues

48 **Ameaças futuras aos territórios dos povos isolados na Amazônia brasileira**
Antonio Oviedo, Britaldo Soares-Filho, William Pereira Lima, Tiago Moreira dos Santos, William Leles e Amanda Ribeiro

PARTE 2

YANOMAMI

63 **Moxihatëtëma: os Yanomami isolados da Serra da Estrutura**
Estêvão Benfica Senra e Bruce Albert

69 **"Eles nos protegem, assim como nós os protegemos**
Depoimento de Davi Kopenawa Yanomami

72 **"O que pode salvá-los é o posicionamento geográfico, estão no alto da Serra da Estrutura**
Entrevista com Anderson Vasconcellos

PIRITITI

79 **"A gente tira por nós": os Waimiri Atroari na proteção dos Pirititi**
Associação Comunitária Waimiri Atroari e Silvia de Melo Futada

86 **"Nós vamos lutar por esse índio isolado mesmo que o governo não dê valor**
Depoimento das lideranças kinja Ewepe Marcelo, Tuwadja Joanico, Dauna Elzon, Sanapyty Gerencio, Damixiri Renato, Waika Elinaldo, Wiribia Orêncio, Kraima Mário, Txawe Zacarias, Piana Cláudio, Meki Mércio, Kratxinji, Kabaha Aluzio, Parany Mateus, Tykwehna Fernando, Daitany Gilberto e Paulo Kabaha

90 **"Tantos os Waimiri Atroari quanto os Pirititi são sobreviventes**
Entrevista com Marcelo de Sousa Cavalcante

NORTE DO PARÁ

95 “Aqueles que não vemos mais”: memórias de contato e isolamento entre os Karíb no norte do Pará
Victor Alcantara e Silva

100 “Todos esses vestígios são indícios claros da presença de isolados na região
Entrevista com Fabio Nogueira Ribeiro

AWA GUAJÁ

107 Pelas Matas do rio Pindaré: imagens do isolamento Awa Guajá
Uirá Garcia

115 “Memórias do retorno de Itapirỹ e Marjuá à floresta
Depoimento de moradores da aldeia Tiracambu

119 “Esses índios estão ilhados
Entrevista com Bruno Lima

VALE DO JAVARI

125 Vale do Javari: território compartilhado por diversos povos contatados e isolados
Beto Marubo

132 Conflito, mediação e parentesco: as relações Matis-Funai-Korubo no Vale do Javari
Beatriz de Almeida Matos

138 Ameaçados pelo contágio: a precarização da vida no Vale do Javari
Paulo Kenampa Marubo e Silia Moan

145 Proteção em Risco
Conrado R. Octavio e Hilton S. Nascimento

151 “São povos que sempre estiveram em defesa da terra, da proteção do que é importante à vida
Depoimento de Gustavo Sena de Sousa

ACRE

157 Povos indígenas em isolamento voluntário na fronteira Brasil-Peru: dinâmicas territoriais e ameaças
José Frankneile de Melo Silva e Maria Luiza Penedo Ochoa

162 “Temos que protegê-los para eles viverem a vida deles em paz!
Depoimento de Manoel Jocemir de Paula Sabóia

164 “Somos figuras principais nesse país, porque protegemos a floresta
Depoimento de Adelsom de Paula Paulino

165 No limite da existência: o povo do Xinane
Laura Pérez Gil

170 O “povo desconfiado” na Terra Indígena Mamoadate
Lucas Artur Brasil Manchineri

174 O povo isolado Mashco no Brasil e os desafios de uma proteção integrada na fronteira com o Peru
Maria Emília Coelho

180 “Eram sobreviventes antes e são sobreviventes hoje
Entrevista com Willian Iafuri

183 Os povos isolados na fronteira Peru e Brasil, com foco na região de Madre de Dios
Glenn H. Shepard Jr. e Luis Felipe Torres

190 “Pelos direitos dos povos indígenas em isolamento na fronteira Peru-Brasil
Depoimento de Julio Cusurichi Palacios

ISOLADOS KAGWAHIVA NO SUL DA AMAZÔNIA

SUL DO AMAZONAS

196 O homem que falava cantando: um panorama da presença de povos indígenas kagwahiva em isolamento na bacia do rio Madeira
Karen Shiratori

205 “Um contato pode causar o extermínio de uma comunidade inteira
Entrevista com Daniel Cangussu

TERRA INDÍGENA KAWAHIVA DO RIO PARDO

212 Isolados kagwahiva resistem ao cerco do desmatamento no Mato Grosso
Victoria Franco

TERRA INDÍGENA PIRIPKURA

217 Na outra margem do rio Roosevelt
Equipe de edição

TERRA INDÍGENA URU-EU-WAU-WAU

223 Na mira do “progresso”: grupos kagwahiva isolados e contatados lutam para existir
Clara Roman

ISOLADO NA TERRA INDÍGENA TANARU

233 Um homem contra o fim de um mundo
Victoria Franco

235 “A área em que o índio vive é uma ilha
Depoimento de Altair Algayer

240 Lista de siglas

242 Referências bibliográficas

252 Créditos de imagens

NENHUM POVO É UMA ILHA

EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO

tomar a forma de uma ilha
latim, *insula*
francês, *isoler*
português, isolar

Arquipélagos indígenas e o oceano branco

A Amazônia brasileira é a região do planeta com maior número de comunidades nativas classificadas como isoladas. No Brasil de hoje, como nos demais países da região amazônica, assiste-se a uma proliferação crescente de relatos e imagens que dão notícia de povos indígenas em situação de isolamento. A Funai conta 114 registros, 28 deles já confirmados; a maioria se concentra nas regiões de fronteira com outros países amazônicos[1]. Praticamente todos estes povos se encontram no que se chama oficialmente de "isolamento voluntário": longe de ignorarem a existência de outras sociedades, eles recusam qualquer interação substancial com elas, especialmente, com os "Brancos", palavra usada por índios e brancos, no Brasil, para designar os representantes, diretos ou indiretos, desse Estado-nação que exerce soberania sobre os territórios indígenas.[2]

Imagine, assim, o leitor a América pré-colombiana como um imenso, diverso e complexo continente multiétnico que foi subitamente invadido pelo oceano europeu. A expansão moderna da Europa seria o análogo, em termos de história das civilizações, da subida do nível dos oceanos do planeta que nos ameaça hoje. Após cinco séculos de submersão crescente do antigo continente antropológico, apenas algumas ilhas de humanidade aborígene permanecem acima da superfície. Esses povos sobreviventes passaram a formar uma verdadeira polinésia, no sentido etimológico do termo: uma poeira de ilhas étnicas dispersas, separadas umas das outras por enormes extensões de um oceano bastante homogêneo em sua composição política (Estado nacional), econômica (capitalismo) e cultural (cristianismo). Todas essas ilhas sofreram violentos processos de erosão ao longo dos séculos, perdendo muitas das condições propícias a uma vida sociocultural plena.

E eis que todas as ilhas continuam a diminuir, pois o nível do mar está subindo cada vez mais rapidamente... Na Amazônia, onde o oceano "branco" ainda permanecia comparativamente pouco profundo, assistimos hoje a um tsunami devastador. Mesmo as raras ilhas de grandes dimensões — o conjunto de terras indígenas do Rio Negro, a TI Yanomami, a TI Vale do Javari e o Parque Indígena do Xingu — estão sob ameaça de inundação.

1 Para a situação em outros cinco países com parte de seu território na Amazônia (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Suriname), ver OTCA (2018).

2 "Branco", categoria etnopolítica muito mais que racial ou pigmentar (ainda que sua motivação histórica seja óbvia), traduz as muitas palavras das mais de 250 línguas ameríndias faladas em território brasileiro que se referem às pessoas e instituições que não são indígenas. Essas palavras têm vários significados descritivos, mas um deles é "inimigo".

A imagem do arquipélago sugere que *todos* os povos indígenas da América deveriam ser considerados "isolados". Isolados uns dos outros, bem entendido; mas também isolados ou separados de si mesmos, na medida em que a imensa maioria deles perdeu sua autonomia política e territorial e teve os fundamentos cosmológicos de sua economia severamente abalados. Esses povos se encontram, portanto, em uma situação de "isolamento involuntário", mesmo lá onde seu contato inicial com os Brancos foi mais ou menos voluntário. Pois foi a ocupação estrangeira e o despovoamento da América indígena que criou o arquipélago: pela abertura de vastos desertos demográficos (epidemias, massacres, escravização), que esgarçaram até um quase completo rompimento as redes interétnicas preexistentes, isolando seus componentes; e pelo sequestro dos múltiplos nós destas redes e seu confinamento em aldeias missionárias, mais tarde em territórios "protegidos", isto é, cercados e acossados por Brancos de todos os lados.

Fechamento do cerco

A presente década marca o que parece ser o fechamento do cerco aos povos indígenas da maior floresta tropical do mundo, agora transformada na "última fronteira" da acumulação primitiva do capital e em *hot spot* da devastação ambiental. Tanto mais que, após um relativamente longo período em que as políticas indigenistas de diversos países amazônicos — em contradição com outras políticas públicas desses mesmos países — orientaram-se pelo respeito aos grupos em isolamento voluntário, as ameaças a todos os povos indígenas (isolados ou não) criadas pelo "desenvolvimento" estão agora sendo consolidadas em iniciativas estatais abertamente etnocidas.

Esse é o caso especialmente do Brasil, onde o governo de ultradireita que acaba de assumir o poder não perdeu tempo em iniciar o desmonte da máquina legislativa e administrativa voltada para a proteção do ambiente e a defesa das populações tradicionais, anulando, entre outras violações dos direitos destas populações, a política de não-contato dos povos isolados (acompanhamento à distância, demarcação de territórios protegidos), em vigor desde 1987. O novo governo está inteiramente (esse advérbio o distingue dos governos anteriores) a serviço dos interesses do grande capital financeiro, extrativista e agroindustrial, de um lado, e do forte *lobby* evangélico fundamentalista, de outro; juntos, esses interesses — o do neoliberalismo econômico e o do obscurantismo ideológico — controlam o parlamento e ocupam cargos-chave no poder executivo.

O grande capital cobiça as terras indígenas, visando a expansão do extrativismo minerário e do agronegócio, em um contexto de privatização crescente das terras públicas. O *lobby* evangélico cobiça as almas indígenas, visando à destruição da relação de imanência entre humanos e não humanos, povo e território — imanência que constitui as formas de vida indígenas —, de modo a universalizar a imagem incolor de um cidadão-consumidor "brasileiro", dócil ao Estado e subserviente ao capital. Esse colonialismo espiritual é acessório ao processo de expropriação territorial, mas é, sobretudo, uma arma estratégica da guerra movida pelo Estado a toda *forma livre* de vida.

Os povos isolados da Amazônia estariam destinados a desaparecer como tais, transformando-se em outras tantas ilhas indígenas em "isolamento involuntário"? Ou pior, a submergirem de vez no oceano tóxico do progresso, dissolvendo-se na massa dos Brancos "pobres", os habitantes (de pele muito pouco branca) das periferias das cidades amazônicas ou do sul do país? Ou permanecerão eles sob a forma de povos, por assim dizer, virtuais, como uma remanência espectral que habitasse permanentemente o espírito dos povos indígenas e de seus descendentes dispersos na população nacional, como uma memória que recordasse a estes povos que eles continuam indígenas — que eles nunca deixaram de sê-lo, e que, por isso, sempre podem voltar a sê-lo?

Imagens de "isolamento" e "contato"

Os povos em isolamento voluntário são aqueles que escolheram, tanto quanto a história os permitiu, o isolamento objetivo antes que o isolamento subjetivo – que é o afastamento em relação a si mesmo criado pelo contato e a consequente necessidade de compor politicamente com uma outra forma de civilização, organizada segundo princípios incompatíveis com os que regem as civilizações nativas. Isso dito, o caráter *voluntário* do isolamento pouco tem de *espontâneo*. Como ressalva, o documento da OTCA (2018, p. 15) diz sobre o assunto: "[É] óbvio que, na grande maioria dos casos, não se trata de um isolamento realmente 'voluntário', considerando-se a extrema vulnerabilidade destas populações cercadas por exploradores de recursos naturais, o que faz de seu 'isolamento voluntário' uma estratégia de sobrevivência".

Reciprocamente, os grupos que entraram em contato com o mundo dos brancos, muitas vezes, o fizeram por iniciativa própria, movidos seja pelo desejo de obtenção de ferramentas e outras mercadorias, seja pela necessidade de se proteger de ataques inimigos, seja, mais geralmente, por um característico impulso "antropofágico" de captura simbólica da alteridade — impulso que visa, ao mesmo tempo, uma transformação de si mesmo por via dessa alteridade (pois ela é incorporada *como tal)*. Gerir e controlar tal transformação, quando a alteridade que se pretendia capturar se revela dotada de formidáveis poderes de contra-captura de toda uma outra natureza (pois que poderes de *abolição* da alteridade) — este é o problema em que se joga o futuro dos povos nativos do continente.

Com o assalto do capitalismo predatório às áreas mais remotas da Amazônia, os registros de "novos" povos seguem aumentando. Essa crescente aparição de grupos isolados — com sua consequente e sempre traumática ruptura do isolamento, chamada algo eufemisticamente de "contato"— deve-se à intensa pressão que governos nacionais e empresas transnacionais vêm exercendo sobre os territórios indígenas, sob a forma de mega-obras de infraestrutura (que estimulam a grilagem de terras, a pecuária extensiva e a monocultura industrial, a extração ilegal de madeira) e de grandes empreendimentos extrativistas (petróleo e mineração).

Haveria toda uma tipologia a fazer das diferentes trajetórias históricas cobertas pela noção político-administrativa de "isolamento". Assim como a noção antônima de "contato", ela designa uma condição que, além de obviamente rela-

cional, é eminentemente relativa, distribuindo-se em um *continuum* que vai de uma zona imaginária ocupada pelos povos absolutamente desconhecidos — isto é, epistemicamente inexistentes — até aquela onde estão os povos classificados como "de contato inicial". O adjetivo "inicial" não se refere exclusivamente ao tempo de contato, mas também a sua intensidade.[3]

O termo "isolamento" marca, sobretudo, a ausência de subordinação direta ao aparelho administrativo do Estado: alguns povos ou comunidades definidos como isolados do ponto de vista das agências oficiais mantêm relações variadas, mais ou menos esporádicas, com coletivos já contactados e administrados.[4] É improvável que algum dos grupos em isolamento voluntário pratique uma língua e uma cultura desconhecidas da literatura etnológica. Em todos os casos sobre os quais se têm maiores informações, os coletivos isolados são grupos locais, segmentos morfológicos (clãs e etc.) ou variantes subculturais dentro de um conjunto cujos demais componentes se acham em diferentes momentos e situações de contato com a chamada "sociedade nacional".

3 Segundo a definição da Funai, os povos indígenas isolados são aqueles "com ausência de relações permanentes com as sociedades nacionais *ou* com pouca frequência de interação, seja com não-índios, seja com outros povos indígenas" (Funai, s/d). Para a América do Sul em geral, ver OEA-CIDH (2013) e OTCA (2018).

4 Por exemplo, os Hi-Merimã do Purus com seus congêneres Jamamadi e Banawá (Shiratori, 2018; Aparício, 2018), ou os Moxihatëtëma com outras comunidades do conjunto Yanomami (Albert; Wesley de Oliveira, 2011).

Há ainda a situação extrema daqueles que poderíamos chamar grupos perdidos ou náufragos, sobreviventes de operações de limpeza étnica, em geral, reduzidos a um punhado de indivíduos. Em certos casos, trata-se de grupos familiares em fuga de hostilidades (da parte de outros indígenas ou de brancos) que tomaram direção diversa do grosso de seu grupo, o qual veio a ser, mais tarde, oficialmente contactado, enquanto a fração extraviada permaneceu em isolamento por muito mais tempo, por vezes, até hoje.[5]

Um dos exemplos mais dramáticos de povos inteiros reduzidos a alguns membros é o do "índio do buraco", da Terra Indígena Tanaru, em Rondônia. Sobrevivente, ao que tudo indica, único do massacre de um grupo desconhecido levado a cabo por fazendeiros e grileiros no final dos anos 70, ele recusa, até hoje, qualquer comunicação com as equipes da Funai, perambulando solitário por uma área de cerca de oito mil hectares; como abrigo, utiliza pequenas choças de palha, cujo solo ele escava, formando assim uma sorte de toca.

5 Ver Viveiros de Castro, de Caux e Heurich (2017, p. 35-36), para o caso de uma família araweté encontrada doze anos depois do contato oficial desse povo.

As trajetórias que ligam as condições relativas de "isolamento" e "contato" são, assim, múltiplas; elas são também reversíveis. Há grupos que, depois de anos de interação (forçada ou voluntária) com missionários e patrões regionais, buscam refúgio em áreas livres de Brancos. Alguns "desaparecem" por séculos, para reaparecerem subitamente. Este foi o caso muito noticiado dos Mashco-Piro, recém-surgidos na fronteira Brasil-Peru. Os registros da existência desse grupo e de suas relações intensas com os Brancos e outros povos indígenas remontam a 1686 (Gow, 2011).

Os Mashco parecem ter abandonado a horticultura em algum momento do século passado, passando a nomadizar sobre territórios de ocupação indígena antiga. A estratégia do nomadismo e conversão a uma economia de caça e coleta é relativamente comum nos casos de isolamento voluntário, e é frequentemente interpretada pelos grupos congêneres com longo contato como se os isolados fossem a imagem "selvagem" ou "primitiva" deles mesmos.[6] Em sua enganosa trivialidade, como se ela fosse mera introjeção da antropologia evolucionista dos Brancos, essa interpretação me parece decisiva para entendermos a persistência estrutural da figura do "grupo isolado" na antropologia contracolonial indígena. A imagem dos índios voluntariamente isolados é, de fato, a imagem "inconsciente" — e ambivalente — que os povos indígenas têm de si mesmos *enquanto indígenas*. Enquanto indígenas quer dizer: enquanto os Brancos os veem como inimigos.[7]

6 Assim os Piro concebem os Mashco (Gow, 2011), ou os Yanomami a jusante na bacia do Orinoco concebem os Yanomami a montante (Kelly, 2016), entre muitos outros exemplos.

7 E, por isso, os Brancos são chamados de "inimigos" — ver nota 2 *supracitada*.

***

Sabemos como são recorrentes, nas histórias de "atração e pacificação" de grupos indígenas, as referências à existência de "índios bravos" nas proximidades. Estes podem vir a ser contactados mais tarde, mas sua presença enquanto isolados, isto é, como presentes sob a forma de uma ausência — uma existência sugerida em negativo por vestígios, pegadas, ruídos, sombras fugidias —, só parece desaparecer sob condição de reaparecer mais adiante. Tudo se passa como se toda "saída" de um povo isolado induzisse a *presença oculta* de outro povo isolado.

Frequentemente, o grupo isolado é uma parte recalcitrante ou extraviada do grupo que cedeu às tentativas de contato ou que o buscou ativamente. Dadas as características morfológicas das socialidades amazônicas — e suas trajetórias históricas dentro de um continente sob ocupação —, há sempre uma *parte à parte* de todo coletivo. Tanto quanto o adjetivo "isolado", o substantivo "povo", na Amazônia indígena, também deve ser tomado em sentido relativo e relacional — pelo menos até que o *nomos* estatal chegue para fixar identidades e cercar territórios. Uma comunidade indígena cujo contato foi feito em uma dada operação indigenista de "atração" raramente coincide com toda a população do povo a que pertence (em qualquer escala ou perspectiva que se tome este termo), exceto se este já sofreu perdas demográficas importantes. A dispersão espacial, instabilidade temporal e fracionalidade política dos coletivos indígenas fazem com que os grupos locais tenham uma labilidade capaz de inibir movimentos unânimes e solidariedades de tipo "tribal". Por outro lado, a heterogeneidade interna de uma rede intercomunitária, do ponto de vista da intensidade de interação com os Brancos, é, frequentemente, uma característica funcional adaptativa dos coletivos amazônicos.

Mesmo quando todo um povo foi "pacificado" e seu território completamente ilhado pelo oceano branco, restando pouca ou nenhuma possibilidade de que existam grupos sem contato nas redondezas, os povos isolados permanecem objeto de uma espécie de presunção de existência, de estatuto epistemológico variável, por parte dos povos contactados. Índices materiais de uma presença não familiar nos arredores da aldeia; ilusões e alucinações perceptivas; experiências oníricas; testemunhos xamânicos; anedotas; expedições em áreas mais remotas... toda a sorte de materiais vêm sustentar, cumulativamente ou alternativamente, a persistência discursiva dessa figura do povo isolado.

Povos em estado de resistência

Antes que passado do presente dos povos em contato, o "povo isolado" é presença paradoxal do passado, memória ativa da condição política indígena; um passado que não acaba de passar. O povo isolado é como o autoconceito dos povos contactados, isto é, de todos aqueles povos que experimentam intensamente, e quase sempre dolorosamente, sua diferença face ao mundo do Branco.

Em um giro inesperado da história, esse passado que não acaba de passar pode se tornar um modo de conjugar o futuro, em uma manifestação original daquela "indigenização da modernidade" celebremente comentada por Marshall Sahlins. O Brasil vem assistindo à reemergência de diversas novas "ilhas" indígenas ali onde o oceano branco parecia, há muito, já ter engolfado tudo.

Em contraponto aos *povos isolados que aparecem* nas áreas remotas ou intersticiais da Amazônia e Brasil Central — povos que, muitas vezes, ainda não sabem que são "índios", isto é, apenas casos particulares da entidade "índios em geral" própria da ontologia jurídico-estatal dos Brancos — vemos surgir uma variedade de *povos virtuais que se atualizam,* no Nordeste, no Sudeste ou na várzea amazônica: as diversas comunidades rurais de pequenos agricultores, pescadores, de sertanejos e caboclos que se redescobrem indígenas e reivindicam justamente os direitos constitucionais que protegem os índios "em geral".

Esses novos povos estão, na verdade, entre os mais antigos de todos; são a reemergência das etnias indígenas exterminadas ao longo de cinco séculos de colonização da mata atlântica, da caatinga e da calha do Amazonas, que despertam e se *revelam* indígenas, a si mesmos e aos Brancos. A esse fenômeno de surgimento de novos atores etnopolíticos, devemos acrescentar aquele do rompimento progressivo do "isolamento involuntário" dos povos indígenas "tradicionais" – isto é, daqueles que estão, comparativamente, em situação de "contato inicial". A emergência de movimentos de federação dos povos, em diversos níveis de inclusão, gerando organizações com grande capacidade de protagonismo, marca uma nova etapa na luta de povos na América Latina.

Igualmente, vemos aparecerem, aqui e ali, certos movimentos de "re-isolamento voluntário" de outra natureza que a fuga para áreas remotas de povos que já haviam tido contato com os Brancos. Estou me referindo a iniciativas como a dos Ka'apor do nordeste da Amazônia, que recentemente expulsaram todos os Brancos de sua terra, de madeireiros clandestinos a médicos e professores, rompendo com o Estado brasileiro e decidindo gerir autonomamente sua vida: "Autonomia é ficar só. É não depender de ninguém, é se virar" (Itahu, um dos líderes ka'apor).[8]

8 Locatelli (2018).

Em todas essas variadas situações de isolamento, de de-isolamento, de re-isolamento, de aparição e desaparição, de memória e experiência, a figura evanescente, fugidia e proteiforme do "povo isolado" é imanente às cosmopolíticas indígenas. Ela é o modo de existência espectral, isto é, indestrutível, daquela forma de vida que Pierre Clastres (2017 [1974]) chamou de "sociedade contra o Estado".

EDITORIAL

FANY RICARDO E MAJOÍ FÁVERO GONGORA

Vivemos um período grave na história do Brasil.

Aqueles que hoje se encontram nos mais altos cargos do poder executivo defendem o indefensável. Vemos elogios ao golpe militar de 1964; incentivo explícito ao uso da violência contra os chamados "grupos minoritários" e "movimentos sociais"; criminalização das organizações da sociedade civil e dos grupos ativistas; desmantelamento de políticas públicas e das instituições responsáveis por sua elaboração e implementação; tentativas sucessivas de extinguir a participação da sociedade nos colegiados dos órgãos federais e de flexibilizar as legislações ambientais, facilitando as formas mais predatórias de exploração ambiental.

Trata-se de um governo que se recusa a enfrentar a crise ambiental e climática mundial e que se posiciona contra os direitos constitucionais dos povos indígenas, especialmente, o direito à demarcação das terras ocupadas tradicionalmente por esses povos que são os habitantes originários deste país. Testemunhamos o aumento do desmatamento florestal e do números de invasões nas áreas protegidas combinado ao enfraquecimento dos órgãos responsáveis pela fiscalização e inibição dos crimes ambientais, como o ICMBio e Ibama, e pela implementação das políticas voltadas aos povos indígenas, a Funai.

O presente livro insere-se nesse contexto generalizado de retrocessos. Ao reunir artigos de colaboradores indígenas e não indígenas, das mais diversas áreas de atuação profissional, esperamos apresentar um panorama atual dos contextos enfrentados hoje pelos segmentos mais vulneráveis que compõem a sociedade brasileira: os povos indígenas isolados.

A primeira parte da publicação dedica-se a uma contextualização da situação dos povos indígenas em isolamento na Amazônia brasileira, os principais desafios para a implementação de políticas públicas voltadas a essas populações e as pressões e ameaças a que estão sujeitos hoje. O último texto da Parte 1 é um estudo de modelagem baseado em diferentes cenários de governança ambiental e de implementação de obras de infraestrutura com incidência em territórios com presença de povos indígenas isolados na Amazônia brasileira e apresenta uma projeção do desmatamento até 2039.

O aumento crescente das pressões e ameaças a esses povos e a seus territórios é a principal preocupação das editoras, autoras e autores deste livro que teceram com palavras testemunhos sobre o *fechamento do cerco aos povos indígenas da maior floresta tropical do mundo* – como descreve Eduardo Viveiros de Castro no prólogo deste livro.

Esse esforço coletivo é, portanto, expressão genuína de setores da sociedade civil brasileira em defesa dos direitos dos povos indígenas, especialmente, daqueles grupos mais vulneráveis.

Um conjunto considerável de Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia está na mira dos poderes executivo e legislativo e de setores econômicos, nacionais e transnacionais, que defendem o arrendamento e venda das mesmas e a legalização da mineração nessas áreas e planejam realizar obras de infraestrutura e grandes empreendimentos extrativistas. Muitas destas iniciativas poderão incidir em territórios onde os povos isolados vivem refugiados, notadamente, na floresta amazônica.

Destacamos ainda o aumento das invasões de madeireiros, garimpeiros, pecuaristas, grileiros e posseiros nas áreas onde há registros oficiais da presença de grupos indígenas isolados. Um caso alarmante é o da TI Yanomami cuja presença de garimpeiros ilegais está estimada em mais de dez mil pessoas. Há ali vários registros da presença de povos isolados que, assim como os povos yanomami e ye'kwana contatados, estão extremamente ameaçados pelas doenças trazidas pelos invasores, pela degradação ambiental e contaminação por mercúrio dos rios, solos e peixes devido o uso irregular deste metal na extração do ouro.

A Parte 2 do livro é composta por contribuições de diversos autores indígenas e não indígenas - antropólogos, indigenistas, linguistas, jornalistas e etc. São tratados casos específicos de grupos indígenas isolados na floresta amazônica cujos registros de presença já foram confirmados pela Funai ou que estão em fase de estudo. São eles: Yanomami (Amazonas/Roraima); Piriti (Roraima); isolados karíb (Pará); Awa Guajá (Maranhão); grupos kagwahiva (Amazonas, Mato Grosso e Rondônia); e o indígena isolado na TI Tanaru (Rondônia). Além destes, há dois capítulos dedicados às áreas onde há o maior número de registros da presença de povos isolados no país e em todo o continente americano: a região transfronteiriça entre o estado do Acre e o Peru e a TI Vale do Javari, que também faz fronteira com este país. Destacamos ainda as entrevistas realizadas ao longo de 2018 com os coordenadores das Frentes de Proteção Etnoambiental da CGIIRC/Funai que foram incorporadas na Parte 2.

Como bem disse Viveiros de Castro, estes são *povos em estado de resistência*. São sobreviventes de massacres que a história do Brasil silenciou e cuja violência, entretanto, segue os assombrando.

Vivemos um momento de urgência e mobilização da sociedade civil e da opinião pública nacional e internacional para pressionar o Estado brasileiro a exercer suas atribuições constitucionais e garantir a vida dos povos indígenas que optaram por viver em isolamento, afastados da sociedade nacional. É preciso garantir o direito à diferença, proteger as Terras Indígenas e Unidades de Conservação onde vivem, demarcar novas áreas com presença de grupos isolados, combater as pressões, o desmatamento e as invasões nesses territórios.

É preciso urgentemente impedir a ocorrência de novos massacres.

PARTE 1

UM PANORAMA SOBRE OS POVOS INDÍGENAS EM ISOLAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

EQUIPE DE EDIÇÃO

Introdução

"Autônomos", "resistentes", "ocultos", "não contatados" ou "isolados". Estes são alguns dos termos utilizados para se referir aos povos indígenas que decidiram viver afastados dos demais grupos, sejam eles indígenas ou não indígenas. A expressão "em isolamento voluntário" também é recorrente e suscita inúmeras discussões conceituais nos campos do indigenismo e da antropologia - ver, por exemplo, Gallois (1992). Até a década de 1980, era comum serem denominados de "arredios" ou "bravos" (arredios ao contato, é bom que se diga).

A idéia de que há povos "isolados" desde a chegada dos colonizadores portugueses ou grupos que vivem à margem de todas as transformações ocorridas desde então é problemática. Como observa Gallois (1992), esses povos "isolados" travaram, muitas vezes, relações com segmentos da sociedade nacional - marcadas, frequentemente, por violência, contágio de doenças e extermínio - e, posteriormente, grupos remanescentes recusaram a situação colonial e fugiram para zonas de refúgio. Não por acaso seus territórios concentram-se majoritariamente na região amazônica[1], em locais remotos e de difícil acesso.

A despeito das tentativas de categorização, o que interessa destacar é que esses povos compartilham uma condição: buscam permanentemente manter o seu isolamento, isto é, seu afastamento em relação a todos os outros grupos. Tal decisão deve ser respeitada pelos Estados nacionais, como o Brasil, conforme os marcos legais existentes[2], em especial, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), garantindo o direito à autodeterminação, protegendo seus territórios dos invasores e assegurando as condições necessárias para que continuem existindo, resistindo.

Ações que promovam contatos forçados com os povos indígenas em isolamento ou que afetem a integridade ambiental e territorial de suas áreas de ocupação são graves violações dos direitos humanos fundamentais e dos direitos dos povos indígenas. É sabido na literatura especializada que experiências anteriores de contato forçado provocaram a morte de milhares de indígenas, dizimando povos inteiros (ver texto de Douglas Rodrigues, neste livro). Recentemente, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) publicizou resultados da primeira grande investigação sobre as violações de direitos humanos ocorridas no país durante a ditadura militar entre 1964 e 1985. Neste período, pelo menos oito mil indígenas foram mortos em massacres ou devido às epidemias decorrentes do contato[3].

No continente americano, o Brasil é o país em que há o maior número de registros da presença de povos indígenas isolados. Existe um conjunto heterogêneo de referências, desde grupos formados por centenas de pessoas; outros, menores, constituídos por dezenas de indivíduos e, noutros casos, há povos indígenas reduzidos a poucos sobreviventes. O Estado brasileiro reconhece a existência de 114 registros de povos isolados[4] que são classificados de acordo com a disponibilidade de informações e o nível de sistematização das mesmas no banco de dados da Fundação Nacional do Índio[5] (Funai). O ISA teve acesso[6] à tabela oficial de 2017 na qual observamos, em todo o país, a existência de 28 "registros de referência confirmada", 26 "registros de referência em estudo" e 60 "registros de referência em informação".

Políticas públicas de proteção aos povos isolados e a seus territórios

No país, a institucionalização de políticas públicas voltadas aos povos indígenas é antiga. No que diz respeito à garantia dos direitos dos povos indígenas em isolamento, um ponto de inflexão na política oficial ocorreu em 1987, após uma reunião com sertanistas, antropólogos e outros especialistas. Foi a partir daí que a política do não contato foi adotada, respeitando o direito à autodeterminação dos povos em isolamento. Tal inflexão foi fruto da pressão do movimento indígena, das organizações da sociedade, antropólogos e etc. que há tempos cobravam do órgão indigenista mudanças na política vigente até então, voltada ao contato, atração e "pacificação" dos povos "arredios". Eram assim chamados porque se recusavam a abandonar seus territórios, cortados por grandes obras de infraestrutura, como as estradas, ou invadidos por grileiros, posseiros, madeireiros e garimpeiros que chegaram a essas áreas com as frentes de expansão.

Para desenvolver a política do não contato, foi criado um órgão específico na Funai: a Coordenadoria de Índios Isolados (CII). Posteriormente, foi renomeada: Coordenadoria Geral de Índios Isolados (CGII). No lugar das an-

1 Apesar da maior parte dos registros sobre a presença de grupos isolados na América do Sul estar localizada na Amazônia, há registros no cerrado brasileiro e na região do Gran Chaco, na fronteira entre Bolívia e Paraguai (Amorim, 2016). Sobre os isolados Ayoreo do Gran Chaco, consulte: http://bit.ly/2xt4Wol

2 No Brasil, a política indigenista de proteção aos povos em isolamento está fundamentada na Constituição Federal de 1988 (artigos 231 e 232), no Decreto Legislativo 143/2002 e no Decreto Presidencial 5.061/2004. No direito internacional, destacamos: a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007, as Diretrizes de Proteção para os Povos Indígenas Isolados e de recente Contato da Região Amazônica, Grande Chaco e Região Oriental do Paraguai de 2012, os Informes do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos Indígenas de 2006 e 2007, e as medidas cautelares outorgadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos a favor de Povos Isolados no Equador e no Peru (Vaz; Balthazar; 2013, p. 85-88).

3 É importante notar que o número de mortos registrado pela CNV é resultado de uma investigação ainda preliminar, pois apenas dez povos indígenas foram considerados no escopo da análise. Isto quer dizer que o número real de mortes supera, e muito, os oito mil indígenas.

4 Segundo a Funai (2016), a denominação "povos indígenas isolados" refere-se especificamente a grupos indígenas com ausência de relações permanentes com a sociedade ou com pouca frequência de interação, seja com não indígenas ou outros povos indígenas.

5 A Funai é o órgão do governo federal cuja competência é formular, coordenar, articular, monitorar e garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro.

6 O ISA obteve esta documentação via lei de acesso à informação (Processo no 08850.002037/2018).

tigas "frentes de atração", a CGII passou a se organizar em Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE), cujo objetivo era monitorar e proteger o entorno da região habitada pelos grupos isolados, além de viabilizar os estudos de identificação e demarcação das terras para esses povos realizados pela Diretoria Fundiária da Funai. Assim, na década de 1980, as primeiras diretrizes para uma política de proteção aos povos indígenas isolados foram estabelecidas com as Portarias nº 1900/1987 e nº 1901/1987.

Em 2009, ano de reestruturação da Funai, a CGII torna-se a Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), vinculada à Diretoria de Proteção Territorial da Funai, com o dever garantir os direitos dos povos isolados e também aqueles recém-contatados. O Sistema de Proteção aos Índios Isolados e de Recente Contato (SPIIRC) compreende o conjunto de ações organizadas por 11 unidades descentralizadas: as Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE), unidades de campo que são referência para os trabalhos de localização, monitoramento, vigilância e proteção desses povos[7]. As equipes das FPEs são, em geral, compostas por uma coordenação, auxiliares em indigenismo e colaboradores (indígenas, mateiros, linguistas, entre outros).

É importante destacar que a Funai se vale de um dispositivo legal quando é verificada a presença de povos indígenas isolados fora dos limites de Terras Indígenas (TI) já reconhecidas. Trata-se da "Restrição de Uso", medida que visa interditar a área de ocupação dos grupos isolados e restringir o ingresso de terceiros, com a finalidade de assegurar a integridade física dos indígenas enquanto são realizadas outras ações de proteção e tramitam processos administrativos para a demarcação da TI. Este dispositivo legal está amparado no artigo 7º do Decreto 1775/96, no artigo 231 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 1º, inciso VII da Lei nº 5371/67.

A atenção diferenciada à saúde compõe a política voltada aos povos indígenas isolados e de recente contato. Em 2018, a Portaria conjunta da Funai e do Ministério da Saúde passou a regulamentar as ações de atenção à saúde a esses povos, criando diretrizes e estratégias de atuação conjunta da Funai e Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), voltadas ao planejamento, execução e monitoramento das atividades relacionadas à saúde dessas populações.

Apesar da política indigenista federal direcionada aos povos isolados e de recente contato ser considerada vanguarda no cenário mundial, os desafios para a sua implementação são grandes, especialmente, por causa de cortes sucessivos no orçamento da Funai (Mahalem; Almeida, 2017; Cardoso, 2018), além do atual desmantelamento dos órgãos governamentais.

Competência legal na proteção dos povos indígenas isolados

Compete à Funai, através da CGIIRC/FPEs, garantir aos povos isolados o pleno exercício de sua liberdade e de seus modos de vida tradicionais sem que seja necessário contatá-los (art.2º, inciso II, alínea "d", Decreto nº 7778/2012). A política do não contato tem como premissa não ir ao encontro dos povos isolados e agir apenas em casos pontuais, quando o grupo isolado estiver em uma situação de risco, sofrendo alguma ameaça concreta.

O reconhecimento dos direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam está garantido nos artigos 231 da Constituição Federal, e o direito dos indígenas às terras que ocupam independentemente da sua demarcação deve ser assegurado pela Funai, segundo já determinava o artigo 25 da Lei n° 6.001/1973 e demais atos legais: Lei n° 5.371/1967; Decreto nº 1.775/1996 e Decreto nº 9.010/2017.

7 FPE Guaporé/RO; FPE Awa/MA; FPE Madeira-Purus/AM; FPE Cuminapanema/PA; FPE Vale do Javari/AM; FPE Madeirinha-Juruena/MT; FPE Médio Xingu/PA; FPE Uru-Eu-Wau-Wau/RO; FPE Envira/AC; FPE Waimiri-Atroari/AM e FPE Yanomami e Ye'kwana/RR.

Registros da presença dos povos em isolamento no Amazônia brasileira

No atual sistema de classificação adotado pela Funai, os registros "em informação" são relatos informados à CGIIRC sobre a possível existência de um povo indígena isolado e que constam na base de dados da instituição a partir de um processo de triagem. O registro "em estudo" é, por sua vez, um conjunto de dados ou relatos qualificados sobre a presença de grupo isolado, demonstrando fortes evidências da sua existência. A referência "confirmada" pela Funai diz respeito aos registros cujas informações foram comprovadas por meio de trabalhos de localização (sobrevoos), os quais identificaram os territórios ocupados por esses povos e outras informações relevantes.

A listagem da Funai (2017) foi a principal fonte de informações para a elaboração dos mapas dos registros da presença de povos indígenas isolados apresentados neste livro, contudo, outras fontes foram utilizadas. Há décadas, o Instituto Socioambiental (ISA) realiza um monitoramento permanente dos registros de povos indígenas isolados. Em seu banco de dados, construído a partir de informações de uma ampla rede de colaboradores, existem sete registros de "informação" os quais não estão contemplados na listagem da Funai.

O Programa de Monitoramento do ISA realizou o cruzamento dos registros disponíveis sobre os povos isolados na Amazônia brasileira com sua a base cartográfica de áreas protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação). No caso de registros que estão fora de áreas protegidas, foi definido como território a microbacia (nível 6). Essa informação foi complementada com os dados disponíveis sobre o monitoramento dessas áreas: o reconhecimento jurídico (Terras Indígenas), a implementação (Unidades de Conservação) e as pressões e ameaças aos territórios dos povos isolados, como o desmatamento, a existência de obras de infraestrutura implementadas ou planejadas, os requerimentos minerários, a presença de madeireiros, garimpeiros, entre outras, incidentes a estas áreas protegidas ou territórios.

A posição dos registros no mapa "Registros dos povos indígenas isolados na Amazônia brasileira" não reflete sua localização exata, mas uma área de referência para cada ocorrência registrada de povo indígena isolado.

O trabalho de sistematização e atualização dos registros de povos indígenas isolados realizado neste livro identificou a existência de 120 registros: 28 confirmados; 25[8] em estudo e 67 registros em informação, sendo sete oriundos do banco de dados do ISA.

Territórios ameaçados

Os registros dos povos indígenas isolados estão distribuídos em um conjunto de 86 territórios: 54 Terras Indígenas e 24 Unidades de Conservação (15 federais e nove estaduais). Há, ainda, oito áreas sem nenhum mecanismo de proteção.

Das 54 Terras Indígenas com presença de grupos isolados, 44 estão homologadas, cinco possuem Portaria de restrição de uso, três estão declaradas (Kawahiva do Rio Pardo, Kaxuyana-Tunayana e Uneiuxi) e duas identificadas (Sawré Maybu e Apiaká do Pontal e Isolados). Sete registros da Funai (dois "em estudo" e cinco "em informação") e um registro "em informação" do banco de dados do ISA encontram-se em territórios sem nenhum tipo de proteção.

8 O registro em estudo Ava Canoeiro, reconhecido pela Funai (no 67), não foi considerado nesta publicação, pois encontra-se fora da Amazônia brasileira.

No caso das 15 Unidades de Conservação federais, sete são de proteção integral e oito, de uso sustentável. 12 estão implementadas com, ao menos, um dos instrumentos de gestão (conselho gestor e/ou plano de manejo). Duas Unidades de Conservação federais (Flona de Urupadi e Rebio do Manicoré) não possuem nenhum instrumento de gestão. No que se refere às nove Unidades de Conservação estaduais, seis são de proteção integral e três de uso sustentável. Destas, oito estão implementadas com, ao menos, um dos instrumentos de gestão. Uma Unidade de Conservação estadual (PES do Sucunduri) não possui nenhum instrumento de gestão.

É importante destacar que cinco das unidades de uso sustentável são Florestas Nacionais ou Estaduais, categoria passível de concessões, inclusive, para exploração madeireira. Além disso uma delas é Área de Proteção Ambiental, categoria com menor restrição de uso, que permite propriedades privadas e uso intensivo dos recursos, como desmatamento, agricultura, pecuária e mineração. Ou seja, embora sejam Unidades de Conservação, podem não estar garantindo a proteção necessária aos povos indígenas isolados.

Pressões e Ameaças

Atualmente, existem 56 obras de infraestrutura em operação pressionando 50 territórios com presença de povos indígenas isolados. A incidência desses empreendimentos já implementados foi analisada a partir das distâncias definidas pela Portaria Interministerial nº 60 (24/03/2015). A partir desse critério, foram identificados 14 trechos de linhas de transmissão, 16 rodovias, duas ferrovias, nove hidrelétricas, 13 pequenas centrais hidrelétricas e duas instalações portuárias, as quais incidem sobre 28 TIs, 13 UCs federais, quatro UCs estaduais e cinco áreas sem proteção. Nestes territórios, a Funai reconhece 67 registros de povos isolados (nove confirmados, 15 em estudo e 44 informações).

Até 2018, os 86 territórios com presença de grupos isolados registravam cerca de 900 mil hectares de desmatamento. Esse conjunto de territórios contempla 120 registros de povos indígenas isolados (28 confirmados, 25 em estudo e 67 informações).

Além de obras, metade das áreas com presença de povos indígenas isolados ainda sofre com algum outro tipo de pressão. O banco de dados do ISA reúne informações sobre a incidência de garimpeiros, madeireiros, grileiros, outros ocupantes ilegais que possam ocorrer nessas áreas, além de pretensão de exploração minerária. Dos 28 registros de povos indígenas confirmados, 14 sofrem com alguma dessas pressões. As ocorrências são, sobretudo, ligadas à extração ilegal de madeira e ao garimpo. Entre os registros confirmados, em estudo e em informação, 40 áreas sofrem com a ação de madeireiros. Existe, ainda, informações sobre a presença de garimpos ilegais em ao menos 28 territórios habitados por grupos isolados. Essas pressões, quando combinadas, aumentam o perigo para os povos isolados na Amazônia brasileira.

***

LISTAGEM DOS REGISTROS DA PRESENÇA DE POVOS ISOLADOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

REGISTROS CONFIRMADOS

1 • Serra da Estrutura

Este registro está localizado na TI Yanomami, em Roraima, uma área homologada e registrada. A TI possui sobreposição com três UCs. Essa área perdeu 0,25% de suas florestas até o ano de 2018. Três obras de infraestrutura pressionam a TI: as rodovias BR-174, BR-210 e BR-307. 1113 requerimentos minerários incidem sobre essa TI, além de cinco requerimentos de lavra garimpeira. A TI possui histórico de pressões por parte de caçadores e pescadores, sendo que a grande pressão é o elevado número de garimpeiros em seu interior.

2 • Pirititi

Este registro está localizado na TI Pirititi, em Roraima, uma área com portaria de restrição de uso. Essa área perdeu 0,41% de suas florestas até o ano de 2018. Três obras de infraestrutura pressionam a TI: as rodovias BR-174, BR-431 e as obras da linha de transmissão de eletricidade entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR). Madeireiros também compõem as pressões da TI.

3 • Hi-Merimã

Este registro está localizado na TI Hi-Merimã, no Amazonas, uma área homologada e registrada. Essa área perdeu 0,07% de suas florestas até o ano de 2018. Não possui pressão por obras, no entanto, é alvo constante de missionários evangélicos que entram sem autorização nesse território, além de extrativistas e madeireiros.

4 • Igarapé Nauá
5 • Rio Itaquaí
6 • Igarapé Alerta
7 • Igarapé Inferno
8 • Rio Boia/Curuena
09 • Igarapé Lambança
10 • Rio Coari
11 • Rio Quixito
12 • Rio Esquerdo
13 • Igarapé São José

Estes dez registros estão localizados na TI Vale do Javari, no Amazonas, uma área homologada e registrada. Essa área perdeu 0,30% de suas florestas até o ano de 2018. Esse registro não possui pressão por obras. A TI sofre com constantes ameaças de grileiros, madeireiros, garimpeiros, tráfico de fauna e pressão para exploração de petróleo e gás.

O trabalho de sistematização e atualização dos registros de presença de povos indígenas isolados na Amazônia brasileira aqui realizado identificou a existência de:

120 registros de povos indígenas isolados (28 confirmados, 25 em estudo e 67 informações)

Estão localizados em 54 Terras Indígenas e 24 Unidades de Conservação (15 federais e 9 estaduais). Há, ainda, 6 registros em áreas sem nenhum mecanismo de proteção.

14 • Alto Rio Humaitá

Este registro está localizado na TI Kaxinawa do rio Humaitá, no Acre, uma área homologada e registrada. Essa área perdeu 0,45% de suas florestas até o ano de 2018. O registro não possui pressão por obras, mas há pressões de madeireiros, caçadores e de pesca ilegal na TI.

15 • Mashco do Rio Envira

Este registro está localizado na TI Kampa e Isolados do Rio Envira, no Acre, uma área homologada e registrada. Essa área perdeu 0,55% de suas florestas até o ano de 2018. Embora não sofra pressão por obras, ela é exercida por madeireiros.

16 • Riozinho do Alto Envira
17 • Rio Jaminawa

Estes dois registros estão localizados na TI Riozinho do Alto Envira, no Acre, uma área homologada e registrada. Essa área perdeu 0,07% de suas florestas até o ano de 2018. Não possui pressão por obras, porém sofre com a ação de madeireiros.

18 • Mashco do Rio Iaco

Este registro está localizado na TI Mamoadate, no Acre, uma área homologada e registrada. Ele pode incluir isolados que perambulam

pela TI Cabeceira do Rio Acre. Essa área perdeu 0,30% de suas florestas até o ano de 2018. Embora não possua pressão por obras, sofre com a presença de madeireiros ilegais.

19 • Mashco do Rio Chandless
Este registro está localizado no PES Chandless, no Acre, uma UC com conselho gestor, plano de manejo e plano de utilização. Essa área perdeu 0,04% de suas florestas até o ano de 2018. O registro não possui pressão por obras, contudo, a UC pode ser afetada pela construção da Rodovia Purus, que pretende ligar as cidades peruanas de Puerto Esperanza e Inãpari, no Peru.

20 • Cautário
21 • Bananeira
22 • Kawahiva do Rio Muqui
Estes três registros estão localizados na TI Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, uma área homologada e registrada. Eles ainda estão no entorno do Parque Nacional Pacaás Novos, sobreposto à TI. A área perdeu 2,91% de suas florestas até o ano de 2018. Essa terra não possui pressão por obras. 158 requerimentos minerários incidem nessa TI, além de dois requerimentos de lavra garimpeira. Madeireiros, grileiros, queimadas e invasões também fazem parte do rol de ameaças que incidem sobre essa área.

23 • Massaco
Este registro está localizado na TI Massaco, reconhecida para os isolados e sobreposta à Rebio Guaporé, ambas em Rondônia, uma área homologada e registrada. Essa área perdeu menos de 0,3% de suas florestas até o ano de 2018. Duas obras de infraestrutura a pressionam: as PCH Figueira e Saldanha. Quatro requerimentos minerários incidem sobre essa TI. A Rebio é ameaçada por queimadas noticiadas desde 2016 e, na TI, há constante presença de garimpeiros, madeireiros, grileiros e posseiros.

24 • Tanaru
Este registro está localizado na TI Tanaru, em Rondônia, uma área com portaria de restrição de uso. Essa área perdeu 14,16% de suas florestas até o ano de 2018. Uma obra de infraestrutura pressiona essa TI, a PCH Cesar Filho. Quatro requerimentos minerários incidem sobre ela, além de ser ameaçada por fazendeiros que ocupam a área com cabeças de gado.

25 • Piripkura
Este registro está localizado na TI Piripkura, no Mato Grosso, uma área com portaria de restrição de uso. Essa área perdeu 4,23% de suas florestas até o ano de 2018. O registro não possui pressão por obras. Dois requerimentos minerários e um requerimento de lavra garimpeira incidem sobre essa TI. Além disso, há ocorrência de madeireiros e fazendeiros que pressionam a área.

26 • Kawahiva do Rio Pardo
Este registro está localizado na TI Kawahiva do Rio Pardo, no Mato Grosso, uma área declarada. A referida área perdeu 1,16% de suas florestas até o ano de 2018. Esse registro não possui pressão por obras. Há um requerimento de lavra garimpeira que incide sobre essa TI. Sofre muita pressão de madeireiros, posseiros, grileiros e fazendeiros.

27 • Igarapés Presídio e Juriti
Este registro está localizado na TI Caru, no Maranhão, uma área Homologada/Registrada. Essa área perdeu 20% de suas florestas até o ano de 2018. Duas obras de infraestrutura pressionam a TI, a Ferrovia Carajás e a a rodovia BR-222. Está sob frequentes pressões de madeireiros e queimadas.

28 • Araribóia
Este registro está localizado na TI Araribóia, no Maranhão, uma área Homologada/ Registrada. Essa área perdeu 11,29% de suas florestas até o ano de 2018. Três obras de infraestrutura pressionam a TI: dois linhões de energia e a rodovia BR-222. Há um requerimento minerário que incide sobre essa terra. A região é alvo constante de madeireiros, caçadores, fazendeiros e posseiros, além de sofrer com queimadas e arrendamentos.

29 • Alto Tarauacá
Este registro está localizado na TI Alto Tarauacá, se estendendo à TI Igarapé Taboca Alto Tarauacá, no Acre. A TI Alto Tarauacá é uma área Homologada/Registrada. Não há obras de infraestrutura ameaçando essas TIs. A área sofre pressão de fazendeiros, posseiros e madeireiros.

REGISTROS EM ESTUDO

30 • Baixo rio Cauaburis
Este registro está localizado localizado na TI Yanomami, uma área homologada e registrada, e no Parna da Neblina, no Amazonas. A área perdeu 0,25% de suas florestas até o ano de 2018. Esse registro não possui pressão por obras. 1113 requerimentos minerários incidem sobre essa TI, além de cinco requerimentos de lavra garimpeira. Possui histórico de pressões por parte de caçadores, pescadores e, principalmente, invasão garimpeira.

31 • Cabeceira do rio Camanaú
Este registro está localizado na TI Waimiri Atroari, no Amazonas, uma área homologada e registrada. Essa área perdeu 0,12% de suas florestas até o ano de 2018. Duas obras de infraestrutura afetam esse registro, as rodovias BR-174 e BR-431. 196 requerimentos minerários e uma concessão de lavra incidem sobre essa TI. Além disso, a área também sofre pressão pela construção do Linhão de Tucuruí, que pretende ligar Manaus e Boa Vista.

32 • Igarapé Cravo
33 • Igarapé Amburus
34 • Igarapé Flecheira
Estes três registros estão localizados na TI Vale do Javari, no Amazonas, uma área homologada e registrada. A área perdeu 0,30% de suas florestas até o ano de 2018. Essa terra não possui pressão por obras, mas sofre com constantes ameaças de grileiros, madeireiros, invasores, tráfico de fauna, garimpo e atividades de pesquisa para exploração de petróleo e gás.

35 • Igarapé Maburrã
Este registro está localizado na TI Inauini/ Teuini, no Amazonas, uma área homologada e registrada. Essa área perdeu 0,13% de suas florestas até o ano de 2018. Não possui pressão por obras, mas há relato de invasores extrativistas.

36 • Katawixi
Este registro está localizado na TI Jacareúba/ Katawixi com sobreposição com Parna Mapinguari, no Amazonas, uma área com portaria de restrição de uso. Essa área perdeu 2,72% de suas florestas até o ano de 2018. Existem cinco obras de infraestrutura no entorno desse registro: as rodovias BR-230, BR-319, BR-364, e as UHE Jirau e Santo Antônio. A TI possui histórico de pressão de pescadores, enquanto que o Parna sofre ameaças de garimpeiros, madeireiros, mineração e queimadas.

37 • Rio Coti
Este registro está localizado na Estação Ecológica (Esec) Serra Três Irmãos, no Amazonas, uma UC com plano de manejo. Essa área perdeu 0,5% de suas florestas até o ano de 2018. Existem duas obras de infraestrutura no entorno da área: a UHE Jirau e a rodovia BR-364. Um requerimento minerário e um de lavra garimpeira incidem sobre essa terra.

38 • Kaidjuwa
Este registro está localizado no Parna Campos Amazônicos, no Amazonas, uma área com conselho gestor e plano de manejo. Essa área perdeu 0,94% de suas florestas até o ano de 2018. Existem duas rodovias em seu entorno: BR-174 e BR-230. 13 requerimentos minerários e sete de lavra garimpeira incidem sobre esse Parna. A área sofre ameaça de extração ilegal de madeira e minérios. Além disso, o Parque vivencia queimadas recorrentes, noticiadas desde 2009 no banco de dados do ISA.

39 • Igarapé Tapada
Este registro está localizado no Parna da Serra do Divisor, no Acre, uma área com Conselho gestor, plano de manejo. Essa área perdeu 2,21% de suas florestas até o ano de 2018. O registro não possui pressão por obras. Cinco requerimentos minerários incidem sobre esse Parna. Essa área sofre com caçadores ilegais que traficam animais abatidos para o Peru, bem como, com exploração madeireira na fronteira com o mesmo país.

40 • Igarapé Papavo
Este registro está localizado na TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, no Acre, uma área homologada e registrada. A área perdeu 1% de suas florestas até o ano de 2018. Essa terra não possui pressão por obras, no entanto, apresenta histórico de pressão madeireira.

41 • Alto rio Canumã
Este registro está localizado no PES do Sucunduri, no Amazonas, uma área sem instrumento de gestão. A área perdeu 0,05% de suas florestas até o ano de 2018. O registro não possui pressão por obras. Cinco requerimentos minerários e três de lavra garimpeira incidem sobre esse PES.

42 • Rio Parauari
Este registro está localizado na Flona do Amanã, nos estados do Amazonas e Pará, uma área com conselho gestor e plano de manejo. Essa área perdeu 0,67% de suas florestas até o ano de 2018. Há uma rodovia no entorno desse parque, a BR-230. 89 requerimentos minerários incidem sobre essa área, além de 287 requerimentos de lavra garimpeira e quatro autorizações para lavra garimpeira. Em 2018, trabalhadores vivendo em situação análoga à de escravos foram resgatados de um garimpo clandestino.

43 • Baixo Jatapu/Oriente
Este registro está localizado fora de área protegida, nos estados do Amazonas e Pará, uma área pública não destinada com incidência de 99 registros de CAR, situada na Microbacia Minor Amazon 676. A área perdeu 2,08% de suas florestas até o ano de 2018. Esse registro não possui pressão por obras.

44 • Pitinga/Nhamunda-Mapuera
Este registro está localizado na TI Kaxuyana-Tunayana com sobreposição com a Floresta Estadual de Faro e com o quilombo Cachoeira Porteira, no Pará, uma área homologada e registrada. A área perdeu 0,13% de suas florestas até o ano de 2018. Existem duas rodovias no entorno desse registro, BR-163 e BR-210. 65 requerimentos minerários incidem sobre essa TI.

45 • Karapawyana
Este registro está localizado na TI Trombetas/Mapuera, no Pará, Roraima e Amazonas, uma área homologada e registrada. A área perdeu 0,06% de suas florestas até o ano de 2018. Essa terra não possui pressão por obras. 146 requerimentos minerários incidem sobre a TI.

46 • Igarapé Ipiaçava
Este registro está localizado na TI Ituna-Itatá, no Pará, uma área com portaria de restrição de uso. A área perdeu 0,25% de suas florestas até o ano de 2018. Há uma linha de transmissão no entorno dessa área. Seis requerimentos minerários e um de lavra garimpeira incidem sobre a TI. Sofre ameaça de madeireiros, mineradores e garimpeiros, além de ser uma das TIs afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

47 • Igarapé Bom Jardim
Este registro está localizado na TI Araweté do Igarapé Ipixuna, no PA, uma área homologada e registrada. Essa área perdeu 0,59% de suas florestas até o ano de 2018. Não possui pressão por obras, mas 24 requerimentos minerários incidem sobre essa TI. Além de ter sido uma das TIs afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, também tem histórico de pressão madeireira, de pescadores e grileiros.

48 • Alto Tapajós
Este registro está localizado na TI Munduruku, no Pará, uma área homologada e registrada. A área perdeu 0,59% de suas florestas até o ano de 2018. Há uma rodovia no entorno dessa área, BR-230. 129 requerimentos minerários e 28 de lavra garimpeira incidem sobre a TI, além de duas autorizações de lavra garimpeira, no entanto, há muita atividade ilegal de garimpo.

49 • Rio Amapari/Alto Oiapoque
Este registro está localizado no Parna Montanhas do Tumucumaque, no Amapá, uma área com conselho gestor e plano de manejo. A área perdeu 0,16% de suas florestas até o ano de 2018. Existem duas rodovias no entorno desse registro, BR-156 e BR-210. 15 requerimentos minerários e um de lavra garimpeira incidem sobre o Parque, além de uma concessão de lavra. Desde 2008, Brasil e França firmam acordos bilaterais para combater o garimpo ilegal de ouro no Parna.

50 • Rio Tenente Marques
Este registro está localizado no Parque Indígena do Aripuanã, no Mato Grosso, uma área homologada e registrada. A área perdeu 0,40% de suas florestas até o ano de 2018. Existem oito obras de infraestrutura em seu entorno: uma linha de transmissão, três PCH, Apertadinho, Cachoeira e Juína, a UHE Rondon II, e três rodovias, as BR-174, BR-364, BR-435. Nove requerimentos minerários incidem sobre essa TI, além de exploração de madeireira, garimpeiros e fazendeiros.

51 • Igarapé Pacutinga
Este registro está localizado no PES Igarapés do Juruena, no Mato Grosso, uma área com conselho gestor e plano de manejo. A área perdeu 2% de suas florestas até o ano de 2018. O registro não possui pressão por obras. Três requerimentos minerários e seis de lavra garimpeira incidem sobre esse PES. A área é ameaçada pela presença de garimpeiros: em 2006, foram flagradas 100 pessoas trabalhando em um garimpo ilegal.

52 • Pontal
Este registro está localizado na TI Apiaká do Pontal e Isolados e no Parna do Juruena, no Mato Grosso, uma área identificada e aprovada pela Funai. A área perdeu 0,54% de suas florestas até o ano de 2018. O registro não possui pressão por obras. Seis requerimentos minerários incidem sobre essa TI, além de dois requerimentos de lavra garimpeira. Em 2016, a TI teve dano moral coletivo pela retirada de 12 urnas funerárias para a construção das Usinas Hidrelétricas Teles Pires e São Manoel. O Parque sofre constantes ações de madeireiros.

53 • Mão de Onça
Este registro está localizado na TI Awá, no Maranhão, uma área homologada e registrada. A área perdeu 54,22% de suas florestas até o ano de 2018. Esse registro não possui pressão por obras. Existe um requerimento minerário incidente sobre a TI. As pressões na área "começaram" em 1950, com a construção da BR-222, mas também há histórico de ação de madeireiros, grileiros, posseiros e fazendeiros.

54 • **Ilha do Bananal**
Este registro está localizado na TI Inawebohona, com sobreposição com o Parna do Araguaia, no Tocantins, uma área homologada e registrada. A área perdeu 2,41% de suas florestas até o ano de 2018. O registro não possui pressão por obras, mas tem arrendamento para gado.

◆ ÁREAS COM INFORMAÇÃO

Além dessa lista, ainda existem 67 registros com informações iniciais da presença de povos indígenas isolados. Essas ocorrências estão distribuídas em 31 TIs, 18 UCs, sendo que onze são de uso sustentável e sete, de proteção integral. Além dessas áreas, existem cinco registros que estão situados fora de áreas protegidas.

INFORMAÇÕES EM TERRAS INDÍGENAS

TI Yanomami
55 • **Surucucu/Kataroa** (sem registro conhecido de pressões)
56 • **Parawa u** (sem registro conhecido de pressões)
57 • **Surucucu/Watho u** (sem registro conhecido de pressões)
58 • **Auaris/Fronteira** (sem registro conhecido de pressões)
59 **Amajari** (rodovia, garimpo, mineração, fazenda, madeireiro e pesca)
60 • **Rio Branquinho** [Parna Serra da Mocidade] (sem registro conhecido de pressões)

TI Wai-Wai
61 • **Alto rio Jatapu** (garimpo e hidrelétrica)

TI Trombetas/Mapuera e Waimiri Atroari
62 • **Médio Jatapu** (fazendeiro, pescador, madeireiro, garimpeiro e estrada)

TI Alto Rio Negro
64 • **Igarapé Waranaçu** (garimpo, mineração)

65 • **Rio Uaupés garimpo** (sem registro conhecido de pressões)
66 • **Rio Cuririari garimpo** (sem registro conhecido de pressões)

TI Uneiuxi
67 • **Igarapé do Natal** (garimpo, pesca e extrativismo)

TI Maraã-Urubaxi
68 • **Igarapé Bafuanã** (pesca)

TI Rio Tea
69 • **Rio Tea** (extrativismo)

TI Vale do Javari
70 • **Rio Pedra** (sem registro conhecido de pressões)
71 • **Igarapé São Salvador** (sem registro conhecido de pressões)
72 • **Igarapé Pedro Lopes** (grileiros, madeireiros, invasores, tráfico de fauna, garimpo e pressão para exploração de petróleo e gás)

TI Deni
75 • **Cabeceiras do rio Cuniuá** (madeira e pesca)

TI Pirahã
77 • **Rio Maici** (sem registro conhecido de pressões)

TI Tenharim do Igarapé Preto
78 • **Igarapé Preto** (garimpeiro e posseiro)

TI Trombetas/Mapuera
79 • **Rio Cachorro/Cachorrinho** (fazendeiro, pescador, madeireiro e garimpeiro)

TI Kaxuyana-Tunayana/FES Trombetas
80 • **Rio Kaxpakuru/Igarapé Água Fria** (garimpeiro)

TI Tumucumaque
81 • **Akuriyó do rio Mataware/Alto Jari**
82 • **Rio Citaré** (garimpo e rodovia)

TI Paru D'Este
83 • **Alto rio Ipitinga** (sem registro conhecido de pressões)

TI Sawre Maybu/Flona Itaituba II
89 • **Rio Jamanxim** (garimpo, mineração e madeira)

TI Kayapó
93 • **Rio Fresco** (garimpeiro, madeireiro, posseiro, grileiro e fazendeiro)

TI Menkragnoti
94 • **Iriri Novo** (sem registro conhecido de pressões)
95 • **Capot/Nhinore** (garimpo, madeira, pesca, rodovia, poluição e grilagem)

TI Xikrin do Cateté
96 • **Xikrin - Cateté** (hidrelétrica, rodovia, ferrovia, mineração, garimpo, fazenda, posseiro e poluição)

TI Baú
98 • **Pu'rô** (estrada, ferrovia, garimpeiro, madeireiro e grileiro)

TI Igarapé Lourdes/Rebio do Jaru
104 • **Serra da Providência** (hidrelétrica, madeira, garimpo, fazenda, posseiro, pesca e caça)

TI Uru-Eu-Wau-Wau
105 • **Igarapé Oriente** (sem registro conhecido de pressões)
106 • **Igarapé Tiradentes** (sem registro conhecido de pressões)

TI Arara do Rio Branco
107 • **Arara do Rio Branco** (madeireiro e pescador)

TI Aripuanã
108 • **Médio Rio Branco** (garimpeiro, madeireiro, posseiro, fazendeiro e grileiro)

TI Enawenê Nawê/Esec do Iquê
109 • **Rio Iquê** (garimpeiro e fazendeiro)

TI Zoró
110 • **Norte da TI Zoró** (posseiro, grileiro, madeireiro, fazendeiro, pescador e garimpeiro)

TI Apiaka/Kayabi
111 • **Rio dos Peixes** (madeireiro e fazendeiro)

TI Parque do Xingu
112 • **Alto Xingu** (sem registro conhecido de pressões)
113 • **Alto Xingu/Curisevo** (hidrelétricas, rodovias, ferrovias, madeira e queimada)

TI Alto Turiaçu
118 • **Igarapé Jararaca (**madeireiro, caçador, fazendeiro, queimada, posseiro e grileiro)

TI Cana Brava
119 • **Cana Brava** (caçador, madeireiro e queimada)

TI Krikati
120 • **Rio Arraias** (madeireiro, arrendamento, fazendeiro, posseiro e queimada)

INFORMAÇÕES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Parna Serra da Mocidade
60 • **Rio Branquinho** (rodovia)

APA Baixo rio Branco
63 • **Médio Macucuau** (mineração, garimpo, madeira, fazenda e grileiro)

Rebio do Manicoré
74 • **Manicorezinho** (mineração, garimpo, madeira, fazenda e grilagem)

FES Tapauá
76 • **Rio Mucuim** (sem registro conhecido de pressões)

Parna Montanhas do Tumucumaque
84 • **Alto Rio Amapari** (rodovia, mineração e garimpo)

Esec do Grão-Pará
85 • **Alto Urucuriana/Alto Curuá/Alto Maicuru** (sem registro conhecido de pressões)
86 • **Alto Rio Mapuera** (mineração)

FES Trombetas
88 • **Ponekuru/Acapu/Baixo Água Fria** (garimpo e hidrelétrica)

Flona de Urupadi
90 • **Rio Abacaxis** (mineração, garimpo, fazenda, madeira e grilagem)

Resex Riozinho do Anfrísio
92 • **Riozinho do Anfrísio** (madeira)

Resex Renascer
97 • **Kararaô** (madeireiro e fazendeiro)

Esec da Terra do Meio e TI Kararaô
99 • **Mossoró** (fazendeiro e queimada)

Flona do Bom Futuro
100 • **Bom Futuro** (hidrelétrica, mineração, estrada, garimpo, madeira, queimada, fazenda, grilagem e posseiro)

Flona de Jacundá
101 • **Cachoeira do Remo** (mineração, estrada, garimpo, madeira, fazenda, posseiro e queimada)

PES de Corumbiara
102 • **Rio Corumbiara** (sem registro conhecido de pressões)

Resex Rio Cautário
103 • **Baixo Cautário** (madeira)
114 • **Arinos/Sangue** (localizado na Microbacia Juruena 2350, sem registro conhecido de pressões)

RESEX Guariba Roosevelt
115 • **Igarapé Boca da Mata** (sem registro conhecido de pressões)

Rebio Gurupi
116 • **Gurupi** (madeira, caça, queimada, fazenda, grilagem, posseiro e tráfico de fauna)

INFORMAÇÕES FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS

73 • **Urucum** (localizado na Microbacia Minor Amazon 1132, sem registro conhecido de pressões)

87 • **Jari** (localizado na Microbacia Minor Amazon 610, sem registro conhecido de pressões)

91 • **Serra do Cachimbo** (localizado na Microbacia São Manoel 4235, sem registro conhecido de pressões)

117 • **Serra do Cipó** (localizado na Microbacia Tocantins 4061, sem registro conhecido de pressões)

POVOS INDÍGENAS ISOLADOS OFICIALMENTE NÃO (RE)CONHECIDOS PELO ESTADO BRASILEIRO

Há, pelo menos, 40 registros de possível presença de povos isolados fora dos limites de terras indígenas reconhecidas. Esses grupos correm o risco de sofrer novos processos silenciosos de fuga, desterro e morte, situações recorrentes na história do país.

FABRÍCIO AMORIM ex-servidor da CGIIRC/Funai e indigenista do Programa Tumucumaque do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena Iepé

Atualmente, o governo brasileiro, por meio da Funai, órgão responsável pela política indigenista, considera uma lista com mais de 110 registros da presença de povos isolados em território brasileiro, sendo 28 registros com presença oficialmente confirmada e mais de 80 ainda em fase de qualificação e análise, portanto, ainda não confirmados (Oviedo, 2018; Silva, 2017; Apib; Coiab; CIT, 2017). Dos 86 registros em fase de pesquisa, pelo menos, 30 estão fora dos limites de Terras Indígenas. Algumas organizações da sociedade civil brasileira, como o ISA e o Cimi (Cimi, 2018), realizam pesquisas independentes e possuem listas próprias da presença de povos isolados. Ao cruzar os dados da Funai, do ISA e do Cimi, obtemos um total ainda maior: seriam, ao menos, 40 registros da possível presença de povos ou grupos isolados oficialmente não confirmados localizados fora de Terras Indígenas reconhecidas.

Desde 1987, a Funai sistematiza e atualiza uma lista de registros sobre a presença de povos isolados. O "registro" é considerado a unidade base no processo de sistematização de dados sobre o reconhecimento institucional da existência de povos indígenas isolados. Com base nas experiências de contatos forçados pelo Estado, que acarretaram imensos prejuízos e mortes às populações (Freire, 2005; Rodrigues, 2014; Silva, 2017), sobretudo, da década de 1970, durante o período "desenvolvimentista" da ditadura militar, um grupo de sertanistas, indigenistas e antropólogos propôs, oficialmente, no ano de 1987, uma radical mudança de paradigma da política pública. Nascia, assim, uma prática governamental de respeito às estratégias de "isolamento" dos povos indígenas, reconhecendo, na autodeterminação desses povos, a melhor estratégia para a sua proteção. A reboque dessa mudança de paradigma, a Funai, como estratégia de planejamento para execução dessa nova orientação pública, iniciou levantamentos sistemáticos de registros sobre a presença de povos isolados em nível nacional na forma de listas.

Em 2006, havia 41 registros classificados como "em estudo", ou seja, de presença de grupos isolados não confirmada. A partir de 2010, o número de registros cresceu substancialmente, em função do trabalho das Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) criadas no final de 2009. O resultado desse incremento de pesquisa são os mais de 80 registros em fases de pesquisa, hoje, existentes. Fica evidente, portanto, uma relação direta entre a ampliação das atividades da Funai e o conhecimento oficial da existência desses povos. Embora tenha ocorrido concurso público e aumento de recursos financeiros após 2010, não houve um acréscimo proporcional ao aumento do número de FPE e de demandas de trabalho originadas a partir do crescimento vertiginoso de obras de infraestrutura na região amazônica entre 2007 a 2014.

O reconhecimento oficial da presença de povos isolados

Quanto mais se estuda, mais evidências surgem da presença desses coletivos. Desde a perspectiva da política indigenista, os povos isolados despontam enquanto sujeitos de direitos apenas quando a sua existência é documentada. Por isso, deve-se compor e salvaguardar acervos documentais e audiovisuais que, por si só, rompam a barreira da invisibilidade jurídica. O Estado tem dificuldades de prevenir, evitar ou responder às violências praticadas contra aqueles coletivos indígenas ainda não estudados ou não "confirmados". O maior desafio, provavelmente, está relacionado às incertezas sobre a presença desses grupos. Não é impossível, nesse sentido, que tais relatos sobre a presença sejam, posteriormente, refutados tecnicamente pela Funai após pesquisas de campo. A partir da reformulação da metodologia de sistematização da Funai, em 2012, antes que sejam feitas as pesquisas, os relatos com maior consistência são considerados e ingressam na lista de registros da Funai a serem analisados, mesmo que, inicialmente, não haja um grande acervo de dados sobre essa presença.

Registros em fases de pesquisa fora de Terras Indígenas

Dentre os 44 registros em fases de pesquisa localizados fora de Terras Indígenas, 23 encontram-se em Unidades de Conservação (UC). Das 23 UCs, 15 são de proteção integral e oito, são de uso sustentável; 14 são UCs federais e nove, estaduais. Ainda, das 23 UCs onde há evidências da presença de povos isolados, oito UCs estão na lista do Prodes das 60 mais desmatadas historicamente. O Imazon publicou, em 2017, uma pesquisa sobre desmatamento ocorrido entre 2012 e 2015 em UCs. Nesse levantamento, nove UCs com evidências de isolados estavam na lista das 50 mais desmatadas no período.

Além disso, há uma série de registros fora de quaisquer áreas de proteção ambiental, inclusive em regiões com altos índices de desmatamento, como em Rondônia, Mato Grosso, Pará e Tocantins e Maranhão. No noroeste do Mato Grosso, há quatro registros da presença provável de povos indígenas isolados fora de Terras Indígenas (Ricardo, 2006), três deles na mesma região onde se inserem dois outros registros confirmados. Diante alto grau de desmatamento, esses grupos isolados (se, de fato, existiram) ou permanecem em fuga constante ou se refugiaram em áreas que ainda possuem cobertura florestal razoavelmente preservadas em regiões circunvizinhas – como no sudeste do Amazonas, onde há um mosaico de áreas protegidas (Mosaico do Apuí). Cabe um destaque à situação do território do povo Tapayuna, localizado entre os rios Arinos e Sangue, no centro-oeste do Mato Grosso. Os relatos dizem sobre a presença de segmentos desse povo que permaneceram em situação de isolamento após a remoção dos Tapayuna no final da década de 1960 (Batista de Lima, 2019). Há relatos da presença de isolados e de, pelo menos, dois massacres realizados por fazendeiros na década de 1990 e 2010, respectivamente.

É oficialmente confirmada a presença de grupos ainda isolados na região abrangida pelo oeste do estado do Maranhão, localizados nas Terras Indígenas Caru e Araribóia. Na Reserva Biológica (Rebio) do Gurupi, limítrofe às TI Caru e Awá, há a possibilidade da presença de grupo awa isolado que transita, provavelmente, entre a Rebio e a TI Awá (Ricardo, 2006; Cimi, 2018). Esses grupo(s) isolado(s) estão em situação de vulnerabilidade, em virtude da constante pressão sobre seus territórios pelas redes criminosas de exploração madeireira e pelo avanço da destruição dessas florestas, as últimas remanescentes no Maranhão.

Em Rondônia, há casos emblemáticos de violação dos direitos indígenas, como é o caso

dos Akuntsu e Kanoê, na Terra Indígena Rio Omerê, e do chamado "índio do Buraco", na Terra Indígena Tanaru. Os povos aos quais pertencem esses pequenos grupos foram dizimados em sucessivos massacres ocorridos durante a implementação de projetos de colonização e de desenvolvimento econômico em Rondônia, nas décadas de 1980 e 1990, justamente no período em que suas respectivas presenças não eram (re)conhecidas pelo Estado.

Além deles, um outro povo foi totalmente dizimado. Até meados da década de 1990, havia um grupo desconhecido localizado fora da TI Uru-Eu-Wau-Wau, no entanto, próximo a seus limites, na bacia do rio Muqui. A área onde eles viviam chegou a ser interditada pela Funai, em 1996. Equipes da Funai localizaram, na época, suas malocas, mas sua existência ficou "desaparecida" após sucessivos ataques desencadeados por colonos e em função do desmatamento da área. Não foram mais vistos no interior do trecho interditado. Atualmente, há registros fora de Terras Indígenas no norte do Estado de Rondônia, nas proximidades da TI Karipuna, da TI Karitiana, da Flona Bom Futuro e da Flona Jacundá (Ricardo, 2006; Cimi, 2018).

Nos últimos anos, foram implementadas grandes obras de infraestrutura na região amazônica, ligadas aos Planos de Aceleramento do Crescimento (PAC), algumas delas impactaram regiões com possíveis presenças de povos isolados. Esse é o caso da UHE Belo Monte, que, além dos impactos diretos, impulsionou, substancialmente, as taxas de desmatamento na região e o roubo de "madeiras de lei" nas TIs e UCs, inclusive em áreas com relatos da presença de povos isolados, como a Estação Ecológica Terra do Meio e Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio (Oviedo, 2018). Da mesma forma, as UHE Madeira e Santo Antônio foram construídas em regiões onde há evidências próximas da presença de isolados, como nas Estações Ecológicas Serra dos Três Irmãos e Mujica-Nava. Mais gritante ainda é o contexto da construção da UHE Teles Pires, em que há indícios da presença de povos isolados a leste da TI Kayabi, região que compõe a bacia do rio Teles Pires – aliás, uma área de fronteira de desmatamento. Conforme já informado por Amorim (2016), em todos esses empreendimentos, não foram disponibilizados tempo, recursos financeiros e nem humanos suficientes para as pesquisas de campo sobre a presença desses povos que subsidiariam um adequado estudo de impacto ambiental das respectivas obras.

A mineração ilegal é, também, um preocupante fator de vulnerabilidade. Destacamos a invasão de garimpeiros no Parque Nacional da Amazônia, onde há relatos da presença de grupo em situação de isolamento. Nunca é demais registrar o caso da TI Yanomami e Parque Nacional Serra da Mocidade, regiões que abrigam uma série de registros da presença de isolados pouco conhecidos e pesquisados. Segundo o ISA, a TI Yanomami registra, atualmente, 10 mil garimpeiros operando em seu interior.

Norte do Pará: uma das novas fronteiras

A região que engloba o norte do Pará e nordeste do Amazonas, constituinte do Escudo das Guianas, é uma das últimas fronteiras econômicas da Amazônia brasileira. É uma região que possui imensos estoques de minério, ouro, bauxita, cassiterita, entre outros. Os planos recentes do novo governo para integrá-la economicamente por meio da construção de hidrelétricas e rodovias justificam uma atenção especial, não só em função da imensa biodiversidade e presença expressiva de populações quilombolas e indígenas, mas, também, pela existência de inúmeros relatos da presença de grupos em situação de isolamento. Há informações e históricos dessa possível presença tanto no interior das TIs da região, Trombetas-Mapuera, Nhamundá-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana, por exemplo, quanto fora desses limites (Ribeiro; Caixeta de Queiroz, 2015). Por isso, haja vista os planos já citados do governo, é imprescindível o fortalecimento da atuação da Funai na região, para aprofundar, cada vez mais, o conhecimento dessa presença, evitando, assim, a implementação de projetos econômicos e de infraestrutura que produzam situações extremas de violação de direitos, tal como ocorreu historicamente em outras regiões amazônicas.

Considerações finais

O atual cenário político brasileiro é fortemente marcado por concepções "desenvolvimentistas" que remetem ao período da ditadura militar, instalada entre 1964 e 1985. Como se não bastasse, o setor ruralista, intimamente ligado ao atual governo, pressiona por medidas governamentais que possam reproduzir suas lógicas históricas de domínio e produção capitalista sobre a terra. Nesse cenário, é fundamental o fortalecimento da Funai, órgão oficialmente responsável pela pesquisa e confirmação da presença de povos isolados, por meio do aumento e formação de novos quadros e do incremento de aportes financeiros para a execução das pesquisas de campo.

Embora já venha ocorrendo em alguns casos, é necessário fortalecer a ativa participação indígena nos processos de trabalho de campo da Funai – por meio da formação dos indígenas que atuam nas FPEs, por exemplo. Deve-se, ainda, criar espaços em que a sociedade civil e povos indígenas possam contribuir com os passivos da pesquisa sobre os registros de povos isolados. Nesse sentido, é necessário o constante aprimoramento dos critérios e dos métodos de gestão da lista de registros da Funai. A manutenção do Conselho da Política de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, criado pela Funai em 2016, é essencial para a contribuição da sociedade civil às políticas públicas voltadas a esses povos e o fortalecimento das ações e processos decisórios da Funai. Finalmente, é imprescindível o andamento das pesquisas sobre os registros de isolados localizados fora de Terras Indígenas, com vistas a confirmar ou refutar tais presenças.

DESAFIOS DA ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

A história das relações entre índios e brancos no Brasil nos ensina que as armas de conquista foram alguns apetites e ideias, um equipamento mais eficiente de ação sobre a natureza, bacilos e vírus – sobretudo vírus (Ribeiro, 1996).

DOUGLAS RODRIGUES médico sanitarista do Projeto Xingu, Escola Paulista de Medicina (Unifesp)

O impacto das doenças decorrentes do contato entre indígenas e colonizadores europeus

Sabemos que o Brasil era densamente povoado quando os portugueses chegaram. Autores estimam que entre um milhão e 6,8 milhões de pessoas viviam na Amazônia, no Brasil Central e na costa Nordeste do território brasileiro[1]. A densidade populacional na América do Sul era grande a ponto de alguns cronistas afirmarem ser possível atravessá-la, do Brasil às minas de Potosí, nos Andes bolivianos, encontrando grandes aldeias indígenas em todo o caminho. Também eram aparentemente saudáveis. Relatavam, ainda, a ocorrência de poucas doenças no que chamavam de "paraíso terrestre". O jesuíta Manoel da Nóbrega escreveu, em uma de suas cartas, em 1550, nunca ter ouvido falar "em alguém que houvesse morrido de febre, mas somente de velhice" (Hemming, 2007).

Estudos paleopatológicos e evidências históricas corroboram as observações de que as doenças infecciosas tinham pouco significado na vida dos povos indígenas antes da chegada dos europeus. A chegada dos colonizadores mudou essa situação ao introduzir uma série de agentes de doenças contagiosas desconhecidas pelos indígenas que eram frequentes na Europa e, por isso, os colonizadores carregavam consigo. O que ocorreu a partir do contato está registrado em vários relatos históricos: alta mortalidade por doenças contagiosas antes desconhecidas, dada a grande vulnerabilidade aos novos patógenos, especialmente, os vírus. Vários povos foram extintos desde que entraram em contato com os portugueses (Nimuendaju, 1981).

Essa maior vulnerabilidade às doenças infectocontagiosas, diferente do que muitos acreditam, não se deve a uma falha em seu sistema imunológico (ou de defesa). Sua competência imunológica foi comprovada por vários estudos, mostrando que, quando vacinados, os indígenas produzem anticorpos e defesas como qualquer pessoa sadia (Baruzzi; Abadala; Black, 1982; Black, 1994).

Entre os fatores que explicam a alta mortalidade, um dos principais é a maior homogeneidade genética dos grupos indígenas devido aos casamentos preferencialmente endogâmicos. Vivendo em relativo isolamento, essas populações mantém uma relação estável com agentes de doenças infecciosas presentes em seu habitat natural, num estado de equilíbrio e crescimento demográfico. A introdução de novos vírus e bactérias, até então desconhecidos, quebra esse equilíbrio e provoca o adoecimento de muitas pessoas ao mesmo tempo, causando muitas mortes.

1 Ver Sapper (1924); Kroeber (1934); Steward (1946); Denevan (1976) e Hemming (2007).

VULNERABILIDADE A AGENTES PATOGÊNICOS COMUNS

Em algumas situações, com o objetivo de identificar a presença de anticorpos para as principais doenças infectocontagiosas, foi possível fazer exames de sangue logo após o contato. A seguir, alguns desses casos.

Panará*

Os Panará, também conhecidos como Krenakore, foram oficialmente contatados em 1973, quando a estrada Cuiabá-Santarém estava em construção. A violência do contato ocasionou a morte de um terço de sua população, em razão de doenças e massacres. Foi possível constatar que nenhum deles tinha anticorpos para os vírus de gripe que circularam no mundo até 1967, quando teve início o processo de atração e contato. Apenas 5% dos sobreviventes ao contato apresentavam anticorpos contra os vírus de gripe que circularam até 1973, ano do contato oficial, e 55% dos sobreviventes possuíam anticorpos contra os vírus de gripe que circularam até 1980, ano em que foi feito o estudo (Rodrigues, 2013).

Zo'é**

Habitantes do norte do Pará, os Zo'é, um povo tupi, foram contatados em 1982 por missionários evangélicos da Missão Novas Tribos do Brasil. Em 1989, a Funai realizou algumas expedições de reconhecimento da situação dos indígenas e constatou que o estado de saúde do grupo era precário. Em um grupo de 34 Zo'é examinados em 1989, ninguém possuía anticorpos para rubéola, sífilis, clamídia trachomatis, varicela, sarampo, hepatite A e hepatite B.

Povo do Xinane

Em 2014, em uma praia próxima à aldeia Simpatia, na TI Kampa e Isolados do Rio Envira (Acre, Brasil), se deram os primeiros contatos com indígenas que, até então, viviam em isolamento voluntário. Em um grupo de 24 indígenas do povo do Xinane, ninguém possuía anticorpos para as hepatites A e B e para sífilis. Apenas uma pessoa apresentou anticorpos para sarampo, indicando possível contato com a doença ainda no período de isolamento.

Contato, doenças e morte: o caso dos Panará

Período de tempo	**Até 1967**	**1967 - 1973**	**1973 - 1975**
Etapas do processo de atração e contato	Isolamento	Tentativas de contato e fugas	Contato oficial e dois anos de permanência próximo à rodovia Cuiabá Santarém (BR-163)
Presença de anticorpos anti-influenza* **	Nenhum	Detectados anticorpos em 5% dos sobreviventes	Detectados anticorpos em 55% dos sobreviventes
População	Entre 350 e 600 (estimada)	Entre 140 e 150 (Funai)	79 (grupo que foi removido para o Parque Indígena do Xingu)

* Sobre os Panará, ver: http://bit.ly/2FZK6Bw.
** Sobre os Zo'é, ver: http://bit.ly/2LEuQ0u.
*** Testados anticorpos para a pandemia de 1918 (gripe espanhola), vírus circulantes entre 1934 e 1957, 1957 e 1968, 1968 e 1980.



A ausência total de anticorpos provoca manifestações mais graves das doenças entre os indígenas isolados ou de contato recente. Um resfriado comum pode levar à febre alta, grande produção de secreção e evolução rápida para pneumonia e morte.

Outro fator importante a ser considerado é que, como as epidemias assolam quase a totalidade da população, a economia do grupo é quebrada. Com todas as pessoas doentes na aldeia, não há quem possa cuidar das roças, prover cuidados, alimentos e água. Sobrevém fome e sede, aumentando ainda mais a mortalidade, como descreveu o sertanista Wellington Gomes Figueiredo, ao lembrar uma epidemia de gripe entre um grupo Arara, alguns meses após o contato, em 1981.

> *Mais ou menos meio dia [de caminhada] chegamos em uma aldeia. E todo mundo ficou parado, com medo de ir lá, para não ser atacado... então apareceu uma criança de uns sete anos de idade... apareceu na porta da maloca, com arco e flecha, peitando a gente. Na maloca, todo mundo estava arriado... sem forças para mais nada. Só havia uma mulher que estava mais inteira, a Kutê.... Ela e aquele menino, o Tanti, que estavam mais inteiros, de certa forma, eram quem alimentava todos os outros. Todo resto do grupo estava na rede (Milanez, 2015).*

Não há, no Brasil, registros sistematizados sobre o impacto na mortalidade após o contato com grupos indígenas isolados. As informações existentes, embora precárias e dispersas, indicam que as epidemias que se seguiram à quebra do isolamento levaram a grandes reduções populacionais na grande maioria dos grupos contatados no passado. A perda populacional pode atingir proporções alarmantes, que chegam a cerca de 80% da população, como mostram alguns exemplos ilustrativos, retirados de diferentes fontes de informação (vide quadro na página 42). No período posterior ao contato, enquanto alguns grupos logram atingir um determinado grau de acomodação que lhes permite sobreviver, outros continuam diminuindo até o desaparecimento.

imagem Sôkriti Panará na época do contato.

Mortalidade associada ao contato com alguns grupos indígenas no Brasil no século XX

Povo	Contato/ período de tempo	População inicial	População final	Depopulação (%)	Principais doenças responsáveis pela mortalidade
Aikewara	1960 - 1965	126	34	33	Gripe e Varíola
Asurini Tocantins	1953 - 1962	190	35	81,5	Gripe, Sarampo e Varicela
Gavião Parkatêjê	1956 - 1966	580	176	70	Gripe e Malária
Awa Guajá do Alto Turiaçu	1976 - 1981	91	25	72,5	Gripe, Malária e Calazar
Kaingang de São Paulo	1912 - 1956	1200	87	92,7	Gripe, Sarampo e Varíola
Ka'apor	1950 - 1951	750	590	21	Sarampo
Xokleng Santa Catarina	1941 - 1943	400 a 600	106	73,5 a 82,3	Sarampo, Gripe, Coqueluche e Gonorreia
Nambikwara	1948 - 1956	10000	1000	90	Gripe, Malária, Sarampo e Tuberculose
Karajá	1940 - 1956	4000	1000	75	Gripe, Sarampo, Malária e Tuberculose
Suruí Paiter	1980 - 1986	800	200	75	Sarampo e Tuberculose
Panará	1976 - 1973	400	79	80	Gripe e Malária
Parakanã	1970 - 1972	180	86	54	Gripe e Malária
Waimiri Atroari	1971 - 1986	1500	374	75	Violência, Gripe e Malária

Fontes: ISA, Ribeiro (1996), Heelas (1979), Black (1994), Hemming (1995), Rodrigues (2013), Milanez (2015) e Valente (2017).

Aprendendo com os erros

Uma nova onda de contatos e mortes teve início na segunda metade do século XX, intensificando-se nos anos 1960 e 1970, quando estava em andamento o plano militar de ocupação da Amazônia – que incluía a construção de estradas que penetravam na selva, onde viviam inúmeros povos indígenas.

Das informações disponíveis, pode-se apreender que, entre os fatores que contribuíram para a alta mortalidade registrada em vários contatos, destacam-se a pouca estrutura disponível nas frentes de atração da época, dificuldades para a efetiva proteção dos territórios indígenas e a falta de pessoal de saúde qualificado para o atendimento dos doentes. Em alguns casos, as epidemias podem ter sido introduzidas pelos próprios agentes oficiais do contato.

As trágicas experiências de sertanistas da Funai nesse período levaram à mudança na estratégia na relação da instituição com os grupos indígenas isolados, alterando o paradigma de proteção: ao invés de procurar o contato, garantir o isolamento, protegendo seus territórios. Foram criadas, na Funai , a Coordenadoria Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) e foram implantadas Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE)[2] nas regiões onde havia confirmação da presença de grupos isolados, com a missão de protegê-los e a seu território, respeitando seu direito de permanecer em isolamento. O contato se daria só por iniciativa dos isolados ou por ameaças reais à sua integridade física, detectadas pelo sistema de proteção comandado pela CGIIRC.

A atenção à saúde indígena, antes atribuição da Funai, passou a ser responsabilidade do Ministério da Saúde a partir de 1999. Foi criado o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), componente do Sistema Único de Saúde, cujas unidades operacionais são 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), cobrindo todas as áreas indígenas no país. A gestão desse subsistema é federal e cabe à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), criada em 2010[3].

Em fevereiro de 2013, três anos após a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, foi instalado um grupo de trabalho interministerial com a finalidade de

> *elaborar diretrizes e estratégias de ações em saúde para povos indígenas isolados e de recente contato bem como planos de contingência em saúde para situações de contato com povos isolados e surtos epidêmicos em grupos de recente contato*[4].

Em novembro do mesmo ano, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) promoveu uma oficina sobre metodologias de atenção à saúde, proteção e promoção de direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil. Essa oficina foi muito importante, pois juntou as duas instituições governamentais responsáveis pela proteção e atenção à saúde dos povos indígenas isolados

2 As Frentes de Proteção Etnoambiental foram criadas por diferentes portarias da presidência da Funai (Portaria nº 290/2000). A Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato foi criada a partir da reforma administrativa da Funai, em 2012.

3 O SasiSUS foi criado em 1999, tendo ficado sob responsabilidade da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) até 2010, ano em que foi criada, no Ministério da Saúde, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), substituindo a Funasa na gestão da atenção à saúde indígena.

4 Portaria Interministerial nº 171, de 6 de Fevereiro de 2013.

e de recente contato – a CGIIRC/Funai/MJ e a Sesai/MS -, representantes de órgãos governamentais que têm interface com a política indigenista, universidades, movimento indígena e organizações indigenistas da sociedade civil[5].

A partir dessas iniciativas, iniciou-se uma profícua discussão entre a CGIIRC/Funai e Sesai, com ajuda de colaboradores, sobre como se preparar para promover atenção à saúde em novas situações de contato que, fatalmente, poderão ocorrer nos próximos anos. O GT concluiu pela necessidade de maior articulação entre Sesai e CGIIRC e de elaboração de planos de contingência em saúde para situações de contato e para o enfrentamento dos frequentes surtos epidêmicos em grupos de recente contato. O acúmulo de discussões e a experiência adquirida em três contatos que ocorreram entre 2013 e 2017 subsidiaram a elaboração e publicação, em dezembro de 2018, de uma portaria conjunta entre o Ministério da Saúde e a Funai[6], que "define princípios, diretrizes e estratégias para atenção à saúde dos povos indígenas isolados e de recente contato".

Desafios da atenção à saúde de grupos isolados e de recente contato

De acordo com a CGIIRC/Funai, existem 28 grupos isolados confirmados e 17 grupos de recente contato no Brasil. Outros países onde há registros de povos isolados são: Paraguai (2), Bolívia (2), Colômbia (2), Venezuela (3), Equador (3), Peru (26). A maioria dos povos isolados registrados no Brasil encontra-se na região amazônica e muitos deles, próximos às fronteiras brasileiras com países vizinhos, o que, por vezes, torna sua proteção uma questão internacional, já que os isolados costumam transitar pela fronteira.

A política de proteção aos isolados parte do pressuposto da autonomia desses grupos para, por assim dizer, decidirem quando desejam fazer contato conosco. O caso do contato de 2014, no Xinane, merece reflexão[7]. O grupo todo era composto por apenas 38 pessoas. Não havia idosos e era pequeno o número de crianças menores de cinco anos de idade. Chamava atenção, também, o pequeno número de mulheres. Segundo relatos dos indígenas colhidos pelos indigenistas da FPE Envira, com auxílio de intérpretes falantes de língua semelhante (Jaminawa), o grupo vinha fugindo, de longa data, de ataques de não indígenas, possivelmente, do lado peruano, onde há exploração ilegal de madeira e presença de narcotraficantes. Um dos relatos diz respeito a um ataque numa aldeia, no qual as casas foram incendiadas. Com relação às doenças, mencionaram mortes por febre, tosse, diarreia e vômitos. Nenhum dos adultos, aparentemente, tinha pais vivos. Um grupo de sobreviventes, extremamente vulnerável, que requeria atenção especial de forma continuada para não ser extinto. A política do não contato teria conseguido, efetivamente, protegê-los?

O contato com os isolados do Xinane foi a primeira experiência de um trabalho articulado entre Sesai e CGIIRC. Os contatos que se seguiram, com os Awa Guajá, no Maranhão, e com os Korubo, no Vale do Javari, reforçaram a importância de capacitação das equipes dos 20 DSEIs que têm grupos isolados em sua área de abrangência, cujas sedes ficam em oito estados da Amazônia Legal.

A Portaria conjunta nº 4094, de 20 de dezembro de 2018, já mencionada, prevê um prazo de 180 dias (encerrado no final de junho de 2019) para que Funai e Sesai elaborem e publiquem um documento orientador para os planos de contingência, o estabelecimento de protocolos e a atuação conjunta nas ações de atenção à saúde para os povos indígenas isolados e de recente contato.

Ao que tudo indica, os grupos isolados remanescentes no Brasil são, na maioria das vezes, pequenos, possivelmente fragmentos de povos, que vêm tendo seus territórios cada vez mais ameaçados por empreendimentos amazônicos governamentais e privados, pela exploração ilegal de madeira e minérios e pela expansão do agronegócio e do desmatamento na Amazônia.

É um verdadeiro cerco que age empurrando os isolados cada vez mais para o interior das Terras Indígenas, mais protegidas. Muitas vezes, aproximam-se de aldeias de povos contatados, entram em suas roças e roubam utensílios das casas, aumentando o risco de contágio e conflitos. Nos próximos anos, é possível que vejamos um crescente número de contatos, como pensam alguns sertanistas e indigenistas experientes. É preciso que o Estado brasileiro esteja preparado para os contatos, inclusive, para deflagrá-los ao detectar situações de risco iminente.

UF	Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei)
AC	Alto Rio Juruá
AM	Alto Rio Purus, Médio Rio Purus, Vale do Javari, Médio Rio Solimões, Alto Rio Solimões, Alto Rio Negro, Parintins
AP	Amapá e Norte do Pará
MA	Maranhão
MT	Araguaia e Kaiapó/Mato Grosso
PA	Kayapó/Pará, Guamá/Tocantins, Altamira e Rio Tapajós
RO	Porto Velho e Vilhena
RR	Yanomami

5 Além da Sesai e CGIIRC, estiveram presentes: Banco Interamericano de Desenvolvimento, OTCA, Secretaria Nacional de Articulação Social, Casa Civil, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério Público Federal, Coordenação das Organizações Indígenas na Amazônia, Hutukara Associação Yanomami, Fórum dos Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena, Opan, CTI, ABA, Cimi, Lalli/UnB e Projeto Xingu/Unifesp.

6 Portaria conjunta nº 4094, de 20 de dezembro de 2018.

7 Ver artigo sobre o contato com povo do Xinane nesta publicação.

Contexto atual e o risco de genocídio

A proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato está ameaçada como nunca. Desde a campanha, o governo manifesta-se contrário aos direitos indígenas, ao afirmar, por exemplo, que não demarcará nenhuma terra e revisará as demarcações já efetivadas.

Terras Indígenas onde vivem grupos isolados e de recente contato, como as TI Yanomami e do Vale do Rio Javari, têm sido invadidas por garimpeiros e madeireiros, animados com a impunidade resultante do discurso do governo em relação às minorias e ao meio ambiente, do enfraquecimento do órgão indigenista e dos órgãos de fiscalização ambiental. No norte do Mato Grosso, madeireiros e grileiros invadem impunemente a área onde vivem os isolados Kawahiwa.

Ainda que o Congresso Nacional tenha refreado o desmonte da Funai proposto pela Presidência da República, que pretendia, por medida provisória, retirar do órgão indigenista suas competências de demarcação de Terras Indígenas e de avaliação de processos de licenciamento ambiental de projetos que incidem em TIs, os grupos de interesse que controlam o governo – representantes do agronegócio, da mineração e de grupos evangélicos proselitistas – mantêm frentes permanentes de ataque aos direitos indígenas.

Em abril de 2019, manifestações do movimento indígena em todo o país provocaram o recuo do Ministro da Saúde em desconstruir o subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas, extinguindo a Sesai e repassando aos municípios os recursos e a responsabilidade pela saúde indígena. Apesar do recuo inicial, permanecem questionamentos à essência do SasiSUS e propostas de municipalização "onde for possível".

Mais do que nunca, é preciso dar visibilidade à questão indígena e à situação de extrema vulnerabilidade dos povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil. É fundamental que a sociedade civil seja informada das graves ameaças às quais estão expostos. O risco de que novos genocídios aconteçam é real.

AMEAÇAS FUTURAS AOS TERRITÓRIOS DOS POVOS ISOLADOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

O abandono das atuais políticas de controle do desmatamento e o apoio político às práticas agrícolas predatórias representam, junto com uma possível execução de obras de infraestrutura planejadas na Amazônia Legal, uma grave ameaça à integridade da floresta e à vida dos povos indígenas isolados no Brasil.

ANTONIO OVIEDO, TIAGO MOREIRA DOS SANTOS, WILLIAM PEREIRA LIMA Programa de monitoramento de áreas protegidas do ISA
AMANDA RIBEIRO, BRITALDO SOARES-FILHO, WILLIAM LELES Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais

Os povos indígenas denominados em "isolamento voluntário" encontram-se numa situação de extrema vulnerabilidade frente à invasão dos seus territórios, massacres e propagação de doenças. Políticas públicas e ações de proteção foram incrementadas nas últimas décadas, mas a exploração ilegal de madeira, mineração ilegal, abertura de áreas para agropecuária, intensificação da grilagem de terras e grandes projetos de infraestrutura seguem com passos ainda mais acelerados. Atualmente, o número crescente de contatos com populações locais e impactos ambientais decorrentes de obras de infraestrutura e exploração ilegal de recursos naturais configuram um quadro incerto e preocupante para a sobrevivência dos povos indígenas isolados.

O cenário para os próximos anos, em relação à integridade territorial das áreas ocupadas por povos indígenas isolados, é bastante incerto. Caso se confirme o desmonte das políticas ambientais pelo atual governo e a ambição por novas obras na Amazônia, os ganhos na redução do desmatamento dos últimos 14 anos podem ser revertidos nos próximos sete. Assim, em 2025, a Amazônia retornaria aos mesmos patamares de desmatamento de 2005. A manutenção da floresta é de suma importância para os povos indígenas isolados, pois a degradação dos serviços ambientais afetaria diretamente a vida desses povos.

Historicamente, as obras de infraestrutura têm sido um vetor de desmatamento, grilagem e impactos sociais na Amazônia, ao contrário de promoverem um desenvolvimento local sustentável. Estudos demonstram como as rodovias causam grandes impactos socioambientais na Amazônia e como representam obstáculos ao controle do desmatamento (Fearnside, 2007; Carrero; Fearnside, 2011). As hidrelétricas implantadas na região durante a última década, sob o argumento de manter o abastecimento de energia para mover a economia brasileira, são outro exemplo de obras planejadas conforme o interesse setorial em detrimento das necessidades locais (Ang; Monzoni, 2015; Fearnside, 2014; Villas-Bôas et al., 2015).

O atual plano de obras do governo federal contempla uma superagência para infraestrutura e um pacote de políticas públicas para regulação de linhas de transmissão, estradas e ferrovias com leilões e concessões previstos para 2019 e investimentos de cerca de R$ 20 bilhões. Os desafios em relação às obras de infraestrutura que possam ser sustentáveis continuam os mesmos. O setor de transporte, por exemplo, tem sido incapaz de internalizar impactos ambientais e sociais de forma mais efetiva (Fearnside; Graça, 2006).

Os processos que levam ao desmatamento e à degradação florestal são muitos e incluem especulação de terras, incentivos tributários, criação de assentamentos rurais, produções para exportação e subsistência, crescimento populacional e obras de infraestrutura (Fearnside, 2017). Esses eventos geram dois padrões que se repetem ao longo do tempo, levando ao desmatamento: a expansão das áreas desmatadas no passado e o estabelecimento de novos focos de desmatamento (Fearnside, 1989).

Entre 2004 e 2011, houve um fortalecimento sistemático da regulação ambiental no país, com ações que atuaram em sinergia para sustentar uma continuada redução no desmatamento. Entretanto, a pressão crescente por parte dos proprietários rurais e grupos político-empresariais tem gerado medidas de retrocesso ambiental, tais como a revisão do Código Florestal, em 2012, com a consequente anistia ao desmatamento ilegal do passado, a escritura de glebas de terras maiores que dois mil hectares e tentativas de flexibilização do licenciamento ambiental. Essas medidas têm passado um sinal aos proprietários de terra, encorajando-os ao desmatamento ilegal. Como resultado, desde o mencionado ano, as taxas de desmatamento na Amazônia inverteram o sinal e vêm crescendo gradativamente (Soares-Filho et al., 2014; Fearnside, 2016; Rochedo et al., 2018; Soares-Filho; Rajão, 2018).

Estudos prévios enfatizaram o papel do ordenamento territorial como peça central para a proteção dos povos indígenas isolados (Espinoza, 2017; Garcia, 2018; Vaz, 2019). Hoje, a rede de áreas protegidas com presença de registros de povos isolados, incluindo Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), compreende 92 milhões de hectares (sobreposições excluídas), o equivalente a 18% da Amazônia Legal. Logo, as estratégias de proteção e consolidação dessas áreas têm enormes implicações para a conservação dos serviços ecossistêmicos da Amazônia (Strand et al., 2018) e mitigação da mudança climática global (Soares-Filho et al., 2010).

Metodologia do estudo

Tendo como base as obras de infraestrutura implantadas e planejadas e as trajetórias históricas de uso e cobertura da terra na Amazônia, o presente estudo tem a finalidade de produzir cenários de ameaças aos territórios com presença de povos indígenas isolados em função da implantação de projetos de infraestrutura. A área de estudo abrange 54 Terras Indígenas (TIs), 15 Unidades de Conservação (UCs) federais, nove UCs estaduais e oito áreas sem nenhuma medida de proteção, as quais contemplam 120 registros de povos indígenas isolados (28 confirmados, 25 em estudo e 67 informações).

O levantamento utilizou dados públicos sobre áreas protegidas (ISA, 2019); usinas hidrelétricas (UHE), pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e linhas de transmissão (Aneel, 2018); ferrovias (EPL, 2018); rodovias (Dnit, 2018); portos (Antaq, 2013); hidrografia, altimetria e centros urbanos (IBGE, 2016); desmatamento do Prodes (Inpe, 2018); e pedidos via lei de acesso à informação sobre dutos (EPE, 2015) e registros dos povos indígenas isolados (Funai, 2018).

Para os registros de povos indígenas isolados localizados no interior de áreas protegidas, adotou-se o limite da área protegida como território de ocupação potencial. Para os registros localizados fora das áreas protegidas, foi adotado o limite da microbacia (nível 6), conforme Venticinque et al. (2016). Para a avaliação da incidência das obras de infraestrutura sobre os povos indígenas isolados, adotou-se o conceito de Área de Influência Direta (AID) do empreendimento (conforme Portaria Interministerial Nº60/2015, a qual foi delimitada conforme diretrizes dos órgãos

responsáveis pelos setores estudados)[1]. O impacto potencial das obras de infraestrutura considerou a ocorrência de sobreposição entre os territórios e as obras planejadas.

A modelagem para simular o desmatamento nos territórios com presença de grupos isolados sob influência das obras de infraestrutura foi realizada utilizando a plataforma Dinamica EGO (Soares-Filho et al., 2013). O estudo começa pela análise histórica da efetividade das áreas protegidas em deter o desmatamento. Para tanto, foi realizada uma análise do desmatamento anual em faixas de 10 km dentro e fora de cada área protegida, avaliando-se a tendência temporal e o efeito antes e após sua designação. O método analisa as chances de ocorrer desmatamento de 2002 a 2017, em um conjunto de 632 áreas protegidas da Amazônia Legal. Outras variáveis utilizadas para calibrar o modelo foram: mapas de uso da terra inicial (2012) e final (2017), distância aos rios, distância às estradas principais, máximo valor presente líquido entre as rendas de soja e gado, aptidão agrícola para culturas mecanizadas, elevação do terreno, declividade, atração por centros urbanos e estradas existentes em 2018.

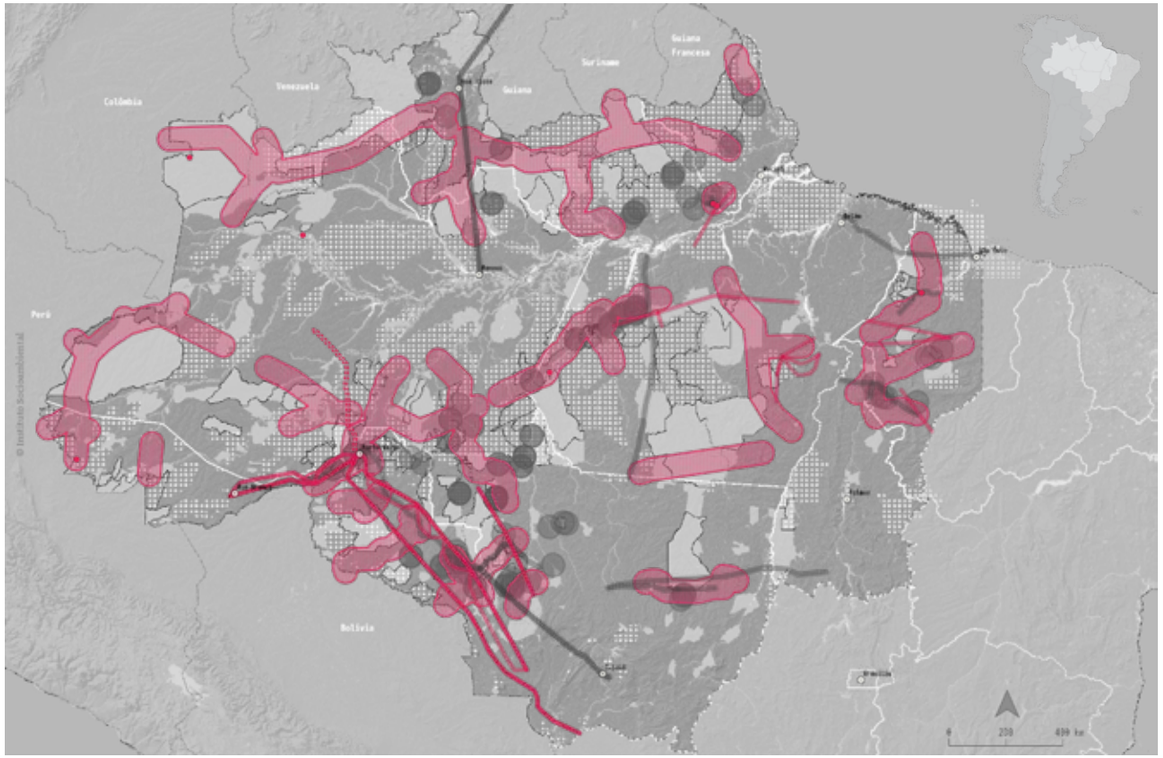
As taxas de desmatamento do cenário modelado foram inseridas no modelo, que distribui essas taxas para sub-regiões da Amazônia de acordo com tendências históricas do desmatamento. Cada sub-região tem, portanto, um modelo espacial de transição que retrata a influência das variáveis sobre a localização do desmatamento e outro modelo que projeta a expansão da rede de estradas nos padrões espaciais do mesmo. Três cenários de governança ambiental foram elaborados para 2039:

1 As métricas para a delimitação da Área de Influência Direta das obras de infraestrutura foram: (i) dutos, 5km; (ii) linhas de transmissão, 8km; (iii) portos, 10km; (iv) ferrovias, 10km; (v) rodovias, 40km, (vi) pequenas centrais hidrelétricas (PCH), 40km; e (vii) usinas hidrelétricas (UHE), 40km.

(1) Fraca governança ambiental (Reversão)
O cenário pressupõe o abandono das atuais políticas de controle do desmatamento, além de um forte apoio político às práticas agrícolas predatórias. Ele representa o pior cenário de governança, com impactos severos nas taxas de desmatamento, que poderiam, potencialmente, retornar para níveis anteriores a 2005. Esse regresso das taxas de desmatamento aos níveis máximos da última década levaria a perdas anuais de 2,7 milhões hectares de floresta na Amazônia.

(2) Governança ambiental intermediária (Intermediário)
Este cenário representa a manutenção das atuais políticas de controle do desmatamento, enquanto, contraditoriamente, considera um crescente apoio político às práticas agrícolas predatórias. Isso inclui o baixo grau de implantação do Código Florestal, o apoio legal às práticas de grilagem de terras, a paralisação na criação de novas áreas protegidas e o rebaixamento, a redução e a desconstituição de áreas protegidas estabelecidas. A crescente taxa de desmatamento observada na Amazônia desde 2013 se estende até 2039. Como resultado, o desmatamento anual atingiria cerca de dois milhões de hectares em 2039.

(3) Forte governança ambiental (Meta NDC)
Este cenário vislumbra o esforço necessário para o cumprimento da meta da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) (Brasil, 2016), através da redução do desmatamento na Amazônia, incluindo ações como a expansão das políticas de comando e controle do desmatamento, o apoio político à agenda ambiental do país e a implementação efetiva do Código Florestal junto com incentivos econômicos para a conservação florestal. O desmatamento anual na Amazônia seria reduzido para cerca de 400 mil hectares em 2039.



LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA PLANEJADAS

portos · ferrovias · rodovias · dutos · linhas de transmissão · Capitais
aproveitamentos hidrelétricos · Terras Indígenas (TIs) · TIs ameaçadas por obras de infraestrutura · Unidades de Conservação (UCs) · UCs ameaçadas por obras de infraestrutura

Para a alocação do desmatamento, o modelo possui resolução espacial de 25 hectares e passos anuais. A contabilização dos resultados foi realizada para o conjunto de 78 áreas protegidas e oito áreas sem proteção com ocorrência de registros de povos indígenas isolados, totalizando 93 milhões de hectares. Adicionalmente, o modelo permite calcular o potencial de redução do desmatamento e emissões associadas de CO2. O modelo soma anualmente os estoques de carbono (Baccini et al., 2017) provenientes do desmatamento nas áreas protegidas sob o cenário prescrito, assumindo que 85% de seu carbono florestal é liberado para a atmosfera (Houghton et al., 2000). Os resultados da modelagem indicam quais áreas seriam mais vulneráveis se o desmatamento continuar desenfreado, apresentando, portanto, um quadro da contribuição direta das áreas protegidas na sua redução.

Resultados nos três cenários modelados

O impacto das obras de infraestrutura planejadas
A figura 1 apresenta as obras de infraestrutura planejadas que incidem sobre os territórios dos povos indígenas isolados. Um total de 133

Figura 1. Localização das obras de infraestrutura planejadas que pressionam os territórios dos povos indígenas isolados na Amazônia.

obras planejadas (35 UHEs, 49 PCHs, 20 rodovias, 14 trechos de linhas de transmissão, sete portos, sete ferrovias e um duto) impactam 52 áreas protegidas (36 TIs, 11 UCs federais, cinco UCs estaduais) e cinco áreas sem proteção. Esses territórios somam 92 registros de grupos isolados (23 confirmados, 19 em estudo e 50 informações). Tais obras necessitam de um cuidadoso estudo de impacto ambiental, garantindo, principalmente, a consulta prévia aos povos indígenas e populações tradicionais da região.

Para 23 registros confirmados, incidem 25 obras de infraestrutura planejadas (11 rodovias, oito UHEs, três portos, duas linhas de transmissão e uma ferrovia). Para os 19 registros em estudo, 55 obras de infraestrutura pressionam seus territórios (20 UHEs, 7 PCHs, quatro linhas de transmissão, 18 rodovias, quatro ferrovias e dois portos). E, para os 50 registros de informação, 90 obras de infraestrutura pressionam seus territórios (28 UHEs, 20 PCHs, dez linhas de transmissão, 24 rodovias, seis ferrovias e dois portos).

Vinte e duas áreas protegidas (14 TIs, seis UCs federais e duas UCs estaduais) e três áreas sem proteção são pressionados por 70% das obras planejadas (Figura 2). Destacamos os três registros em estudo (PI Aripuanã, Parna Campos Amazônicos, Parna Montanhas do Tumucumaque), ameaçados por 20 obras planejadas. Os órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental devem considerar a necessidade de se avaliar não só os impactos gerados por um único empreendimento, mas, também, como se comportam esses impactos quando se considera o conjunto de obras previstas para uma mesma região. Os impactos cumulativos raramente estão alinhados com as políticas públicas de licenciamento ambiental ou descritos nos projetos ou medidas mitigadoras do empreendimento.

As obras de infraestrutura consideradas neste estudo podem gerar impactos ambientais irreversíveis sobre os territórios e modos de vida dos povos isolados e dos povos indígenas que coabitam as áreas, tais como aumento e pressão por desmatamentos, exploração ilegal de recursos naturais, grilagem de terra, degradação de recursos hídricos e contato com madeireiros, garimpeiros e funcionários das obras. Conforme destacado anteriormente, a construção de uma rodovia, por exemplo, pode ter seu impacto socioambiental ampliado se houver a construção, na mesma área de influência, de uma usina hidrelétrica ou de um porto destinado à exportação de grãos. Alguns exemplos de efeitos cumulativos e sinérgicos de impacto ambiental e que afetam vinte registros (sete em estudo e 13 informações) de grupos isolados são: (i) integração da BR-163 com a Ferrogrão e hidrovia do rio Amazonas; (ii) integração da BR-319 com a hidrovia do rio Amazonas; (iii) integração entre a hidrovia dos rios Tapajós/Juruena/Teles Pires com o conjunto de hidrelétricas planejadas nesses rios.

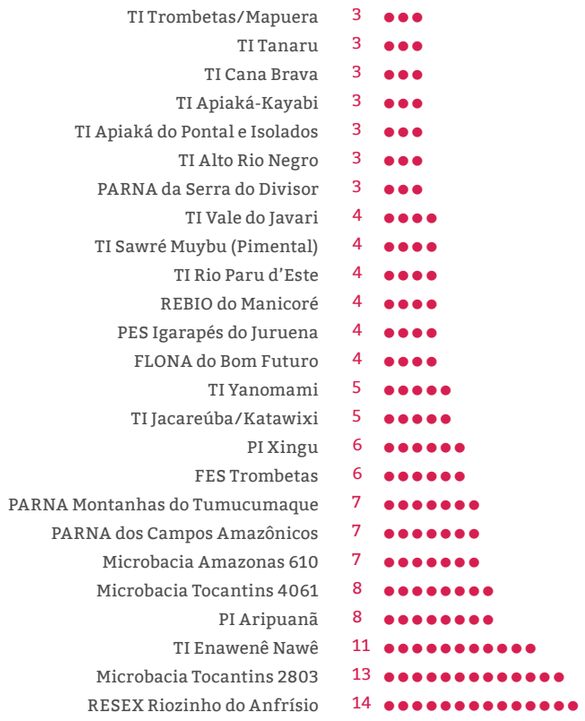
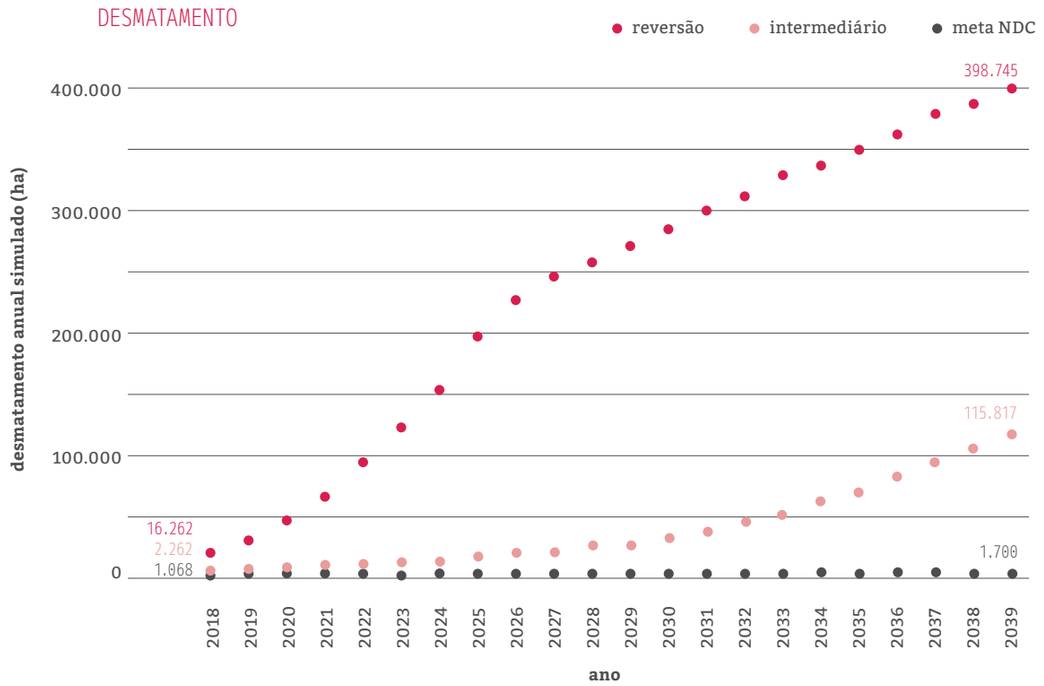


Figura 2. Áreas protegidas e microbacias sem proteção mais pressionadas pelas obras de infraestrutura planejadas.



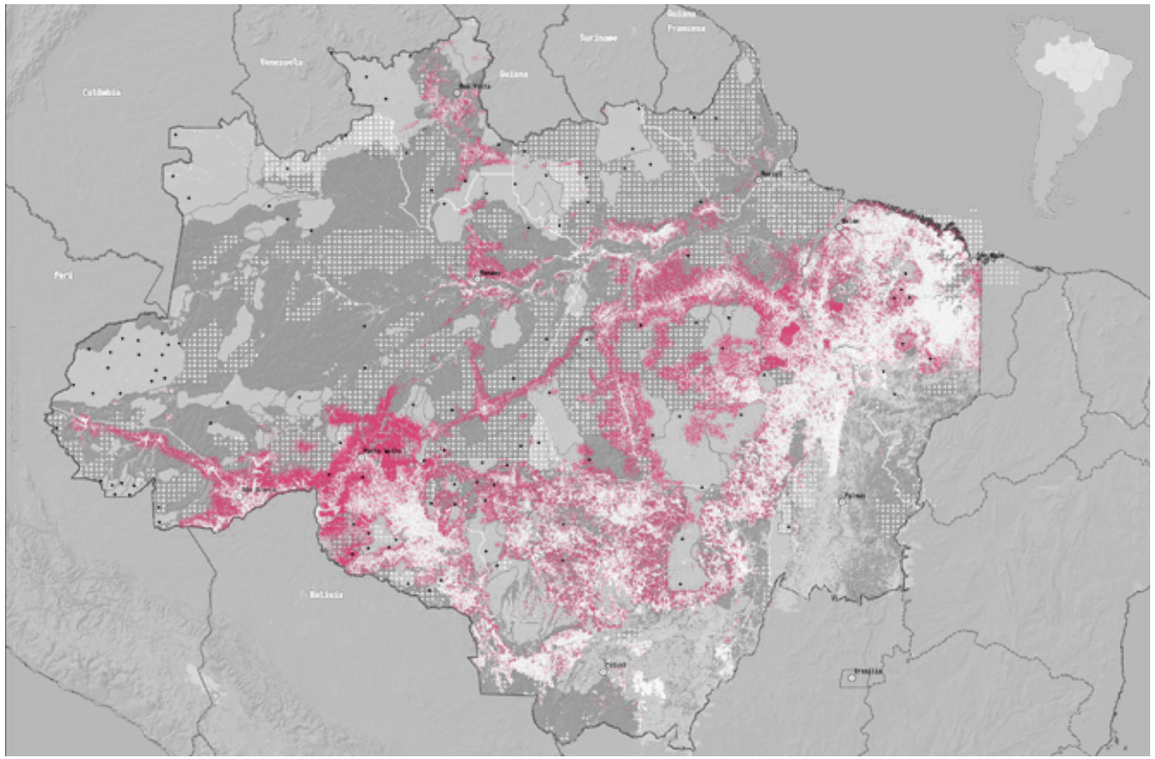
Em relação aos povos indígenas isolados não pressionados por obras de infraestrutura planejadas, 21 áreas protegidas (16 TIs: Alto Tarauacá, Araweté/Igarapé Ipixuna, Awá, Inauini/Teuini, Inãwébohona, Kampa e Isolados do Rio Envira, Kaxinawa do Rio Humaitá, Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, Mamoadate, Rio Tea, Uneiuxi Pirahã, Massaco, Krikati, Araribóia e Wai-Wai; quatro UCs federais: Flona de Jacundá, Parna Serra da Mocidade, Rebio do Gurupi e Resex do Rio Cautário e uma UC estadual: FES Tapauá) e três áreas sem proteção (microbacias Amazonas 1132, Amazonas 676 e São Manoel 4235) encontram-se nessa condição. Com isso, 24 registros de grupos isolados (cinco confirmados, seis em estudo e 13 informações) não sofrem pressões por obras planejadas.

O impacto do desmatamento

A análise da efetividade das áreas protegidas em conter o desmatamento mostrou que, entre 1997 e 2015, as áreas protegidas apresentaram um efeito positivo após a sua designação ou demarcação. Destacamos o efeito mais refratário das UCs de proteção integral, seguidas das TIs e UCs de uso sustentável.

Para a análise do pior cenário (*Reversão*), foi desconsiderado o efeitos refratário das áreas protegidas, ou seja, como se elas não exis-

Figura 3. Simulação do desmatamento nas áreas protegidas e áreas sem proteção com registros de povos indígenas isolados nos três cenários.



SIMULAÇÃO DO DESMATAMENTO NAS ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS SEM PROTEÇÃO COM REGISTROS DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NO PIOR CENÁRIO

Amazônia Legal · Desmatamento entre 2018 e 2039 · Desmatamento até 2017 · Capitais
Registro de Povos Indígenas Isolados · Terras Indígenas · Unidades de Conservação

tissem. Com isso, a alocação das taxas regionais do desmatamento é guiada apenas pelo conjunto de variáveis espaciais. Para comparação entre esse cenário com os cenários *Intermediário* e *Meta NDC*, inclui-se, nos últimos, a projeção da efetividade das áreas protegidas. Por fim, na comparação entre os cenários *Intermediário* e *Meta NDC*, inclui-se esse efeito apenas no último. Desse modo, avalia-se a potencial contribuição das áreas protegidas nos cenários estudados.

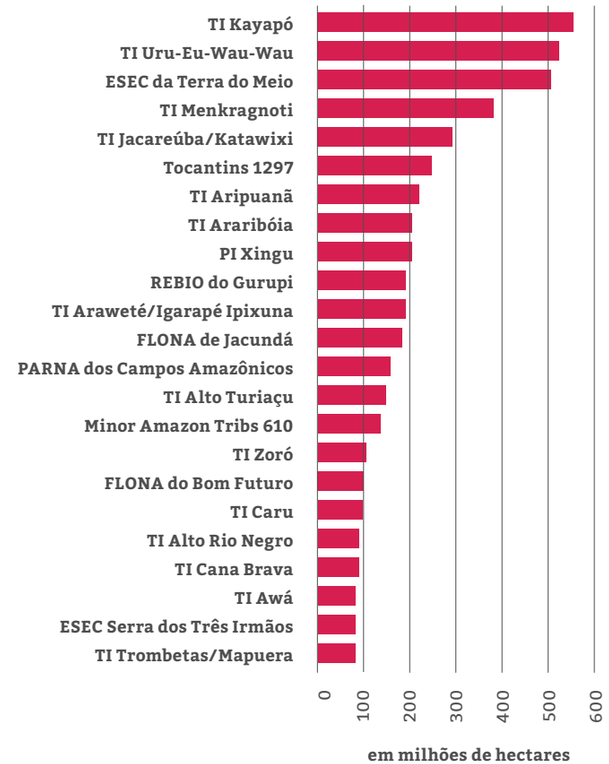
Figura 4. Simulação do desmatamento nas áreas protegidas e áreas sem proteção com registros de povos indígenas isolados no pior cenário (*Reversão*).

A Figura 3 ilustra o desmatamento potencial nas áreas protegidas com presença de povos indígenas isolados ao longo do período simulado para os três cenários estudados. O pior cenário (*Reversão*) mostra que, entre 2018 e 2039, 77 áreas protegidas (54 TIs, 15 UCs federais, oito UCs estaduais) e sete áreas sem proteção terão perdido uma área total de seis milhões de hectares (Figura 4). No mesmo período, o aumento potencial no desmatamento terá sido de 2000% e poderá impactar diretamente 120 registros de povos indígenas isolados (28 confirmados, 25 em estudo e 67 informações). Os resultados mostram a desconstrução da governança ambiental, no qual inexiste a contribuição das áreas protegidas na redução do desmatamento. Os povos isolados que vivem nessas áreas estarão severamente ameaçados nesse cenário. No período de 2018 a 2026, o desmatamento simulado quase terá dobrado em relação ao desmatamento já acumulado nesses territórios.

Nos outros dois cenários (*Intermediário* e *Meta NDC*), entre 2018 e 2039, 76 áreas protegidas (54 TIs, 14 UCs federais e oito UCs estaduais) e sete áreas sem proteção terão perdido um total de 1,7 milhões de hectares e 943 mil hectares, respectivamente. No mesmo intervalo de tempo, o aumento potencial do desmatamento no cenário *Intermediário* terá sido de 5000% e impactará diretamente 119 registros de povos indígenas isolados (28 confirmados, 24 em estudo e 66 informações). O cenário da *Meta NDC* apresentou um aumento potencial de 59% no desmatamento durante o mesmo período (Figura 3). Entretanto, comparando os dois cenários, podemos observar que o efeito das áreas protegidas influencia na redução (45%) do desmatamento simulado da *Meta NDC*.

A Figura 5 mostra as vinte áreas protegidas mais ameaçadas pelo desmatamento no pior cenário (*Reversão*). Juntas, o desmatamento corresponde a 80% do total simulado. Destacamos, nesse grupo, as TIs Kayapó, Uru-Eu-Wau-Wau, Menkragnoti, Jacareúba/Katawixi, Aripuanã e Araribóia, o Parque Indígena do Xingu, a Esec da Terra do Meio e Rebio Gurupi, as quais acumulam 3,2 milhões de hectares do desmatamento simulado. Estes resultados indicam, portanto, as áreas protegidas que demandam maiores investimentos em prevenção do desmatamento e consolidação territorial, uma vez que respondem por uma parte significativa do mesmo.

REVERSÃO ÁREAS MAIS PRESSIONADAS PELO DESMATAMENTO



Quando avaliamos a cobertura florestal remanescente, observamos que, no cenário de *Reversão*, algumas áreas protegidas terão perdido toda a sua cobertura florestal até 2039. É o caso das TIs Cana Brava e Krikati, Flona Bom Futuro, Esec Três Irmãos e Resex do Rio Cautário. Outras áreas terão perdido uma quantidade significativa de florestas durante o período estudado, tais como: Rebio Gurupi (86%), Flona de Jacundá (83%), TI Arara do Rio Branco (80%), TI Awá (71%), TI Jacareúba/Katawixi (69%), TI Caru (66%), TI Araribóia (64%), TI Uru-Eu-Wau-Wau (46%) e TI Apiaká-Kaiabi (40%). Nestes casos, destacamos os cinco registros

Figura 5. Áreas protegidas e áreas sem proteção com registros de povos indígenas isolados mais pressionadas pelo desmatamento no pior cenário (*Reversão*).

de povos indígenas isolados confirmados nas TIs Araribóia, Caru e Uru-Eu-Wau-Wau, severamente ameaçados pelo desmatamento. Na média, entre 2018 e 2039, as áreas protegidas com presença de povos indígenas isolados terão perdido 1,5% da sua cobertura florestal ao ano. Já nos cenários *Intermediário* e *Meta NDC*, a perda de cobertura florestal será de 0,35% e 0,01%, respectivamente, ao ano.

O potencial de contribuição dessas 78 áreas protegidas e oito áreas sem proteção para redução do desmatamento e emissões associadas de CO2 pode ser estimado por meio das médias e as diferenças entre as médias nos três cenários modelados. Desse modo, estima-se que as áreas protegidas consideradas no estudo poderão contribuir, entre 2018 a 2039, com um desmatamento evitado de dois milhões de hectares, equivalente a 875 milhões de toneladas de CO2. As TIs, seguidas das UCs de uso sustentável, são as que mais poderiam contribuir para a redução do desmatamento. A garantia dos direitos territoriais, assim como a proteção e gestão dessas áreas protegidas, apoiam a manutenção da floresta e, consequentemente, evitam a emissão de CO2 decorrente do desmatamento.

Com isso, as áreas protegidas com presença de povos isolados desempenham um importante papel no cumprimento das metas brasileiras de redução de emissões estabelecidas pela Lei 12.187 (29 de dezembro de 2009), que instituiu a Política Nacional de Mudança do Clima. Estudos mostram que a manutenção das florestas pode se beneficiar de incentivos econômicos e compensações oriundos de fundos globais e regionais (Medeiros Junior, 2012). Os resultados deste estudo podem subsidiar a formulação de políticas públicas que visam compensar àqueles que exerçam esforços para a redução do desmatamento, considerando, de maneira clara e efetiva, o papel das populações indígenas, seus modos de vida e a proteção de seus territórios.

Considerações finais

Este estudo identificou inúmeras obras de infraestrutura planejadas que ameaçam os modos de vida de povos indígenas isolados e a proteção desses territórios. No total, 133 obras de infraestrutura planejadas para a Amazônia afetarão 52 áreas protegidas (TIs ou UCs federais e estaduais), além de cinco áreas sem proteção nenhuma. Com isso, 92 registros de povos indígenas isolados estão seriamente ameaçados.

A pressão que o setor de infraestrutura faz no governo federal para que sejam revistas as regulamentações do licenciamento ambiental e as regras que dão à Funai poderes para a avaliação dos impactos ambientais é uma séria ameaça a estes territórios e povos indígenas. Para esses empresários, a análise da Funai extrapola as atribuições do órgão, tornando o licenciamento ambiental "mais moroso e arriscado aos investimentos". Mas é justamente essa supervisão que garante os direitos dos povos originários, estabelecidos na Constituição de 1988 e referendados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

Diante dos cortes no orçamento e do esvaziamento do Ibama, a perspectiva de votação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 3729/2004 e apensos, que pretende estabelecer uma lei geral para o licenciamento ambiental, aumenta o risco ao meio ambiente e aos povos indígenas isolados potencialmente impactados, que ficarão menos protegidos e com seus direitos ameaçados.

A recente nota técnica publicada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra, 2019), que retira do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) as TIs que não estejam homologadas, é uma medida que pode aumentar o grau de ameaça nesses territórios. Com a determinação do Incra, cerca de 236 TIs que ainda não concluíram sua demarcação poderão desaparecer das bases de dados oficiais. Destas, onze (duas identificadas, três declaradas e seis terras com "restrição de uso") agrupam dez registros de povos indígenas isolados (quatro confirmados, três em estudo e três informações). As consequências da exclusão dessas áreas do Sigef podem ser irreversíveis. Se não há informação pública sobre onde estão essas onze TIs com presença de grupos isolados, o próprio Incra poderá conceder títulos para grileiros que ocupam ilegalmente as terras. Detentores de títulos de terras sobrepostas aos territórios com presença de grupos indígenas isolados poderão obter licenças ambientais para atividades como o desmatamento.

Diante dessa ameaça, detectamos a importância das providências relativas à consolidação destas TIs, em especial, os estudos de identificação e delimitação das seis TIs interditadas por meio de portarias de restrição de uso (Piripkura, Tanaru, Pirititi, Ituna/Itatá, Igarapé Taboca do Alto Tarauacá e Jacareúba/Katawixi) e a conclusão do processo de reconhecimento de cinco TIs (Apiaká do Pontal e Isolados, Kawahiva do Rio Pardo, Kaxuyana-Tunayana, Sawré Maybu e Uneiuxi).

Ainda, ressaltamos a necessidade de conclusão dos instrumentos de gestão (conselho gestor e plano de manejo) em três UCs (Flona de Urupadi, Rebio do Manicoré e PES do Sucunduri) e a regulamentação dos dois territórios sem medidas de proteção (Amazonas 676 e Tocantins 2803) que apresentam sobreposição significativa com áreas públicas não destinadas.

A modelagem espacial indicou as tendências do desmatamento no período de 2018 a 2039. Para tanto, foi avaliado o papel dos territórios com presença de povos indígenas isolados no controle do desmatamento, a fim de desenvolver uma simulação do mesmo sob diferentes cenários de governança ambiental.

Elaboramos um cenário de reversão total das taxas de desmatamento para os patamares do início da década de 2000, quando havia uma forte ausência de governança nas políticas públicas de ordenamento territorial e fiscalização. Entre 2018 a 2039, 77 áreas protegidas (54 TIs, 15 UCs federais e oito UCs estaduais) e sete áreas sem proteção terão perdido uma área total de seis milhões de hectares, correspondendo a 6,5% da área de estudo.

Neste cenário, o aumento potencial no desmatamento impacta, diretamente, 120 registros de povos indígenas isolados (28 confirmados, 25 em estudo e 67 informações). Os resultados mostram que, até 2025, pode haver uma anulação dos ganhos de governança obtidos desde 2005, ou seja, o pior cenário possível reverte, em apenas sete anos, todos os avanços alcançados nos últimos 14 anos.

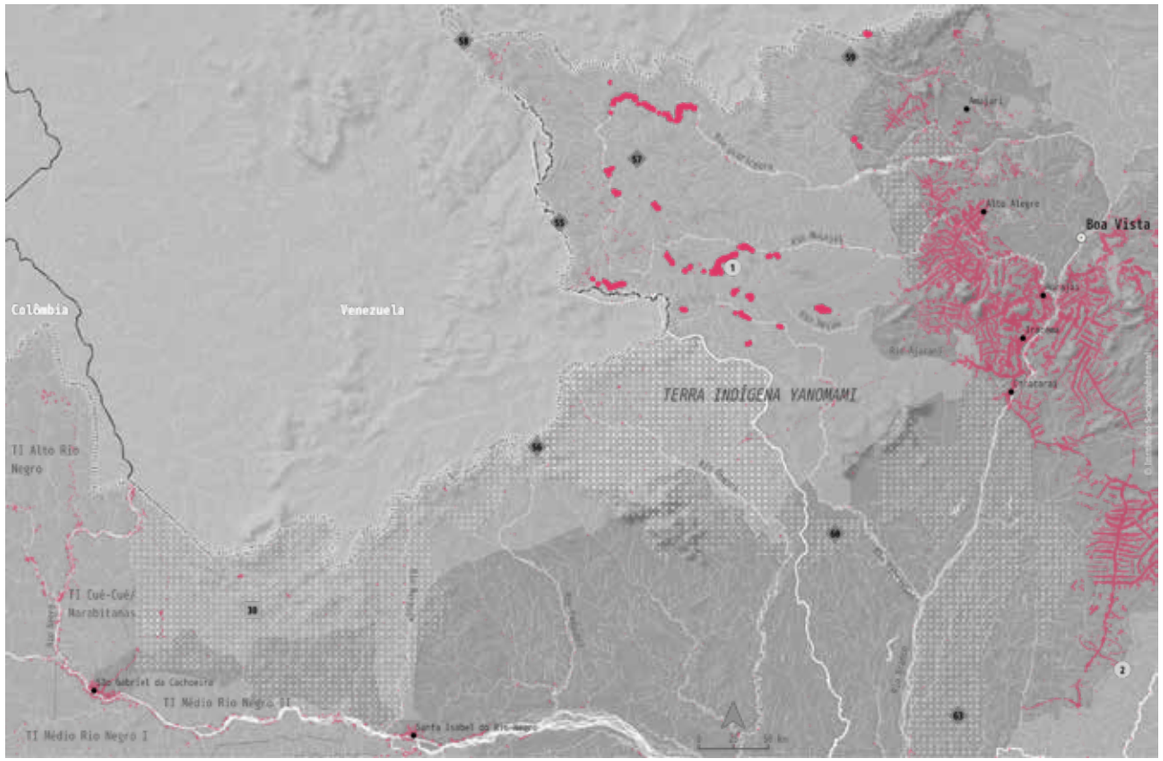
A consolidação das áreas protegidas com presença de povos indígenas isolados consiste numa estratégia central para que o Brasil cumpra a meta de sua NDC. Nesse sentido, estas áreas não são importantes apenas na redução das emissões do desmatamento, elas também são grandes sumidouros de carbono que sequestram, anualmente, cerca de 100 mil toneladas de CO2.

Diante deste cenário de ameaça aos povos indígenas isolados, a Funai e outros órgãos governamentais devem ser fortalecidos institucionalmente, e com capacidade instalada suficiente e orçamento compatível; além da necessidade de apoio das instâncias superiores de decisão, nos Poderes Legislativo e Judiciário.

As seguintes ações são urgentes para a proteção dos povos indígenas isolados: (i) concluir os processos administrativos dos registros em situação de informação e em estudo; (ii) fortalecer os instrumentos de gestão e proteção dos territórios restritos e interditados para os povos indígenas isolados; (iii) fortalecer as Frentes de Proteção Etnoambiental da Funai, destinando recursos humanos e financeiros adequados; (iv) editar portarias de restrição de uso para as áreas com povos indígenas isolados que se encontram fora de TIs e UCs; e (v) intensificar as operações de fiscalização nas TIs e UCs com presença de povos indígenas isolados.

PARTE 2

YANOMAMI



REGISTROS DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NA TI YANOMAMI

- Confirmado
- Informação
- Capital
- Cidades de referência
- Terras Indígenas
- Unidades de Conservação
- Desmatamento (Prodes 2018)
- Degradação Florestal (SIRADY abril 2019)
- Fronteira internacional



imagem Página anterior: serras na região Surucucus, TI Yanomami.

MOXIHATËTËMA: OS YANOMAMI ISOLADOS DA SERRA DA ESTRUTURA

O aumento da invasão garimpeira tem pressionado o território ocupado pelos isolados Yanomami, obrigados a migrar para fugir dos conflitos e mortes. Nas últimas décadas, a história das migrações desses grupos está relacionada a essas invasões, que também causam a degradação ambiental da maior Terra Indígena no país.

ESTÊVÃO BENFICA SENRA Geógrafo, doutorando do CDS/UnB e pesquisador associado do ISA
BRUCE ALBERT antropólogo e consultor do PRN/ISA

A base de dados georreferenciados da Funai sobre grupos em isolamento voluntário na Terra Indígena Yanomami registra informações de oito grupos. Seis deles encontram-se em fase de qualificação das informações a seu respeito, um está em estágio de localização, e outro, o único cuja ocorrência é de fato confirmada, encontra-se em estágio de monitoramento. São os chamados "isolados da Serra da Estrutura", ou *Moxihatëtëma*[1], como são conhecidos entre os demais Yanomami[2], situados no interflúvio Catrimani-Mucajaí, próximo à cabeceira do rio Apiaú, e cercados pelo garimpo em praticamente todas as direções.

Tudo indica que os *Moxihatëtëma* são remanescentes de um vasto conjunto de aldeias do subgrupo yanomami de língua *Yãroamë* (Ferreira, 2012), que desde a década de 1920, ocupou o interflúvio Mucajaí-Catrimani até o momento dos seus primeiros contatos (catastróficos) com a sociedade envolvente[3].

Com base nos registros dos primeiros exploradores da região (Salathé, 1932; Holdridge, 1933; Dias de Aguiar, 1940), até a década de 1940, os Yãroamë constituíam um grupo bastante numeroso. O pioneiro Brás de Aguiar, ao viajar pela região, em 1939, registrou, a partir da informação de outros grupos, a presença de, pelo menos 28, núcleos "Jauri" ao longo do vale do rio Catrimani. Informação que se repete nos relatórios da Comissão Brasileira de Demarcação de Limite (CBDL) de 1940 e 1941.

De acordo com o relato de anciões Yãroamë, a partir da década de 1920, conflitos intra e intergrupais teriam motivado diversos micro-movimentos em direção aos grandes rios que culminaram na aproximação das frentes de expansão da sociedade envolvente e nos primeiros contatos com balateiros, gateiros e

1 A nominação deriva do fato de que os homens desse grupo mantém o prepúcio do pênis (*moxi*) preso entre dois barbantes (*hatëtë-*) amarrados na cintura (enquanto seus vizinhos yanomami amarram o prepúcio com um único barbante de algodão). O grupo é designado de diferentes maneiras a partir desta expressão: *Moxihatëtëa*, *Moxihatëtëma thëpë*, *Moxihatëtëma thëri pë*.

2 Os Yanomami constituem um conjunto cultural e linguístico composto de, pelo menos, seis subgrupos que falam línguas da mesma família: Yanomam, Yanomamɨ, Sanöma, Ninam, Yãroamë e Ỹanoma.

3 Parte dos Yãroamë, mais ao sul, morava, ainda nos anos 1930, na região do Arapari, afluente do rio Catrimani e, posteriormente, mudou-se para a bacia do rio Ajarani (e provavelmente para o médio Apiaú). Entre os episódios que marcaram os primeiros contatos destes Yãroamë com os não indígenas, destacam-se uma epidemia de sarampo em 1968 e, em 1973, a abertura de um trecho da Estrada Perimetral Norte em seu território.

pescadores. As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas, por conseguinte, por epidemias e episódios de envenenamentos[4], que impactaram significativamente a demografia do grupo, estimulando novos arranjos e deslocamentos (Verdum, 1995).

Assim, é bastante provável que os *Moxihatëtëma* sejam descendentes de um pequeno núcleo populacional que permaneceu isolado na região serrana situada entre as cabeceiras do rio Apiaú e a margem esquerda do alto rio Catrimani durante o processo migratório que levou outros ramos desse subgrupo a povoar as bacias dos rios Ajarani e médio Apiaú.

Os choques epidemiológicos provocados pelos primeiros contatos, com efeito, contribuíram para a intensificação dos conflitos entre os diferentes grupos yanomami da região, e, por estarem situados justamente entre a zona de expansão do sub-grupo yanomae, que se deslocava das Serras em direção a Leste, e o território dos Ninam, no médio Mucajaí, os *Moxihatëtëma* acabaram se tornando os alvos preferenciais das acusações de feitiçaria promovidas pelos demais grupos diante das mortes "inexplicáveis" causadas pelas novas doenças. Desta forma, durante quase meio século, os *Moxihatëtëma* construíram uma história marcada por grande belicosidade na relação com o seu entorno.

Confirmando a antiguidade dessa relação, nos anos 1970, nas comunidades yanomae da bacia do rio Lobo d'Almada, vários adultos de origem Yãroamë, que haviam sido raptados durante a sua infância, foram registrados durante a pesquisa de campo do antropólogo Bruce Albert (1985). Da mesma forma, foram relatadas inúmeras incursões guerreiras entre os dois grupos, que perduraram até a década de 1980. O último registro de tais incursões data de 1985. Neste ano, um relatório da Funai menciona um ataque dos Yanomami do Lobo d'Almada contra os *Moxihatëtëma*, com espingardas adquiridas com garimpeiros[5]. Na ocasião, foi relatada a existência de três casas coletivas pertencentes a este último grupo.

Do lado dos Ninam (do Médio Mucajaí), a literatura etnográfica registra também um longo passado de incursões guerreiras contra os *Moxihatëtëma* e a ausência de relações amistosas entre os grupos. O antropólogo J. F. Peters (1998) relata, por exemplo, uma incursão ninam em "busca de esposas" ao sul do rio Mucajaí, "entre 1936 e 1944", na qual os expedicionários cruzaram, por acaso, o território dos "Moxatotau" e foram repelidos com vigorosas flechadas (Peters, 1998; Early; Peters, 2000). Evoca ainda outra tentativa de ataque contra os "Moxatotau" em 1967, desta vez, para vingar a morte de um caçador ninam desaparecido na floresta, mencionando o encontro de um acampamento "Moxatotau" abandonado e a presença de uma machadinha de pedra (Peters, 1998).

Os informantes de Peters lhe asseguraram que seu grupo tinha migrado em 1961 na margem norte do médio Mucajaí por medo destes inimigos (Peters, 1998). Atitude semelhante é atestada entre os Yanomae da região do Catrimani, que, até os anos 1980, atribuíam regularmente a responsabilidade por mortes repentinas de homens mais velhos (*pata thëpë*) a feiticeiros inimigos (*oka pë*) deste grupo.

Em 1986, a abertura da pista Cambalacho, nas cabeceiras do rio Apiaú, muda completamente a dinâmica da região, promovendo a intensificação da invasão garimpeira no território yanomami. Esta pressão, por sua vez, obriga os *Moxihatëtëma* a se deslocarem para noroeste e abandonarem a área que ocuparam por décadas. Em seguida, a expansão do garimpo em toda a TI Yanomami, acompanhada de dramáticas consequências epidemiológicas e ambientais, tirou este grupo da atenção de seus inimigos tradicionais, cessando, assim, as incursões guerreiras.

De 1987 a 1990, no auge da corrida pelo ouro na TI Yanomami, estimou-se cerca de 100 garimpos ativos, com 300 a 500 máquinas trabalhando diariamente, 80 pistas de pouso e 300 aviões voando a serviço da atividade (MacMillan, 1995), estando o território dos *Moxihatëtëma* bem no centro dessa balbúrdia.

Nos anos 1990, circularam, ocasionalmente, nas regiões do Catrimani, Mucajaí e Apiaú, rumores de conflitos armados entre garimpeiros e *Moxihatëtëma* e, eventualmente, especulou-se sobre o desaparecimento desse grupo, vítimas de doenças e da violência dos brancos. Entretanto, em 1995, a sobrevivência dos *Moxihatëtëma* foi atestada a partir de um relato divulgado pela Funai, no qual dois garimpeiros haviam sido flechados por eles na região do Alto Apiaú (Verdum, 1995).

Depois desse episódio, apesar do arrefecimento da situação do garimpo com a Homologação da Terra Indígena e da Operação Selva Livre, os *Moxihatëtëma* permaneceram praticamente esquecidos por cerca de quinze anos. Até que, no dia 14 de julho de 2011, durante uma missão de reconhecimento aéreo da Funai, o grupo foi finalmente localizado.



4 Vários casos históricos de envenenamentos coletivos de Yanomami convidados a comer por balateiros foram registrados por Bruce Albert nos anos 1920-1930, na bacias dos rios Tootobi e Catrimani.

5 Relatório de autoria do chefe do Posto Indígena Paapiú, T. de Souza Filho (10ªDR)

imagem Maloca dos Yanomami isolados, TI Yanomami.

O sobrevoo foi motivado por informações dos Yanomami dos rios Mucajaí e Couto Magalhães que haviam registrado diversos indícios da presença de membros desse grupo na mata ao sudoeste do alto rio Uxiu, tributário da margem direita do rio Mucajaí (pegadas, acampamentos, fogueiras, restos de comida e utensílios domésticos, além de encontros fortuitos com caçadores *moxihatëtëma*).

A aproximação dos *Moxihatëtëma* com os seus inimigos tradicionais provavelmente esteve relacionada ao encolhimento progressivo de seu espaço de migração na região, cercado por um novo avanço das atividades garimpeiras, que já os havia obrigado a se afastar da cabeceira do Apiaú na segunda metade dos anos 1980. Tanto as regiões situadas ao sul-sudeste (bacia do alto Apiaú), quanto aquelas situadas a oeste/noroeste (alto Catrimani e Couto de Magalhães) do antigo território dos *Moxihatëtëma* estavam invadidas por garimpeiros na ocasião.

Desde o encontro de 2011 descrito por Albert e Oliveira (2011), os *Moxihatëtëma* passaram a ser monitorados pela Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kwana e pela Hutukara Associação Yanomami com certa apreensão. Foi instalada uma base próxima à pista da Serra da Estrutura e realizadas diversas operações de combate ao garimpo na TI, sem que a ameaça fosse controlada ou sequer minimizada.

Em 2011, a Funai estimou cerca de 3.000 garimpeiros atuando ilegalmente na TI Yanomami, operando 42 pistas de pouso e 300 balsas. Até julho de 2013, sucessivas operações da Funai, em parceria com exército e polícia militar, conseguiram retirar, pelo menos, 1.500 garimpeiros da TI, desativar 22 pistas e afundar 84 balsas. No entanto, a manutenção





do preço do ouro em altos patamares faz com que o negócio do garimpo ilegal continue sendo extremamente lucrativo e, consequentemente, difícil de combater.

Com o passar do tempo, os recursos destinados para a proteção das Terras Indígenas foram se escasseando e as operações tornaram-se cada vez menos frequentes. As bases de proteção foram desativadas e muitas delas foram apropriadas pelos próprios garimpeiros como locais de apoio à sua logística. A Base de Proteção da Serra da Estrutura, por exemplo, começou a funcionar como uma espécie de plataforma de voos para os demais garimpos, devido a sua localização privilegiada e ao porte de sua pista (conhecida como Pista do Botinha).

No final do ano de 2014, então, a Frente de Proteção, ao sobrevoar a casa dos *Moxihatëtëma* em um voo rotineiro, encontrou-a completamente vazia[6]. Mais uma vez, especulou-se que o grupo pudesse ter sido dizimado em conflitos com garimpeiros e, durante meses, a localização do grupo permaneceu como um enigma.

No ano seguinte, porém, os *Moxihatëtëma* foram novamente redescobertos, vivendo em uma casa coletiva de formato elíptico, adjacente a uma ampla área de roça (cerca de 20 hectares), composta sobretudo por bananas. A partir da fotografia da casa, feita de dentro do avião, pode-se contar dezessete secções de tetos inclinados justapostos[7], de onde se pode inferir uma população de 70 a 80 pessoas. O novo local de moradia dista cerca de 30 km

6 https://bit.ly/2L3Kt2j.

7 Essa arquitetura é característica do subgrupo Yãroamë nos tempos de seus primeiros contatos com os brancos nos anos 1950 e 1960.

imagem Ao lado: degradação ambiental causada pelos garimpeiros ilegais na região do "Tatuzão", rio Uraricoera, TI Yanomami, Roraima; acima: pista de pouso clandestina usada por garimpeiros na região do Homoxi, TI Yanomami.

em linha reta do antigo. E, ao observar a nova localização do grupo no mapa, associada às informações sobre as áreas de garimpo, nota-se com clareza que este deslocamento teve como uma de suas motivações o afastamento do garimpo nas regiões do Kayana u (Mucajaí) e Paapiú (Couto Magalhães), uma das zonas onde a atividade mais se intensificou nos últimos anos.

O último levantamento realizado através de interpretação de imagens satélite sobre a situação do garimpo na TI Yanomami é alarmante: mais de mil e trezentos hectares de área degradada, sem considerar o leito dos rios, impactado pela atividade das balsas. Hoje, é possível que o número de garimpeiros atuando na TI tenha triplicado em relação ao número de 2013, mas, diferente daquele período, o garimpo tem se concentrado em algumas zonas e funcionando de maneira menos fragmentada. Os rios Uraricoera, Mucajaí, Couto Magalhães, Catrimani, Lobo D'almada e Apiaú são as áreas mais afetadas. Destes, apenas o Uraricoera não está nas proximidades do território dos *Moxihatëtëma*.

Recentemente, novos relatos de conflito entre os isolados e garimpeiros chegaram até a Hutukara. Professores yanomami do Alto Catrimani relataram à associação que dois caçadores *moxihatëtëma* haviam sido mortos com tiros de espingarda após terem defendido com flechas seus roçados de uma tentativa de roubo por parte dos garimpeiros. A denúncia ainda não foi apurada e não se sabe se este foi o único episódio recente de conflito.

No ritmo que o garimpo vem se desenvolvendo dentro da TI Yanomami, é bastante provável que o número de conflitos entre isolados e não indígenas aumente e alcance proporções alarmantes. Ademais, além dos casos de violência, é bastante inquietante a situação de alta vulnerabilidade sanitária dos *Moxihatëtëma* frente ao conjunto de doenças infecciosas trazidas pelos invasores, diante das quais eles não possuem nenhuma imunidade. Isto posto, é fundamental que o Estado brasileiro promova a desintrusão imediata dos garimpeiros da TI Yanomami, reocupe de modo permanente a Base de Proteção da Serra da Estrutura[8] e desenhe um plano emergencial de atenção à saúde para uma eventual situação de contato, caso contrário, é bem possível que os *Moxihatëtëma* vivam, em um futuro não muito distante, uma verdadeira tragédia, semelhante àquela experimentada pelos demais Yãroamë no período dos primeiros contatos, com a diferença de que, dessa vez, o Estado tem total ciência dos riscos e possui os meios para evitá-la.

8 Em maio de 2019, foi anunciada pela Funai a reabertura das três Bases de Proteção e de fiscalização e repressão ao garimpo na TI Yanomami: BAPEs da Serra da Estrutura (afluente do Mucajaí), Demarcação (Mucajaí) e Korekorema (Uraricoera). Foram fechadas entre 2015 e 2016, por falta de recursos.

"ELES NOS PROTEGEM, ASSIM COMO NÓS OS PROTEGEMOS

DAVI KOPENAWA YANOMAMI
Liderança yanomami, presidente da Hutukara Associação Yanomami, fala sobre sua preocupação com a sobrevivência dos Moxihatëtëma, um grupo yanomami que vive em isolamento na Terra Indígena Yanomami, em Roraima.

Quando ouvi meus parentes conversando sobre os Moxihatëtëma pela primeira vez, eu tinha mais ou menos 10, 11 anos. Eles pensaram em procurá-los, andaram no mato por uma semana e aí encontraram o caminho deles. Aí foram atrás até achar uma casa, um xapono, grande. Até hoje eles estão lá. Essa casa cresceu. Eu acho que aumentou o número de moradores.

Eles são difíceis de encontrar, têm um caminho e outro lugar para esconder. Eles abandonam a casa e têm um lugar para esconder. Eles não gostam de presentes. Já levaram terçado pra eles, deixaram no caminho, machado, terçado, faca... eles não aceitam. Preferem usar machado de pedra, já estão acostumados. Eles têm ferramenta para derrubar árvore grande e para fazer casa. Machado e terçado, eles não aceitam. Já tentaram deixar no caminho. Então pararam de dar para eles.

Em 2015, a equipe da Funai saiu da Base de Proteção na Serra da Estrutura[1]. Eles estavam lá perto para protegê-los. Nós ajudamos, o ISA ajudou e a Hutukara ajudou para colocar radiofonia. Colocamos dois Yanomami junto com o pessoal da Funai na base. Ajudamos a levantar a casa e, quando acabou recurso, a base foi desativada e nunca mais voltamos, até hoje.

Eu estou muito preocupado com eles. Eles nos protegem, assim como nós os protegemos. Eles protegem o pessoal da maloca Paapiú, Alto Catrimani, Tootobi, Piau, Missão Catrimani, Alto Mucajaí. Eles estão nos protegendo ao fazerem os garimpeiros não chegarem perto. E nós protegemos eles também. Por isso estou muito preocupado com eles.

Eu não queria que eles morressem sozinhos, morressem sem saber... Sem ver quem um dia matou eles. É o garimpeiro que mata. Acho que, faz uns sete meses, o garimpeiro se aproximou. Porque garimpeiro vai longe, anda muito. Na beira do rio até chegar na montanha, vai procurar ouro na montanha.

1 Em maio de 2019, foi anunciada pela Funai a reabertura das três bases de proteção, fiscalização e repressão ao garimpo na TI Yanomami: BAPEs da Serra da Estrutura (afluente do Mucajaí), Demarcação (Mucajaí) e Korekorema (Uraricoera). Foram fechadas entre 2015 e 2016, por falta de recursos, e, em novembro de 2018, o Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR) deu sentença favorável para que a União e a Funai reativem as bases.

nota das editoras Depoimento editado a partir de entrevista feita por Bruno Weis, Marília Senlle e André Villas-Bôas.

imagem Davi Kopenawa Yanomami.



E tinha um yanomami, parente nosso, do Alto Catrimani. Acabou a comida dos garimpeiros e ele convidaram esse yanomami: "Vamos lá, parente, vamos pegar macaxeira do Moxihatëtëma!". Aí ele disse: "Eu não posso ir não, eles são bravos". Aí os garimpeiros falaram: "Mas se eles são bravos, nós somos bravos também". "Então vocês vão na frente", falou o yanomami e ficou para trás.

Então foram lá e um Moxihatëtëma estava no roçado. O garimpeiro chegou arrancando mandioca e o Moxihatëtëma se aproximou. Primeiro, o garimpeiro correu, junto com o yanomami. Noutro dia, o garimpeiro voltou para pegar a mandioca. Aí o yanomami falou: "Vocês estão mexendo com meus parentes. Agora eles estão bravos. Estão esperando nós lá". "Ah, então se estão esperando, eu vou lá e levar espingarda", falou o garimpeiro. Aí levou espingarda e o Moxihatëtëma estava lá esperando. O garimpeiro estava pegando cana e mandioca, quando o Moxihatëtëma flechou ele. O garimpeiro estava armado com espingarda e atirou. Paaaaaaaaa! Caiu! Outro Moxihatëtëma flechou o garimpeiro. Um morreu e outro correu, flechado. Assim que aconteceu.

Isso aconteceu no ano passado. Comunicamos a Funai, o ISA, comunicamos para fora que os garimpeiros estavam atacando e já tinham matado alguns Moxihatëtëma[2].

Hoje os garimpeiros estão voltando de novo, pelos rios Apiaú, Mucajaí, Couto Magalhães... Estão indo de novo para lá. Eu não queria que os garimpeiros matassem mais eles. Eles estão pegando pouca doença, porque ainda não chegou o garimpo. Eles estão protegidos por eles mesmos. Eu queria que o Governo protegesse eles, então a gente quer denunciar, espalhar a mensagem no Brasil e fora.

A casa deles é grande. Eu acho que os Moxihatëtëma estão com mais ou menos 40 ou 50 pessoas. Primeiro, era uma casa pequena, cresceu a casa. Eu calculo 50 pessoas e só tem esse grupo... Eles são um pouco alto. Fortes. Lá não come feijão, gordura, só come caça, mel, peixe. Eles falam a língua Ÿaroamë. Eu não entendo, queria entender, mas não quero mexer com eles, não!

Eu não vou mexer com eles e eles não vão mexer comigo. Deixa eles em paz, deixa viver como escolheram o resto da vida. Eu não posso levar doença do napë [não indígena]. Se eles vêm me procurar, eu entro em contato com eles. Mas como eles não entram em contato, eu vou respeitar. Do jeito que eles escolheram um lugar para viver, sem se preocupar com a gente.

Uma vez, outro intérprete yanomami da Funai ficou lá na Base de Proteção da Serra da Estrutura. Ele ficou um mês. Um dia, saiu para caçar e encontrou com os Moxihatëtëma. Tentou falar e escutar, mas não entendeu nada... Aí eles vieram perto e esse yanomami estava com um cachorro para proteger – e eles têm medo de cachorro, não gostaram. Aí chamou: Awei. Kami yanomami ya, wamakɨ nohimayu ["Eu sou yanomami e estou fazendo amizade com vocês"]. Eles entenderam. De lá eles voltaram. O yanomami entendeu a fala dele. "Tô com medo do seu cachorro", eles falaram isso. Foi o que escutou. Ele falou que era amigo, mas entendeu que não pode fazer amizade, porque eles já se acostumaram a morar sozinhos, só com a família deles. Têm outros lugares que os parentes moram assim.

Teve outro encontro dos Moxihatëtëma com garimpeiros. Em 1986/87, tinha muito garimpeiro andando por lá, mas eles os expulsaram. Eles flecharam e expulsaram os garimpeiros. Eles flecharam e correram pro mato. Como todos os parentes, eles correm rápido. Os garimpeiros não conseguem alcançar. Hoje em dia os garimpeiros estão chegando mais perto, mas os Moxihatëtëma não deixam, eles correm pro mato, se escondem. Por isso que estão vivendo ainda.

A terra-floresta dos Moxihatëtëma é a mesma que a nossa. Lá é montanha. A terra é boa para eles, para as plantas, roçado, caça. Eles cultivam banana, macaxeira, mandioca, cana, taioba, cará, pupunha, mamão. Isso que eles cultivam. Omama, nosso criador, deu essas sementes para nós. O pai deles já tinha e deu as semente para eles. A comida do branco vem de muito longe. Arroz, feijão, milho, batata, é diferente. A nossa comida é daqui mesmo do Brasil, dessa terra. De onde Omama nasceu e conseguiu achar uma semente. Não foi trazido, é regional, daqui mesmo.

Eles estão na cabeceira do rio Apiaú. Primeiro, eles ficavam em rio grande, depois, foram para as cabeceiras do Apiaú. Sete meses atrás, quando garimpeiro se aproximou, eu sobrevoei lá e vi a maloca deles. Eles não deixam pousar, nem helicóptero. Eles usam arco grande como os Waimiri.

As aldeias que ficam mais perto deles são lá no Alto Catrimani e Uxiú. Uma vez apareceram lá. Flecharam um Ninam, mas não acertaram. Eles querem ficar quietos. Então, eu, a Hutukara Associação Yanomami[3], a gente quer proteger os Moxihatëtëma, falar em nome deles e pedir para deixá-los em paz.

Se um dia eu encontrar os Moxihatëtëma, vou dizer que é melhor não encontrar o napë [não indígena], melhor eles ficarem por lá. Napë não cuida. Se um dia eu encontrar, vou contar tudo o que sei, tudo que estou vendo. O napë não cuida do índio. Só quer acabar e derrubar a floresta. Hoje está ruim para nosso lado. Eles preferem ficar lá e morrer. Também quero morrer na minha casa e encontrar a alma. Esse é meu pensamento.

Se eu encontrasse com eles, eu falaria assim:

"Não fica com napë não. Nosso pai se enganou. Eles só parecem bons, só parecem amigo. Eles oferecem roupa velha, sapato, terçado, machado e comida. Depois vem a doença. Napë na cidade não se lembra de nós. Só lembra quando está morrendo na floresta. Poucas pessoas lembram da gente na cidade. Quando índio está morrendo, eles chegam. A única coisa que eles trazem é gripe, malária, tuberculose e violência. Eles nos matam e depois vão fazer garimpo, porque falam que nós estamos morando em cima da riqueza".

É o que vou falar se encontrar com eles.

2 Em 2018, em várias ocasiões, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) comunicou às autoridades sobre o conflito, solicitou, por meio de ofícios e cartas, a abertura de investigação desse caso por parte da Polícia Federal de Roraima e também pediu à reativação das Bases de Proteção na TI Yanomami e presença permanente dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização contra invasores, como os garimpeiros.

3 Veja o vídeo realizado pela HAY e ISA com a imagens feitas pelo cineasta Morzaniel Yanomami dos *Moxihatëtëma*. Morzaniel foi o primeiro Yanomami a filmar o grupo, com a ajuda da Funai, em ocasião da operação em combate ao garimpo ilegal na TI Yanomami. https://bit.ly/2NBLkta.

ENTREVISTA

Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami Ye'kwana

"O QUE PODE SALVÁ-LOS É O POSICIONAMENTO GEOGRÁFICO, ESTÃO NO ALTO DA SERRA DA ESTRUTURA

Na Terra Indígena Yanomami, isolados convivem com a ameaça do garimpo. Estima-se que existam dez mil garimpeiros na TI extraindo, ilegalmente, minerais, sobretudo, o ouro. **Anderson Vasconcellos**, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami Ye'kwana, monitora pelos registros de povos em isolamento voluntário que vivem nesta TI e também pelos Yanomami e Ye'kwana, considerados povos de "recente contato".

Quais povos isolados são monitorados pela FPE Yanomami Ye'kwana? **Trabalho com os povos Yanomami e Ye'kwana, que são povos de recente contato e têm algumas referências de isolados, uma confirmada e outras em estudo. Temos fotos aéreas e relatos dos povos do entorno. Fazemos o monitoramento por sobrevoo e também pelos relatos.**

Temos uma base ativa na Perimetral Norte, no município de Caracaraí, 200 km da capital, a base Jarani e mais três bases desativadas, uma na calha do Rio Mucajaí, uma no Rio Uraricoera, e uma na Serra da Estrutura, na região de Iracema. Recebemos uma decisão judicial do Ministério Público Federal para que a Funai e a União reativem essas bases. Fizemos um planejamento e vamos recuperar a base do Rio Mucajaí.

Como é feito esse monitoramento? Por sobrevoos e levantamento de dados com as comunidades do entorno. Eles não têm nenhum contato com os Yanomami isolados, mas entendem e conhecem quais são os povos bravos. Quando eles encontram algumas coisas, passam às associações indígenas, que repassam à Funai. É algo mais superficial, porque o custo é muito alto para fazer esses sobrevoos e essas entradas. A partir deste ano, vamos focar na reabertura das bases e nas referências que precisam de maior estudo.

Para se fazer a restauração de uma base e recuperar estruturas físicas na Amazônia Legal, isso tem custo alto de acesso, de recursos humanos, de logística. E a Funai está com problemas orçamentários, além de necessitar de apoio de outros órgãos de segurança pública, como a Polícia Federal, o Exército e o próprio Ibama. O Exército tinha uma base no Mucajaí, mas saiu da região devido à crise migratória da Venezuela; teve que transferir suas tropas para atender essa demanda.

nota das editoras Entrevista concedida à Clara Roman, jornalista do ISA.



imagem Degradação ambiental provocada pelos garimpos ilegais no rio Uraricoera, TI Yanomami, Roraima.

Esses povos estão ameaçados? Com certeza estão sob ameaça. Têm pistas muito próximas da localização desses povos isolados. Pistas que fazem a distribuição logística do garimpo dentro da Terra Indígena. O que pode salvá-los é o posicionamento geográfico, estão no alto da Serra da Estrutura. O garimpo está mais no leito do rio.

Houve alguma situação de aproximação por parte dos isolados? Não, estão em isolamento voluntário mesmo. Nem buscar o contato eles buscam. A gente escuta, de vez em quando, que um tentou levar uma mulher de outra maloca, para aumentar sua família, mas não chegaram a buscar o contato. Acreditamos que estão bem onde eles estão. Muitos Yanomami contam que, quando foram caçar, viram a mata quebrada. Foram caçar e viram que tinha alguém os olhando. Eles conhecem a área habitada pelos "índios brabos" e, então, sempre têm essa possibilidade de encontrá-los no mato. Há três anos, recebemos informações dos indígenas que foram para caçada e encontraram um garimpeiro morto a flechadas com umas flechas bem grandes, diferentes das que eles usam. Eles chamam os parentes de *Moxihatëtëma*. Eles têm uma forma tradicional de passar o barbante nos genitais.

Qual a importância da política do não contato? Os contatos anteriores não tiveram sucesso. A política do não contato respeita os interesses daquele grupo. Se quisessem ter algum contato, eles já teriam tido. Os *Moxihatëtëma* não buscam contato de nenhuma forma. Entendem que não necessitam da presença dos parentes e do próprio Governo.

O que foi monitorado nas últimas expedições? Pelo sobrevoo, a gente percebe as roças. Temos alguns minutos para observar as pessoas andando no centro das malocas, e, a partir do momento que eles te enxergam, eles correm. Você não consegue enxergar detalhes, mas consegue ver a roça e fazer uma soma mínima do número de pessoas que está na comunidade.

Pode detalhar a situação do garimpo na TI Yanomami? Em 2015, uma pesquisa da Fiocruz[1] já apontava a contaminação da água por mercúrio. Na época, tinham três mil garimpeiros. Você até vê isso na turbidez da água e em Boa Vista já se vê isso no assoreamento do rio. No Rio Branco, conseguimos identificar. Em qualquer rio com presença do garimpo você consegue identificar.

No Uraricoera e no Mucajaí, a coloração da água mudou, os indígenas reclamam que os peixes estão morrendo, que tomam água e ficam com dor de barriga. Essa contaminação gerada pelo garimpo não atinge apenas a Terra Indígena, mas a sociedade majoritária, que também está contaminada. É a mesma água, mas, muitas vezes, a gente não está vendo e não está se incomodando.

A própria Sesai fala que chegam muitos garimpeiros doentes com malária nos postos de atendimento nas aldeias e os funcionários são obrigados a atender. Tem acontecido um caos dentro da Terra Indígena por conta da presença de garimpeiros. A Sesai está atendendo os garimpeiros, ou porque são ameaçados ou porque não podem se recusar a fazer atendimento.

Garimpo afeta a caça. O garimpeiro não fica só na balsa, ele vai caçar – além de contaminar e destruir. A questão da caça e coleta vai afetando o modo de vida dos indígenas. Fora a questão da ameaça das doenças. Um isolado pode pegar alguma ferramenta do garimpeiro e ficar contaminado.

Isso também é outra coisa que a gente enxerga: a interferência do garimpo na organização dos povos de recente contato. Garimpeiros aliciam sexualmente os indígenas... Aí vai ter filho, vai começar a ter família e essa família vai ser pró-garimpeiro e isso tudo vai interferir nas dinâmicas dos povos indígenas.

Para nós, para além da questão da contaminação dos rios, tem essa contaminação social que deixa muitas marcas. Quando o garimpo chega, para que se mantenha ali, vai criando e potencializando conflitos entre os grupos, municiando os indígenas com armas... Aí vai ficando mais sangrento. Também levam cachaça e têm relações com as mulheres. Então, isso vai interferindo e aumentando os conflitos. Essas são as estratégias do garimpo.

Além do garimpo, há outras ameaças? Tem a grilagem, mas não se compara à questão do garimpo... é o grande vilão da história.

Qual é a importância das Terras Indígenas do ponto de vista da conservação ambiental? As Terras Indígenas garantem a preservação das florestas no país. Isso está super ligado. Na TI Yanomami, o desmatamento ocorre nas áreas do garimpo e aumentou por conta disso. Nas últimas operações de fiscalização contra o garimpo, o crescimento foi tão grande que notamos vilas de não indígenas dentro da TI. Vilas com ruas, vários comércios e vários serviços, algo que assusta a gente e é pouco falado e informado para população. Usam triciclos nas trilhas deles, usam motores bem mais potentes em seus barcos e a comunicação é através de celular via satélite. Eles têm todos os eletroeletrônicos possíveis lá. As formas de comunicação e tecnologia do garimpo são melhores que as do Governo.

1 Ver estudo da Fiocruz (Basta, 2016), em parceria com o ISA, sobre a contaminação por mercúrio na TI Yanomami: https://bit.ly/2FX7uj3.



imagem Mulheres e crianças yanomami da região do Paapiú (TI Yanomami), durante a devolução das amostras de cabelo coletadas em 2014 para a realização de exames afim de detectar os níveis de mercúrio em seus organismos, contaminados pelo metal utilizado nos garimpos ilegais.

PIRITITI

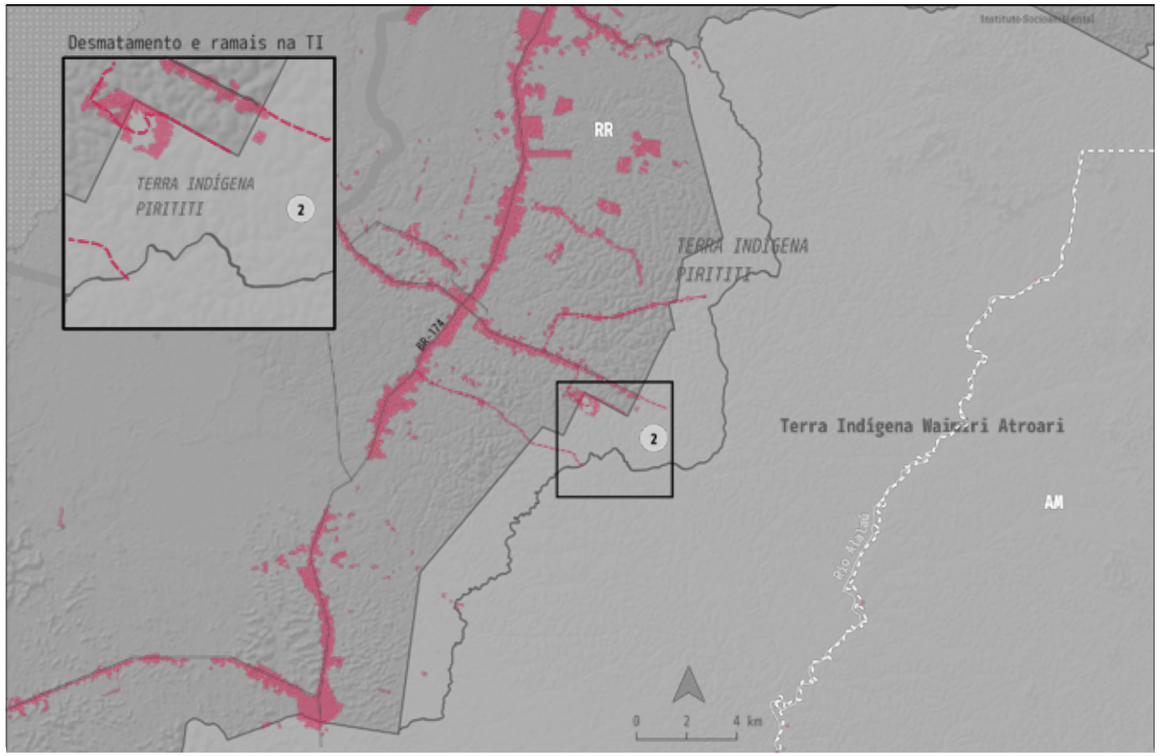


imagem Página anterior: Terra Indígena Pirititi, no sul de Roraima.

"A GENTE TIRA POR NÓS": OS WAIMIRI ATROARI NA PROTEÇÃO DOS PIRITITI

Mesmo depois que a BR-174 passou, nós estamos aqui, precisando de apoio do governo. (…) Ainda hoje, Waimiri Atroari é ameaçado. Imagina um povo que não entende nada, que não entende o que está vindo de fora, como está ao redor da terra dele. Não sabe de nada. O nosso povo sofreu muito, imagine o povo Pirititi. Por isso que nós queremos proteger ele, que é ser humano. Ele foi feito para viver lá.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA WAIMIRI ATROARI e SILVIA DE MELO FUTADA Instituto Socioambiental

As palavras dos historiadores e lideranças do povo Kinja (autodenominação dos Waimiri Atroari) ecoavam na noite enluarada. Eram 43 Kinja, entre homens (*wykyry*) e mulheres (*weri*), reunidos no Núcleo de Apoio aos Waimiri Atroari (Nawa), à beira da BR-174, estrada que atravessa seu território conectando Manaus à Boa Vista. Enquanto uns relatavam seu conhecimento sobre os Pirititi e reconstruíam cronologicamente os fatos, outros circulavam próximos, ouvindo atentamente os relatos.

A intensidade e emoção de suas falas traduziam com plenitude sua condição: a narrativa é de duplo pertencimento. A própria história dos Kinja faz com que ambas as perspectivas se conectem. As lembranças de infância e juventude e os relatos antigos dos *txamyry* (velhos) são memórias de um povo que já esteve isolado e ameaçado e teve seu território invadido e seus direitos violados. Se, inicialmente, eram acossados por comerciantes que buscam peles de animais silvestres e outros produtos do extrativismo vegetal (Carvalho, 1982), a partir da década de 1970, foram vítimas de três grandes projetos desenvolvimentistas do Estado Brasileiro[1].

O primeiro projeto foi a abertura da BR-174, nos anos 1970, que cortou ao meio o território tradicional dos Kinja e sua população, estimada entre 1.500 a 3.000 indígenas[2], foi dizimada em decorrência de epidemias e toda sorte de violência. Apenas 374 pessoas sobreviveram. Em um ofício entre comandantes militares a serviço da construção da BR-174, são listadas ordens claras para "realizar pequenas demonstrações de força, para mostrar os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso da dinamite" perante os indígenas. Os depoimentos colhidos relatam corpos de indígenas sendo enterrados às margens da estrada e ataques aéreos às aldeias kinja[3].

Na década de 1980, outros projetos do Governo, realizados de forma concomitante, continuaram a impactar o povo Kinja: a concessão de extração mineral à empresa Paranapanema, que destituiu da TI Waimiri Atroari mais de 700 mil hectares, e a instalação da usina hidrelétrica de Balbina, que desviou o rio Uatumã e inundou, aproximadamente, 30

1 Depoimento de Porfírio Carvalho em Milanez (2015).

2 As estimativas são, respectivamente, de Carvalho (1982) e *Relatório do Comitê da Verdade do Amazonas: O Genocídio do Povo Waimiri-Atroari* (2012). https://bit.ly/2NEvLRk.

3 Decisão Judicial liminar de Jan/2018, na ação civil pública nº 1001605-06.2017.4.01.3200, proposta pelo MPF em face da União e da Funai.https://bit.ly/2xALHJy.



mil hectares da TI, inclusive aldeias inteiras[4]. Reverbera, entre os Kinja das mais diversas idades, memórias das violências e atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro contra eles. No caso dos mais velhos, os *txamyry,* essas memórias marcam também seus corpos.

Hoje, depois de muitos anos de atuação do Programa de Apoio aos Waimiri Atroari (PWA), criado em junho/88 no âmbito do Termo de Compromisso TC 002/87, firmado entre Funai e Eletronorte como compensação pelos impactos causados pela UHE Balbina aos Waimiri Atroari, os Kinja conseguiram ultrapassar o número de 2000 indivíduos. Eles têm a plena consciência da violência do modelo de desenvolvimento predatório que afetou seu povo e seu território, levando-os quase ao extermínio completo. E é aí então que fica clara sua condição de duplo pertencimento. Sua insurgência e contestação a esse modelo predatório não se dá apenas porque dele foram vítimas, mas porque hoje o fazem de um novo lugar. Lutam pelos direitos territoriais indígenas e pelo respeito à existência dos isolados, conhecidos como "Pirititi", cuja terra (TI Pirititi) é contígua à TI Waimiri Atroari.

A voz e as memórias dos Kinja, reunidos naquela ocasião no Nawa, não ecoam apenas pela noite no território kinja, mas também no tempo. Ecoam não apenas para lembrar a todos das injustiças e violações que sofreram, mas para se posicionarem contra as ameaças que hoje sofrem os Pirititi. Ecoam para que a história não se repita com o povo vizinho. Se, há décadas, ou há um século, o Estado brasileiro e os *kaminja* [não indígenas] tivessem sonhado para os Kinja o que eles atualmente sonham para os Pirititi, os Kinja não teriam sofrido um genocídio.

Os Kinja sabem da existência dos Pirititi há muito tempo: "Eles sempre estiveram ali, sempre. É da época de antes do avô de Dauna [pessoa mais idosa presente no dia da entrevista coletiva]". Para eles, os Pirititi são os descendentes dos *Xikiwipi,* denominação utilizada pelos mais velhos para se referir a um povo com quem conviviam ao norte de seu território, há tempos imemoriais. A flecha dos Pirititi é diferente, é feita de bambu, mais fina e pintada com veneno preto, para abater a caça. São muitas as diferenças entre os dois povos: a língua, sobre a qual têm pouca informação ou entendimento; a forma e os materiais de suas casas; o tamanho, o material e a forma da ponta da flecha. Ainda assim, os Kinja os chamam de *parente*, talvez porque não reconheçam como iguais apenas os que partilham de sua língua, cultura e saberes, mas também aqueles que partilham de uma condição de vida conhecida. Que esta condição histórica de isolamento não signifique aos Pirititi o enfrentamento das mesmas atrocidades vividas pelos Kinja.

Desde os anos 1980, a Funai tem evidências sobre a localização dos Pirititi, havendo, inclusive, relatos de contatos indiretos com eles. Além da identificação de rastros na mata, por vezes, eles se aproximam de localidades vizinhas e levam alguns itens, como bacias. Assim, em virtude da fragilidade do grupo diante do aumento das ocupações ilegais na região e da presença de garimpeiros em áreas próximas aos Pirititi, a Funai decide criar o Posto de Vigilância Rio Branquinho, no noroeste da TI Waimiri Atroari. Segundo relatos, de acordo com vestígios encontrados, os Pirititi não demonstravam interesse pelo contato, recusando as oportunidades de encontro.

Em 1998, os próprios Kinja, acompanhados por funcionários da Funai, fizeram uma expedição de vigilância, repetindo o mesmo itinerário feito dez anos antes na demarcação da Terra Indígena Waimiri Atroari[5]. Durante a expedição, identificaram vestígios, como pegadas e cipó cortado, e as mesmas roças , com pés de caruá e macaxeira abandonados, com pupunheira e vara para tirar pupunha e castanhas cortadas ao pé de uma castanheira. Também registraram ocupações não indígenas próximas à região dos Pirititi e áreas de invasão em sua própria terra, antes inexistentes. Então, lideranças kinja que estiveram presentes nas expedições de 1988 e 1998 assinaram uma carta enviada à Funai na qual denunciam as ameaças que pairavam sobre os Pirititi e solicitam a interdição da área de ocupação, inclusive com um croqui da proposta de delimitação:

> *Os Pirititi estão fora da nossa reserva, do outro lado do Rio Branquinho, onde o governo de RR e o Incra estão construindo estradas e fazendo assentamentos. Se os brancos encontrarem esses nossos parentes, eles vão morrer com as doenças ou mesmo de tiros. Nós achamos que eles são poucas pessoas e queremos que eles vivam tranquilos e longe dos brancos. Por isso queremos que a Funai demarque uma terra (...) para que os Pirititi fiquem com sua terra garantida, se a Funai não fizer nada nós mesmos vamos lá fazer a demarcação e proibir novos assentamentos naquele lugar. Nós vimos também uma picada dentro da nossa terra, feita depois que a nossa terra já tinha sido demarcada. Queremos que a*

4 *Vide* nota 1 supracitada.

imagem Casa de grupo pirititi, TI Pirititi, Roraima.

5 O Decreto Federal nº 94.606/1987, decreta os limites atuais da TI Waimiri Atroari. Segundo Carvalho (1982), a primeira lei de reconhecimento do território dos Waimiri Atroari é a Lei Estadual nº 941/1917, revogada em 1921. Sobre as alterações dos reconhecimento oficial da TI, veja *Waimiri Atroari: a'a ikaa ineptypy* - Waimiri Atroari: divulgando nossa história (ISA, 2017).

Funai trabalhe rápido e fale para ninguém fazer estradas e assentamentos perto do Rio Branquinho[6].

Em 2012, um novo elemento deu maior celeridade ao processo de interdição da área dos Pirititi pela Funai. Em um sobrevôo rotineiro de fiscalização e acompanhamento das ocupações no entorno da TI Waimiri Atroari, Porfírio Carvalho, então coordenador técnico do PWA, avistou uma pequena clareira e solicitou ao piloto uma aproximação para averiguação, pois acreditava ser uma invasão. O que vêem surpreende a todos. Na pequena clareira, uma casa tipicamente indígena, toda coberta de palha, e também algumas bananeiras. Identificada a localização, voltaram em novo sobrevôo no dia seguinte, com uma delegação composta por Kinja e funcionários da Funai. Registraram aspectos arquitetônicos da maloca e fotografaram dois indivíduos pirititi, um com um arco e flecha na mão e ambos completamente nus. Segundo os Kinja, Carvalho comunicou oficialmente à Funai e atestou a importância de uma ação imediata, pois identificaram roças de colonos a apenas 6 km da casa dos Pirititi e também uma estrada vicinal a 10 km. Como esse povo desloca-se por grandes distâncias (objetos levados pelos Pirititi de uma aldeia kinja já haviam sido encontrados a cerca de 100 km de distância), era grande o risco de um confronto entre os Pirititi e os colonos. Por ser um grupo pequeno, o contágio por gripe seria devastador.

Segundo a legislação brasileira, os povos indígenas têm direito originário sobre suas terras, independentemente de titulação ou reconhecimento formal. Em 2012, a TI Pirititi foi interditada pela Funai por três anos[7], uma medida administrativa legal cujo intuito é restringir o acesso de pessoas não indígenas e suas consequentes atividades para garantir a proteção ao povo indígena isolado, seu território e recursos. A interdição da área foi renovada mais duas vezes[8], tendo sido a última em dezembro de 2018. A TI Pirititi, com uma extensão de pouco mais de 43 mil hectares, localiza-se integralmente no município de Rorainópolis (RR), e é contígua à TI Waimiri Atroari.

Todavia, apenas a interdição administrativa não faz cessar todas as atividades ilegais que atentam contra a integridade da área. Atualmente, o desmatamento acumulado na TI Pirititi ultrapassa os 600 hectares e, se considerarmos os últimos 10 anos, o auge se deu em 2015 (65 hectares) e em 2017 (276 hectares)[9]. A área gera muito interesse, especialmente por ser rica em madeiras de lei e com fácil acesso à estradas. Ao analisar os registros autodeclaráveis do Cadastro Ambiental Rural (CAR), nota-se a sobreposição de 29 registros à TI Pirititi, ocupando quase 50% da mesma[10]. Em abril de 2018, uma operação do Ibama apreendeu 7.387 toras retiradas ilegalmente desta TI, mais de 15 mil metros cúbicos de madeira. Foi, então, a maior apreensão registrada no estado de Roraima, com uma quantidade de toras que daria para carregar mil caminhões[11]. Considerado um raio de dez quilômetros como o entorno da TI, o desmatamento acumulado atinge quase 20 mil hectares e, nos últimos dez anos, o auge do desmatamento anual no entorno também ocorreu em 2015, quando ultrapassou a extensão de 940 hectares[12]. Além de atentar contra os Pirititi e seu território, estas ações ilegais dilapidam um patrimônio que é de toda a sociedade brasileira. De acordo com a política de identificação de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e repartição de benefícios, a TI Pirititi coincide com o polígono identificado como AMZ-207, caracterizado como de extrema importância para a conservação da biodiversidade. Comprovando a existência de conflitos históricos intensificados nos últimos anos, no início da década de 2000, já haviam sido recomendadas ações de mediação de conflito entre posseiros, grileiros e indígenas, de proteção de sítios arqueológicos e restrição à implementação de novos assentamentos na região[13]. A identificação de áreas prioritárias para a conservação é um instrumento de política pública para apoiar a tomada de decisão, de forma objetiva e participativa, no planejamento e implementação de ações para conservação da biodiversidade brasileira, tais como a criação de unidades de conservação, licenciamento, fiscalização e fomento ao uso sustentável.



6 Carta das lideranças waimiri atroari ao Presidente da Funai e Departamento de Índios Isolados, 09/09/1998.

7 Portaria Funai nº 1.672 de 14/12/2012 (DOU 26/12/2012).

8 Portaria Funai nº 1271 de 22/12/2015 (DOU 23/12/2015) e Portaria Funai nº1.549 de 05/12/2018 (DOU 14/12/2018).

9 Análise cartográfica do Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA com base nos dados de desmatamento do Prodes/Inpe (2018).

10 Análise cartográfica do Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA com registros do Cadastro Ambiental Rural, Serviço Florestal Brasileiro (2018).

11 Notícia do Ibama de junho/2018. "Ibama identifica e multa em R$ 15,5 milhões os responsáveis pela extração ilegal de 7,3 mil toras na TI Pirititi (RR). https://bit.ly/2RVlJtq.

12 Ver nota 9 supracitada.

13 Análise cartográfica do Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA com as bases cartográficas da política de avaliação e identificação de áreas prioritárias para conservação e repartição de benefícios de 1999 e 2018 (Decreto Federal nº 4339/2002).

imagem Ibama apreende milhares toras extraídas ilegalmente na TI Pirititi, em Roraima.

Protagonismo cuidadoso dos Kinja

Durante todos esses anos, o protagonismo dos Kinja não se resumiu a demandar da Funai ações de proteção aos Pirititi: dada a iminência da ameaça, a Associação Comunitária Waimiri Atroari (ACWA) incluiu em sua rotina atividades de fiscalização e monitoramento da TI Pirititi e proteção aos isolados. Em 2013, em um sobrevôo rotineiro, constatou-se que a maloca localizada anteriormente tinha sido queimada e não havia sinal de seus ocupantes. Extremamente preocupados com a possibilidade de ter sido resultado de algum confronto com invasores e temendo pela segurança dos Pirititi, os Kinja, em sintonia com a Funai de Brasília, decidiram realizar uma expedição para verificar a causa da queima da maloca dos Pirititi e a existência de sinais de que incursões não indígenas na região pudessem ter forçado o contato. Também buscaram verificar a situação da legalidade das ocupações na área de ocupação dos Pirititi.

O planejamento minucioso da expedição comprova a seriedade dos Kinja na proteção dos Pirititi. Além de atentarem detalhadamente às recomendações técnicas oficiais da Funai em relação à atenção aos povos isolados e terem como diretriz principal apenas avaliar a situação dos mesmos, os Kinja evitaram contato direto com os Pirititi e traçaram outras diretrizes mais restritivas. Ao desenhar a estratégia da expedição, os pontos foram exaustivamente debatidos e todos os integrantes tiveram que aceitar as condições acordadas, que buscavam garantir a segurança aos Pirititi e a eles mesmos. Para integrar a equipe da expedição, todos deveriam: estar com a saúde perfeita, vacinação em dia e sem contato com pessoas com doenças transmissíveis nos 30 dias anteriores; e ter ciência da responsabilidade e risco ao integrá-la. Foi proibido levar objetos que pudessem atrair os Pirititi, no caso de um encontro, sendo permitido levar apenas uma máquina fotográfica e um GPS. Outras medidas tomadas foram: o avanço vagaroso, parando a cada hora, para que os Pirititi tivessem conhecimento de sua aproximação e pudessem se afastar, se assim desejassem; a identificação de um líder ao qual todos obedeceriam sem questionar; e o prazo máximo de 30 minutos para reconhecimento e documentação fotográfica da área queimada, buscando identificar presença de não indígenas ou qualquer ato de violência (ossadas, armas e etc.).

Tamanha atenção e cuidado com os Pirititi e o respeito à sua escolha de não contato sempre estiveram presentes entre os Kinja. Na expedição de 1998, após notar vestígios dos Pirititi, Mário Parwe, grande conhecedor do território, disse que eles estavam há apenas 30 minutos da aldeia. Embora muitos estivessem animados em encontrar os parentes, a decisão de Parwe foi de retroceder, pois o intuito da expedição não era o contato, mas averiguação das boas condições de vida dos Pirititi e sua localização.

A expedição de 2013 verificou a ausência de vestígios de violência ou extermínio e isso levou os Kinja a pensarem que a maloca pudesse ter sido queimada por acidente ou até mesmo por alguma prática cultural dos Pirititi. Mesmo assim, em resposta à intensificação da ocupação que se aproxima do limite noroeste da TI Waimiri Atroari e avança sobre a TI Pirititi, os Kinja construíram uma base de vigilância para conter essas ameaças, garantindo a fiscalização e monitoramento destes territórios por meio de revezamento constante.

Não bastasse todas as violências vividas, muitas cometidas pelo Estado Brasileiro, nos últimos anos, paira sobre os Waimiri Atroari, os Pirititi e seus territórios uma nova ameaça: a construção da Linha de Transmissão Manaus – Boa Vista, projeto que prevê conectar Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional e, no início de 2019, foi enquadrado pelo Conselho de Defesa Nacional como estratégico para a soberania e a segurança nacional, segundo a Resolução nº 01 de 27/02/2019 (DOU 28/02/2019). O Ministério Público Federal manifestou[14] preocupação com a tentativa de acelerar o licenciamento ambiental da obra, por parte do Governo, sem respeito aos ritos da legislação ambiental vigente e sem o devido diálogo com os Kinja, que nunca se negaram a conversar e reconhecem a demanda da população de Roraima por energia elétrica. É importante dizer que, recentemente, os Kinja elaboraram um Protocolo de Consulta[15] próprio, a fim de divulgar as formas pelas quais deve se dar a consulta ao seu povo.

Em 2018, a Justiça Federal no Amazonas reconheceu as violações praticadas contra o povo Waimiri Atroari quando da abertura da BR-174 e determinou que empreendimentos capazes de causar grande impacto em sua Terra Indígena não podem ser realizados sem que haja consentimento prévio dos Kinja (Waimiri Atroari)[16]. Além do genocídio sofrido, até hoje os Kinja são afetados pelos impactos da estrada. O monitoramento diário de fauna atropelada é realizado pelos Kinja desde 1997 nos 125 quilômetros da BR-174 que cortam o seu território e foi registrado, até março de 2019, mais de 13 mil mortes diretas de dezenas espécies, muitas das quais são caças que garantem sua soberania alimentar. No caso da construção da BR-174, os documentos e depoimentos coletados demonstram que, devido à pressa em finalizar a obra, à insistência por parte do regime militar em manter o trajeto e à forte resistência indígena, deu-se o acirramento das tensões e o Exército assumiu as operações, oficializando uma política de extermínio[17].

Em sua trajetória histórica, os Kinja se recolocaram: se antes eram guerreiros isolados, acossados e violentados pela sociedade não indígena e pelo Estado Brasileiro, hoje defendem e protegem os Pirititi, um povo indígena isolado extremamente ameaçado. Os Kinja esperam que a sociedade e o Estado brasileiros também considerem seu papel indispensável para garantir o respeito e a proteção dos povos indígenas no Brasil, isolados ou não.

14 "MPF estuda medidas diante de tentativa de aceleração de licenciamento do Linhão de Tucuruí entre AM e RR", março/2019. https://bit.ly/2YzZGLD.

15 *Ie'xime Arynatypy Nypykwatypy: Waimiri Atroari Behe Taka* - Protocolo de Consulta ao Povo Waimiri Atroari (ACWA; PWA, 2018). https://bit.ly/2L4uGAc.

16 Decisão Judicial liminar de Janeiro/2018, na ação civil pública nº 1001605-06.2017.4.01.3200, proposta pelo MPF em face da União e da Funai. https://bit.ly/2XtBTLT.

17 Decisão da Justiça reconhece violações contra povo Waimiri Atroari na abertura da BR-174, Ministério Público Federal do Amazonas. Janeiro/2018. https://bit.ly/32bzhpB.

“NÓS VAMOS LUTAR POR ESSE ÍNDIO ISOLADO MESMO QUE O GOVERNO NÃO DÊ VALOR

Ewepe Marcelo (Maryda), Tuwadja Joanico (Maiamy), Dauna Elzon (Arykawa), Sanapyty Gerencio (Karypa), Damixiri Renato (Kareb Syna), Waika Elinaldo (Atywa), Wiribia Orêncio (Pardo), Kraima Mário (Mehri) Txawe Zacarias (Maiamy), Piana Cláudio (Bana), Meki Mércio (Arykawa), Kratxinji (Arykawa), Kabaha Aluzio (Anahkwa), Parany Mateus (Paryry), Tykwehna Fernando (Cacau), Daitany Gilberto (Iawara) e Paulo Kabaha (Arawba).

Os Pirititi sempre estiveram ali

Eles sempre estiveram ali, sempre. A gente tem pouco conhecimento do modo de vida dele. Ele é um nômade, não tem, assim, uma roça grande como nós fazemos. Ele vive com as frutas nativas. São poucos grupos que não se aproximam muito da gente. A gente entende que ele não quer ter contato conosco. No tempo passado, tinha muitos. Mas eles tiveram guerras internas.

A língua, ninguém identificou bem. A gente não chegou nem a conversar, nem a ouvir ele direito, então a gente não tem de certeza se é nossa família. Eram da nossa altura. Não deu para perceber se eram nossos parentes, mas a gente considera como parente. A gente está aqui para preservá-los e evitar aproximação com eles.

A flecha dele é um tipo de bambuzinho que ele usa, a ponta é bem pintada. Quando pegar na caça, é para paralisar os animais. Veneno preto. Então, essa diferença ajuda a perceber que ele não é do nosso povo, que é o povo Pirititi.

Eu me criei vendo rastro dele. A casa deles não é assim como a nossa, eles vivem embaixo da floresta mesmo, não desmatam muito. Eu acho que, depois que eles diminuíram a população, eles acostumaram a viver assim. Ele é nômade, tem hora que ele tá aqui, tem hora que tá lá no outro lugar. Na época da seca, ele vai para outro lugar. Ele vai atrás do ovo de tracajá.

Ele come caça, jabuti, macaco, caititu, anta, açaí, buriti. Ele tira castanha para comer, ele assa castanha. Pelo sobrevôo, foi descoberto que tem roça. Agora, é difícil ver do alto se tem maniva, se tem cana plantada. O que deu para perceber é que tinha a banana plantada perto da maloca deles. Tinha pupunha, batata doce, abacaxi. Para fazer a casa, o material é a palha de ubim. A maloca, eles fazem desde o chão. É de forma retangular, comprida, totalmente diferente da nossa.

No dia em que eu fui com Txamyry Carvalho [no sobrevôo], eu vi ele andando nu com flecha. Brabo ele. Quase ia flechar o avião. A gente teve que subir mais alto. Madeireiro invadiu área do Pirititi. O índio isolado não gosta daquele desmatamento.

Nós fizemos sobrevoo para proteger eles, para fazer relatório, e nós encaminhamos para Funai. Demorou tanto a resposta deles... a gente não podia mais demorar tanto, porque os madeireiros já estavam se aproximando, já estavam entrando na terra deles. Aí nós tivemos que encarar para fazer o Posto de Vigilância Rio Branquinho na nossa terra.

nota das editoras Depoimento editado a partir de entrevistas realizadas por Silvia de Melo Futada (ISA) e Glenn Shepard (Museu Goeldi) com as lideranças kinja nomeadas acima.

Nós fomos adiantando para que a gente o defendesse. Nós fizemos tudo para evitar a entrada de invasores, madeireiro, castanheiro... Nós projetamos o posto, tudo com nosso recurso, desde construção, gasolina, alimentação, fardamento, tudo com o recurso da Associação Comunidade Waimiri Atroari. Isso seria o papel do governo, mas ele não se preocupa. Quem está preocupado com eles somos nós.

A gente está lá para reparar, para invasores não entrarem. A gente fica ali fiscalizando onde é nosso limite. A gente não anda assim, muito para dentro. A gente fica ali, fiscalizando, para os invasores não entrarem, para que ele também não fuja para fora.

E, agora, como parou [a invasão], eles estão voltando para a terra deles, onde eles sempre viveram. Ali é área deles. Ninguém não pode entrar. Se a gente entra, a gente morre para lá, porque pode ser que eles achem que nós somos homem branco. A gente entende que não pode mexer com eles.

A proteção dos “parentes” isolados

O nosso povo sofreu muito, imagine eles! A gente acha que eles têm pouca população e esse mundo de fora pode extinguir a população deles. A gente tem que cuidar dele, deixar ele em paz, porque, se a gente chegar lá na casa dele, nós vamos atrapalhar ele. Então é melhor deixar ele como está e deixar ele viver como ele quer. Não tem que ter muito contato com eles não. A gente pode levar doença, pode levar gripe.

Hoje, Waimiri Atroari é ameaçado. Imagina um povo que não entende nada do que está vindo de fora. Nós gastamos todo nosso recurso para evitar entrada de doença. Qualquer pessoa estranha pode atacar a casa dele, porque isso já aconteceu com nosso antepassado. O nosso povo sofreu muito, imagine eles! Por isso que nós queremos proteger ele, que é ser humano. Ele foi feito para viver lá.

A gente acha que deve ter mais outro índio isolado aqui nessa nossa terra. Se tivesse avião para sobrevoar a área toda, a gente poderia descobrir outro. Até pro lado de Anavilhanas, a gente acredita que sim, porque a mata é intensa, mas a gente não tem certeza. Tem o relato do Anahkwa [aldeia waimiri atroari]. Na época da guerra, eles fugiram e a gente não sabe onde é que estão. Mas esse povo, a gente acredita que deve existir, porque é um povo sadio, muito jovem. Eles sumiram... então como é que se acabou, né? A gente só tem pensamento na ocorrência da hidrelétrica, da entrada da empresa Taboca... se não passaram em cima da casa deles... A gente tem esperança de se encontrar com eles algum dia. Nunca mais vimos rastro. Isso faz muito tempo.

E se um dia Pirititi quiser contato?

Um dia, se ele decidir, ele mesmo decidir de chegar conosco, ninguém vai brigar com ele. Nós damos tudo que nós temos. É assim que é nosso povo. A gente pode dar panela, tudo que é necessidade. Pode querer vestir roupa, a gente vai dar. Não roupa usada. Pode ser que nossa roupa esteja cheia de bactéria. Esse povo é sadio, não tem nada de doença do branco e pode causar problema para eles. É por isso que a gente não quer que nenhum *kaminja* [não indígena], nenhum invasor

chegue perto dele. Porque se o invasor chegar e der roupa usada, será que ele vai voltar para cuidar dele lá?

Esse mundo do *kaminja* é muito *kwada* [ruim, feio]. Acabou com nossa floresta, está matando todos nossos animais, está matando toda nossa alimentação. E o índio, coitado, vai comer o quê? A gente que tem experiência, a gente que está vendo o mundo de fora destruir tudo sem pensar no futuro, a gente pode contribuir para ele [Pirititi] entender. Vai levar muitos anos, porque o mundo do *kaminja* é muito difícil de entender.

A situação atual dos povos indígenas no Brasil

Agora o índio está mais abandonado. O governo não está nem aí para o índio, só pensa em desmatamento, só pensa em loteamento. Quando a pessoa detecta, ou na frente de trabalho, ou funcionário da Funai, ou qualquer órgão não governamental, o governo vai dizer que não tem índio aí. Foi feito sobrevoo, viu que tem aldeia... Aí passou uns meses, houve pessoal de imprensa dizendo que era invenção, que os Pirititi não existiam, que Waimiri Atroari estava inventando uma nova aldeia de índios isolados lá dentro!

Esse governo não é bom governo, nem pro povo dele, nem pro nosso povo. Quer baixar decreto para colocar mineração dentro da Terra Indígena mesmo que seja homologada, mesmo que o índio não queira. Isso é absurdo, isso é falta de respeito! O povo isolado, para ficar independente, ele tem que ficar ali. O governo tem que se preocupar em não mexer na terra dele, em não destruir a terra dele. Se destruir a terra dele, o que que ele vai comer? Onde ele vai encontrar outra mata? A maior parte do Brasil já está desmatada!

Esse erro do governo não é de hoje. Diz, na história: "Há 500 anos o Brasil foi descoberto". Não foi descoberto! O erro está lá. É preciso corrigir isso. Qual governo vai corrigir esse erro? Quem será? Enquanto esse cérebro existir todo contaminado, ninguém nunca vai corrigir esse erro. Só poderá corrigir quando cérebro novo todo estiver no Congresso, nos deputados, governantes. Só se mudar todo o cérebro.

Nós Kinja somos povo guerreiro, nós somos povo resistente e nós vamos viver aqui.

Nós vamos lutar por esse índio isolado mesmo que governo não dê valor. Nós vamos lutar por ele!



imagem Apreensão de milhares de toras extraídas ilegalmente na TI Pirititi, em Roraima.

ENTREVISTA

Frente de Proteção Etnoambiental Waimiri-Atroari

"TANTOS OS WAIMIRI ATROARI QUANTO OS PIRITITI SÃO SOBREVIVENTES

Marcelo de Sousa Cavalcante é o coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Waimiri-Atroari dedicada aos povos indígenas da região e conta com a colaboração dos Waimiri Atroari na proteção dos Pirititi.

Quais as maiores ameaças a esses povos? As Terras Indígenas Waimiri Atroari e Pirititi estão cercadas por assentamentos do Incra, vilas, cidades com várias serrarias e fazendas, colônias de pescadores, caçadores e extrativistas. As maiores ameaças e pressões vêm desses lugares e pessoas, visto que a preservação da floresta, de animais, de santuários de peixes e quelônios estão nessas Terras Indígenas.

Qual o histórico de contato? O contato mais intenso e recente dos Waimiri Atroari com a nossa sociedade se deu 51 anos atrás, com as construções da BR-174, da mineração da Paranapanema e da hidrelétrica de Balbina. O contato dos Pirititi com a nossa sociedade não é conhecido, mas dos Pirititi com os Waimiri Atroari remonta há muito tempo. Em suas histórias, há o registro de conflitos, tentativas de roubos de mulheres e utensílios domésticos e de uso dos roçados.

Tantos os Waimiri Atroari quanto os Pirititi são sobreviventes. Os primeiros não tiveram opção de não ter o contato com a nossa sociedade. Os segundos escolheram se isolar tanto dos colonos e outros não índios, que eles sabem estar próximo a eles, quanto dos Waimiri Atroari, com quem tinham conflitos intensos. Somente encontramos seus vestígios: rastros, roubo de utensílios e alimentos dos roçados dos Waimiri Atroari.

Qual é a importância da política do não contato? Você é responsável pelo povo com o qual você realiza o contato. Por exemplo, no caso dos Waimiri Atroari, povo considerado, pela Funai, de recente contato. Ao serem impactados por três grandes empreendimentos e por um surto de sarampo violento, em que houve a redução de cerca de 3.000 pessoas para menos de 400, eles iam desaparecer culturalmente e fisicamente. Mas isso mudou ao ser implantado, pelo sertanista Porfírio Carvalho, o Programa (Indigenista e ambiental) Waimiri Atroari, um convênio entre a Funai e a Eletronorte. A filosofia indigenista era levantar a autoestima e a dignidade desse povo, não permitindo a entrada de nada que fosse degradante de nossa sociedade, como bebida alcoólica, cigarros, mendicância e outros comportamentos e coisas desnecessárias à sua cultura. O povo Waimiri Atroari reagiu positivamente. Sua população cresceu, suas festas e ritos de passagem aumentaram a cada ano que passava até atingir o equilíbrio natural de sua sociedade. No caso dos Pirititi, eles não querem o contato. Então, fazemos a proteção deste povo sem fazer contato. Os Waimiri Atroari, que viviam em conflito com eles, também entendem e respeitam o desejo de isolamento dos Pirititi.

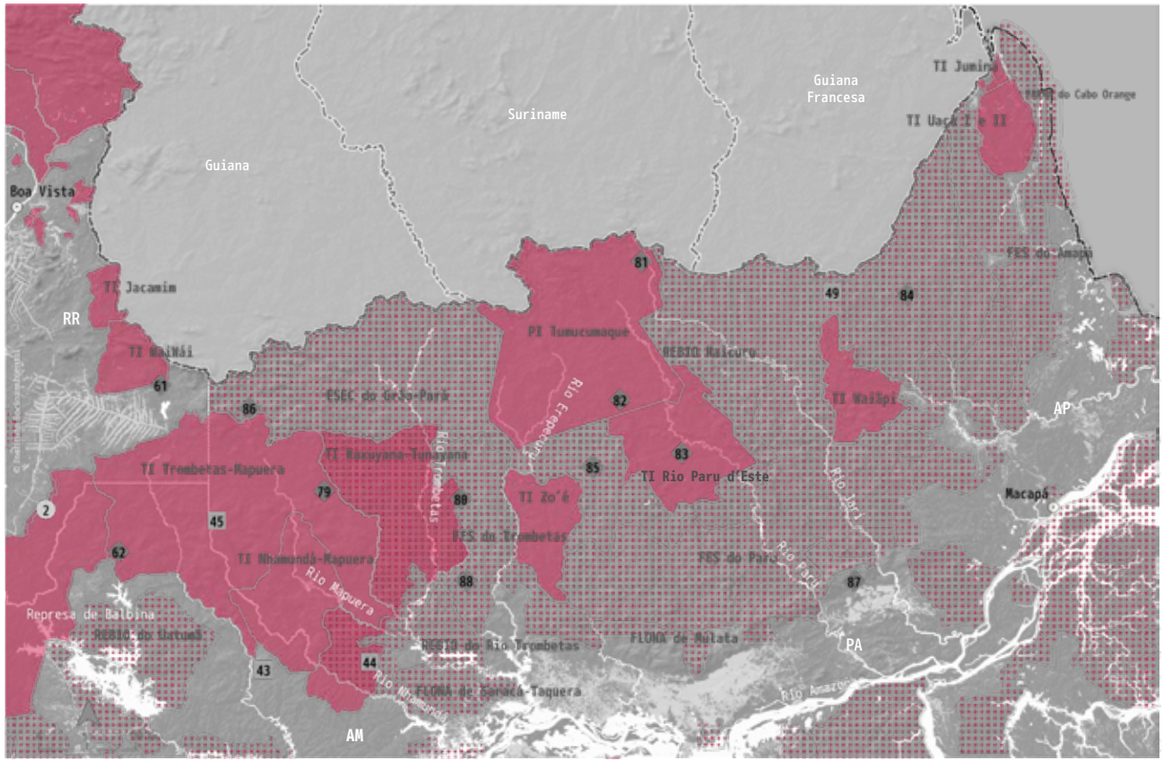
Como vê a manutenção da restrição de uso para terras onde vivem os isolados? Restringindo o acesso ao uso de terras ocupadas por isolados, mantém-se a integridade desses povos.

Qual o contexto das ameaças aos isolados e a seu território? Os Pirititi ocupam as bacias dos rios Branquinho, Trairi, Alalau e Pitinga, conforme relatos dos Waimiri Atroari sobre onde já foram avistados. Uma de suas aldeias foi avistada em um sobrevoo próximo ao Rio Branquinho. O colono mais próximo estava há cerca de 7 km de distância. Havia estradas vicinais, uma vila próxima (cerca de uns 30 km de distância) e vários colonos ao longo das estradas.

A Frente de Proteção foi criada em 2011 e a TI Pirititi foi interditada em 2012. Logo depois, foram descobertas, por nossas equipes de fiscalização, esplanadas de madeira extraídas ilegalmente dentro da TI interditada. As invasões de madeireiros foram contidas graças às nossas equipes formadas por funcionários e Waimiri Atroari que se dispuseram a proteger os Pirititi. Também sabemos da existência de ocupações de não indígenas ali, mas não conhecemos qual o número de invasores. Aguardamos a Funai para realizar o levantamento fundiário.

nota das editoras Entrevista concedida à Clara Roman, jornalista do ISA.

NORTE DO PARÁ



REGISTROS DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NO NORTE DO PARÁ

- Confirmado
- Em estudo
- Informação
- Capitais
- Desmatamento
- Unidades de Conservação
- Terras Indígenas
- Fronteira internacional



imagem Página anterior: rio Katxuru, também conhecido como Rio Cachorro, TI Kaxuyana/Tunayana.

"AQUELES QUE NÃO VEMOS MAIS": MEMÓRIAS DE CONTATO E ISOLAMENTO ENTRE OS KARÍB NO NORTE DO PARÁ

Depois de décadas vivendo em grandes concentrações nas aldeias-missões, os diversos grupos indígenas dessa vasta região reocupam seus territórios ancestrais e passam a compartilhar, mais uma vez, áreas com "aqueles que não vemos mais", os parentes "isolados" que permaneceram nos locais de ocupação tradicional.

VICTOR ALCANTARA E SILVA antropólogo do CTI e doutorando em Antropologia Social – PPGAS/UNB

Junto com um servidor da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema (FPEC), participei, em julho de 2017, de uma reunião na aldeia Turuni em que apresentamos o andamento do trabalho em conjunto[1] entre CTI e FPEC, a qualificação de informações sobre a presença de isolados na região e o cronograma das expedições da Funai. Os índios, ao fim da reunião, questionaram o planejamento e argumentaram que a região habitada pelos Inkarïnï (ou Inkarïyana) isolados era uma área de alto risco: fora de Terras Indígenas e dentro da Floresta Estadual do Trombetas, passível de ser explorada economicamente, onde há foco de garimpo. Demandaram, então, uma viagem a um pequeno igarapé, onde, 47 anos antes, viveram alguns meses com os Inarïnï. No retorno dessa reunião, nos sentamos com uma antiga liderança katxuyana para começar a organizar a atividade e ouvimos seu relato desse encontro.

Em 1970, apenas dois anos depois dos Katxuyana terem sido retirados de sua aldeia no rio Cachorro e levados para a Missão Tiriyós, gaiteiros (caçadores de pele) chegaram na missão/base militar, subindo o rio Erepecuru, e lhes deram notícias da presença de índios falantes de mesma língua que eles vivendo rio abaixo[2]. No final do mesmo ano, os Katxuyana e Tiriyó organizaram uma viagem em que desceram por vários dias o encachoeirado rio Erepecuru em canoas a remo. No caminho, outros gateiros e garimpeiros confirmavam a história: se subissem um afluente do baixo Erepecuru, veriam algumas casas velhas dos índios. Depois de três dias de viagem pelo igarapé, encontraram somente acampamentos de garimpeiros e quilombolas. Desanimados, começaram a viagem de volta.

Aí vimos a castanheira. – Olha lá uma castanheira! Vamos ver se tem ouriço para fazer vinho pra gente? [...] Nessa hora a gente vê! Tinha um igarapezinho e vimos uma abertura grande, assim, diferente, vimos uma casa velha, tapiri assim já feito, obra dos indígenas. Eles fazem assim, fazem uma casa dentro e cercam com palha em volta. [...] Tinha duas casas lá no centro, a gente sabe como é, a gente faz. Aí ficamos alegres! – Vamos ver para onde sai o caminho. O caminho saía para o lado [de outro igarapé]. Fomos seguindo a estrada, era diferente, tipo vereda com quebrada de mão. Seguimos.

1 Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto "Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia", realizado pelo CTI em cooperação técnica com a Funai, com apoio do Fundo Amazônia.

2 No final de 1969, os Katxuyana souberam de outro grupo na beira do Erepecuru, próximo ao igarapé Poana, que foi levado para a Missão no começo de 1970. Era um pequeno grupo txikiyana que havia se deslocado desde o alto Katxpakuru.

As palavras acima são da liderança katxuyana. Ele conta que, como já era tarde, não conseguiram seguir o caminho naquele dia. No dia seguinte, andaram até por volta do meio dia e retornaram. Novamente partiram levando redes, fogo e farinha para poder dormir no caminho. Já de tardezinha, encontraram outras casas próximas a um pequeno roçado com batatas, carás, mamão. O fogo ainda ardia do dia anterior. Pendurado em uma árvore, perceberam um cadáver embrulhado em palhas. Ali acamparam. No dia seguinte, seguiram com cuidado e chegaram à beira de outro igarapé.

> *Nós escutamos eles, tinha um porto e um outro mais para cima [...]. Aí nós ouvimos um barulhozinho de conversa. – É aqui, aqui que eles estão! E não era um barulho de muita gente. [...] – Então é aqui, e agora? Aí o velho [katxuyana], como a gente faz, o velho sabia quando encontrava parente que nunca teve contato. – A gente vai fazer assim. Ele pôs a mulher dele na frente e ele no segundo, sinal que diz que o parente não era guerreiro, pro parente conhecer quando não é guerreiro. Ele sabe, então vamos fazer isso. Ele que está coordenando, ele sabia falar também, a gente sabia que era Inkarïnï. Inkarïnï é conhecida nossa língua mesmo, então vamos ver. Cantamos um pouco e aí gritamos, sinal de festa, sinal de encontro.*

Apesar dos cuidados, esse primeiro encontro foi algo tenso. Pegos de surpresa, os Inkarïnï reagiram. A liderança segue com a descrição:

> *Tinha um velho [Inkarïnï] lá, um velhinho. Ele pegou um pedaço de pau, uma borduna, falando tipo a língua Katxuyana. Aí, no momento, o outro estava na beira e saiu, outro que era mais jovem, e disse: – Calma aí! Acalmou o velho. – Será que são outra pessoa, nossos amigos, nosso parente? Ele acalmou o velho. Ele veio, esse outro, aí conversaram lá. Disse: – Que tipo de etnia são vocês? – Somos Katxuyana! – Ah, conheço Katxuyana. – Katxuyana eram nossos amigos, a gente fazia festa, sempre visitava. Lembrou-se dos antigos dele. – Somos nós! Não é karaiwa[3], não é inimigo de vocês, somos parentes de vocês. Aí acalmou o velho. As mulheres se esconderam, só ele que ficou lá com a gente.*

Nesta viagem, passaram três dias com os Inkarïnï e se despediram com a promessa de voltar no ano seguinte. Na Missão Tiriyós, contaram para os outros quem tinham encontrado, que eram parentes, falavam a mesma língua, se pintavam e se adornavam como os Katxuyana.

> *Então, o que é que a gente faz? – Vamos sempre ter contato com eles, se um dia eles quiserem, podemos trazer! – Mas, no momento, a gente vai só pra lá visitar, ficar um tempo lá com eles, assim, não é trazer logo. Assim a gente combinou.*

Em 1971, organizaram outra viagem, dessa vez com apoio da prelazia de Óbidos. Foram de avião até a cidade de Óbidos e subiram o rio Erepecuru de barco até a comunidade quilombola da Pancada, que deu apoio para chegarem ao local do acampamento da viagem anterior. Foram novamente recebidos pelos Inkarïnï com certa desconfiança. Logo a situação se acalmou, quando reconheceram os Katxuyana da viagem anterior. Desta vez, ficaram com eles por quatro meses. Convidados, os Inkarïnï não se interessaram em segui-los para a Missão, mas disseram aos Katxuyana que sempre poderiam voltar. Assim a liderança concluiu:

> *Eu estou querendo voltar de novo, querendo. Mas, infelizmente, não teve mais apoio pra mim. Aí eu esqueci, né, finalmente. Mas eu não tenho esquecido. Sempre, no meu sonho, o parente está lá, sempre a gente conversa. Agora a gente está aqui próximo [no rio Cachorro]. Se fosse como a gente estava na época, um pouco jovem, aí ia formar viagem e ia pra lá procurar eles, né?*

3 Não indígena, branco.

***

A expedição, ocorrida em novembro de 2017, foi, desde o início, organizada pela FPEC/Funai, com apoio do CTI, junto com os Katxuyana, Kahyana e Tiriyó, resultado do diálogo que vínhamos estabelecendo com os grupos das TIs Trombetas-Mapuera, Nhamundá-Mapuera e Katxuyana-Tunayana a respeito da presença de povos isolados nessa área[4]. Para os índios, a viagem significava a possibilidade de um novo reencontro com os Inkarïnï.

A narrativa da liderança katxuyana ilustra um desses tantos episódios de encontros e desencontros que marcam a trajetória dos povos indígenas dessa região[5]. Os deslocamentos causados pela pressão das frentes de colonização e econômicas e por iniciativas de contato missionário alteraram os constantes movimentos de aproximação e afastamento entre os grupos. É preciso situar o surgimento dos "isolados" nesse histórico, uma vez que foi justamente o "contato", ao recortar as redes de relações nativas, que produziu o isolamento – entendido como a ruptura, mesmo que temporária, dessas relações.

Apesar das frentes econômicas baseadas na extração de produtos da floresta avançarem sobre toda essa região ao longo da primeira metade do século XX, a atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), nesse período, restringiu-se ao rio Jatapu, onde o órgão instalou, em 1942, um Posto Indígena de Atração (PIA Jatapu) acima da Cachoeira Santa Maria. Neste posto, ficaram concentrados os grupos Xowyana, Kararayana e Okoyimoyana. Epidemias fizeram com que parte desses grupos se afastasse do rio Jatapu e subisse seus afluentes.

Nas demais áreas, foram os próprios índios os responsáveis pelo contato e por trazer os isolados para viver em suas aldeias. Tal ciclo de contatos se inicia em 1949, quando missionários da *Unevangelized Fields Mission* (UFM) se estabeleceram entre um pequeno grupo waiwai no alto Essequibo, na divisa da Guiana com o Brasil. Para lá, os Waiwai convidaram, inicialmente, aqueles grupos com os quais já mantinham circuitos de troca no alto Mapuera, como os Xerew, Parukwoto, Txarumayana e Mawayana. Estes, a partir de suas próprias redes de relações, foram convidando outros, como os Xerew do rio Acarí, Tunayana e Txikiyana, assim, sucessivamente, levando para a aldeia-missão *Kanaxen* grupos dos rios Nhamundá, Mapuera, Jatapu, Turuni, Acarí, Trombetas, dentre outros.

Outras missões foram sendo formadas. Em 1958, o *Summer Institute of Linguistics* (SIL) passou a atuar no rio Nhamundá. No final dos anos 1960, com participação de indígenas da aldeia-missão *Kanaxen*, a UFM estabeleceu

4 A Frente de Contato Cuminapanema foi criada por ocasião do processo de contato com os Zo'é, após a retirada da Missão Novas Tribos do Brasil da área, no início da década de 1990. Posteriormente denominada FPE Cuminapanema, desenvolveu, até 2010, trabalhos exclusivamente junto a esse povo de recente contato. A partir desse ano, passou também a realizar ações de localização e monitoramento dos registros de povos indígenas isolados circunscritos à sua área de atuação, compreendendo o norte do Pará, parte do Amazonas e Amapá. Este trabalho contou com apoio do CTI, de 2015 a 2018, no âmbito do projeto mencionado anteriormente.

5 Como conta a história dos povos Katxuyana, Txikiyana e Kahyana, todos esses grupos, inclusive os Inkarïnï, viveram na região de Óbidos, de onde subiram os primeiros para afluentes do alto Trombetas e os últimos para o rio Erepecuru (cf. Frikel, 1966 e 1970; Coudreau, 1901; Nicolino, 1946). Para uma perspectiva txikiyana dessa história, ver Alcantara e Silva (2015).

a missão *Araraparu* entre os Tiriyó no sul do Suriname, para onde foi levado o restante dos Tunayana e Txikiyana que haviam permanecido após parte do grupo seguir para *Kanaxen*.

Em 1968, os Katxuyana do rio Cachorro, com quem parte dos Kahyana e os Werikiyana haviam se reunido, foram retirados de suas aldeias pela prelazia de Óbidos e levados em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para a Missão Tiriyós, instalada na fronteira do Brasil com o Suriname, nos formadores do rio Erepecuru. Um pequeno grupo que permaneceu no rio Cachorro deslocou-se até o rio Nhamundá, de onde foram impedidos pelo missionário e pastores indígenas de retornar para sua antiga área. Se antes esses povos viviam dispersos em centenas de aldeias, em poucos anos, foram concentrados em poucas grandes aldeias-missão muito distantes umas das outras[6]. No entanto, nas várias histórias de contato desses povos, sempre há informações de algum grupo que o recusou, que não quis deixar seus lugares, se dispersou na mata e não foi mais visto.

Se, desde os anos 1950, as missões haviam imposto um modo de contato orientado aos Karíb no norte amazônico, essa situação, no lado brasileiro, se agravou nos anos 1960, quando a geopolítica militar para a Amazônia foi alçada a projeto do governo militar e grandes obras de infraestrutura foram planejadas para promover a "integração" da região aos mercados capitalistas globais. Uma faceta pouco documentada dessa geopolítica foi a aliança travada por militares da FAB com missionários que já atuavam nessas áreas. Para a formação da Missão Tiriyós, iniciada em 1959, foi realizada uma parceria informal entre a prelazia de Óbidos e os militares, batizada de "Trinômio FAB-Missionário-Índio" (Cedi, 1983a). Esta parceria pretendia criar pontos de apoio nas fronteiras do Brasil com Suriname, Guiana e Venezuela por meio da abertura de pistas de pouso, fixação dos índios e da "aculturação" missionária.

Em 1960, a Operação Parima teve como objetivo investigar missionários evangélicos no Território do Rio Branco (Roraima) e resultou em uma aliança entre a FAB e membros da Cruzada de Evangelização Mundial, nome adotado pela UFM no Brasil. Replicando a experiência da Missão Tiriyós, os militares da FAB contaram com apoio da Cruzada, que já atuava em Uaicás, para abrir novas pistas de pouso em Parima e Surucucus e instalar um posto de fronteira. Em 1962, militares da FAB apoiados por missionários da UFM partiram de *Kanaxen* com indígenas para abrir uma pista no rio Cafuini, batizada "Uai Uai", com o intuito de repatriar e manter concentrados os Waiwai. Dessa forma, o "vazio" propagandeado pela ditadura militar foi sendo criado sobre territórios indígenas, garantindo o espaço para que seus grandes projetos avançassem.

Tais projetos ainda hoje voltam a ameaçar a existência dos povos dessa região. Em 2014, em meio às investidas do governo federal para a construção de grandes hidrelétricas em rios amazônicos, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) sorrateiramente tentou retomar os estudos da UHE Cachoeira Porteira e foi barrada pelo MPF após denúncias dos índios e quilombolas do rio Trombetas. Em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro anunciou que editaria um decreto para criar o projeto Barão de Rio Branco. Idealizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo, a proposta retoma projetos da ditadura e prevê três grandes obras no estado do Pará: uma hidrelétrica no rio Trombetas, uma ponte sobre o rio Amazonas, no município de Óbidos, e a extensão da BR-163 até a fronteira com o Suriname.

***

6 Nunca deixaram, porém, de percorrer e utilizar porções de seus antigos territórios tanto para visitar parentes como para buscar cultivos nas roças antigas, coletar frutos, pescar ou passar temporadas nessas áreas.

Muitas vezes ouvi de pessoas que viveram nestas missões que foram "enganadas" por aqueles que as levaram até lá. Se a contínua variação entre movimentos de fusão e fissão, aproximação e afastamento, "contato" e "isolamento" é constitutiva dos grupos karíb dessa região, para aqueles que eram convidados por outros a conhecer suas aldeias, era natural que fossem retribuir a visita. Do ponto de vista indígena, "contato" e "isolamento" são ambas formas possíveis – e reversíveis – de relação. No entanto, o Contato orientado pelas missões, pelo SPI, pelos militares (Contato com "C" maiúsculo, da forma-Estado), impossibilitou esse movimento pendular dos karíb, pois não era possível ir e retornar às suas próprias aldeias. Ao mesmo tempo, aqueles que viviam próximos dos que partiram tiveram suas redes de relações cortadas. O contato impede a reversibilidade ao criar categorias de Isolado e Contatado: pode-se deixar de ser isolado, mas não contatado. Dessa forma, a concentração nas grandes aldeias produziu o "isolamento dos isolados" ao distender as relações entre os grupos, fragmentar as redes nativas e restringir sua movimentação no espaço.

Os Waiwai, Tiriyó e outros, engajados nesses contatos, os faziam a seu próprio modo, análogo ao da intervisitação e dos convites para festas. No espaço das missões, porém, esse modo foi capturado e posto a funcionar em favor da concentração. Contudo, aqueles que convidaram outros povos a ir para as missões dizem que assim o fizeram para proteger seus parentes que estavam "sofrendo" no mato. Naquele contexto, a forma encontrada para concretizar essa proteção foi trazer os grupos que haviam ficado na mata para perto de si como forma de livrá-los do extermínio e sofrimento que eles mesmos haviam experimentado. Esse protagonismo nos contatos criou, em relação à Funai, uma imagem paradoxal dos Waiwai: ao mesmo tempo em que fizeram uso dessa *expertise* em frentes de atração de outros grupos indígenas, como na Frente de Atração Arara, ela também foi utilizada para associá-los aos projetos missionários, o que os impediu, até muito recentemente, de manter relações com os Waimiri Atroari e os Zo'é.

Atualmente, os diversos povos dessa vasta região estão em acelerado processo de dispersão por seus territórios ancestrais. Deixando as grandes concentrações e reocupando locais de suas antigas aldeias, passam novamente a compartilhar um espaço com aqueles que ficaram. E, assim, retomam relações com os isolados através das histórias de seus antigos e de sua presença fugidia.

A mudança de orientação na política indigenista brasileira a partir do final dos anos 1980, com o estabelecimento de ações de proteção pautadas no respeito à opção pelo isolamento, a não obrigatoriedade do contato e à garantia constitucional das Terras Indígenas, abriu outra perspectiva de relação entre esses povos e aos isolados. Ao longo das atividades do projeto do CTI e FPEC, uma ideia foi se tornando central para os índios: a de "proteção" dos isolados. Ficou evidente que hoje é possível proteger a terra dos isolados da invasão dos *karaiwa* e, então, ao longo desses anos, foi sendo construído um certo consenso de que o melhor a se fazer, por enquanto, é deixá-los onde estão, até quando quiserem. Os indígenas não abrem mão, porém, de buscar contato (c minúsculo) com eles, isto é, de ver seus sinais, de ter certeza que estão bem e de proteger suas terras. Enfim, não abrem mão de manter relações com esses outros a quem chamam sugestivamente, em suas diversas línguas, de "*aqueles que não vemos mais*".

ENTREVISTA

Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema

"TODOS ESSES VESTÍGIOS SÃO INDÍCIOS CLAROS DA PRESENÇA DE ISOLADOS NA REGIÃO

Fabio Nogueira Ribeiro é coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema (FPEC), cuja área de atuação abrange a TI Zo'é e 12 registros de grupos isolados dispersos, a oeste, entre os rio Jatapu (Roraima/Amazonas), e no rio Oiapoque, a leste. A Frente desenvolve trabalhos em uma área extremamente extensa: norte do Pará e do Amapá, nordeste do Amazonas e sudeste de Roraima.

Como a Frente desempenha o seu trabalho? A Frente Cuminapanema está sediada na cidade de Santarém (Pará). Na TI Zo'é, há uma Base de Proteção da FPEC que conta com a presença contínua de servidores da Funai.

Em relação aos registros de isolados, seguimos a metodologia da CGIIRC de levantamento de informações em campo (por meio de expedições, sobrevoos e interlocução com populações vizinhas aos registros) e em escritório (levantamento documental e bibliográfico, análise de imagens de satélites) e de articulações diversas com as organizações indígenas e indigenistas e com órgãos do Estado, visando a consolidação da política de proteção dos territórios ocupados por esses grupos isolados.

A Frente tem hoje recursos para cumprir o seu papel? O principal gargalo na Frente Cuminapanema é a escassez de servidores. Somos, atualmente, seis servidores responsáveis pela política de proteção de povos isolados e de recente contato na área da atuação da FPEC. Por meio de parcerias com organizações indígenas e indigenistas, a Frente tem conseguido cumprir parte de seu papel institucional, principalmente na TI Zo'é e nos registros de isolados situados na região dos rios Jatapu, Nhamundá, Mapuera e Trombetas. No entanto, em função da escassez de servidores, não foi possível, ainda, a atuação sistemática nos registros situados nas bacias dos rios Maicuru, Paru de Leste, Jari, Amapari e Oiapoque.

Como foram as últimas expedições de monitoramento? Nos últimos anos, foram realizadas expedições de localização de grupos isolados no interior, ou nas proximidades, das TIs Katxuyana-Tunayana, Trombetas-Mapuera, da Estação Ecológica Grão Pará e Floresta Estadual do Trombetas, entre outras. Também foram realizadas expedições de monitoramento territorial nas Terras Indígenas Zo'é e Katxuyana-Tunayana. Essas expedições tiveram como objetivos o levantamento de informações sobre a presença de grupos isolados nas regiões mencionadas e sobre a presença de invasores nas Terras Indígenas – principalmente garimpeiros – e/ou nas áreas onde incidem os registros de grupos isolados.

nota das editoras Entrevista concedida à Victoria Franco, jornalista do ISA.

Nesse monitoramento, quais são os vestígios que encontram? Ao longo das expedições que realizamos nos últimos anos, encontramos vestígios como: capoeiras, cacos de cerâmicas, cascas de enviras tiradas, pegadas, quebradas, varadouros, cabelo cortado, penas de bichos, cascos de jabutis quebrados. Todos esses vestígios, por terem sido encontrados em áreas nas quais os povos indígenas contatados há muito não circulam, são indícios claros da presença dos isolados na região.

O que ainda precisa ser feito para melhorar este trabalho? O avanço das estruturas de trabalho das FPEs depende de uma ampliação do quadro de servidores, do fortalecimento institucional da Funai (gestão de recursos, articulação institucional, capacitação continuada de servidores em áreas meio e áreas fim) e da ampliação da participação dos povos indígenas do entorno dos territórios de grupos isolados na política de proteção.

Especificamente no que tange à política de proteção de povos isolados, são fundamentais, a meu ver, a capacitação continuada de novos servidores, a continuidade do funcionamento das Bases de Proteção Etnoambiental (BAPEs) e o aprimoramento da capacidade de execução orçamentária e de articulação institucional do órgão indigenista.

Com relação à política de proteção territorial e promoção de direitos de povos de recente contato, a articulação e continuidade de programas indigenistas no longo prazo pela Funai, a articulação com as organizações indígenas e indigenistas da sociedade civil e a capacitação de servidores da Funai e da Sesai de modo a garantir a presença efetiva do Estado nas Terras Indígenas habitadas por esses povos são os desafios principais.

Existem povos indígenas não isolados vivendo na região? Sim, na região das TIs Trombetas-Mapuera, Nhamundá-Mapuera e Katxuyana-Tunayana vivem diversos povos indígenas, conhecidos por Waiwai, Hixkariyana, Katxuyana, Kahyana e Tunayana. Ainda que não tenha absoluta certeza, acredito que a população desses grupos deve totalizar, aproximadamente, 4.000 pessoas. Esses povos têm uma relação histórica com os grupos que hoje classificamos como "isolados", considerando que, até as décadas de 1950 e 1960, esses conjuntos de povos (*-yana*) configuravam vastas redes de relações que abrangiam praticamente toda a região das Guianas.

Qual o histórico de contato na região das Guianas? A "história do contato" dessa região é muito complexa e impossível de ser tratada em detalhes aqui, ainda mais se considerarmos a extensão da área de atuação da FPEC, que abrange a imensa floresta que vai do Oiapoque ao Jatapu. No entanto, na região onde a

FPEC tem concentrado esforços, ou seja, na região do Trombetas-Mapuera e do Tumucumaque, a história do contato está bem documentada. Em linhas gerais, os diversos grupos de língua karib que viviam dispersos por vastas áreas de florestas e que se relacionavam entre si por meio de uma ampla redes de caminhos terrestres e fluviais foram, a partir do final da década de 1950, concentrados em grandes aldeamentos missionários, sendo os principais: Kanashen (na Guiana), Alalaparu e Palomeu (no Suriname) e Missão Tiriyó (no Brasil).

Esse processo de concentração e evangelização teve diversas consequências, sendo as principais o "esvaziamento" de grandes áreas de interflúvios e a fratura das redes de relações ameríndias. Diversos grupos e malocas optaram por viver nessas grandes missões. Outros não, sendo que esses que "não foram" acabaram constituindo os grupos que hoje o Estado brasileiro reconhece por "isolados".

Ou seja, povos que, no passado, certamente estavam inseridos em amplas redes de relações mas que, com o esvaziamento da região, acabaram se "isolando" em pontos específicos dessas áreas interfluviais. Essa política missionária de concentração dos povos indígenas no entorno de grandes missões mostrou-se, com o tempo, inadequada. Com o passar dos anos, o tensionamento das relações entre grupos que antes viviam dispersos e a escassez de alimentos em regiões muito populosas acabaram resultando em um processo de descentralização desses grandes aldeamentos missionários e de formação de novas aldeias.

Esse processo pode ser observado na maior parte das Terras Indígenas da região, em particular nos rios Nhamundá e Mapuera, na região de Kwamalasamutu (no Suriname) e na Missão Tiriyó, na TI Parque do Tumucumaque. O histórico de contato dos Zo'é é um capítulo à parte e foi mais recente ainda, em 1987. Recomendo, nesse caso, a leitura dos trabalhos da antropóloga Dominique Tilkin Gallois, inclusive o Relatório Circunstanciado de Identificação (RCID) da TI Zo'é.

O fato é que a história de contato da região é muito recente, sendo que a maioria dos povos que hoje o Estado brasileiro considera como contatados no norte do Pará (Waiwai, Hixkariyana, Katxuyana, Tiriyó etc.) têm uma memória muito viva sobre as redes de relações ameríndias existentes no período anterior às grandes migrações para os aldeamentos missionários. Os RCIDs das TIs Trombetas-Mapuera e Katxuyana-Tunayana, elaborados pelo antropólogo Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG) são muito informativos nesse sentido.

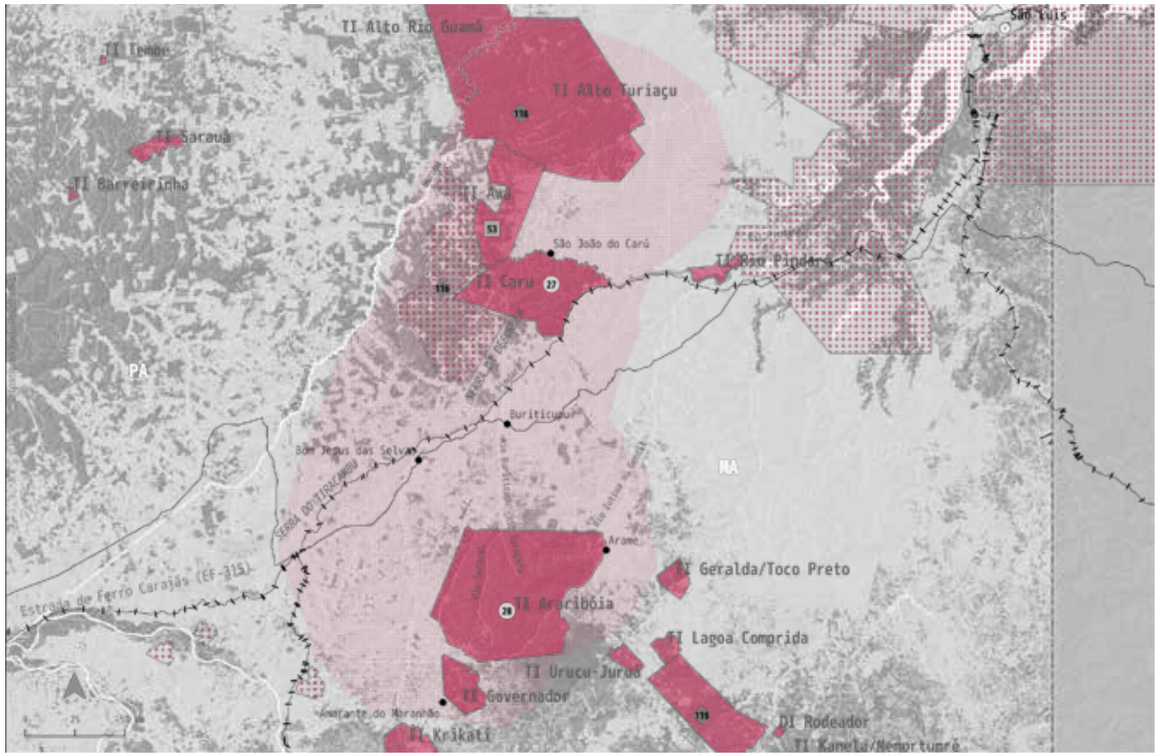
Qual é a importância da política do não contato? Ao partir do princípio da precaução e ao levar em conta que o "isolamento" de certos grupos indígenas decorre de uma decisão deliberada, a política do não contato é importante, pois viabilizou uma reorientação da relação do Estado com povos indígenas que não mantém relações permanentes com a "sociedade nacional". Ou seja, se no passado a política era a da aniquilação (guerra justa no período colonial), da pacificação, da evangelização e do contato, sempre visando à integração e à liberação dos territórios indígenas, a política do não contato terminou por internalizar o direito à diferença (o direito de ser "isolado") e a proteção territorial como suas premissas fundamentais. O fato é que, passados mais de três décadas da consolidação da política do não contato, essa política pública brasileira é hoje uma referência para os países amazônicos onde se verifica a presença de índios isolados.

Qual a importância da manutenção da restrição de uso para terras ocupadas por isolados? A ferramenta da restrição de uso é de fundamental importância no contexto da política do não contato, pois, tendo em vista o princípio da precaução, é através dela que uma Frente de Proteção poderá resguardar o território de um povo em situação de alta vulnerabilidade, como, por exemplo, os Piripkura e os Pirititi, e realizar pesquisas de campo que irão fundamentar a posterior regularização fundiária da área.

Qual é a relação entre a permanência desses povos nesses territórios e a conservação ambiental dessas áreas? Nessa região em questão, os registros de grupos isolados incidem justamente nas regiões interfluviais e de cabeceiras de praticamente todos os rios que correm para o Amazonas: Jatapu, Nhamundá, Mapuera, Cachorro, Trombetas, Erepecuru, Cuminapanema, Maicuru, Paru de Leste, Jari, Amapari e Oiapoque. A região configura um imenso corredor amazônico de áreas protegidas, composta por Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação. A presença dos isolados nessas áreas e a proteção desses territórios pelo Estado são, portanto, fatores fundamentais para a conservação dessa área da Amazônia.

Quais as maiores ameaças a esses povos e a seus territórios? A área de atuação da FPEC está inserida na região que abrange o norte do Pará e pequenas porções dos estados do Amapá, Amazonas e Roraima. Essa área se configura como uma enorme floresta, habitada há milênios por povos indígenas. Nas décadas de 1960 e 1970, alguns projetos governamentais de abertura de estradas e construção de usinas hidrelétricas não foram adiante. Há, no entanto, diversas pressões. As maiores ameaças a esses povos estão relacionadas às atividades garimpeiras clandestinas, à ação de missionários evangélicos fundamentalistas na região e a alguns projetos governamentais de incentivo à mineração e à abertura de estradas em zonas muito próximas a registros de povos isolados. Algumas estradas chegam muito perto das Terras Indígenas (como é o caso da região de Jatapuzinho, na qual a estrada que vem de Caroebe-RR chega até o limite da Terra Indígena) e há registro de tráfico internacional de drogas na região. Incidem também interesses públicos e privados de exploração mineral e de exploração madeireira que, caso sejam consolidados no futuro, se constituirão como vetores de pressão sobre os territórios indígenas.

AWA
GUAJÁ



ÁREA DE OCUPAÇÃO TRADICIONAL AWA GUAJÁ

- Confirmado
- Em estudo
- Informação
- Área de ocupação tradicional Awa Guajá
- Capitais
- Cidades de referência
- Desmatamento
- Unidades de Conservação
- Terras Indígenas
- BR-222
- Ferrovia
- Amazônia Legal



imagem Página anterior: mulher awa guajá com criança na tipóia. Aldeia Juriti, TI Awá, Maranhão.

PELAS MATAS DO RIO PINDARÉ: IMAGENS DO ISOLAMENTO AWA GUAJÁ[1]

UIRÁ GARCIA antropólogo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)[2]

O contato de 2015

Nos primeiros dias do ano de 2015, foi noticiado o contato de duas mulheres e um homem Awa Guajá na Terra Indígena Caru, no Maranhão. A notícia circulou pela *internet*, vinda de fontes como a Funai, associações como o Cimi, além de outros *sites* de notícias[3]. As duas mulheres eram Itapirÿ, Marjuá e o filho de uma delas, um jovem rapaz chamado Taky[4]. Seriam eles remanescentes de um grupo que resistiu ao contato desde a década de 1980, conhecido como o "grupo de Miri-Miri", em referência ao nome de seu líder. Esse grupo, inclusive, justificou a criação do posto indígena Tiracambu (TI Caru) visando, ali, fixá-los, mas Miri-Miri e seu pessoal preferiram permanecer na floresta. Estima-se que todos os "isolados" existentes na TI Caru sejam remanescentes ou descendentes deste grupo.

Após décadas fugindo, ora pelas serras, ora pelas matas drenadas pelos rios Pindaré e Caru, Itapirÿ, Marjuá e Taky, se viram encurralados, sem perspectivas, em um dos territórios mais ameaçados da Amazônia. O contato em si, repleto de traumas e mudanças radicais, poderia ter sido o desfecho dessa história de sobrevivência, mas, infelizmente, principalmente para as duas mulheres, foi o início de um novo ciclo de agonias.

A nova aldeia, local que deveria ser de acolhimento, transformou-se em um espaço (literalmente) de morte. Enquanto o jovem Taky reiniciou a vida na aldeia Tiracambu, inclusive se casando por lá, sua mãe e tia puderam experimentar o pior durante o período que deveria ser de "adaptação" àquela nova vida. Muito sofreram com a mudança para um regime alimentar ao qual nunca se adaptaram; foram importunadas por toda sorte de agentes, entre eles, a imprensa e organizações em busca de imagens – muitas delas usadas em campanhas para proteger os "povos isolados". Ao lado disso, intervenções médicas invasivas só

1 O exercício aqui proposto está em pensar criticamente a situação dos chamados "indígenas isolados" a partir de minha experiência concreta com os Awa Guajá. Como autor, reconheço a importância e a dedicação de todos os servidores da Funai e Sesai envolvidos direta e indiretamente na luta e proteção à vida desses coletivos isolados e dos Awa Guajá, em particular. Desta forma, apesar de conter passagens críticas, o presente estudo de caso pretende, antes de tudo, ser uma contribuição tanto para o debate quanto para as políticas em torno do tema.

2 Esta pesquisa teve apoio da Fapesp, a quem agradeço, pelo auxílio à pesquisa nº 2015/12658-6.

3 O contato foi realizado nos últimos dias de 2014, entre os dias 30 e 31 de dezembro de 2014, mas a notícia só veio a circular no início de 2015.

4 Sem afetar a economia dos argumentos ou dos dados etnográficos, todos os nomes próprios de pessoas Awa Guajá foram alterados a fim de manter o anonimato dos envolvidos.

aumentaram-lhes o desconforto[5] (Magalhães; Maxikôa, 2017). Diante do aparato estatal de saúde, as duas mulheres estavam cercadas por instituições e formas de abordagem, de muitas maneiras, inadequadas para lidar com tamanha vulnerabilidade[6]. Levando-se em conta, não apenas o contato de 2015, mas também aqueles ocorridos anteriormente (como o de 2006, também na TI Caru), notamos que as pessoas que, antes, viviam na floresta não se adaptam completamente à vida nas aldeias para onde são transferidas. Quem vivia "isolado" até pouco tempo atrás não se interessa em manter relações com pessoas de fora das aldeias, sendo esta nova convivência em pequeníssima escala mais do que suficiente.

O fim do processo de contato aqui relatado é ainda mais melancólico. Marjuá passou uma longa temporada em São Luís junto a Itapirỹ para o tratamento de crises de gripe e tuberculose, além de um violento quadro de inanição provocado pela inadaptabilidade à nova dieta, cujos alimentos foram simplesmente recusados por seu organismo. Finalmente, em 2016, retornaram à aldeia Tiracambu e, de lá, fugiram para a floresta, onde Marjuá veio a falecer, em 2017. Sua morte foi resultado de sucessivos ciclos de doenças respiratórias e da fragilidade de seu corpo frente ao processo de contato. Este é mais um episódio que desnuda a dificuldade do Estado e do Brasil em lidar com os indígenas isolados, além de ser um retrato da violência presente em relações como essa.

Em um complexo relato transcrito pela linguista Marina Magalhães junto com Maxikoa Awa Guajá (2017), descobrimos que as duas mulheres decidiram retornar à floresta, pois Marjuá, sobretudo, "tinha pavor de remédio". Sem me ater às decisões – sempre complicadas e repletas de dilemas – da Frente de Proteção e da Sesai em situações como essas, podemos dizer que, de dezembro de 2014 a 2016 (quando retornaram à floresta), as duas mulheres não pararam de ingerir medicamentos. De acordo com Itapirỹ, a medicalização constante foi o fator preponderante para que Marjuá voltasse à mata, afastando-se da aldeia, dos agentes de saúde e do mundo dos não indígenas, os *karaí*. A "comida" também foi outro fator de desgaste, pois nada, absolutamente nada do que os *karaí* ofereciam à Marjuá era tolerado: farinha, arroz, mingaus e nem mesmo frutas.

Itapirỹ conta que ela e a finada Marjuá não aguentavam mais os brancos "mexendo" nelas e, por isso, aproveitaram a primeira oportunidade que tiveram para voltar à floresta. Na mata, tudo o que encontraram foi mais fuga e fome. Marjuá veio a falecer na floresta, e Itapirỹ foi encontrada – com fome e decrépita – por um grupo de caçadores awa nas cabeceiras do igarapé Traíra, na TI Caru. Hoje, vive relativamente bem na aldeia Tiracambu com seu filho. Segue ali um pouco por opção e muito por tolerância.

5 Eu mesmo pude conhecer um excelente médico que atuava junto com a Sesai e CGIIRC/Funai e todas as preocupações em torno da preservação da integridade das mulheres. Porém, ainda assim, as intervenções médicas em casos extremos como esses são sempre complicadas e desgastantes.

6 Não é o caso de relativizar as complicadas escolhas feitas pelas equipes da Sesai, no decorrer de todo processo pois, quando menciono os diversos agentes que interagiram nesse processo quero dizer todos mesmo, eu inclusive. No mesmo ano de 2015, recebi um telefonema de duas coordenadoras da Sesai em Brasília me consultando sobre a remoção para um hospital em São Luís das duas mulheres recém-contatadas, pois elas estavam literalmente morrendo de inanição na aldeia Tiracambu. E, eu mesmo, opinei que entre a morte imediata na aldeia e uma chance de recuperação no hospital, o melhor seria a remoção. Operação que, felizmente, acabou sendo temporariamente bem-sucedida.

imagem Os Awa Guajá contatados em 2014, Aldeia Tiracambu, TI Caru, Maranhão.



Histórias de fuga e reinvenção

Os Awa Guajá são uma pequena população indígena que vive na porção oriental da Amazônia, mais precisamente, no noroeste do Maranhão. São estimados em cerca de 520 pessoas (Garcia, 2018). A maioria das pessoas vive em contato há décadas, em aldeias nas TIs Alto Turiaçu, Awá e Caru, mas também há grupos isolados, confirmados pela Funai, vivendo entre as TIs Awa e Caru. No entanto, é mais ao sul e a leste, na TI Araribóia, área de ocupação guajajara, que se encontra o principal registro de isolados Awa Guajá.

A presença dos "isolados da Araribóia" é alvo de grande preocupação não só por parte dos servidores da Funai, mas também dos Guajajara (ou *Tenetehara*), povo que compartilha o território com esses "isolados", e que vem atuando como uma espécie de protetor daqueles Awá que não desejam contato. Da mesma forma, os Awa Guajá que vivem nas aldeias estão preocupados com o tipo de vida precária que seus "parentes isolados" estão levando. Por isso, homens que vivem nas TIs Caru e Awá constantemente se juntam às expedições da TI Araribóia, organizadas pela Frente de Proteção Etnoambiental Awá-Guajá (FPEAG)/Funai, para, de alguma maneira, contribuir para a proteção dos *parentes*.

Os isolados Awa Guajá da TI Araribóia somam dezenas de pessoas, diferindo dos isolados que vivem entre as TIs Awá e Caru, que são menos numerosos. Da perspectiva dos grupos contatados, esses que conhecemos como "isolados" são chamados ora de "gente do mato"/"pessoal do mato" (*awa ka'apahara*), quando considerados "próximos", ora "gente braba" (*mihua*), quando são pensados como distantes, podendo ser, dizem os Awa, até mesmo um outro povo indígena que os brancos desconhecem.

Se observarmos o tipo de convivialidade estabelecida entre os Guajajara da TI Araribóia e a população Awa Guajá que lá se encontra, com diversos encontros, muitas vezes, silenciosos e fugidios, veremos revelada uma forma de conhecimento mútuo. Algo análogo ocorre com os Awa Guajá das TIs Caru e Awá, que correlacionam os isolados daquelas áreas aos seus próprios grupos familiares, traçando relações

no parentesco e na história. Relacionando os grupos sem contato a parentelas de seus pais, tios e avós, como se os "parentes do mato" – como muitas vezes os isolados são chamados – fossem uma gente do passado que ainda viveria naquelas matas.

Dessa forma, seguindo o próprio pensamento Awa Guajá, utilizo o termo "isolados" entre aspas para marcar que existe, pelo menos para as pessoas que vivem nas aldeias, um espectro variado de *tipos de gente* que estariam vivendo na floresta. Algumas seriam próximas, literalmente parentes, outras não. Com algumas se deseja o contato, com outras não. Podem ser outros Awa Guajá, cujos nomes e histórias os Awa mais velhos das aldeias sabem parcialmente; pessoas que escolheram viver no mato desde sempre, sem buscar aproximação com os não indígenas. No entanto, esses "isolados" também podem fazer parte de outros povos desconhecidos por nós: uma "gente brava" chamada de *mihua*. Os Awa Guajá que vivem nas aldeias não são cheios de certezas sobre o tema dos "isolados" e, nesse sentido, cultivar essa desconfiança, essa dúvida algo precavida, é algo que podemos aprender com eles.

De acordo com notícias, relatórios da Funai, documentações dispersas e, sobretudo, os relatos dos Guajajara, estima-se que existam, hoje, ao menos 60 Awa Guajá isolados na TI Araribóia. Este dado impressiona, pois tratam-se de grupos isolados vivendo em uma Terra Indígena que abriga mais de 14 mil pessoas do povo Guajajara e que sofre com o altíssimo índice de desmatamento decorrente da ação de madeireiros ilegais[7].

Pouco se sabe sobre a maneira que esses isolados Awa Guajá se organizam; quantos grupos são; em quais regiões da TI cada grupo estaria; o número exato de pessoas, entre outras informações estratégicas. Devido à sua grande mobilidade e ao fato de estarem constantemente fugindo de madeireiros, narcotraficantes, pequenos posseiros e outros invasores, é difícil termos certeza de onde esses grupos isolados estariam e mesmo quantos são.

Até a década de 1990, ocorreram outros contatos na região da Araribóia com famílias e/ou indivíduos Awa Guajá que, posteriormente, foram transferidos para as TIs Caru e Awá. Desta forma, podemos afirmar que os isolados que, hoje, resistem na TI Araribóia são remanescentes de um conjunto populacional composto por falantes de uma mesma língua (o Guajá), que vivem separados há bastante tempo. Em outras palavras, resta pouca dúvida por parte da Frente de Proteção (FPEAG) sobre qual coletivo indígena estaríamos lidando na TI Araribóia. A FPEAG tem a certeza a que os isolados da TI Araribóia são todos Awa Guajá. Diferentemente, como já pontuei, os Awa desconfiam sobre o *tipo de gente* que seriam esses isolados e dizem que só terão certeza de que estes são mesmo Awa quando ouvirem a língua que falam. Se for a língua Guajá, sim, eles são *awatea*, "gente mesmo", "gente como nós".

7 O Sistema de monitoramento por satélites criado pelo ISA vem detectando uma média de 590 alertas mensais de exploração madeireira desde o início da análise (setembro/2018). As imagens indicam que, só no período de setembro de 2018 a abril de 2019, foram abertos 64,4 km de pequenas estradas usadas para o roubo de madeira, conhecidas como ramais. Ao todo, são 1.214,7 km de ramais, incidindo em 20% da TI Araribóia, cuja extensão é de 413 mil hectares.

A forma pela qual os Awa Guajá sempre se organizaram (pequenas aldeias e assentamentos) é reflexo de uma socialidade particular. Privilegiam formas independentes e mais "fragmentadas" de organização social, marcadas, inclusive, pelo estranhamento entre os próprios coletivos Awa Guajá. Mesmo nos dias atuais, suas aldeias, formadas por diferentes famílias, são organizadas por "setores" baseados em grupos de *homens importantes* ou "chefes" (*tamỹ*). E, após décadas organizados em quatro aldeias (Cocal, Awa, Tiracambu e Juriti), os Awa Guajá contatados estão se dividindo em outras novas, e não sabemos quantas ainda virão.

Esses movimentos de fluxo e refluxo podem nos ajudar a entender os Awa que vivem em isolamento, bem como os mesmos são percebidos por aqueles que vivem nas aldeias. Embora guardem uma história social comum, com dramas e episódios similares, as pessoas de cada região experimentaram diferentes formas de *fuga*. É justamente essa multilocalidade que faz com que os Awa Guajá estejam espalhados desde o conjunto das TIs Alto Turiaçu, Awá, Caru até a TI Araribóia. Há, por exemplo, indícios da presença e passagem dos Awa em regiões muito distantes uma das outras, desde a cidade de Araguaina, no Tocantins, passando pela região entre os rios Zutiua e Pindaré, chegando até povoados no baixo rio Caru; regiões que distam centenas de quilômetros uma das outras.

Vivendo afastados entre si, desde antes do contato até hoje, os diferentes grupos locais Awa Guajá, como já pontuei, não formam um conjunto homogêneo. Não correspondem, portanto, a uma idealização de "grupo indígena" com intercâmbios intercomunitários, autoidentificação com o "grupo" e alianças em diferentes situações. Por mais paradoxal que possa parecer, talvez tenha sido justamente essa "fragmentação" que possibilitou aos Awa permanecerem sem contato com os não indígenas, resguardando-os, assim, de um fim ainda mais trágico como o completo extermínio.

Devido a essas características, toda história do contato Awa Guajá se baseia em contatos pontuais com pequenos coletivos e não com uma população inteira. E, como é de se esperar, há sempre grupos que se deixam contatar ou mesmo procuram o contato, sobretudo, por questões de saúde, alimentação e outras pressões, e outros que recusam o contato. O resultado é o que assistimos hoje: por um lado, um processo de contato que dura, pelo menos, 50 anos com coletivos que seguem resistindo ao encontro com os não indígenas; por outro, os Awa Guajá recém-contatados vivendo uma situação de extrema vulnerabilidade em relação à saúde, à proteção territorial e ao acesso à alimentação adequada. Esse quadro resulta no elevado número de mortes que vem ocorrendo nas aldeias Awa.

No caso dessas pessoas que vivem nas aldeias – considerados pelo Estado como de "recente contato" e, por isso mesmo, sob sua forte tutela–, estamos falando de uma gente que vivenciou diversas políticas de contato: desde a criação das chamadas "frentes de atração", passando pelos postos indígenas, até a reestruturação da Funai e a criação das Frentes de Proteção. Ao longo desse período, os Awa de recente contato foram alijados de qualquer processo participativo que pudesse prepará-los para a barbárie que chegaria, mais recentemente, com a duplicação da Estrada de Ferro Carajás e a escalada ao poder de um governo representado por um presidente hostil à pauta das mudanças climáticas e declaradamente racista e anti-indígena como o que foi eleito em 2018 no Brasil.

Os Awa Guajá estão hoje no meio de um turbilhão que envolve a Frente de Proteção Etnoambiental Awá-Guajá, os Guajajara (atualmente, seus aliados na proteção da floresta como "Guardiões"), além de outros agentes, tudo isso com vultosos recursos oriundos de um Plano Básico Ambiental (PBA) da duplicação da ferrovia Carajás, da Vale. A fim de lidar

com tais desafios, criaram duas associações indígenas cujo objetivo inicial é o de fortalecê-los. Em 2018, foram fundadas a Associação Kakỹ (TI Alto Turiaçu) e a Associação Arari (TIs Caru e Awá). Os Awa, retratados durante décadas como "exóticos", "nômades", "caçadores-coletores", "sobreviventes", entre outros adjetivos que ressaltam uma equivocada "primitividade", querem gerir suas próprias vidas. Desafios como a entrada de dinheiro oriundo de benefícios sociais, a chegada de ONGs, os projetos de compensações ambientais e até mesmo missões evangélicas (como na TI Alto Turiaçu) colocam os Awa Guajá em um momento de muitas incertezas, inclusive, existenciais. O maior desafio reside em garantir de forma conciliada a proteção ambiental, o desenvolvimento de fontes de renda sustentáveis e a manutenção da qualidade de vida, não só para eles, mas também para os isolados.

Terra Indígena Araribóia: o tempo e a terra

A Terra Indígena Araribóia é uma área onde ainda se encontra um grande contingente de Awa Guajá em isolamento voluntário. Não à toa, essa TI possui uma topografia formada por pequenas serras e morros, áreas bastante secas, distante de recursos hídricos, que serviram de refúgio para boa parte dessa população durante centenas de anos. Estamos falando de um povo que deixa poucos registros na paisagem, por não plantarem (no caso dos isolados), pelo seu minimalismo material e seu interesse nas artes da caça nas quais o silêncio e a discrição são essenciais. Essa população sempre ocupou as partes altas da floresta; são um *povo de cabeceira*. Desta forma, olhar para a TI Araribóia é olhar para uma história ecológica invisível aos olhos dos não indígenas.

Observando o histórico de ocupação desta TI, veremos que os Awa Guajá sempre estiveram próximos ao rio Pindaré, que ainda hoje é considerado o "grande rio" (*y'ramãj*). O caminho pelo Pindaré permitiu um fluxo migratório, desde o século XIX, que partiu da TI Araribóia em direção ao que, hoje, é a TI Caru e desta para a região das atuais TIs Awá e Alto Turiaçu, mais ao norte. Foi provavelmente através do rio Pindaré que os Awa ocuparam boa parte do seu território, chegando às cabeceiras do rio Caru e seus igarapés. Se observarmos os afluentes do Pindaré, como os rios Zutiua, Buriticupu e Caru, perceberemos esta bacia como um conjunto quase arterial que drena todo o território tradicional Awa Guajá. O século XX interrompeu esse fluxo com a chegada de migrantes, a construção da BR-222, na década 1960, e a Estrada de Ferro Carajás, na década de 1980.

Pensar a região da TI Araribóia como sendo historicamente o "coração" de um grande território Awa Guajá foi uma ideia levantada por Gomes e Meirelles (2002), em um relatório de viagem. Os autores observaram que as áreas de serra tanto na TI Araribóia, quanto as serras próximas (Desordem e Tiracambu) sempre foram ocupadas pelos Awa devido ao baixo "interesse agrícola" para povos como os Ka'apor e Guajajara. A TI Araribóia parece central para entendermos não apenas os isolados que lá vivem, mas também os Awa que vivem nas outras TIs.

É como se todos os Awa estivessem conectados com ancestrais comuns que já viveram na região onde hoje é a TI Araribóia. Se, nas últimas décadas, as duas áreas com presença confirmada de isolados (entre as TIs Awá e Caru e na TI Araribóia) abrigam grupos independentes, no sentido de serem, segundo a Funai, diferentes "registros", o mesmo não teria ocorrido décadas atrás, se observamos a ocupação da região a partir uma longa duração. Antes da construção da rodovia BR-222 (década de 1960), havia algo próximo a um "território Awa Guajá contínuo", formado por uma espécie de corredor que se estendia da TI Araribóia à TI Alto Turiaçu.



imagem Incêndio florestal em 2015 na TI Araribóia, Maranhão.

O que está na origem de quase todo o êxodo Awa Guajá, desde a saída de seu território ancestral (TI Araribóia) até a chegada nas matas do Pindaré, onde estão hoje as principais aldeias, foi justamente o esgarçamento de seus espaços de vida (a floresta) devido às sucessivas levas de migrantes, a formação de povoados e, em seguida, de pequenos municípios próximos às TIs. A economia que surgia ali era dependente da floresta para a extração de madeira, a abertura de roças, a produção de carvão, a exploração de recursos naturais (como as folhas de jaborandi para a indústria farmacêutica Merck), além da abertura de pastos e plantio de capim. De certa forma, com alguns atenuantes, dada a drástica diminuição dos recursos florestais, ainda é esta a tônica da economia regional.

A separação em diferentes grupos de "isolados" é resultado direto das políticas oficiais e locais voltadas ao desenvolvimento econômico da região norte como um todo, e do estado do Maranhão em particular, impulsionadas, sobretudo, nos anos da ditadura militar no Brasil e presentes até os dias atuais. Essas políticas tiveram impactos irreversíveis nos territórios dos Awa, em suas relações e na própria concepção sobre o "tempo" que estrutura a vida, que foi dividida entre uma temporalidade conhecida como "tempo do mato" (*ka'amyna*), em contraste com os dias de hoje, ou "tempo das aldeias" (*areripa,* "nossa casa" | *Funai ripa,* "casa da Funai").

De acordo com a Funai, em relação às Terras Indígenas do Maranhão,

> *Todos os isolados estão vivendo em áreas onde a extração de madeira é abundante, e suas vidas estão seriamente ameaçadas. Eles vivem fugindo dos madeireiros, com os quais o contato poderia ser fatal como resultado da violência, ou a baixa imunidade dos índios isolados para as doenças externas* (Santos; Funai, 2013, p.02).

Sabendo disso, as fugas, caminhadas e andanças desses isolados não retratam apenas formas particulares de existência, muitas vezes, exotizadas pelas ideias de "nomadismo" ou de "caça-coleta", como se a espacialidade



desses coletivos fosse mais precária do que a nossa, por exemplo. Ao contrário disso, os isolados Awa Guajá talvez estejam entre as pessoas que mais precisam inovar as suas vidas cotidianamente a fim de seguirem existindo. Essa eterna fuga é um processo radical de *invenção da cultura*[8].

A vida pelos caminhos e trilhas (*are rapea*, "nossos caminhos"), na qual "viver" se confunde com "andar"[9], é um projeto de humanidade radicalmente diferente ao dos não indígenas. Nesta *proposição cosmopolítica* e na invenção de outros mundos possíveis[10] – ou na reinvenção possível deste mundo – por vias estéticas, políticas, cósmicas e ecológicas, esses coletivos recusaram uma existência trivial e uma vida próxima aos brancos. Essa resistência retrata uma espécie de fúria, uma sanha em viver... que anda junto com uma desconfiança... ao mesmo tempo que vulnerabilidade... e a impossibilidade de se viver bem de outra forma... afinal, estamos diante de uma situação em que definições nunca serão "isso" ou "aquilo", e me falta aqui a medida certa da linguagem, quando só me resta gaguejar. Os caminhos pelos quais se esgueiram os Awa Guajá retratam, enfim, pessoas que negam a um preço altíssimo o encontro com o seu próprio extermínio.

8 No sentido discutido por Roy Wagner (2010), falo em "invenção", não como algo artificioso ou falso (tal como a ideia de invenção pode denotar), mas como um processo criativo e dinâmico que parece ser o pressuposto de toda cultura. "Invenção" como epifenômeno de produção da cultura, isto é, como parte de uma criatividade humana transformadora.

9 *Wataha*, "caminhada". O termo sugere traduções como "caçar" e "andar", que, por sua vez, são as duas formas de conhecer mais lembradas pelos Awa Guajá nos debates sobre produção de conhecimento.

10 Imagens que tomo emprestadas da obra da filósofa Isabelle Stengers (2018).

imagem TI Caru, Maranhão.

"MEMÓRIAS DO RETORNO DE ITAPIRÝ E MARJUÁ À FLORESTA

Relatos dos moradores da aldeia Tiracambu (TI Caru) sobre a história de fuga de Itapirỹ e Marjuá, duas Awa Guajá contatadas no fim de 2014 e que um ano depois decidiram voltar para a floresta.

Fuga, medo, fome e cansaço

Itapirỹ e Marjuá fugiram da aldeia Tiracambu enquanto uma mulher gritava por elas.

Foram indo pela mata adentro, correndo o tempo todo. Corriam do remédio. Marjuá tinha pavor de remédio! E também não ficava alegre com a farinha.

– Nós ficamos cansadas de karaí [não indígenas] mexendo na gente. Fugimos daqui!

Foram fugindo para longe, pelo Igarapé Tiracambu, pela mata fechada. E então foram para longe, pela mata, pelo igarapé Traíra, depois outro, outro... até o igarapé Água Branca, o brejo do Água Branca. Foram pela montanha. Lá tem montanha alta. Fugiam correndo para longe, pela mata, e Marjuá ficava cansada!

Todo dia era isso! Fugiam correndo pela mata. Acendiam fogueira grande por causa da onça. Elas não comiam com medo de alguém as escutar quebrando coco e vir atrás delas pelo barulho. Não comiam! Tinham muito medo, pavor!

Itapirỹ carregava água para beber num recipiente que levou da aldeia quando fugiram, para o qual elaborou um lacre com cipó e fogo. Ela o abastecia quando encontrava água. Tinha água para beber e para tomar banho, mas, depois que Marjuá morreu, passou a ter medo de tomar banho e alguém vir atrás dela e matá-la enquanto banhava. Tinha muito medo que a onça a pegasse durante o banho também. E como a floresta é fria, ficou sem se lavar.

Encontro com os mihua

Itapirỹ viu mihua [gente não amigável] sim, ela contou direitinho pra gente:

– Tem uma área dos mihua! Eles quase me mataram na tocaia que fiz para matar pássaro.

Encontrou um caminho marcado que passava por baixo de uma árvore e percebeu que tinha gente daquele lado. Era mata fechada. Ela vinha andando e percebeu as marcas de galhos quebrados, indicando que, por ali, haviam passado pessoas. Ela, então, escutou o pássaro kakỹ cantando, acuando as pessoas. O pássaro denunciou, para ela, a presença de pessoas andando ali. Era muita gente! Então, fugiu, pois temia que fossem mihua.

– Eram mihua! Ela afirma.

Tinha medo deles. Ficava escondida na mata fechada por causa deles. Comia escondida a caça. Ficou sozinha na mata e teve medo de a matarem.

– Aqui é a área dos mihua mesmo! Ela nos contou, referindo-se à área onde ela estava naquele momento.

nota das editoras Depoimentos coletados na língua Guajá e traduzidos pela linguista Marina Magalhães e por Majakatỹa Awa Guajá em agosto de 2017.

Morte de Itapirỹ e a ameaça dos invasores

Marjuá morreu logo no início da fuga. Foi no inverno, quando a chuva já estava forte. Ficava muito cansada por causa das montanhas. O coração dela estava ruim. Foi o que o doutor havia visto mesmo. Marjuá não morreu aqui com os Awa, morreu bem longe na mata, no alto da montanha.

Itapirỹ conta que, no local onde Marjuá morreu, tem karaí invasor, tem estrada. São madeireiros. Elas estavam naquele local, onde mataram e comeram jacaré. Foi quando Marjuá deitou para dormir e não acordou mais. Itapirỹ pensou que ela estava dormindo, até que percebeu que morrera.

Elas haviam feito uma casa ali e os madeireiros acabaram encontrando o rastro delas. Assim que percebeu que Marjuá falecera, deixou-a enrolada na rede, cobriu com folhas e se afastou alguns metros do tapiri. Nessa hora, já havia amanhecido. Assim que saiu de lá, os madeireiros chegaram atirando em tudo, inclusive no corpo de Marjuá. Eles não viram Itapirỹ, que fugiu correndo para longe dali. Ela havia acabado de sair e eles chegaram. Foram madeireiros que atiraram. Nessa fuga, ela se perdeu e não encontrou mais o caminho para voltar.

Foi pouco tempo depois do dia em que fugiram da aldeia. Era um lugar onde havia invasores. Elas chegaram a ver um "arrastão" velho, uma roça de mandioca e outra de arroz. Itapirỹ conta que ia pelo caminho e, quando voltou, tinha um karaí lá. Parecia um fazendeiro. Foi na região que nós chamamos de brejo, bem longe daqui. Lá tem invasor e tem isolado.

Encontro com os Awa e o retorno à aldeia

Quando foi encontrada na mata, Itapirỹ estava muito longe, perdida. Pensaram que ela era mihua [gente não amigável]. Não reconheceram o rosto dela, estava muito suja.

– Eu sou Awa. Ela disse!

– Amigo, quem é você? Você é a Itapirỹ? Disseram para ela.

Ela queria vir mesmo pra cá pra ficar com a gente, mas não conhecia o caminho. Por isso, ficou na cabeça do igarapé Presídio, fez a sua casa bem feitinha e permaneceu ali. Não sabia voltar para a aldeia, porque, com a queimada que destruiu grande parte da mata, ela perdeu a referência dos caminhos. Por isso, não voltou após a morte de Marjuá. Ela conta que a queimada foi tão grande que teve que andar muito longe até conseguir chegar a um local com mata alta, onde o fogo não havia queimado tudo. Quando conseguiu alcançar esse lugar, Marjuá já não estava mais com ela.

– Eu quero comer farinha. Ela falou para nós.

Itapirỹ estava extremamente magra quando foi encontrada na mata. Nós a alimentamos. Ela estava quase morrendo. Agora, está muito feliz aqui. Ela ficou muito feliz quando viu a farinha de mandioca. Não vai mais embora, não! Ela tem novos companheiros e não vai mais fugir para a mata. Agora, ela quer ficar aqui na aldeia.

imagem Páginas seguintes: banho de rio, aldeia Juriti, TI Awá, Maranhão.





Olímpio Iwyramu Guajajara é o compositor dos versos aqui apresentados. São fragmentos de um canto que foi entoado em um ritual do povo Tenetehara, também conhecido como Guajajara. Os versos expressam o sentimento de solidariedade deste povo com os Awa isolados que vivem nas matas remanescentes da Amazônia maranhense, acossados pelos invasores não indígenas. Olímpio é o coordenador dos Guardiões da Floresta da Terra Indígena Araribóia, grupo que atua na vigilância territorial, consequentemente, na proteção dos grupos isolados.

"ESSES ÍNDIOS ESTÃO ILHADOS

No Maranhão, os Awa Guajá isolados estão entre os povos mais vulneráveis do planeta. Nesse contexto, caçadores e madeireiros se aproximam cada vez mais das áreas de ocupação dos isolados. Com os recursos destinados às ações de fiscalização e proteção no limite, **Bruno Lima** coordena os trabalhos da Frente de Proteção Etnoambiental Awa Guajá, que monitora três referências confirmadas de grupos isolados e atua junto aos 520 Awa de recente contato.

Como é o trabalho da FPE Awá? **A frente trabalha com ações para cerca de 520 indígenas de recente contato, distribuídos em cinco aldeias e em três Terras Indígenas. As aldeias Tiracambu, Awa e Nova Samiã estão na TI Caru; a aldeia Juriti, na TI Awá; e a aldeia Guajá, na TI Alto Turiaçu. Monitoramos, também, três referências confirmadas de grupos de Awa em isolamento voluntário localizadas nas TIs Caru, Awa e Araribóia e outras referências não confirmadas. Os trabalhos nas aldeias de recente contato, entre outras ações, consistem no acompanhamento de ações de saúde, educação, promoção social, etnodesenvolvimento, fortalecimento cultural, fortalecimento no processo de autonomia, infraestrutura, proteção territorial e etc.**

Quais povos isolados são monitorados pela frente? São três referências confirmadas de grupos de Awa em isolamento voluntário e outras referências não confirmadas. Na Terra Indígena Araribóia, são grupos grandes, acampamentos com 12 tapiris, entre 30 e 50 indígenas. Eles ficam numa região com muitas serras, o que nos dá uma certa tranquilidade, porque é uma zona que os madeireiros não vão tanto. Falam que são dois grupos.

Tem muita história de avistamento. Tem relato de crianças deles sorrindo, cantando. Eles têm bicho de estimação, dá para ver, porque eles limpam um lugar na terra para o quati, que é o animal de estimação deles.

Os vestígios que encontramos no trabalho de monitoramento são tapiris, quebradas, mel, restos de caça, pontas de flechas, pegadas. Mas é interessante que tem um monitoramento ao contrário: eles nos monitoram mais do que nós a eles.

As últimas expedições que realizamos na TI Araribóia foram para o monitoramento de isolados e da área degradada, atingida por incêndios e invasões de madeireiros.

nota das editoras Entrevista concedida à Clara Roman, jornalista do ISA.

Quais as maiores ameaças a esses povos? São muitas. A TI Araribóia, por exemplo, é uma das dez terras indígenas mais vulneráveis que conhecemos. Ela é to-

talmente cercada, com ramais que cortam toda a área. São 14 mil Guajajara, alguns deles envolvidos com a madeira. Muitos brancos promovem casamento com indígenas e se tornam lideranças para poder arrendar e, sobretudo, tirar madeira. Mas existem os Guardiões da Floresta que fazem ações de fiscalização. É uma das apostas para a terra – o fortalecimento das ações de fiscalização. E, vinculado a isso, a recuperação das áreas degradadas.

Em 2015, um incêndio queimou mais de 50% da TI e entrou em áreas estratégicas para os isolados. Perdeu muita mata ciliar. A última opção seria o contato, mas achamos que não seria a melhor forma – se continuar no atual ritmo, ou a mata vai acabar ou vai ter conflito com os madeireiros. Sempre prefiro apostar no não contato, mas estamos numa situação limite, eles estão ilhados.

Na TI Awá, foi feita a desintrusão em 2014 e havia Policiais Ambientais que ficavam nas duas bases. Assim, durante um ano, a gente conseguiu manter policiais nas bases. Depois, com cortes orçamentários, não conseguimos mais manter policiamento e houve aumento significativo de pastos para gado na região. São 10 mil cabeças de gado na área. No norte, na TI Alto Turiaçu, a exploração madeireira é mais intensa. Já teve operação que destruiu serrarias, mas não adianta fazer operações pontuais, porque eles se recompõem muito rápido. A solução aí seria o policiamento permanente.



Qual o histórico de contato dos Awa? Os Awa andam em pequenos grupos familiares e o último contato ocorreu no fim de 2014, com duas índias e um índio. As duas mulheres estavam com tuberculose e precisaram ser removidas para São Luís, ficando quase um ano em tratamento. Voltaram para a aldeia e, depois, para a mata... Uma não resistiu e morreu na mata. A outra voltou para a aldeia e se encontra junto com o jovem, na aldeia Tiracambu.

Por que esses povos decidiram evitar o contato? Esses indígenas são símbolo de resistência. Vieram fugindo das ações antrópicas do sul do Pará até se estabelecerem após os primeiros contatos com a Funai no centro-sul do Maranhão. E até quando vai ter floresta? A mata que vai embora, a caça que vai embora, as lagoas escasseando... Por hora, eles ainda conseguem manter o seu modo de vida.

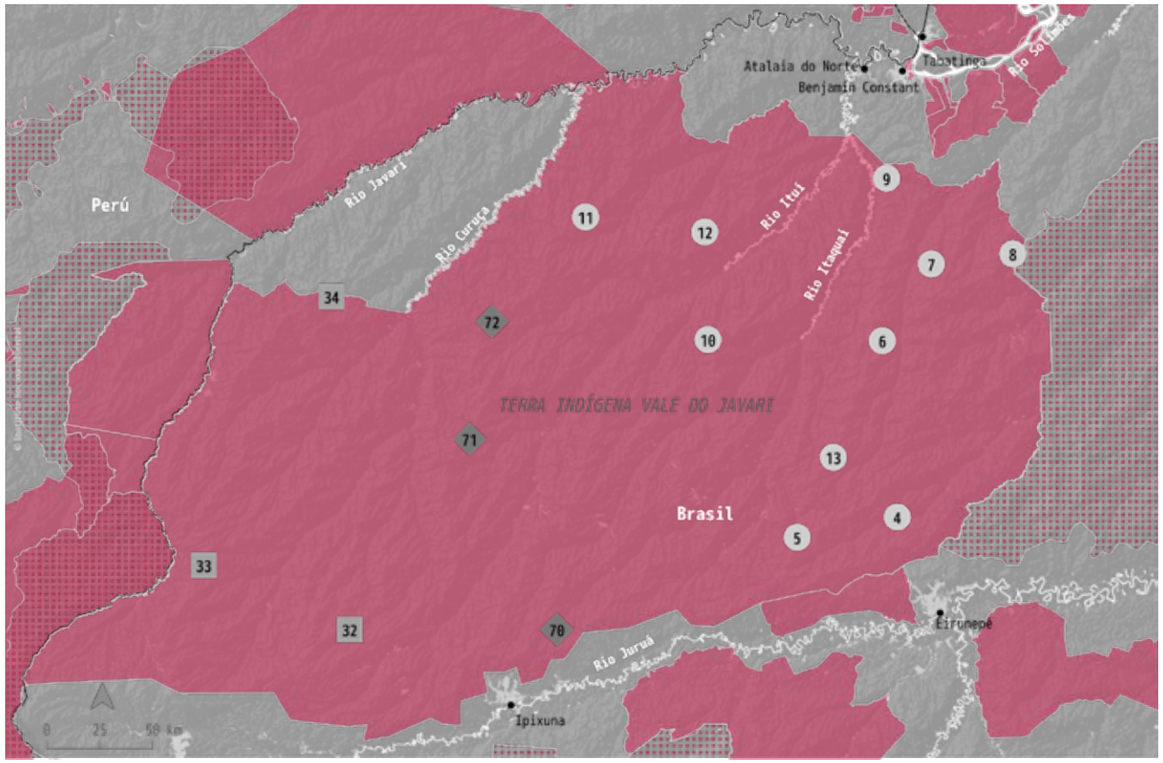
Na última expedição, a gente viu vestígio de uma variedade de caças. Eles estão comendo jabuti, capelão, comendo comida dos Awa mesmo. Deu para ver que aquele grupo estava vivendo da forma awa. Eles estão convivendo de forma harmoniosa no meio do caos. Mas a gente não sabe até quando.

Qual é a importância das políticas de não contato e de restrição de uso para terras ocupadas por isolados? A política da não contato é a melhor forma de preservar a autonomia, a decisão desses povos isolados, e também de evitar catástrofes como a morte por doenças trazidas por não índios e toda desestruturação sociocultural advinda de um contato. Além disso, é importante garantir segurança jurídica para um processo de demarcação e atuação da Funai junto a esses grupos em isolamento voluntário.

Como está hoje a situação da FPE Awá? Tem recursos para cumprir seu papel? Trabalhamos no limite, com pouco recurso e com a ameaça de fechamento das bases de proteção. No entanto, os recursos advindos de compensação por danos ambientais e sociais, sobretudo, para vigilância indígena têm garantido a compra de equipamentos como GPS, máquinas fotográficas, quadriciclos e etc. Acho que seria importante reformar as duas Bases de Proteção da TI Awá, garantindo a estruturação das comunicações, com outros equipamentos, além do incremento de veículos novos.

imagem Guajá caminham pela estrada aberta ilegalmente por madeireiros na TI Awá, Maranhão.

VALE DO JAVARI



REGISTROS DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS
NA TI VALE DO JAVARI

- Confirmado
- Em estudo
- Informação
- Cidades de referência
- Desmatamento
- Unidades de Conservação
- Terras Indígenas
- Fronteira internacional



imagem Página anterior: rio Itaquaí, TI Vale do Javari, Amazonas.

VALE DO JAVARI: TERRITÓRIO COMPARTILHADO POR DIVERSOS POVOS CONTATADOS E ISOLADOS

Quem é do Javari, desde a infância, já foi orientado a evitar encontros com os isolados ou já teve que lidar com a presença desses grupos, pois compartilhamos o mesmo território.

BETO MARUBO liderança do movimento indígena do Vale do Javari

A Terra Indígena Vale do Javari está localizada no extremo ocidente do estado do Amazonas, com uma extensão de 8.544.448 hectares. A segunda maior TI do país foi demarcada fisicamente em 2000 e homologada em 2001. Nessa TI, habitam sete povos diferentes: Marubo, Mayoruna (Matsés), Matis, Kanamari, Kulina Pano, Korubo e Tyohom-Dyapa.

Os Marubo vivem nas regiões do alto e médio Curuçá e Ituí. Uma parte dos Mayoruna habita o médio rio Javari e Curuçá, assim como o seu afluente, rio Pardo, e outra parte vive no alto rio Jaquirana. Os Matis têm suas aldeias no médio rio Branco, afluente do rio Itaquaí. Uma parte dos Kanamari está no médio Javari e alto Itaquaí e outra parte, no alto Jutaí. Os Kulina Pano vivem nas imediações do baixo rio Curuá e os Korubo de recente contato têm suas aldeias no baixo rio Ituí. Os Korubo que permanecem em "isolamento voluntário" habitam outras regiões diferentes daquelas habitadas pelos Korubo de "recente contato". Nesse caso, a Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari vem monitorando mais de sete aldeias nas regiões de cabeceira do rio Curuena e afluentes do rio Itaquaí. Os Tyohom-Dyapa são um povo de recente contato, a exemplo de uma parte dos Korubo, e o seu histórico do contato deve-se às relações interétnicas com os Kanamari e ao compartilhamento de territórios. Na prática, os Tyohom-Dyapa foram contatados pelos Kanamari e, desde então, vivem na mesma comunidade, chamada de Jarinal, no alto rio Jutaí.

Segundo a Funai, existem, pelo menos, 16 registros sobre a localização de grupos "isolados" na região do Vale do Javari. Destes, três estão em estudo e três são informações, ou seja, são relatos de indígenas ou não indígenas que ainda precisam ser analisados por meio de estudos específicos, geralmente, através de expedições de campo, sobrevoos ou fotos aéreas. Isso quer dizer que a TI Vale do Javari abriga a maior quantidade de indígenas vivendo em "isolamento voluntário" no Brasil e, muito provavelmente, no mundo. A maioria dessas referências está localizada na porção leste da Terra Indígena, que é banhada pelos rios Jandiatuba, Curuena, Jutaí, Jutaizinho e Juruazinho. Apesar de não conhecermos todos os motivos que levaram a essa relativa concentração de grupos isolados em uma parte da TI Vale do Javari, temos clareza de alguns fatores que estão correlacionados: a pressão das frentes econômicas e a presença de invasores desde séculos passados até os dias atuais; o difícil acesso dessas regiões de cabeceira na maior parte do ano; e a baixa concentração de indígenas contatados nos locais de cabeceira de rios e igarapés – morada preferencial dos isolados.

Ao todo, são mais de 60 aldeias ou comunidades localizadas na TI Vale do Javari, a maioria situada em regiões de cabeceiras e nos médios rios que banham a região. A maior parte das línguas faladas no Javari, considerando a sua predominância etnológica e histórica, é da família linguística pano. Dessa forma, os Marubo, Mayoruna, Matis, Korubo e Kulina falam lín-



guas específicas pertencentes a uma mesma família linguística. Além desses povos, apenas os Kanamari e Tyohom-Dyapa falam línguas de outra família linguística (Katukina). Devido a essa convergência entre as línguas pano, os indígenas conseguem compreender uns aos outros, mas cada um têm pronúncias e terminologias específicas.

Não há dados exatos sobre o número populacional dos povos indígenas em "isolamento voluntário" no Vale do Javari. Respeitando a política do não contato instituída pela Funai desde 1987, o que existe são informações visuais e físicas de aldeamentos, roças e etc., obtidas por meio de monitoramento remoto, expedições de campo ou sobrevoos em baixa altitude. Porém, a depender do tamanho das roças e das malocas, pode-se inferir, conjecturalmente, que as malocas localizadas nos rios Jutaí, Jandiatuba e no igarapé São José são as mais populosas. Contudo, essas considerações estão sujeitas a outras análises que podem levar a outras conclusões.

Evitação do contato, um pacto antigo

Nós, Marubo, chamamos os isolados de *mukanwá* ou *yora-tintô*. Cada uma das etnias da nossa região tem uma denominação específica para eles. De maneira geral, todos os povos do Vale do Javari já conviveram ou convivem com os "isolados" em áreas compartilhadas. Quem é do Vale do Javari, desde a infância, já foi orientado um dia a evitar encontros com os isolados ou já teve de lidar com a presença desses grupos, pois compartilhamos o mesmo território.

Entre nós, Marubo do rio Curuçá, a orientação dos mais velhos sempre foi de que deveríamos evitar as regiões do alto rio Arrojo (afluente do Curuçá), alto rio Sete Acha (afluente do Curuçá), alto rio Açaí e alto rio Barrigudo (afluente do Curuçá), assim como alto Rio Negro (afluente do Ituí) e alto rio Novo (afluente do Ituí). Nessas áreas, comprovadamente, os "isolados" habitam há décadas. Para os mais velhos das aldeias marubo, os "isolados" do igarapé Inintya (afluente do Arrojo) são nossos parentes próximos que preferiram se manter isolados. Dizem que se trata de um dos clãs que se separou devido a conflitos interétnicos numa época distante – de acordo com os relatos, talvez, dezenas de anos antes do período da exploração do caucho na região (virada do século XIX para o XX).

Porém, atualmente, pouco se sabe a respeito. Não há relatos de interação entre os Marubo e os isolados. O varadouro utilizado pelos Marubo do Curuçá e Ituí atravessa o território dos isolados na região do alto Arrojo e Maronal. Os relatos são pontuais e recorrentes. Há histórias de caçadores marubo que chegaram a matar queixada ou macaco-preto e, quando foram pegar suas caças, os isolados haviam levado parte do que tinham abatido. Em meados de 2005, os Marubo da aldeia Kumãya foram surpreendidos com isolados nas imediações do igarapé Inambú. Na época, a Funai incentivou a realização de uma expedição na região para tentar reunir informações a respeito desses isolados, porém, as constantes chuvas interromperam as atividades. O último acontecimento[1] deste tipo ocorreu em 2010, quando os Marubo da aldeia São Sebastião estavam caçando na região do baixo Arrojo, nas proximidades da aldeia. Os cães chegaram a acuar um parente "isolado" que estava levando uma queixada abatida pelos caçadores marubo.

Em 2007 e 2008, os Kanamari da aldeia Bananeira tiveram que mudá-la de lugar devido ao aumento da presença dos isolados na região do alto Itaquaí. Em uma das ocasiões, puderam ver que os isolados já estavam fazendo armadilhas do tipo estrepes nos caminhos dos roçados, com a intenção de ferir os Kanamari. Em 2015 e 2016, os Mayoruna da aldeia Flores, no baixo rio Curuçá, se deparam com frequentes visitas dos isolados em suas roças, e em um desses eventos, chegaram a ouvi-los em áreas de roçado.

Entre 2016 e 2017, os Marubo das aldeias Rio Novo e São Joaquim também relataram a presença constante de isolados em seus roçados. Num desses momentos, eles adentraram uma maloca para pegar carne de anta moqueada e bananas maduras. Tal incidente obrigou os Marubo a mudar o local de sua aldeia para as imediações do baixo rio Novo, à margem oposta de onde era localizada. Apesar dessa mudança, os isolados continuaram se aproximando da antiga aldeia São Joaquim e da comunidade atual dos Marubo.

Por compartilharmos o mesmo território, sempre houve formas de aproximação, geralmente indiretas e inesperadas, entre nós, indígenas que já temos longos anos de contato com a sociedade não indígena, e aqueles que permanecem em "isolamento voluntário", isto é, evitam o contato. Sabemos disso por meio dos sinais específicos e códigos deixados por eles no meio da floresta, como a "tapagem" nos caminhos, indício claro de que eles não querem que ninguém passe por suas trilhas.

Contato com os Korubo

É importante destacar o contato ocorrido entre os Korubo que viviam "isolados" na região do alto Itaquaí e os Kanamari da aldeia Massapê. Tudo aconteceu em 2014, quando uma das

1 Segundo relatos de Américo Nëkëmpa Marubo.

imagem Casas de grupo isolado no interflúvio dos rios Itaquaí e Jandiatuba, TI Vale do Javari, Amazonas.

mulheres korubo sofreu uma picada de cobra e os ferimentos decorrentes começaram a infeccionar. O irmão dessa mulher procurou ajuda dos Kanamari e, então, deu-se o contato. Em seguida, a Funai se juntou aos Kanamari e, com o apoio das equipes de saúde da Sesai, foram tomadas todas as providências para o tratamento da paciente. De modo geral, foi uma aproximação pacífica, apesar do clima de pânico entre os Kanamari, muito influenciado pelo histórico de relações dos Korubo, considerados aguerridos na defesa de seus territórios.

Em 2014, um grupo de Matis, em trânsito para o município de Atalaia do Norte, encontrou um grupo de Korubo "isolados" na calha do rio Coari. Logo depois desse encontro, no retorno, uma criança korubo pegou gripe e faleceu em menos de uma semana. Esse falecimento desencadeou um conflito entre essas duas etnias, pois os Korubo achavam que tinham sido vítimas de um "feitiço" dos Matis. No final daquele ano, os "isolados" atacaram três Matis que estavam plantando milho, resultando em duas mortes. No dia seguinte, os Matis atacaram os Korubo e o conflito provocou a morte de dez destes, aproximadamente.

Em setembro de 2015, houve um contato entre os Korubo da região do Coari (afluente do rio Ituí) e os Matis da calha do rio Branco. Estes avistaram alguns vestígios dos Korubo próximos a suas aldeias e foram até o local. Tomaram uma iniciativa unilateral e realizaram um contato forçado, como medida para prevenir os ataques furtivos por parte dos "isolados". A despeito de anos de conscientização por parte da FPE Vale do Javari acerca da importância de manter os territórios dos isolados sem nenhuma interferência (algo que é pensado como "pacto implícito e natural", adotado por todas as aldeias da região), aconteceram esses dois episódios que ocasionaram contatos propriamentes ditos – mesmo sendo um o extremo do outro.

Levando em consideração a normalidade da convivência na região, numa escala temporal extensa, pode-se concluir que tais eventos foram provocados por interesses unilaterais que foram além do "pacto implícito" de respeito mútuo. No primeiro caso, o contato foi motivado pela necessidade de ajuda para curar um ferimento bastante infeccionado[2]. No segundo, o interesse dos Matis era reocupar territórios que eram habitados por seus ancestrais antes de seus primeiros contatos com a Funai, em 1975. Mas, de um modo geral, desde os anos 1980, não havia relatos de contatos entre grupos aldeados e os isolados na região do Vale do Javari, com exceção dos contatos oficiais que ocorreram com a intervenção estatal, como foi o caso dos Korubo, em 1996, protagonizado pela Frente de Contato do Vale do Javari. Isso começou a mudar a partir de 2014, com os contatos Kanamari/Korubo e Matis/Korubo.



2 Segundo as equipes de saúde, a paciente, caso não fosse atendida, poderia ter tido sérias complicações, como a amputação ou deformação do membro inferior.



Não há qualquer indício de que os povos "isolados" do Javari tenham fugido de regiões adjacentes. Todas as etnias que hoje estão no Vale do Javari sempre habitaram a região. Contudo, pode-se inferir que alguns grupos possam ter mudado de uma sub-região à outra, dentro do próprio Vale do Javari. Um bom exemplo é o dos Korubo que habitaram por décadas as sub-regiões do médio e baixo rio Itaquaí, médio e baixo rio Branco, médio e baixo rio Coari e baixo Ituí, no entanto, foram se dividindo em subgrupos e, agora, ocupam áreas na região do alto, médio e baixo rio Curuena até as margens do Jutaí.

Atualmente, existem, aproximadamente, 134 Korubo considerados de "recém-contato". Além destes, há cerca de 45 Tyohom-Dyapa que vivem na aldeia Jarinal, do povo Kanamari. Estes últimos também são um exemplo de contato feito por indígenas que já mantinham uma longa história de contato com os não indígenas. A diferença entre os Tyohom-Dyapa e os Korubo recém-contatados está no fato de que, no primeiro caso, o Estado não participou do contato e muito menos deu a assistência médica devida e, no segundo caso, houve acompanhamento por parte dos órgãos governamentais, como a Funai e a Sesai, que seguem assistindo os Korubo desde os primeiros contatos.

imagem Ao lado: "tapagem" feita com folha de palmeira por indígenas isolados, aldeia São Joaquim, TI Vale do Javari, Amazonas; acima: grupo korubo contatado se dirige à Base de Proteção do Ituí, TI Vale do Javari, Amazonas.

Políticas indigenistas e protagonismo indígena pela proteção dos isolados

O envolvimento das organizações indígenas com a questão da presença dos povos em isolamento voluntário no Vale do Javari é uma novidade. Até bem pouco tempo, essas discussões eram capitaneadas pela Funai, particularmente, pela FPE Vale do Javari.

Quando a demarcação da Terra Indígena ainda era um horizonte irreal, havia equipes do órgão indigenista atuando no interior da TI. Porém, as informações sobre os isolados eram confidenciais, haja vista a grande quantidade de madeireiros, caçadores, regatões[3] e até os próprios indígenas que viviam no mesmo território. Havia uma grande desconfiança do órgão indigenista em compartilhar tais informações. O receio era de que pudesse aumentar a vulnerabilidade dos isolados. Houve momentos em que nem mesmo a equipe da Funai sediada no município de Atalaia do Norte participava das expedições, que eram realizadas, na maioria das vezes, por servidores de outras regiões do país e coordenadas pelo então Departamento de Índios Isolados.

Mesmo naquela conjuntura, o movimento indígena conseguia fazer discussões sobre o tema dos parentes isolados, porém, o objetivo principal era sensibilizar as autoridades da época para que fiscalizassem a entrada de não indígenas nos principais rios que davam acesso às diversas sub-regiões do Vale do Javari, onde já se tinha notícia sobre a presença de isolados. Adiciona-se, ainda, o fato de que, esporadicamente, surgiam relatos de mortes dos isolados provocadas por ataques dos mais diversos tipos de invasores que, até então, transitavam livremente no Vale do Javari.

A partir de 2005, as organizações indígenas passaram a reivindicar o compartilhamento de informações tendo em vista a proteção da integridade física dos isolados, bem como dos territórios habitados por eles. A criação da Base de Vigilância Ituí foi um marco na proteção etnoambiental dos isolados do Vale do Javari. A base só conseguiu alcançar os objetivos esperados na época graças à conciliação de dois fatores: a atuação incisiva do Estado, por meio da Funai, e a atuação indígena nas atividades de vigilância territorial. Os resultados são consideráveis: áreas que antes eram completamente desprovidas de fauna e flora nativas estão se recompondo. A despeito destas conquistas, nos últimos sete anos, esses resultados vêm, aos poucos, apresentando um decréscimo sistemático e consecutivo. Isso é fruto do enfraquecimento institucional que a Funai vem sofrendo, com a falta de servidores no quadro oficial e consecutivos contingenciamentos orçamentários que têm inviabilizado quase que a totalidade de suas atividades de campo na TI Vale do Javari. Atualmente, as bases da Funai ainda não foram fechadas totalmente graças à atuação complementar de servidores terceirizados e dos próprios indígenas, que seguem trabalhando em condições bastante precárias.

Novas ameaças no horizonte

Paralelo a esse quadro de enfraquecimento da Funai e dos trabalhos de proteção e vigilância territorial, o contexto atual de ameaças à TI Vale do Javari e, por conseguinte, aos isolados tem crescido exponencialmente. Nas regiões do rio Jutaí, a atividade garimpeira tem aumentado ano após ano, chegando até os limites da Reserva De Desenvolvimento Sustentável Cujubim, que, até o momento, tem servido de última barreira para proteger os isolados que vivem nas cabeceiras do Jutaí e em seus afluentes Mutum, Bóia e Curuena.

Em 2017, notícias "viralizadas" internacionalmente traziam informações sobre um suposto "massacre" cometido por garimpeiros contra os isolados no rio Jandiatuba, consequência evidente da desativação da Base de Vigilância localizada nesse rio. Com a desativação ou a desestruturação das Bases de Vigilância da FPE Vale do Javari localizadas nos rios Ituí, Quixito e Curuçá, as invasões de contrabandistas de peixes ornamentais, madeireiros, caçadores e pescadores têm aumentado no interior da TI, inclusive, em áreas onde vivem povos aldeados e isolados.

Na região sul da TI, cujos limites estão relativamente próximos às fronteiras interestaduais do Acre com as cidades de Ipixuna (AM) e Eirunepé (AM), o avanço das atividades relacionadas à criação de bovinos vem se aproximando da "linha seca" da demarcação. Em alguns pontos já até ultrapassaram esse limite, como é o caso de uma área nas proximidades de Ipixuna.

Há um outro fator de risco à vida dos isolados no Vale do Javari: a ineficácia de algumas políticas relacionadas às questões sanitárias nas aldeias indígenas. Um exemplo é a falta de um planejamento eficaz na implementação de ações protetivas e preventivas de saúde nas regiões que, comprovadamente, são habitadas por povos isolados e contatados. Nesses locais, deveria haver uma atuação médica continuada, de maneira que os focos de doenças prevalentes no local fossem identificados e contornados no menor tempo possível. É o caso da malária. O contato dos Korubo ocorrido em 2014 foi em decorrência de sucessivas mortes de lideranças korubo causadas pela malária, quando ainda viviam isolados.

O atual contexto político do Brasil tem se apresentado como um perigo real à vida dos grupos que vivem em isolamento voluntário, sobretudo, em regiões onde as pressões das chamadas "frentes de expansão econômica" têm se intensificado. Os sinais do Governo brasileiro são de retrocessos a todas as conquistas relacionadas aos direitos dos povos indígenas e às questões ambientais no país. Se, nessa conjuntura, os povos indígenas, que mantém, há décadas, interações com a sociedade nacional, vêm sofrendo, tais pressões territoriais representam para os grupos isolados a sua extinção completa.

3 Os regatões eram comerciantes regionais que navegavam longas distâncias nos rios da região.

CONFLITO, MEDIAÇÃO E PARENTESCO: AS RELAÇÕES MATIS-FUNAI-KORUBO NO VALE DO JAVARI

A expedição de 2019 que resultou no contato com os Korubo é mais um episódio da história Matis-Funai-Korubo, feita de aproximações, afastamentos, conflitos, cooperação, antagonismo e parentesco. Para compreender as relações atuais entre esses sujeitos, é preciso conhecer essa história.

BEATRIZ DE ALMEIDA MATOS antropóloga do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará

Em março 2019, a Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) da Funai promoveu uma expedição para estabelecer o contato[1] com um grupo korubo habitante da bacia do rio Coari, na TI Vale do Javari. Foi chamada de "Expedição de proteção e monitoramento da situação de indígenas isolados korubo do rio Coari", e seus objetivos, segundo o órgão indigenista, eram os de:

> *proteger a integridade física dos indígenas isolados korubo do rio Coari e do povo Matis (...) promovendo a dissolução de uma tensão entre os dois grupos", além de atender "a demanda do grupo korubo contatado pelos Matis em 2015 de rever seus familiares que permaneceram isolados* (Funai, 2019).

No momento da escrita deste texto (maio de 2019), é muito cedo para avaliar quais foram os resultados desta expedição. As informações divulgadas pela CGIIRC, única fonte possível por enquanto, são de que os Korubo contatados na ocasião (34 pessoas) se encontravam em bom estado de saúde (apenas um homem foi diagnosticado com malária e recebeu tratamento) e foram imunizados segundo o "Programa Nacional de Imunização para Indígenas"[2]. Houve o reencontro emocionante de homens korubo que participavam da expedição e que haviam sido separados deste grupo do Coari em 2015 (Funai, 2019).

A expedição é mais um episódio da história matis-funai-korubo no Vale do Javari. Conhecer essa história, feita aproximações, afastamentos, conflitos, cooperação, antagonismo e parentesco, é fundamental para analisarmos como se dão hoje as relações entre os sujeitos nessa triangulação. Esta proposta de pensar em conjunto as relações entre os Matis, os Korubo e a Funai quer chamar atenção para o fato de que, no contexto atual do Vale do Javari, elas estão profundamente imbricadas. Umas servem de mediação para outras: a relação Funai-Matis passa pela relação que a Funai e os Matis têm com os Korubo; a relação Korubo-Matis é, muitas vezes, mediada pela Funai; a relação Funai-Korubo tem sido mediada há muitos anos pelos Matis.

1 As noções de "isolamento" ou "contato" têm sido amplamente criticadas e discutidas tanto entre gestores das políticas públicas, como antropólogos, e não há espaço, aqui, para retomar tais discussões. Para facilitar a comunicação, nesse texto, utilizarei o termo "contato" para me referir especificamente ao processo que desencadeia relações pacíficas constantes de determinado grupo indígena com a Funai e utilizarei a expressão "em situação de isolamento" ou "isolado" para me referir a determinado grupo indígena que não estabeleceu tais relações com o órgão oficial indigenista.

2 Uma pequena equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) também fez parte da expedição e realizou os procedimentos médicos previstos nesses casos (Funai, 2019).

imagem Reencontro entre Korubo recém contatados e seus parentes isolados, TI Vale do Javari, Amazonas.

Aproximações e afastamentos: um breve histórico das relações Matis-Funai-Korubo

Os Matis contam que habitavam, desde muito antigamente, as áreas de terra firme (cabeceiras dos igarapés) entre a margem direita do alto Ituí, o alto Coari (afluente do Ituí) e do médio e alto Rio Branco (afluente do Itaquaí). Nessa região, localizava-se a grande roça *Abu Maë*, uma referência importante para vários acontecimentos na história matis. Nas andanças por esse território, em diversas épocas, os Matis retornaram a *Abu Maë* para construir sucessivas malocas, e são muitos os seus antepassados que nasceram ali (Matos, 2015).

Em meados da década de 1970, a partir do desencadeamento do processo de contato com a Funai, que resultou na morte de cerca de dois terços de sua população, os Matis passaram a se fixar em aldeias próximas às margens do rio Ituí. Com a finalidade de atrai-los, a Funai criou e estabeleceu o Posto Indígena de Atração (PIA) Ituí em 1974, no rio de mesmo nome, acima da foz do Rio Novo de Cima. Segundo a publicação *Povos Indígenas no Brasil, Aconteceu Especial 14*, a partir de 21 de dezembro de 1976, quando chegaram até o PIA pela primeira vez, os Matis passaram a fazer visitas regulares, demandando roupas, ferramentas de metal, panelas e cachorros (Cedi, 1983b). A epidemia que se seguiu ao estabelecimento de relações com os não indígenas intermediadas pelo órgão indigenista foram fatores determinantes para o deslocamento do eixo de ocupação do território para as margens mais a jusante do Ituí. As aldeias Aurélio, fundada em 1998, e Beija Flor, em 2005, foram, até o início da década de 2010, a morada de todos os Matis.

Entre 2010 e 2012, os Matis deixaram as aldeias Aurélio e Beija-Flor e se mudaram novamente para as margens dos rios Coari e Branco. A constituição de três novas aldeias (duas na margem esquerda do Rio Branco e uma na margem esquerda do Coari) foi claramente uma ação de retomada de territórios que consideram de sua ocupação mais antiga. Essa mudança os reaproximou dos locais onde nasceram e cresceram seus parentes mais velhos, lugares aos quais estavam afetivamente ligados e que recordavam como bons para se viver. A fartura de caça e a beleza das terras próximas às novas aldeias eram motivo de muita alegria, que os Matis celebravam e que transparecia para qualquer visitante. Além disso, o território reocupado possui abundância de *tatxic*, um tipo de cipó com a qual os Matis produzem uma bebida amarga muito importante para suas práticas xamânicas e de constituição do corpo (Matos, 2015).



No entanto, a região destas novas aldeias (entre os rios Coari e Branco) passou algumas décadas sem ser ocupada pelos Matis e tornou-se próxima à área de perambulação atual de grupos isolados korubo, entre eles, o grupo recém-contatado em 2019. É importante destacar também que foi em um local bem próximo às novas aldeias que, segundo narrativas históricas matis, por volta de 1920, alguns de seus antepassados atacaram uma maloca korubo e capturaram duas meninas. Grande parte da população matis atual descende dessas duas meninas korubo, que ao crescerem, tornaram-se esposas de seus captores.

As relações de guerra e parentesco entre os Matis e os Korubo não se iniciaram nesse ocorrido. Ao contrário, este parece ter sido o último enfrentamento direto de vários que ocorreram desde o início do século XX. Depois desse episódio, a retomada de uma relação mais direta entre os Matis e os Korubo foi se dar no fim do século XX, com a participação ativa dos Matis no processo de contato da Funai com um outro grupo korubo, o chamado "grupo da Maya"[3], desencadeado em 1996 no igarapé Quebrado, afluente da margem esquerda do baixo Ituí. Esse grupo se estabeleceu em uma aldeia próxima à Base da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari (FPEVJ), na confluência do rio Ituí com o Itaquaí, e vive próximo a esse local desde então.

Dada a proximidade da língua matis com a língua korubo (ambas da família pano, do ramo setentrional), os Matis foram postos pela Funai na posição de intérpretes privilegiados entre os funcionários da Base da FPEVJ e os recém-contatados na época. Ao mesmo tempo, isso os colocou também como importantes mediadores do grupo korubo da Maya em suas relações com os não indígenas. Para esses Korubo, os Matis se tornaram tradutores não apenas do português, mas de diversos elementos deste novo mundo que passaram a conhecer – o mundo dos brancos (Arisi, 2007).

Na época da retomada dos rios Coari e Branco (2010-2012), os Matis já possuíam, então, uma larga experiência na interação com os Korubo, mediada pela Funai. Nessa época, o grupo da Maya era o único grupo korubo contatado pelo órgão indigenista. Os demais Korubo monitorados pela FPEVJ (o do rio Coari, o do rio Itaquaí[4] e o do rio Curuena) permaneciam em situação de isolamento.

Ao realizar essa mudança, enquanto alguns Matis sentiam apreensão por estarem mais perto dos Korubo isolados, outros eram atraídos por essa ideia, pois acreditavam ser possível que o contato fosse feito de forma pacífica por eles próprios, sem a intermediação do órgão indigenista. Isso é demonstrado pelo vídeo feito anos mais tarde, em agosto de 2013, por um grupo de homens Matis que, à revelia da Funai, promoveu um encontro com um grupo korubo isolado na beira do Coari.

Mas a proximidade com os isolados acabou por desencadear um conflito. Em 5 de dezembro de 2014, em uma roça próxima à aldeia matis aberta na margem direita do rio Coari, dois homens matis foram mortos por homens korubo isolados. Essa tragédia acabou com a promessa de uma vida melhor em terras fartas e

3 Maya é a mulher mais velha desse grupo e nele exerce um papel de liderança.

4 Em 2014, os "Korubo do Itaquaí" foram contatados pela Funai após se aproximarem de uma aldeia kanamari na margem desse rio (em dois pequenos grupos, um liderado por Visa, em setembro, e outro liderado por Pino, em outubro deste ano). Por intervenção da Funai, eles passam a viver junto com os Korubo do grupo da Maya, com os quais, foi constatado, possuíam laços de parentesco muito próximos (Visa e Pino são netos de Maya).



imagem Vista aéra de malocas dos Korubo isolados, interflúvio dos rios Ituí e Itaquaí, TI Vale do Javari.

que guardavam muitas histórias dos antepassados, iniciando um período de luto e revolta. Poucos dias depois, em 8 de dezembro de 2014, todos os Matis da aldeia Todowak (no Coari) se mudaram provisoriamente para a aldeia Tawaya (no Rio Branco) com o apoio da Funai.

Em outubro de 2015, crianças do grupo korubo do Coari (ou seja, do mesmo grupo daqueles que mataram os dois líderes matis em 2014) – que estavam perambulando separadas dos adultos – foram levadas por homens matis para a aldeia Tawaya, no rio Branco. Logo depois, os Matis localizaram os adultos e os levaram junto com as crianças para um acampamento feito por eles na margem do rio Branco. Assim que soube do ocorrido, a Funai interveio junto com a Sesai, realizando a imunização dos Korubo recém-contatados e tomando controle do acampamento. Duas semanas depois os Matis encontraram, em caminhada, dez pessoas korubo, também do grupo do Coari e os levaram ao acampamento. Esse pequeno grupo relatou que seus parentes sofreram uma dura retaliação por parte dos Matis logo após o conflito de 2014, resultando na morte de vários Korubo (Amorim, 2017). Após consultarem os recém-contatados, os funcionários da Funai decidem levá-los para viver junto ao grupo da Maya. Essa decisão gerou revolta e protestos entre os Matis. Um dos desdobramentos dessa tensão com a Funai é uma ocupação que realizam na sede da Coordenação Regional Vale do Javari, em Atalaia do Norte (em janeiro de 2016), que resultou na exoneração do coordenador na época.

Atualmente, as conversas têm sido retomadas e alguns Matis voltaram a trabalhar na Base da FPEVJ. No entanto, na expedição realizada para encontrar o restante do grupo korubo do Coari, em abril de 2019, a Funai optou por não trabalhar com tradutores matis, colocando nessa posição pessoas dos grupos korubo já contatados.

Guerra, parentesco e mediação

Mesmo resumido e esquemático, esse breve histórico já nos indica a complexidade das relações Matis-Funai-Korubo que buscamos abordar aqui. Vimos que muitos Matis são descendentes das mulheres korubo capturadas na década de 1920 quando meninas. Atualmente, os descendentes dessas meninas se consideram Matis,

mas também Korubo – veem os Korubo como seus parentes. A possibilidade dessa dupla identidade para os descendentes de cativas não se dá somente entre os Matis, com sua história de conflitos com os Korubo, mas é um aspecto comum das guerras de captura de mulheres que marcaram a história recente em toda área Pano Setentrional[5]. Narrativas históricas recolhidas entre os Matsés, Matis e Kulina-Pano relatam a recorrência de conflitos entre grupos da região, pelo menos entre meados do século XIX até a segunda metade do século XX, nos quais os homens inimigos eram mortos e as mulheres capturadas para se tornarem esposas de seus captores (Matos, 2015; 2017; D'Ávila, 2018).

Essas guerras eram, também, um mecanismo de constituição de parentesco com outros grupos (e de transformar parentes em inimigos). A origem estrangeira das mulheres capturadas não era esquecida. Seus descendentes possuíam, virtualmente, parentes entre os inimigos sobreviventes (os parentes de suas mães, mulheres capturadas). Ou seja, esses descendentes – cujos parentes patrilaterais eram inimigos dos parentes matrilaterais – podiam encontrar, entre esses últimos, pessoas consideradas seus parentes (especialmente primos cruzados, o que, na região, equivalem a cônjuges em potencial)[6]. Assim, cada conflito projetava para o futuro, em um só movimento, a vingança e a aliança entre os grupos (Matos, 2017).

Esses elementos das relações entre grupos da região nos ajudam a refletir sobre o que se passa quando os Matis atuais se reconhecem como descendentes das meninas korubo capturadas. Do seu ponto de vista, eles possuem parentes entre os Korubo e, portanto, cônjuges em potencial, inclusive entre aqueles que estão em situação de isolamento. Podemos dizer que essa identificação é contextual no sentido de ser acionada quando eles querem reafirmar ou materializar tal parentesco (por exemplo, quando querem se casar com mulheres korubo). Isso, por vezes, suscita interpretações errôneas por parte dos não indígenas, como a interpretação de que, ao se identificarem como parentes dos Korubo, os Matis estariam usando essa identificação apenas como um meio de conseguir vantagens na relação. Mas trata-se da forma própria dos indígenas de conceber a constituição do parentesco como um processo performativo e relacional, que se distingue muito da noção não indígena de parentesco genealógico e dado pelo nascimento.

Em outro aspecto crucial, a constituição de parentesco entre esses grupos se difere dos não indígenas, pois os Korubo, além de parentes, são também inimigos preferenciais dos Matis, justamente, pelo histórico de guerras e, especialmente, pelo conflito recente. Ao contrário do que é senso comum na cultura não indígena, entre esses povos, o parentesco e a guerra não são incompatíveis. Mais que isso: um engendra o outro e vice-e-versa[7].

Mas os tempos são outros e, convivendo com os não indígenas e suas instituições, não há mais espaço político para esses grupos empreenderem livremente guerras e vinganças entre si. Há também o acordo que a Funai busca estabelecer com os indígenas "contatados" para que estes não se aproximem dos isolados, mesmo que com intenções pacíficas, para não expô-los ao risco de vida ao contrair doenças para as quais não possuem, ainda, imunidade. Por esses motivos, os Matis demandavam da Funai, há muito tempo, que fosse feito o contato com os Korubo isolados e, mais ainda, que eles fossem os protagonistas e tivessem o controle desse processo. Como afirmavam os Matis, ao realizar o contato com os Korubo junto com a Funai, eles poderiam apaziguar a raiva dos isolados e fazer com que eles se "acostumassem" ao novo modo de vida sem a guerra. Dessa forma, os Matis poderiam consolidar seu parentesco com os Korubo e, nessa relação, assumiriam a posição de portadores de uma nova tecnologia social, o modo de vida junto aos não indígenas. Os Matis frequentemente declaram seu desejo de ensinar os Korubo tanto a conviver com os não indígenas e suas tecnologias, como também o modo de vida que consideram o melhor, o modo de vida matis atual[8] (Matos, 2015).

Na paz imposta pelos brancos, o parentesco não pode mais engendrar a guerra, ou a guerra engendrar parentesco. Se a relação de parentesco óbvia a ser recuperada com os Korubo seria a de "cunhados", através de casamentos entre membros dos dois grupos, os Matis procuram, agora, a efetuação de outros vínculos, demonstrando o desejo de retomarem o processo de parentesco, "ensinando", "amansando", "acostumando" os Korubo. Tendo em mente tais fatos, é possível entender a insatisfação profunda dos Matis ao terem sido deixados de lado nas interações entre a Funai e os Korubo recém-contatados.

Ao mesmo tempo, os Korubo contatados em 2014, 2015 e 2019 sofreram recentemente muitas perdas, tanto devido às doenças e aos ataques de não indígenas, quanto à retaliação dos Matis (no caso dos Korubo do Coari). Ainda temos poucas informações sobre as concepções dos Korubo a respeito desses contatos. Somente temos acesso ao que pensam e afirmam os Korubo através de informações dos funcionários da Frente de Proteção que ainda não foram amplamente divulgadas[9]. Segundo essas informações, a participação dos Matis na expedição realizada em 2019 seria sentida como ameaça pelos próprios Korubo contatados em 2015. Assim, a Frente tem avaliado que o trabalho de mediação entre ela e os Korubo, que era realizado pelos Matis, não pode ser retomado neste momento, preferindo ter os Korubo já contatados como mediadores entre os recém-contatados e a Frente.

Vemos, por tudo isso, que um dos principais desafios para a política indigenista voltada aos povos em situação de isolamento é o de promover e assegurar sua autonomia e a autodeterminação política e, ao mesmo tempo, garantir sua segurança física. Com o objetivo de proteger os isolados de doenças ou enfrentamentos que acarretem mortes, a Funai se impõe como mediadora entre eles, os demais grupos indígenas e outros não indígenas. Essa mediação imposta fere a autonomia desses povos, ao mesmo tempo que, muitas vezes, é o que, de fato, garante a eles a proteção física. Essa contradição é difícil (para não dizer impossível) de ser resolvida, mas deve ser objeto de reflexão quando pensamos na política pública para os povos isolados.

5 Os grupos falantes de línguas pano setentrionais conhecidos atualmente são os Matsés, os Matis, os Kulina-Pano e os Korubo, além de, possivelmente, outros grupos isolados do Vale do Javari.

6 Entre os Pano setentrionais, o casamento preferencial é entre primos cruzados, ou seja, do ponto de vista masculino, com as filhas dos tios maternos ou tias paternas. Para maiores detalhes sobre as preferências de casamento entre esses grupos, ver: Erikson (1996) e Matos (2014; 2017).

7 Para ser mais precisa, a guerra e as relações de parentesco engendram os diferentes grupos ao diferenciar inimigos e parentes contextualmente (Matos, 2017).

8 O termo usado pelos Matis para falar de "contato" é *impacta*, que pode ser traduzido como: "fazer descer". No sentido que nos interessa aqui, "fazer descer" os Korubo é trazê-los para rio abaixo, o que simboliza o modo de vida atual, em convivência com os não indígenas e suas instituições (Matos, 2015).

9 O texto de Amorim (2017) traz informações sobre reivindicações do grupo da Maya para que a Funai realizasse o contato com os Korubo isolados.

AMEAÇADOS PELO CONTÁGIO: A PRECARIZAÇÃO DA VIDA NO VALE DO JAVARI

A precariedade da assistência à saúde e a forte pressão por exploração de petróleo e gás ameaçam a vida dos povos da Terra Indígena Vale do Javari, onde há a maior concentração de isolados no país

PAULO KENAMPA MARUBO presidente da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja)
SILIA MOAN assessora da Univaja

Desdobramentos da precariedade da assistência à saúde indígena no Vale do Javari

Após um dia e meio de viagem na Terra Indígena Vale do Javari, avistamos duas canoas paradas do lado direito do rio Itaquaí. Seguimos rumo à aldeia Massapê, uma área de ocupação recente dos Kanamari, povo falante da língua katukina que ocupa os rios Itaquaí, Javari, Juruá e Jutaí. No dia seguinte, recebemos a notícia do falecimento de uma criança kanamari, com apenas sete meses, que estava em um dos barcos que cruzamos no dia anterior. Ao longo de alguns meses esteve internada em diversos hospitais em Manaus, Tabatinga e Atalaia. O seu último respiro foi a caminho da aldeia Bananeira. A vida dessa criança se esvai e, para além da dor, ela passa a compor a estatística de óbitos registrados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Vale do Javari (Dsei-Javari). Em 2018, foram registrados 36 óbitos, sendo 12 deles Kanamari.

A realidade dos outros povos que vivem na Terra Indígena Vale do Javari, como os Korubo, Kulina-Pano, Marubo, Matis, Matsés (ou Mayoruna) e Tyohom-Dyapa, não é diferente. Muitos saem de suas aldeias em busca de tratamento para doenças de média e alta complexidade, como tuberculose e hepatite, e ficam muitos dias à espera de exames, resultados e avaliações de médicos nas cidades de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga. Em boa parte dos casos, durante a espera, o quadro desses indígenas piora e a falta de perspectivas leva muitos a retornarem para suas casas, aumentando o risco de contaminação daqueles que estão na Terra Indígena. Nos relatórios técnicos do Dsei-Javari, muitas mortes são justificadas como "opção dos indígenas em não aceitarem o tratamento", entretanto, os povos indígenas do Vale do Javari desejam ter acesso ao tratamento adequado para curar as doenças que os afetam. O tratamento de hepatites virais podem durar mais de seis meses, assim como o de tuberculose, o que exige uma assistência especial que considere o contexto sociocultural dos povos afetados.

Em 2015, um indígena do povo Marubo levou em suas costas, durante três dias de caminhada, um outro marubo com hepatite D para realizar exames médicos. Esse caminho, que leva os Marubo das aldeias do Alto Curuçá até Cruzeiro do Sul, é também uma área de ocupação dos isolados do rio Arrojo. Já os Matsés do Alto Jaquirana levam cerca de 15 dias de viagem até Atalaia do Norte para encontrar atendimento médico, com grandes chances de agravamento do quadro médico até a chegada ao hospital. Esses episódios cotidianos revelam o alto grau de precariedade da assistência à saúde na TI Vale do Javari, que se torna um agravante em uma terra que possui a maior concentração de povos isolados do país.

Só nesta Terra Indígena, existem 16 referências de grupos em isolamento voluntário (nove confirmadas pela Funai) que podem estar expostos ao contágio de vários tipos de doenças, seja pela presença de invasores em seus territórios, seja pela ausência de tratamento médico que erradique as doenças infecciosas que atingem a população indígena, como é o caso dos povos contatados no Vale do Javari. Atualmente, não há no Brasil planos de contingência em saúde para situações de contato com povos isolados e surtos epidêmicos em grupos de recente contato. Esta é a preocupação das lideranças indígenas do Vale do Javari, como Raimundo Mean, do povo Matsés:

> *O atendimento precário da assistência à saúde indígena também afeta os isolados com quem compartilhamos território, porque a gente sabe que, muitas vezes, eles podem estar na nossa roça e nós, com essas doenças contagiosas que ficam na nossa roça, podemos contaminar os isolados.*

A desnutrição e a mortalidade infantil, hepatites A, B, C e Delta, microfilária e outras doenças infecciosas, como tuberculose e malária, são constantes na vida dos povos do Vale do Javari. Os riscos de contágio se tornam ainda maiores com a precarização da assistência à saúde indígena, uma tendência forte que se apresenta logo no início do governo de Jair Bolsonaro. Os povos indígenas no Vale do Javari e em todo o país têm rechaçado as tentativas de extinguir a Sesai e municipalizar a saúde indígena. Em janeiro de 2019, o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, anunciou que faria mudanças na saúde indígena. Fim do Programa Mais Médicos e cortes nos recursos destinados aos Dseis em todo país já foram feitos. Em abril, Mandetta teve que recuar da ideia de extinguir a Sesai após intensos protestos. Mas não sabemos o que ainda está por vir...

O relato de Manoel Chorimpa, liderança marubo do Alto Curuçá, reforça a gravidade da situação da saúde no Vale do Javari e a importância de políticas que fortaleçam o subsistema de atenção presente hoje nas Terras Indígenas:

> *O Vale do Javari é uma região que, além de ter doenças como diarreias e quadros graves de desnutrição infantil, ainda não conseguiu erradicar doenças contagiosas, como a malária e hepatite. São doenças que, no passado, já deveriam ter sido bloqueadas, mas, de forma irresponsável, se alastraram por todo Vale. As vidas de centenas de indígenas pagaram por isso. Erros que ninguém avalia, e, desse modo, eles se tornam crescentes, pois ninguém se propõe a refletir e pensar formas de erradicar essas doenças. Atualmente, muitos pacientes continuam abandonados e sem o acompanhamento devido. Um portador de hepatite continua oferecendo riscos de transmitir aos outros, assim como alguém que foi contaminado pela tuberculose. Estamos muito distantes de chegarmos perto de um atendimento de saúde com qualidade. Ficaremos mais distantes ainda se houver a municipalização da saúde indígena, que irá aumentar os riscos de propagação de todas as doenças contagiosas que já causaram muitas mortes no ano de 2019.*

É urgente a melhoria do atendimento médico e da infraestrutura dos dez pólos-base do Dsei-Javari (Massapê, Tawaya, São Luís, Boa Vista, Vida nova, São Sebastião, Maronal, Trinta e Um, Nova Esperança e Lobo), assim como das condições de trabalho para os técnicos de enfermagem e os Agentes de Saúde Indígena (AIS), responsáveis pelo atendimento de 59 aldeias e 6.263 pessoas (Dsei/Sesai, 2017). A piora do atendimento médico (falta de profissionais, remédios, estruturas precárias) nas aldeias dos Kanamari, Kulina-Pano, Matis, Marubo, Matsés e grupos de recente contato pode incentivar o deslocamento de indígenas para as cidades mais próximas, colocando em risco não só esses grupos, mas também os isolados com quem dividem a terra. Além disso, vale lembrar que, nesses municípios, os hospitais não têm condições de proporcionar um









atendimento de qualidade à população não indígena e muito menos aos seis mil indígenas do Vale do Javari.

O luto dos Kanamari: sem canto, sem *ramy* e sem pintura

Os Kanamari estão de luto. "Sem canto, sem *ramy*[1] e sem pintura", disse o cacique da aldeia Massapê Dianym, expressando o recorrente momento de tristeza, marcado por resguardos constantes, por causa de sucessivas mortes. No dia seguinte, a notícia da morte da criança de sete meses abalou ainda mais a aldeia, estendendo o período de luto. Ali, há falta de mantimentos e remédios básicos para o atendimento médico. O grande número de pessoas gripadas somado à precariedade das instalações e equipamentos, como o gerador de energia quebrado, inviabiliza a realização de coisas essenciais como a nebulização de recém-nascidos com dificuldade de respirar. No mês de março de 2019, foram registrados 11 casos de microfilária somente entre os Kanamari[2].

Adelson Kora, diretor da Associação Kanamari do Vale do Javari (Akavaja), lamenta a morte de sete Kanamari entre janeiro e maio de 2019. Seu povo está cansado de enterrar os parentes. Todos ficam ainda mais assombrados com os discursos do atual presidente, Jair Bolsonaro, que chegam até as aldeias kanamari. Ficam imaginando que, se as tentativas de municipalização da saúde indígena se realizarem, o atendimento médico no Vale do Javari piorará e aumentará a vulnerabilidade dos grupos isolados com quem compartilham territórios, como os "isolados do Igarapé São José". São frequentes os relatos sobre o avistamento de vestígios desse grupo, o que demonstra sua proximidade e o risco de contágio de doenças, principalmente a malária.

A aldeia Bananeira, a duas horas e meia da aldeia Massapê, também estava de luto, pois é lá que vive a família da criança kanamari que faleceu. Quando chegamos na aldeia, a primeira fala foi a do pai, em menção à memória de sua filha, a qual foi seguida pelo lamento do cacique Arabonã Kanamari, que trouxe, em seu canto, melodias tristes motivadas pelas perdas familiares que teve até então. Arabonã contou que perdeu filhos e um irmão para a hepatite e lamentou profundamente não ter conseguido salvar essas vidas por meio da manipulação dos remédios kanamari – sentiu-se impotente diante da dificuldade de curar as doenças dos não indígenas. Na aldeia Bananeira, o quadro clínico dos moradores também é grave: muitos casos de gripe e problemas respiratórios em crianças e mais velhos. Havia uma única técnica de enfermagem para atender os 225 habitantes e, mais uma vez, o gerador não funcionava, impossibilitando a nebulização que poderia amenizar a dificuldade respiratória de boa parte dos Kanamari que havia contraído gripe naquela ocasião.

1 Bebida de uso ritual (ayahuasca).

2 Estes dados foram obtidos por meio de relatos dos Kanamari, pois, segundo lideranças indígenas, o Dsei-Javari ainda não apresentou oficialmente os dados dos óbitos ocorridos na TI em 2019.

O que está ruim pode piorar: outras formas de contaminação

Existem outras formas de contaminação que poderão afetar a saúde dos povos indígenas e a integridade ambiental do Vale do Javari caso as atividades de pesquisa e exploração petrolífera vinguem na região. O interesse petrolífero direcionado ao Vale do Javari começou em 1930, com atividades de prospecção de petróleo e gás realizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), intensificadas nas décadas de 1970 e 1980, com a atuação da Petrobrás, no Brasil, e de outras empresas, no Peru. Na TI Vale do Javari, as atividades de prospecção petrolífera foram sentidas, especialmente, pelos habitantes dos rios Jaquirana, Curuçá, Itaquaí, Jutaí e Jandiatuba. As inúmeras mortes e impactos negativos na vida dos povos estão presentes até hoje na memória dos mais velhos, principalmente na dos Matsés, povo que vive ao longo da bacia do rio Javari/Jaquirana, nos dois lados da fronteira Brasil-Peru.

Os Matsés do alto rio Jaquirana, no lado brasileiro, não se esqueceram da morte de dezenas de pessoas nos anos 1970, devido às explosões realizadas pela Petrobras na região e às doenças contraídas após os contatos com funcionários da empresa que passaram a circular pelo território matsés, abrindo picadas e perfurando poços para realização de levantamentos sísmicos. Houve, ainda, diversos conflitos entre funcionários da Petrobras e indígenas dos rios Itaquaí, Jandiatuba e Jutaí.

De acordo com Rodrigo Octavio (2017), as atividades da Petrobrás no Vale do Javari foram interrompidas em 1984 e a região ficou livre da exploração petrolífera durante os anos 1990 e início dos 2000. Entre 2007 e 2012, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) retomou estudos na região e, em 2012, atividades de prospecção sísmica foram realizadas pela empresa Georadar, sem respeito à legislação indigenista e ambiental e sem consulta prévia aos povos afetados. Em 2013, a atuação da empresa foi suspensa em áreas próximas à TI Vale do Javari. Em novembro desse ano, houve a 12ª Rodada de Licitações de Petróleo e Gás em regiões muito próximas à TI Vale do Javari, organizada pela ANP[3].

Apesar dos graves episódios que envolveram as atividades da exploração petrolífera na TI Vale do Javari, a pressão sobre os territórios indígenas continua. O interesse petrolífero em áreas como a região do Jaquirana, próximo ao igarapé Batã, ainda é uma ameaça à biodiver-

3 Veja Rodrigo Octavio (2017, p.394) para mais informações sobre a 12a Rodada de Licitações de Petróleo e Gás e o controverso leilão que aconteceu em 2013, apesar da enorme mobilização contrária por parte das organizações indigenistas e indígenas no Brasil.

imagem Da esquerda para direita: Zefinha e Cacique Dyanin Kanamari (aldeia Massapê); Manoel Chorimpa Marubo (aldeia Maronal); Paulo Kenampa Marubo (presidente da Univaja e autor deste texto); Cacique Arabonã (aldeia Bananeira); Marcos Dunu Mayoruna (aldeia São Meireles); Elic Nacua Mayuruna (aldeia 31); Raimundo Mean Mayuruna (aldeia Soles), lideranças da TI Vale do Javari que colaboraram para a elaboração deste texto.

sidade e à vida dos povos indígenas. A bacia do rio Jaquirana, principal formador do Javari, divide a fronteira entre Brasil e Peru e abrange os territórios dos Matsés, cuja população total é de mais de quatro mil pessoas, e de grupos isolados. No Brasil, há registros de um grupo conhecido como "isolados do rio Batã" e, no Peru, do outro lado do rio Jaquirana, os Matsés também relatam a presença de grupos isolados. É provável que seja de um mesmo povo, vivendo em ambos os lados da fronteira.

A luta dos matsés contra exploração petrolífera

Os Matsés no Brasil e Peru, articulados politicamente através de suas lideranças e organizações como a Organização Geral Mayuruna (OGM) e a *Comunidad Nativa Matsés*, vêm lutando contra a retomada da exploração petrolífera em seus territórios. Elic Nacua Mayuruna, morador da Aldeia 31 (alto Jaquirana, TI Vale do Javari) reafirma a posição de seus parentes contra qualquer tentativa de exploração em território matsés:

> *Eu vou morrer assim, já que não quero morrer contaminado pelo petróleo, vou morrer matando aqueles que invadirem nosso território.*

No Peru, já foi iniciada a exploração de lotes de petróleo e gás que afetam diretamente os Matsés[4]. Em 2007, a empresa *Pacific Stratus Energy* passou a ter direitos contratuais de exploração dos lotes 135 e 137, cujas áreas se sobrepõem à Comunidad Nativa Matsés, à Reserva Nacional Matsés e à proposta de Reserva Indígena Yavari-Tapiche (destinada à proteção de povos isolados) e fazem limite direto com a TI Vale do Javari, no Brasil.

Desde 2009, os Matsés vêm realizando reuniões binacionais e uma das principais pautas nesses encontros é a exploração petrolífera na região da bacia do rio Jaquirana. Graças à luta dos Matsés em ambos os lados da fronteira, o contrato do lote 137 foi rescindido. Porém, as atividades de prospecção no lote 135 continuam, colocando em risco todo o povo Matsés e os grupos isolados que ali vivem.

Raimundo Mean, Matsés da aldeia Soles (TI Vale do Javari), conta que, com apoio de organizações da sociedade civil, no Brasil como a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), a OGM (Organização Geral Mayuruna), o CTI (Centro de Trabalho Indigenista) e instituições federais, como a Funai e o Itamaraty, os Matsés conseguiram interromper as operações da *Pacific Stratus Energy* no lote 137.

> *Foi com muita luta que os Matsés paralisaram a atividade de prospecção no lote 137, mas outro lote continua ativo e a preocupação que os Matsés dos dois lados têm agora, tanto o peruano, quanto o brasileiro, é que hoje o processo está parado, mas, a qualquer momento que eles quiserem leiloar novamente, eles podem e vão fazer. Então, é por isso que os Matsés pedem que os lotes sejam anulados, os lotes 135 e 137, que estão sobrepostos à Comunidad Nativa Matsés, no Peru, e muito próximos dos limites da TI Vale do Javari, ali na região do Jaquirana.*

Raimundo Mean afirma ainda que, caso os lotes 135 e 137 não sejam extintos definitivamente e a possibilidade de exploração se efetive, esses empreendimentos poderão ocasionar conflitos entre os Matsés e os grupos isolados que vivem nesta região:

> *Mesmo que os isolados estejam fugindo, eles seriam exterminados pelas doenças levadas pelos trabalhadores do empreendimento. E esses isolados se sentiriam ameaçados por nós, Matsés. Eles achariam que os culpados pelas doenças seriamos nós e viriam se vingar dessas mortes que eles sofreriam. Eles achariam que as mortes eram resultado de feitiço dos Matsés e viriam se vingar da morte dos parentes deles. Haveria uma guerra entre isolados e Matsés. Nós não queremos que aconteça isso.*

Em várias ocasiões, os Matsés apresentaram o pedido de cancelamento definitivo dos lotes 135 e 137 aos órgãos competentes no Peru e no Brasil. Em setembro de 2018, levaram uma comitiva de lideranças da *Comunidad Nativa Matsés* e da TI Vale do Javari até Lima e compartilharam essa grande preocupação com o Ministério de Relações Exteriores e Ministério da Cultura do Peru. Foram até a Agência de Petróleo do Peru (Perupetro) e apresentaram suas reivindicações ao presidente, que disse que "sem petróleo, não existe desenvolvimento". Dessa forma, não garantiu aos Matsés a anulação dos lotes 135 e 137 situados na bacia do rio Jaquirana.

Ameaça permanente

Em 2019, as ameaças aos direitos territoriais dos povos indígenas se intensificaram. Terras Indígenas como a TI Vale do Javari são alvo preferencial de um governo que classifica esses territórios a partir do lucro que pode ser obtido com sua exploração e que não está interessado em proteger os povos indígenas e seus modos de vida. Discursos do atual presidente têm causado grande apreensão nos povos indígenas do Vale do Javari que reivindicam a extinção dos lotes de petróleo e gás para que não exista mais chance de exploração em seus territórios ou em áreas circunjacentes. Porém, o presidente Jair Bolsonaro segue o rumo oposto...

Os Matsés mais jovens, como Raimundo Mean, demonstram grande receio em relação à exploração de petróleo no Vale do Javari:

> *O medo que temos é que chegue ao ponto de haver conflito armado. Estamos lutando para que isso não aconteça e pedimos para os Governos brasileiro e peruano que não deixem acontecer isso, porque foi sem exploração que até agora resistimos, queremos a proteção. Estamos resistindo. Por isso, o povo Matsés está decidido a combater as ameaças ao nosso território: vamos enfrentar todas! Se for preciso morrer, iremos morrer assim. Pelo meu filho, pela minha vida, pela terra, pelo alimento que aquela terra garante para nós. É assim que os Matsés pensam a questão do petróleo.*

Fala, ainda, de sua preocupação sobre as consequências espirituais decorrentes dos impactos da exploração petrolífera que podem prejudicar a saúde das pessoas e a qualidade dos rios, tendo em vista a possibilidade de contaminação dos rios por hidrocarbonetos e o

4 No outro lado da fronteira, na Amazônia peruana, a situação era ainda pior. De acordo com o Boletim do CTI (2016b), entre 2006 e 2011, grandes extensões do bioma foram concedidas à empresas petroleiras pelo Governo peruano. Em 2008, toda a extensão dos rios Jaquirana e Javari, área de ocupação tradicional do povo Matsés, foi loteada para empresas do setor de petróleo e gás, como a empresa *Pacific Stratus Energy S.A*, subsidiária da multinacional canadense *Pacific Exploration and Production*.

risco de acidentes altamente nocivos ao meio ambiente e à população indígena.

O espiritual para gente é o rio. Para nós, Matsés, tudo o que existe é vivo e tem dono. O rio tem dono. Os lagos e as árvores grandes também. Se houver derramamento e contaminação, não terá mais vida. O que os velhos falam é que, se isso acontecer, os rios e os vales irão secar e é essa a nossa principal preocupação.

Marco Dunu Mayuruna, da aldeia São Meireles, do Alto Jaquirana, explica:

Acreditamos muito em um ser que existe no subsolo e que toda a riqueza que lá existe serve para equilibrar a natureza, por isso, para nós, esse recurso não pode ser mexido, tem um motivo para estar ali.

Os Matsés, assim como os demais povos da TI Vale do Javari, rejeitam qualquer interesse de exploração petrolífera na região do rio Jaquirana e têm a certeza de que, em ambos os lados da fronteira, a não anulação dos lotes 135 e 137 será fatal, assim como os danos à vida dos povos isolados seriam imensuráveis: desde fugas, conflitos territoriais ao seu completo extermínio.

imagem Matsés da aldeia Lobo, TI Vale do Javari, Amazonas.



PROTEÇÃO EM RISCO

Aumento das pressões sobre a TI Vale do Javari e entorno tem impactado os povos indígenas da região e ameaçado a sobrevivência dos isolados.

CONRADO R. OCTAVIO geógrafo, Centro de Trabalho Indigenista (CTI)
HILTON S. NASCIMENTO ecólogo, Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

A TI Vale do Javari abriga o conjunto mais expressivo de povos/grupos indígenas isolados de que se tem conhecimento em uma mesma Terra Indígena no Brasil. Faz parte de um corredor de áreas protegidas já criadas e propostas na região de fronteira Brasil-Peru que compreende a maior concentração de povos em isolamento no mundo. Trata-se de uma extensa área de florestas que abriga uma enorme diversidade de povos, paisagens, espécies e interesses. O complexo contexto da região segue sendo um desafio para as políticas de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato.

Histórico de exploração

Do final do século XIX até a conclusão do processo de regularização fundiária da TI Vale do Javari, no início dos anos 2000, a região foi intensamente explorada, processo que implicou profundas transformações na vida, ocupação e redes de relação indígenas preexistentes. As características e dinâmicas da presença e ocupação não indígena estiveram intimamente relacionadas a essa exploração, acompanhando as tendências econômicas regionais, suas mudanças e oscilações ao longo desse período.

Em linhas gerais, a exploração da borracha foi a principal atividade econômica desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O declínio desta atividade foi acompanhado pela gradativa proeminência da exploração madeireira que se consolidou como a principal atividade econômica da região a partir de meados do século XX. Nos anos 1970-1980, a TI Vale do Javari também foi impactada pela tentativa de construção da rodovia Perimetral Norte, pela ditadura militar, e pela realização de atividades exploratórias de petróleo e gás pela Petrobrás. A partir dos anos 1980, o narcotráfico também passa a constituir uma importante força econômica na região – cuja presença, influência e impactos têm crescido em anos recentes.

É importante destacar que a maior proeminência de determinada atividade não implicou necessariamente a substituição de outra; e que, mesmo nestes casos, esse processo não se deu de forma imediata e homogênea. A comercialização residual de pélas de borracha até o início dos anos 1980 e as relações imbricadas entre as cadeias produtivas do narcotráfico e da madeira são exemplos disso. Outro ponto a ser destacado é que algumas atividades com impacto expressivo sobre as vidas e territórios dos povos indígenas do Vale do Javari se mantiveram associadas aos diferentes "carros-chefes" da economia regional ao longo de todo esse período, notadamente a exploração comercial de recursos pesqueiros e de carnes de caça.

Pós-demarcação

A demarcação da TI Vale do Javari foi um importante ponto de inflexão para os povos indígenas da região. No plano político, a luta pela demarcação propiciou o arrefecimento de tensões decorrentes de conflitos passados e o estabelecimento de alianças entre esses povos, cuja expressão institucional foi a construção do Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja), principal organização indígena do Vale do Javari – papel hoje desempenhado pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari

(Univaja). O processo de demarcação também envolveu acordos que levaram ao estabelecimento de aldeias em áreas estratégicas e sensíveis a invasões, como forma de protegê-las. Foi o caso, por exemplo, das aldeias Lago do Tambaqui, Santo Eusébio, Caxias (do povo Kanamari) e Lago Grande (do povo Matsés), no médio Javari; de Flores e Fruta Pão, no baixo Curuçá; e de Soles, no Jaquirana (as quatro também dos Matsés).

No que diz respeito especificamente à proteção de povos indígenas isolados, o processo de contato entre a Funai e um grupo korubo (conhecido como "grupo da Mayá"), em 1996, desencadeou ações permanentes do órgão junto a este povo e também voltadas à localização e ao monitoramento dos outros povos indígenas em isolamento na região, sob coordenação do então Departamento de Índios Isolados – atual Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados. Para esta tarefa, foi criada a Frente de Contato Vale do Javari que, a partir de 2000, passou a se denominar Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari.

Sucessivos projetos em cooperação técnica entre o CTI e a Funai executados a partir de 1998[1] contribuíram para a construção de bases da FPEVJ/Funai, possibilitaram que elas fossem equipadas e viabilizaram a formação e contratação de pessoal, bem como de serviços e assessorias técnicas especializadas em diferentes áreas, propiciando condições logísticas e operacionais para o desenvolvimento das ações de localização e monitoramento de isolados. Além disso, o diálogo com as comunidades e organizações indígenas e sua participação na política de proteção foram fortalecidos.

1 O último deles, *Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia*, encontra-se em fase de finalização. Mais informações disponíveis no Boletim Povos Isolados na Amazônia (http://bit.ly/2FZgwMK) e no link http://bit.ly/2L7Fldh.

Em contraste com décadas anteriores, nos anos 2000, a extração ilegal de madeira na TI Vale do Javari praticamente cessou. A exploração comercial de recursos pesqueiros e de caça também sofreu redução expressiva, sobretudo nas bacias do Itaquaí e Ituí, onde a Funai passou a realizar o controle de ingresso e atividades de fiscalização em caráter permanente, a partir da base da FPEVJ na confluência dos dois rios. A criação da base Jandiatuba no ano 2007 também foi fundamental para garantir a integridade territorial de área habitada exclusivamente por isolados, embora tenha sido desativada poucos anos depois, em 2012, o que foi sucedido pela entrada de garimpeiros nesta parte da TI.

A área compreendida pelo médio Javari e baixo e médio rio Curuçá permaneceu mais vulnerável, tendo em vista a ausência de ações efetivas por parte de órgãos de Estado e o fato de constituir limites da Terra Indígena, coincidentes com limites internacionais com o Peru, no caso do médio Javari (que também é a porção da TI mais próxima da cidade). A criação da Base Curuçá pela Funai, em 2013, demanda antiga dos povos indígenas da região, trouxe a expectativa de que esse quadro seria revertido, mas seu funcionamento tem sido precário, e também dificultado pela complexa teia de relações e interesses nessa porosa área de fronteira. Outra região que permaneceu vulnerável e sem qualquer ação expressiva do Estado até bem recentemente foi o alto Jutaí, onde vivem os Tyohom-Dyapa de recente contato, os Kanamari e isolados – o fato de não compreender a bacia hidrográfica do Javari e a dificuldade logística de acesso à região contribuíram para a histórica marginalização dessa área e seus povos.

Nos últimos anos, contudo, o quadro de proteção territorial e conquistas obtidas pelos povos indígenas do Vale do Javari a partir dos anos 1990 tem se deteriorado rapidamente, na esteira do processo de desconstrução de direitos e políticas públicas que tem marcado a atual conjuntura no país. As invasões para a exploração predatória e ilegal de recursos naturais têm se intensificado até mesmo em locais que contam com bases da Funai, frequentemente acompanhadas de ameaças e até mesmo ataques a indígenas, servidores e membros de instituições que atuam na região. Os riscos para os povos em isolamento são imensos e vêm sendo alertados por lideranças indígenas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais[2].



Algumas das pressões atuais sobre os isolados do Vale do Javari[3]

Pesca e caça comercial

Invasões de pescadores e caçadores têm aumentado em todos os quadrantes da TI Vale do Javari e, talvez, constituam a principal ameaça atual aos isolados: médio Javari, baixo e médio Curuçá, baixo e médio Itaquaí, baixo e médio rio Ituí, rio Quixito, alto rio Jutaí, Juruazinho e também em áreas de cabeceira nos limites ao sul da Terra Indígena, a partir de comunidades ribeirinhas no rio Juruá, da TI Mawetek e das cidades de Eirunepé, Guajará e Ipixuna. Algumas dessas áreas despertam maior preocupação em razão da presença confirmada de isolados: rio Quixito e afluentes do médio Javari e baixo Curuçá e médio rio Ituí; alto rio Jutaí, suas cabeceiras e rio Juruazinho, igarapé Mawetek e alto rio Jutaí; rio Curuena; rios Itaquaí e Branco. A situação nas áreas com registros ainda não confirmados não é menos preocupante.

Pesquisa realizada em 2013-2014 na tríplice fronteira estimou que 278 toneladas de carne de caça são comercializadas por ano nas cidades de Benjamin Constant, Tabatinga, Letícia e Caballococha (Van Vliet et al., 2014). Embora o estudo não tenha contemplado pescados e não permita a quantificação da caça proveniente especificamente do Javari, os dados obtidos indicam a importância da região para esse comércio ilegal: o Brasil é responsável por 78% de toda a biomassa de carne comercializada na tríplice fronteira (o que equivale a 169 toneladas/ano) e a cidade de Benjamin Constant constitui o principal centro desse comércio.

2 Ver *Relatório sobre a situação de direitos humanos dos povos em isolamento voluntário e contato inicial no Brasil*, elaborado pela Coiab e CTI e encaminhado à CIDH por ocasião de audiência temática realizada no dia 23 de outubro de 2017, na cidade de Montevidéu, durante o 165º Período de Sessões da CIDH.

3 As informações apresentadas resultam de estudo ainda não publicado pelo CTI, realizado no âmbito do projeto *Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia*.

imagem Apreensão de carne de caça, quelônios e peixe em ações de fiscalização da Funai.



Garimpo

O garimpo de ouro constitui outro grave foco de pressão sobre a TI Vale do Javari, concentrado nas bacias do Jandiatuba e Jutaí, onde dragas e balsas atuam há pelo menos vinte anos. Em áreas do entorno da TI Vale do Javari, nestas bacias, a atividade tem submetido diversas comunidades ribeirinhas e indígenas a atos de violência e à degradação ambiental de seus territórios desde, pelo menos, a década de 1990 (Rapozo; Silva; Radaelli, 2017; Radaelli, 2018). Denúncias de que um possível massacre a isolados teria ocorrido em 2017 no interior da TI Vale do Javari, no rio Jandiatuba, acenderam o alerta para a expansão desta atividade na região[4]. Embora o suposto massacre não tenha sido confirmado após expedição realizada pela Funai e investigações conduzidas pelo MPF e Polícia Federal, a constatação de que garimpeiros atuaram livremente na região que concentra o maior número de *referências confirmadas* de isolados dentro da TI Vale do Javari é, por si só, extremamente grave.

E a pressão tem aumentado. No alto rio Jutaí, os Kanamari e Tyohom-Dyapa da aldeia Jarinal têm sido assediados por garimpeiros para permitir sua entrada na TI Vale do Javari e a operação de balsas em área com presença confirmada de isolados. O mesmo assédio é verificado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim, que faz limite com a TI que dá acesso ao alto Jutaí e ao rio Curuena, área também habitada por isolados. A RDS já sofre impactos do garimpo há anos, sobretudo nos rios Boia, Mutum e no próprio rio Jutaí.

Levantamento feito pelo CTI em novembro de 2018 (no prelo) também identificou que os títulos minerários concedidos (lavra garimpeira e autorização de pesquisa) e interesses minerários (requerimento de lavra garimpeira e requerimento de pesquisa) no entorno da TI Vale do Javari nos rios Jutaí, Jandiatuba, Itacoaí, Quixito, Solimões e afluentes totalizam uma área de 248.407,48 hectares, parte dela, próxima aos limites da Terra Indígena.

Narcotráfico

O tráfico de cocaína está presente na região da tríplice fronteira desde, pelo menos, a década de 1980. Possivelmente, constitui a principal força econômica da região, articulando-se a diversas outras atividades, como a exploração madeireira, o garimpo, a pesca (sobretudo voltada à exportação) e uma variedade de comércios e serviços (Rapozo; Silva; Radaelli, 2017), além de exercer influência sobre a política local e regional e agentes do poder público.

Embora a tríplice fronteira seja historicamente uma das principais rotas de entrada de cocaína da Colômbia e Peru para o Brasil, nos últimos anos, a região também tem se firmado como zona de cultivo e refino. Além dos inúmeros impactos sociais, o plantio de coca voltado para a produção de pasta base na área compreendida pelo médio curso do rio Javari e o baixo Amazonas peruano tem provocado o aumento do desmatamento em áreas limítrofes à TI Vale do Javari. O monitoramento realizado pela Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Vida sem Drogas do Peru (Devida) e Oficina das Nações Unidas contra a Droga e o Delito (Undoc) identificou um aumento de 14% na área plantada com coca no Peru entre 2016 e 2017. No baixo Amazonas peruano, o aumento foi de 41% no período. Esta região representa hoje 4% da área total de cultivos de coca em todo o Peru.

Nesse contexto, a busca por novas rotas para o tráfico de cocaína pode envolver a passagem pela TI Vale do Javari e por territórios de isolados, a exemplo do que ocorre atualmente no Acre e já ocorreu em décadas passadas no Javari. O aumento da violência e envolvimento de jovens indígenas com o tráfico de drogas também é preocupante.

Outras pressões e ameaças

Além das atividades mencionadas, constituem pressões sobre a TI Vale do Javari e seu entorno a exploração madeireira (sobretudo no Peru), a expansão da atividade agropecuária no Vale do Juruá, a exploração de petróleo e gás (arrefecida na segunda metade da década de 2010) e o proselitismo religioso[5]. A estas pressões se soma o já crônico problema de atendimento à saúde indígena, em um quadro persistente de epidemias de hepatites virais, malária, tuberculose e outras doenças infectocontagiosas[6].

Desmonte e desafios

Sem dúvida, um importante fator para a piora do quadro de proteção territorial tem sido o processo de enfraquecimento e precarização da Funai. Sucessivos cortes orçamentários, quadro deficitário de recursos humanos, evasão de servidores, além das pressões e ingerências políticas por parte das bancadas ruralista e evangélica têm impactado o órgão como um todo, com evidentes reflexos sobre a região. Conforme apontado anteriormente, esse processo se inscreve em um quadro mais amplo de desconstrução de direitos e políticas públicas, resultado da força e espaço que setores notadamente contrários aos direitos indígenas têm ganhado, sobretudo, no poder executivo na atual conjuntura nacional.

Por outro lado, transformações nas dinâmicas territoriais indígenas no contexto pós-demarcação e as relações de vizinhança/compartilhamento territorial entre diversos povos impõem novos desafios para a política de proteção de indígenas isolados. São exemplos contundentes dessas transformações e desafios os conflitos e contatos entre indígenas isolados, "contatados" e a Funai ocorridos nos últimos

4 Para mais informações a respeito do caso, ver nota disponível em http://bit.ly/32bafGZ.

imagem Draga de garimpo na região da TI Vale do Javari.

5 Para mais informações, ver https://bit.ly/2XvJzx6 e, também, Nascimento (2006; 2011); CTI (2013, no prelo); Comunidad Nativa Matsés (2009; 2012); Coutinho (2013; 2014); Organização Geral Mayuruna & Comunidad Nativa Matsés (2011; 2012 e 2013); Rodrigo Octavio (2015; 2017); e Univaja (2013).

6 Para mais informações, ver CTI (2004; 2011); CTI; ISA (2011); Coutinho (2008); Nascimento (2008); Nascimento & Erikson (2006) e, também, o artigo que aborda o tema nesta publicação.



anos[7] e diversos relatos sobre a presença de isolados nas proximidades de aldeias. Longe de serem eventos isolados e circunscritos a determinados povos e setores da TI Vale do Javari, há um entendimento consensual entre povos e organizações indígenas, organizações da sociedade civil e agentes do Estado sobre o risco potencial de que situações similares continuem a ocorrer no Vale do Javari e em outras regiões.

Esses eventos põem em evidência a necessidade de se intensificar e aprimorar mecanismos e espaços de diálogo e ampla participação indígena na política de proteção e promoção de direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato do Estado. Tendo em vista que o discurso e as ações do atual governo vão no sentido inverso a essa necessidade, não resta outro caminho a não ser fortalecer as iniciativas e as redes que os povos indígenas, suas organizações e aliados têm desenvolvido nos últimos anos, de modo a assegurar as condições de resistência ao desmonte em curso.

7 Como, por exemplo, conflito entre indígenas korubo em isolamento e os Kanamari no rio Curuena, em 2012; entre outro grupo korubo isolado e os Matis no rio Coari, em 2014; contatos com grupos korubo, em 2014, no rio Itaquaí e, em 2015, no rio Branco; processo de contato em curso atualmente entre a Funai, os Korubo de recente contato e grupo em isolamento do mesmo povo na bacia do rio Coari.

imagem Casas de grupo isolado no interflúvio dos rios Boia e Curuena, TI Vale do Javari, Amazonas.

"SÃO POVOS QUE SEMPRE ESTIVERAM EM DEFESA DA TERRA, DA PROTEÇÃO DO QUE É IMPORTANTE À VIDA

FRENTE DE PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL VALE DO JAVARI

Gustavo Sena de Sousa coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, investe no diálogo com os sete povos já contatados para fortalecer a proteção dos isolados. A Funai atua na região com quatro bases de vigilância – três sob jurisdição da FPE Vale do Javari estão situadas nos rios Ituí, Quixito e Jandiatuba. Junto a instituições parceiras, órgãos de fiscalização ambiental, exército, polícia federal e militar, os servidores da Funai e colaboradores indígenas contratados dividem-se entre expedições, sobrevoos, monitoramento de imagens de satélite e ações em prol da proteção desse território.

O Vale do Javari é um território muito grande, muito rico e de difícil acesso – não é à toa que concentra o maior número de referências de índios isolados, possivelmente, no planeta. Esses povos são grandes guerreiros: morreram em defesa do território e estão sobrevivendo pela mesma causa. São vários povos com culturas diferentes e uma diversidade muito grande compartilha o território. Tem os Kanamari, povos Katukina, com vários rituais, cantos, danças, brincadeiras... Um povo muito alegre, que sofre com uma vulnerabilidade social grande, devido a essa relação com a cidade. Então, eles, assim como todos os povos em geral, acabam enfrentando as consequências disso: morte, suicídio, mortalidade infantil, doenças... No Vale do Javari tem muita malária, surto de hepatite.

Tem os Marubo, um povo contatado há mais de 100 anos, bem organizado e politizado. Os Mayoruna (Matsés) – outro povo guerreiro do Vale do Javari, também têm contato há muitos anos, desde a época da expansão do Peru, com os caucheiros e, depois, os madeireiros. Eles tiveram outras relações dentro do próprio Vale do Javari com os Marubo. Tem os Kulina, um povo bem pequeno, sobrevivente dessas relações interétnicas, de conflitos e tensões. Os Matis, sobreviventes, muito castigados pelo contato, hoje estão aí: são um povo muito forte, resistente, com traços acentuados da cultura tradicional. Os Korubo, com todo esse histórico de conflito e tensão, sobreviventes, resistentes, também ajudaram a proteger o Javari e a demarcar essa terra.

Os Tyohom-Dyapa, povos Katukina próximos aos Kanamari, acabam um pouco esquecidos devido ao seu isolamento. Junto a eles, estão os povos isolados de fato. Todos com um papel muito grande na proteção desse território – lutaram, morreram, sobreviveram e estão se reinventando hoje para continuar sobrevivendo. Os isolados são um exemplo de que é possível viver de outras formas, ainda mais hoje, com as questões que perpassam o mundo, sobre mudanças climáticas, pressões ambientais. A luta indígena, junto à causa do meio ambiente, é a referência da resistência.

nota das editoras Depoimento editado a partir de entrevista concedida à Victoria Franco, jornalista do ISA.

São povos que sempre estiveram em defesa da terra, daquilo que é importante para a vida, da possibilidade de viver a partir do que a própria terra pode nos proporcionar.

Todos esses povos, em geral, são nômades, coletores, agricultores, então, eles precisam de um território muito grande para circular, fazer roças, coletar e caçar. A partir do contato, eles se sedentarizaram, mas, mesmo assim, um aldeamento tem uma demanda muito grande sobre o território. Com o passar dos anos, a caça vai ficando mais longe, o que demanda mudanças do grupo. Às vezes, vai faltar a palha para poder fazer casa, outra necessidade para manejar seu território. Os isolados também precisam caçar e pescar.

O acesso ao Vale do Javari é totalmente fluvial, ou aéreo, de helicóptero. Tem algumas pistas de pouso para pequenos aviões, mas muito pouco utilizadas. São regiões de difícil acesso e extremamente pressionadas. Todas essas pressões geram uma tensão muito grande em relação a esses povos indígenas, principalmente aos isolados, porque eles são guerreiros, territorialistas, necessitam do território para sobreviver. Nosso trabalho, justamente, é impedir a invasão de suas terras, a fim de evitar um possível conflito. Quando há a invasão do território, há um risco para os povos indígenas isolados de contraírem uma doença ou entrarem em conflito direto. Os invasores podem revidar o ataque, sendo mortos. Então tem que ter todo esse cuidado sobre essa relação e um diálogo forte com o entorno não indígena sobre respeitar o território dos isolados.

Os índios isolados são muito importantes para manter a proteção do território. Atualmente, a Funai só atua com presença física de proteção do território em Terras Indígenas que têm povos indígenas isolados. Recentemente, realizamos uma expedição no rio Quixito, devido a uma pressão de caçadores, a fim de monitorar os índios isolados que já acompanhávamos a partir de sobrevoos. De fato, encontramos indícios de caçadores na região. Tiveram algumas expedições de localização de referências que não são confirmadas – no Arrojo, Batã, Jaquirana, Flecheira –, em busca de vestígios que dessem mais consistência sobre a presença desses índios, além dos relatos ouvidos sobre os encontros com os povos contatados que vivem ao redor deles.

É tudo muito tenso e intenso, porque esses povos já lutaram muito pelo seu território. Então, a gente tenta ter muito cuidado na relação com eles, monitorando-os de longe. Fomos fazer uma averiguação por conta da denúncia de uma morte entre os Kanamari do rio Curuena e os indígenas relataram como eram os parentes isolados, suas características, os braceletes que usavam, o corte de cabelo característico dos Korubo. Eles também matam com borduna. Dois conseguiram fugir desse encontro e os Korubo levaram com eles duas crianças da aldeia, então, os Kanamari demandaram a nós, naquele momento, que tentássemos encontrar vestígios para verificar se as crianças estavam vivas e se poderiam ser encontradas.

Fizemos uma expedição no rio Curuena, nessa situação tensa. Adentramos a mata a fim de encontrar algum vestígio. Fizemos uma caminhada de uns 20 km em um dia e passamos por quatro tapiris desses indígenas. Eram muito parecidos com os tapiris que a gente monitorava entre os Korubo do rio Itaquaí. Então, a gente pôde ter algumas evidências de que, possivelmente, esse grupo seja mesmo Korubo. Além delas, ouvimos as histórias que os Korubo contam sobre o "grupo da Mayá", que teria atravessado o rio Itaquaí e estaria vivendo hoje nessa região. A partir de análises de imagens de satélite, de relatórios, a gente consegue fazer uma visualização do deslocamento desse povo ao longo dos anos.

A gente fica numa certa tensão, sim. Tem um pássaro que a gente sempre presta atenção em seu canto, porque indica alguma presença. Pode tanto denunciar a nossa presença ali, quanto denunciar a presença dos isolados que estejam próximos. Geralmente, é um aviso para sairmos do local. A gente encontrou os tapiris, que confirmam a presença desses povos, restos de alimentos, de fogo... Em algumas ocasiões, já encontramos flechas que haviam deixado, cestos, paneiro, esteira... Por onde eles vão caminhando, vão deixando esses acampamentos. Em um trabalho de localização, você encontra pegadas, quebradas, quando vão andando na mata. Quando é um local de ocupação bem forte, você já consegue encontrar alguns caminhos mais marcados. Eles derrubam patuá. Às vezes, esses povos já têm algumas ferramentas, nessa relação que eles têm com o entorno, acabam pegando.

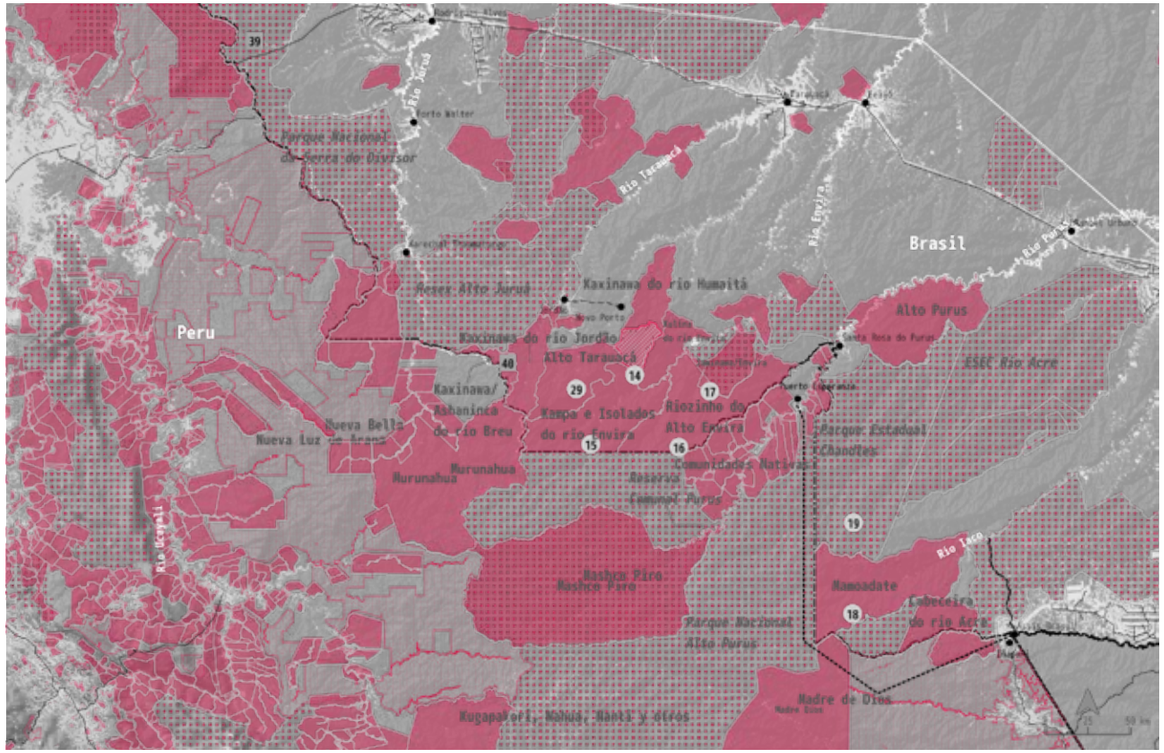
O histórico de contato dos índios é sempre assim: território foi invadido, tiveram várias frentes de expansão, da madeira, do caucho, alguns povos foram fazendo contato e foram se reinventando nesse mundo. Uns foram extintos e outros lutaram, sobreviveram e foram recuando para as cabeceiras dos rios, então, são sobreviventes. Para mim, são índios em fuga. Mas foi especialmente depois da desintrusão do território que se começa a ter mais relatos de avistamento dos índios no entorno das aldeias dos povos contatados. Com a exposição dos índios isolados ali na beira, você tem uma circulação de outros povos e de equipes de saúde que, às vezes, não têm esse entendimento da vulnerabilidade, então, faziam trocas, davam coisas para esses índios, até o momento em que eles começaram a ter surtos epidemiológicos na mata, com doenças que não conseguiam tratar.

As ameaças ao Javari seguem crescendo. A gente teve, nos últimos anos, ataques que foram noticiados na imprensa de invasores na Base do Ituí-Itaquaí, que sofre pressão de pescadores e caçadores. Esses invasores ganham espaço diante da fragilidade do Estado e se sentiram no direito de agredir nossos servidores. Dispararam com armas de fogo contra nossas equipes, servidores e colaboradores indígenas. Chegou o momento de aumentar a segurança dentro dessas bases e seguir com o apoio das organizações parceiras em ações de fiscalização.

ACRE







REGISTROS DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NO ACRE

- Confirmado
- Em estudo
- Capital
- Cidades de referência
- Unidades de Conservação
- Concessões Florestais (Peru)
- Terras Indígenas
- Área reservada aos Isolados (CPI/Acre 2009)
- Ramal
- Rodovia planejada (Peru)
- Fronteira internacional



imagem Página anterior: grupo mashco piro próximo à aldeia Monte Salvado, Peru.

POVOS INDÍGENAS EM ISOLAMENTO VOLUNTÁRIO NA FRONTEIRA BRASIL-PERU: DINÂMICAS TERRITORIAIS E AMEAÇAS

Projetos para abertura de estradas e ramais, exploração madeireira, invasões para caça e pesca ilegal, narcotráfico e entrada não autorizada de não indígenas são algumas das ameaças aos povos indígenas que vivem na região transfronteiriça entre Acre, Ucayali e Madre de Dios, onde a presença de grupos isolados é significativa.

JOSÉ FRANKNEILE DE MELO SILVA
Geoprocessamento/CPI-Acre
MARIA LUIZA PENEDO OCHOA Programa de Políticas Públicas e Articulação Regional/CPI-Acre

Uma parcela significativa do estado do Acre é constituída por áreas protegidas, Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), situadas ao longo da faixa de fronteira entre Brasil e Peru.

Um conjunto de 12 Terras Indígenas e um Parque Nacional, distribuídos nos municípios de Santa Rosa do Puru, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Assis Brasil e Sena Madureira, é ocupado por diferentes povos indígenas contatados e de recente contato, além de grupos em isolamento voluntário que habitam essas áreas permanentemente ou sazonalmente. De acordo com a Frente de Proteção Etnoambiental Envira da Funai, os grupos isolados no Acre estão estimados entre 600 a mil pessoas.

Somados às áreas protegidas na fronteira do Acre, os departamentos peruanos de Ucayali e Madre de Dios compõem um conjunto extenso de áreas destinadas a manter a integridade física e cultural dos povos indígenas em isolamento voluntário. São quatro Reservas Territoriais (Murunahua, Mashco-Piro, Isconahua e Madre de Dios), o Parque Nacional Alto Purús, a Reserva Comunal Purús, a Zona Reservada Sierra del Divisor (Acre, 2006), intercaladas com mais de 30 Comunidades Nativas de vários povos como os Ashaninka, Jaminawa, Amawaka, Huni Kuĩ (Kaxinawá), Madijá e Yine (IBC-SICNA, 2009).

Mesmo separadas pelos limites internacionais, essas áreas formam um complexo *mosaico binacional*, constituído por uma intricada trama de territórios indígenas e comunidades tradicionais e caracterizado por dinâmicas e relações diversas entre seus habitantes, que são responsáveis pela proteção e manutenção de uma das regiões mais sociobiodiversas do mundo. É nesta região binacional que frentes econômicas e interesses externos vêm promovendo impactos socioambientais consideráveis em nome de um "crescimento econômico e regional". Pactuados em acordos bilaterais, inúmeros empreendimentos dos governos do Brasil e Peru ameaçam os povos indígenas e seus territórios ao longo da fronteira, especialmente aqueles que vivem em isolamento voluntário.

Os isolados e as pressões territoriais na fronteira Acre, Ucayali e Madre de Dios

As principais ameaças nessa região transfronteiriça são os projetos para abertura de estradas e ramais, a exploração madeireira, as invasões para caça e pesca ilegal, o narcotráfico e a entrada não autorizada de não indígenas nos territórios indígenas. Além disso, existe a pressão de dezenas de "Bosques de Produção



Permanente”[1] e de lotes destinados à prospecção e exploração de petróleo e gás que foram concedidos pelo governo peruano a grandes empresas petrolíferas locais e multinacionais.

De acordo com Aquino (2012), em decorrência dessas pressões, sobretudo, a partir de 2006, os povos isolados que vivem no território peruano foram forçados a se deslocar para as áreas protegidas no Acre, intensificando sua presença em rios como o Envira, onde se localizam as TIs Alto Tarauacá, Kampa e Isolados do Rio Envira e Riozinho do Alto Envira – estas duas últimas habitadas pelos Ashaninka e Madijá. Isso também acontece nas cabeceiras dos rios Jordão e Humaitá, onde estão situadas as TIs Kaxinawá do Rio Jordão e Kaxinawá do Rio Humaitá, respectivamente, ambas do povo Huni Kuĩ.

Na primeira década do século XXI, os casos de avistamentos, vestígios e saques praticados por povos isolados têm aumentado nas aldeias destas TIs. O mesmo tem sido percebido pelos moradores não indígenas do entorno. Além disso, ocorreram confrontos entre os diferentes grupos isolados. Esses fatores não só causaram reordenamentos territoriais, isto é, redefinição de suas áreas de uso e deslocamentos, mas também culminou no próprio contato, como o que foi registrado em junho de 2014 pela Frente de Proteção Etnoambiental Envira (FPEE), na aldeia Simpatia, na TI Kampa e Isolados do Rio Envira.

De acordo com a FPEE, os indígenas contatados, conhecidos como “povo do igarapé Xinane”, migraram do Peru para a TI Kampa e Isolados do Rio Envira para fugir de madeireiros ilegais que estariam invadindo seus territórios, além da ameaça advinda da presença de narcotraficantes em busca de rotas em direção ao Brasil. Com auxílio de intérpretes jaminawa, essa hipótese foi confirmada pelos relatos do grupo recém-contatado, que disse ter sofrido violência nas cabeceiras do rio Envira.

O cenário de ameaças e pressões na região cresce gradualmente, com destaque aos projetos de infraestrutura viária propostos pelo governo peruano. A projeção de uma via interligando os municípios de Puerto Esperanza e Iñapari, desencadeada pela Estrada do Pacífico (conexão da Interoceânica Sul no lado brasileiro), foi proposta por um congressista do grupo parlamentar *Fuerza Popular* e um padre da igreja católica. O impacto dessa estrada teria amplitude significativa em ambos os lados da fronteira, pois atravessaria os territórios compartilhados ou reservados para os grupos de indígenas isolados. A proposta foi apresentada em 2016 ao Congresso da República do Peru[2] e a justificativa para sua construção baseou-se na “necessidade pública” e no “interesse nacional”. No entanto, foi arquivada pelo Congresso após dura oposição por parte de diversas instituições da sociedade civil e do Estado peruano, pois afetaria diretamente as áreas protegidas (CPI-Acre, 2016).

De acordo com Appling e Salisbury (2012), a estrada com cerca de 273 km atravessaria 36 km de Comunidades Nativas, 14 km da Reserva Comunal Alto Purús, 105 km do Parque Nacional Alto Purús, 24 km da Reserva Territorial Madre de Dios e 57 km de Concessões Florestais, além de 16 km de outras unidades territoriais. Cerca de 100 cursos d’água, entre rios e igarapés, seriam cortados pelo seu trajeto, ultrapassando os limites internacionais e afetando áreas próximas às TIs Cabeceira do Rio Acre e Mamoadate, da Estação Ecológica Rio Acre, e ao Parque Estadual Chandless, no Acre. A via não só beneficiará o escoamento ilegal da madeira como também afetará grupos isolados, conhecidos como Mashco-Piro, que se deslocam em ambos os lados da fronteira internacional e ocupam as florestas nas cabeceiras dos rios Madre de Dios, Tahuamanu, Los Amigos e Las Piedras, além dos rios binacionais Iaco, Chandless, Envira e Juruá (Aquino, 2012).

As lideranças dos povos Manchineri e Jaminawa, da TI Mamoadate, banhada pelo rio Iaco, vêm realizando o monitoramento das pressões e dos deslocamentos desses grupos isolados. Entre 2015 e 2016, ao longo de oficinas realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), as lideranças desta TI elaboraram um Plano de Monitoramento e Vigilância, com ações focadas no acompanhamento dos avanços de ramais madeireiros na fronteira e no entorno de sua terra, bem como estratégias de gestão integrada, buscando envolver seus vizinhos não indígenas, especialmente, os moradores da Resex Chico Mendes, para sensibilizá-los sobre os problemas comuns que enfrentam na região. Muitas informações foram coletadas durante essas oficinas e atividades de monitoramento e, periodicamente, as lideranças manchineri organizam excursões a lo-

1 De acordo com o *Sistema Nacional de Información Ambiental* (Sinia), do Ministério do Meio Ambiente do governo peruano, os *Bosques de Producción Permanente* são áreas com florestas primárias disponíveis para a exploração madeireira por empresas ou particulares, mediante resolução ministerial do *Ministerio de Agricultura*. Disponível: http://bit.ly/2XOBGHr.

2 Proposta foi apresentada pelo parlamentar Carlos Turbino, por meio do projeto de lei nº 75/2016-CR, que pode ser consultado na página do governo peruano. http://bit.ly/2LIWxFq.

imagem Roçado e casas dos isolados na TI Kampa e Isolados do Envira, Acre.

cais onde os Mashco-Piro costumam passar e, lá, verificam se houve ou não invasões na TI.

Os Manchineri e Jaminawa, há tempos, observam os impactos sobre os deslocamentos dos grupos mashco-Piro que cruzam a TI durante o verão em direção às cabeceiras do rio Chandless, nos limites do Parque Estadual Chandless com o Parque Nacional Alto Purús, no Peru. Os vestígios deixados por este grupo vêm se intensificando nos últimos anos e seus acampamentos (tapiris) indicam um número significativo de isolados se deslocando para o Chandless. Nos meses de agosto e setembro de 2017, por exemplo, os Manchineri, em uma expedição, identificaram rastros e sinais de acampamentos dos isolados. Em janeiro de 2018, dois Manchineri também encontraram trilhas e galhos quebrados em um local em que consideram ser área de caça utilizada pelos Mashco-Piro (Manchineri, 2018).

Em 2016, na TI Mamoadate, os Manchineri e Jaminawa firmaram uma aliança com as organizações indígenas peruanas convidadas: a *Organización Regional Aidesp*[3] *Ucayali* (Orau), a *Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes* (Fenamad) e a *Plataforma de organizaciones indígenas para la proteción de los Pueblos Indígenas en Aislamiento Voluntario y en Contacto Inicial*. O objetivo dessa aliança é fortalecer a defesa dos povos indígenas isolados e seus territórios na fronteira.

Outra situação comprometida pela abertura de uma estrada é a TI Kaxinawá do Rio Humaitá, que faz limite ao sul com as TIs Alto Tarauacá, Kampa e Isolados do Rio Envira e Kulina do Rio Envira. O rio Humaitá, afluente do rio Muru, banha toda a TI e suas cabeceiras se encontram na região de limites com a TI Kampa e Isolados do Rio Envira, onde habita um grupo isolado conhecido localmente como os "*brabos* do Humaitá".

A referida estrada, com uma extensão de 42 km, foi concluída pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Hidrovias e Infraestrutura do Acre (Deracre), em 2011. Era um antigo varadouro entre o município do Jordão e a antiga sede do seringal Novo Porto, localizado no rio Muru, relativamente próximo aos limites da TI Kaxinawá do Rio Humaitá. A estrada foi aberta pela prefeitura municipal e o governo estadual sem os devidos estudos de impacto ambiental (EIA-Rima) e sem consulta às comunidades locais. Tal construção trouxe impactos, diretos e indiretos, às TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá do Seringal Independência, Alto Tarauacá e seus limites – áreas onde a presença de povos isolados é significativa.

Os Huni Kuĩ da TI Kaxinawá do Rio Humaitá conhecem os isolados há anos e vêm construindo iniciativas próprias para evitar o contato e possíveis conflitos, não só dentro da TI, mas também com os não indígenas do entorno. Desde 2009, por meio de oficinas de sensibilização e informação sobre isolados, realizadas pela CPI-Acre em parceria com as organizações indígenas[4] e a FPEE, as lideranças huni kuĩ definiram ações estratégicas para a proteção dos grupos isolados na região.

Entre as principais medidas adotadas, algumas delas já postas em prática, estão: 1) "Casa de Monitoramento", construída com objetivo de diminuir a presença dos isolados nas aldeias, localizada próxima às cabeceiras do rio Humaitá, onde há roçados implantados e alguns utensílios deixados pelas equipes que a visitam periodicamente; 2) Devida capacitação e apoio para que os Huni Kuĩ realizem o monitoramento; 3) Realização de oficinas de sensibilização junto aos moradores do entorno do rio Muru e Iboiaçu; 4) Um terço da extensão da TI (cerca de 40.000 hectares) destinada para uso exclusivo dos povos indígenas isolados que habitam a região das cabeceiras do rio Humaitá.

Em 2014, a problemática da estrada Jordão-Novo Porto foi tratada pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais), em Brasília. Nesta ocasião, as lideranças indígenas das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá e Kaxinawá do Rio Jordão estiveram presentes. Em Rio Branco, no Acre, o MPF convocou os órgãos dos governos estadual e federal[5], juntamente com a sociedade civil, para discutirem os impactos e apontar as deficiências nas ações de fiscalização e restrição de uso das áreas para os isolados. O alinhamento e as trocas resultantes dessas reuniões subsidiariam os trabalhos para elaboração do EIA-Rima, no entanto este processo encontra-se paralisado.

Ao longo da fronteira do Acre com os departamentos peruanos de Madre de Dios e Ucayali, as ameaças às áreas protegidas são de várias escalas (sociais, políticas e econômicas) e podem se agravar ainda mais com a atual conjuntura política brasileira, marcada por retrocessos nas políticas socioambientais e indigenistas construídas há mais de 20 anos. Nesse sentido, reforça-se ainda mais a necessidade das lideranças indígenas e suas comunidades trabalharem em defesa de seus territórios e dos povos indígenas em isolamento voluntário. São visíveis e desafiadoras as iniciativas de caráter socioambiental desses povos quando se observa suas preocupações e cuidados com a conservação ambiental e integridade territorial. Soma-se a isso suas articulações junto aos parceiros indígenas peruanos e suas organizações para fortalecerem as políticas de proteção dos povos isolados junto aos órgãos responsáveis e à sociedade civil no Brasil e no Peru.

3 A *Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana* é uma organização que compreende 109 organizações regionais descentralizadas, localizadas no norte, centro e sul da Amazônia peruana. Trabalha pela defesa e direitos de 64 povos indígenas Peru.

4 Associação do Povo Kaxinawá do Rio Humaitá (ASPIRH), a Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá (ACIH) e a Organização dos Povos Indígenas do Rio Tarauacá (OPITAR).

5 Órgãos federais: Funai, Ibama, ICMBio, Serviço de Patrimônio da União. Órgãos estaduais: Deracre, Instituto de Terras do Acre (Iteracre), Sema-Ac, Assessoria Especial para Assuntos Indígenas (AEAI). Órgão Municipal: Prefeitura Municipal do Jordão. Organização da Sociedade Civil: CPI-Acre.

"TEMOS QUE PROTEGÊ-LOS PARA ELES VIVEREM A VIDA DELES EM PAZ!

MANOEL JOCEMIR DE PAULA SABÓIA
liderança hunikui e coordenador da base de vigilância da frente de proteção dos isolados da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá.

Nós trabalhamos na conexão com isolados e estamos preocupados com a questão do ambiente e do aquecimento global deste planeta. Quero compartilhar meus conhecimentos diretamente daqui da floresta.

A nossa Terra Indígena tem 127 mil hectares, onde vivem 700 pessoas hunikui. Compartilhamos a nossa terra com isolados, os nawakui ["outro povo"].

Nawakui, nome batizado pelos povos indígenas no tempo dos meus avôs, minhas avós, bisavós. É uma coisa natural... Eles sempre moraram aqui, junto com a gente, compartilhando a terra.

O povo Hunikui já viveu quatro tempos diferentes: o tempo da correria, o tempo do cativeiro, o tempo da maloca e o tempo do nosso governo. Hoje, a nossa preocupação é trabalhar pela proteção da floresta, das nossas famílias e dos outros povos isolados. Já fiz sobrevoo junto com Funai e localizei o lugar onde os isolados moram. Agora é hora de trabalhar pela proteção deles e de nós também. As ameaças recentes para nós e para os brabos são a questão da invasão dos caçadores ilegais perto da nossa terra e a estrada do Jordão-Novo Porto, construída em área bem próxima dos limites da TI; estamos sendo afetados direta e indiretamente. Também estamos sendo ameaçados pelo interesse de exploração de gás e petróleo em áreas próximas, no Peru.

Temos muita preocupação com o que está acontecendo hoje no país. Queria falar isso para os parlamentares, o Legislativo, que reconheçam nossos direitos. Está dentro da lei. A floresta sem o índio não é nada! A vida social do Brasil tem que estar conectada com a vida cultural dos povos indígenas. Qual seria o encaminhamento para cuidar da nossa terra? Perguntei aos meus alunos: Qual seria o nosso sonho? É deixar a floresta em pé! Viver com a floresta. Será o que Legislativo está preocupado com isso? Será que o Executivo está preocupado com isso? Será que os brancos estão preocupados com isso?

O mundo de hoje é muito diferente. No mundo ocidental, sofremos com os impactos e as ameaças das estradas, dos invasores, dos caçadores ilegais, dos garimpeiros... é diferente da vida dos isolados. Então, deixa o índio no canto dele! Deixa o índio em paz! Antigamente, índio não tinha doença, não tinha esses outros conhecimentos políticos. Os Nawakui vivem dessa forma, estão lá na fronteira, estão lá na maloca. E nós, Hunikui, estamos vivendo diferente deles. Nós estamos no tempo do nosso governo, no tempo da sabedoria, no tempo da tecnologia.

Decidimos reservar um pedaço da nossa terra somente para os isolados, para eles viverem tranquilos. Foi uma decisão do povo Hunikui para solucionar o problema dos saques que os isolados faziam nas casas das famílias hunikui e dos ribeirinhos que moram no entorno da TI. Nós não falamos com os isolados diretamente, mas nos comunicamos com eles através dos sinais, da espiritualidade. É sobre isso que quero falar, sobre o que é importante para nós, povo indígena Kaxinawa, denominado, Hunikui, povo verdadeiro. Sou protagonista desse trabalho com isolados há muito tempo. Junto com todo o povo, minhas famílias, minhas aldeias, fizemos o projeto para construir uma base de proteção e vigilância no igarapé Taraya.

Ali na divisão do nosso território com a área dos isolados, entre os rios Muru e Iboiaçu, construímos a Casa de Brinde e Vigilância, com apoio da Funai e da CPI-AC, para proteger e monitorar os isolados e fiscalizar a entrada dos invasores e das ameaças que acontecem aqui no Acre. A nossa preocupação era minimizar os saques dos isolados e, por isso, começamos a deixar na base enxadas, terçados, machados, panela e banana para eles. Também fizemos lá um roçado para eles não chegarem perto das nossas aldeias. Sabendo que as coisas que eles buscam estão ali, eles vão até lá e depois voltam para a aldeia deles. E nós também, vamos somente até ali fazer nosso trabalho e depois voltamos para nossa aldeia. A existência dessa casa permite que a gente faça o monitoramento dos isolados e também a fiscalização e vigilância da Terra indígena. Então, a Casa de Brinde e de Vigilância é muito importante para nós.

Essa decisão que tomamos está dando certo, melhorou bastante a relação com os isolados. Agora eles andam em nossas aldeias, mas não mexem mais com ninguém e não levam mais as coisas das famílias hunikui. Diminuiu os saques e o preconceito dos não indígenas que moram no entorno, fizemos um trabalho de sensibilização sobre a presença dos isolados. Cada um, cada um. Cada um no seu lugar. Mas um cuidando do outro, cada um falando com o outro, não pessoalmente, mas espiritualmente conectado.

Nós sonhamos em trabalhar assim com os isolados. Nós, sem mexer com eles e eles sem mexer com a gente. Mas estamos conectados espiritualmente. Nós aqui falamos com os isolados através da espiritualidade, através da comunicação com a natureza, com os pássaros – é de outra forma.

A escola é um dos parceiros deste projeto de proteção dos isolados. É espaço para pensarmos sobre a gestão territorial e ambiental da nossa terra e a questão do aquecimento global. Temos muitos materiais didáticos e os alunos fazem entrevistas e pesquisas sobre a nossa cultura e nossa história, no passado, presente e futuro. Escola é uma fonte para o protagonismo dos povos. Eu não trabalho sozinho, trabalho com uma turma! É a voz das comunidades, é a voz da floresta, é a voz dos povos indígenas. Trabalhamos com filmes e com publicações conjuntas a nossos parceiros.



imagem Manoel Jocemir de Paula Sabóia.

O que eu digo para o planeta? O que eu peço para o planeta? O que vou oferecer para os isolados? Vou ajudar nessa área da proteção, monitoramento, fiscalização junto com órgãos responsáveis, como a Funai. Temos que protegê-los, para eles viverem a vida deles em paz, viverem tranquilos. Viverem na floresta e usarem a floresta com sabedoria.

"SOMOS FIGURAS PRINCIPAIS NESSE PAÍS, PORQUE PROTEGEMOS A FLORESTA

ADELSOM DE PAULA PAULINO
aluno da aldeia São Vicente, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá.

Sou hunikui da Terra Indígena Humaitá, da aldeia São Vicente, e quero falar como estudante indígena sobre os isolados. Quero falar do trabalho aqui no nosso território compartilhado com os Nawakui. Nós, povo indígena, somos seus porta-vozes, porque eles não conseguem se comunicar e informar aos brancos o que eles preferem e o que não gostam. Eles estão sendo impactados pela exploração da floresta e pela destruição do planeta. Nós trabalhamos com vídeos e fotografias e fazemos isso para que a sociedade brasileira nos reconheça, nós, os povos da floresta.

A gente se comunica mentalmente, espiritualmente com os isolados. Também, nos comunicados pelos gestos e através de alguns objetos que deixamos na Casa de Brinde e Vigilância. Eles vão levar esses objetos e vão meditar. Vão saber que deixamos para eles manifestando o bem. Esperamos que eles entendam que não é para saírem da maloca deles e irem a outros lugares onde podem ser incomodados por outras pessoas. Nós os tratamos com muito carinho, com educação. É isso que dá para ver na forma como a gente trabalha lá na Casa de Brinde.

Somos figuras principais nesse país, porque protegemos a floresta. Temos materiais didáticos feitos para as escolas indígenas e para os não indígenas, mas ainda falta chegar até o Executivo e o Legislativo. Nossa voz tem que chegar até eles para que possam conhecer e dar o valor aos povos indígenas e suas futuras gerações. Nós temos direito ao usufruto exclusivo da terra.

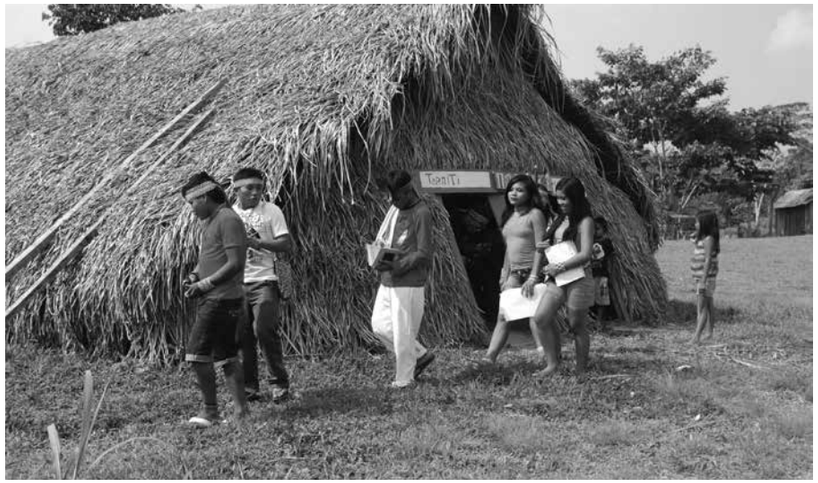


imagem Estudantes na aldeia São Vicente, TI Kaxinawá do Rio Humaitá, Acre.

nota das editoras Depoimentos editados a partir de entrevista com Manoel Jocemir de Paula Sabóia e seu aluno Adelsom de Paula Paulino, moradores da aldeia São Vicente, TI Kaxinawá do Rio Humaitá.

NO LIMITE DA EXISTÊNCIA: O POVO DO XINANE[1]

A violência exercida contra os povos pano habitantes da fronteira entre o Brasil (Acre) e o Peru ao longo de mais de um século fez com que grupos se refugiassem em áreas de difícil acesso. Os massacres e o isolamento forçado produziram transformações, assim como a desestruturação de um sistema sociopolítico que os integrava e que era essencial para sua reprodução social. Nos últimos anos, a intensificação da pressão de madeireiros, narcotraficantes e caçadores em seus territórios e a necessidade de encontrar condições que permitissem sua reprodução física e social levaram o povo do Xinane a buscar o contato.

LAURA PÉREZ GIL Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná

Em junho de 2014, três homens indígenas pertencentes a um grupo que até então vivia em isolamento voluntário se apresentaram numa praia em frente à aldeia Simpatia, na TI Kampa e Isolados do Rio Envira (Acre, Brasil). Os vídeos[2] daquele momento se tornaram virais na internet. Os protagonistas são três jovens, de corpos esguios, fortes e saudáveis, que manifestam grande autoconfiança. Em uma das cenas, uma liderança ashaninka, em um gesto de cordialidade, atravessa o rio para entregar-lhes algumas bananas enquanto repetia continuamente *xara*[3] ("bom", "bonito"). Em outra, os jovens, já na aldeia, vasculham nas casas e pegam alguns objetos, como roupa, espingardas e terçados, enquanto os funcionários da Funai tratam de evitar sua aproximação, repetindo a palavra *katawe* ("vai embora"). Numa terceira cena, os jovens, do outro lado do aramado que rodeia a aldeia Simpatia, assopram entre as mãos e cantam. Os momentos que aparecem nos vídeos são apenas uma pequena parte de uma sequência de eventos que têm início muito antes e que se prolongariam posteriormente.

Entre outros, esses vídeos evidenciam dois aspectos significativos. O primeiro é que o contato aconteceu por iniciativa dos jovens do povo do Xinane. Contrariamente aos furtos às escondidas de outras ocasiões, aqui, eles se mostram em plena luz do dia. Além disso, no dia anterior, tinham aparecido rio acima, na frente da Base Xinane, na época, desativada. Os funcionários da FPE Envira, cuja presença tinha sido solicitada pelos Ashaninka ante a abundância de indícios da presença dos isolados, chegaram na base e, ao avistar os "isolados", decidiram voltar à aldeia Simpatia para

1 Os dados e reflexões aqui apresentados foram produzidos no marco de um trabalho de consultoria desenvolvido no âmbito do projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia, realizado pelo CTI em cooperação técnica com a Funai. Muitas das informações aqui apresentadas foram fornecidas pela equipe da FPEE, a quem agradeço a generosidade e a acolhida durante o mês da minha estadia na Base Xinane e o tempo passado em Feijó, Rio Branco e Brasília.

2 Foram vídeos gravados de forma improvisada com celulares. Dois deles estão disponíveis em: http://bit.ly/2LBBC7o e http://bit.ly/2Xstk3W.

3 Sigo a grafia proposta pela linguista Livia de Camargo Silva Tavares de Souza, que realiza um trabalho sobre a língua do povo do Xinane em colaboração com a FPEE.

evitar o contato. Porém, os "isolados" os seguiram e reapareceram no dia seguinte na aldeia Simpatia. Uma vez feito o contato com a Funai, os jovens voltaram ao mato para chamar o resto das famílias, que foi chegando ao longo dos meses seguintes na base.

O segundo ponto é o papel importante desempenhado pelos Ashaninka em todo o processo. Como me explicou uma mulher recém-contatada, saíram do mato porque os Ashaninka os procuraram e ofereceram comida, dizendo *xara*, *xara*. Com o objetivo de acabar com a insegurança gerada pela presença de isolados no território onde vivem, procuravam promover o contato. É importante destacar que o que chamamos de "contato" não é exclusivamente um processo em que se estabelecem relações entre os "isolados" e não indígenas, mas um processo em que diversos participantes indígenas têm um rol destacado, principalmente os Ashaninka, Jaminawa e Shanenawa, no contexto da fronteira Brasil-Peru.

Para entender as motivações que levaram os jovens do povo do Xinane a se aproximar naquele dia, devemos considerar as circunstâncias dessa região e, igualmente, as condições criadas por sua invasão por parte de brasileiros e peruanos ao longo de mais de um século. Relatos do povo do Xinane e indícios coletados pela equipe da FPEE atestam que a pressão no lado peruano da fronteira vinha se intensificando devido à presença letal de madeireiros, narcotraficantes e caçadores. A violência que estes exerciam tem seu reflexo eloquente nas cicatrizes que vários membros do grupo trazem em seus corpos, produzidas por disparos de não indígenas durante encontros fortuitos no mato ou como represália por roubos. Contudo, esta é mais uma conjuntura no marco da invasão dos territórios indígenas pelas diversas ondas de expansão e exploração desde o início do *boom* do caucho.



A presença de grupos indígenas em isolamento voluntário na região tem sido registrada pela Funai desde o início da década de 1980, quando houve alguns embates entre isolados e os Ashaninka. Devido a essa constatação, foi criada, por iniciativa de José Carlos dos Reis Meirelles, a Frente de Atração Rio Envira – hoje, Frente de Proteção Etnoambiental Envira. O objetivo da Frente não era contatar os índios isolados, e, sim, protegê-los, monitorá-los e evitar enfrentamentos com outros povos indígenas. Além do povo do Xinane, a FPEE registrou indícios de outros povos em isolamento voluntário de língua pano, arawak e arawá. A presença no rio Envira do povo do Xinane se torna evidente a partir de 2006, mas a atual equipe da FPEE considera, em função dos relatos coletados entre os indígenas e da reanálise de dados próprios, que o grupo já circulava pela região muito antes – o que é condizente com as informações históricas e etnográficas existentes.

O povo do Xinane faz parte de um conjunto de povos classificados como "yaminawa" (Erikson, 1992) ou "Pano do Purus" (Townsley, 1994) que, no final do século XIX e começo do XX, habitavam a região contígua de cabeceiras dos rios Juruá, Tarauacá, Envira e Purus, e formavam um sistema sociopolítico integrado. Estudos sobre os grupos yaminawa, sharanawa, nawa, mastanawa e etc. registram que o *boom* do caucho desencadeou um grande deslocamento, dando lugar à atual configuração dispersa e fragmentada. Por outro lado, à medida que os territórios foram sendo ocupados para a exploração da seringa e do caucho, os povos que ali moravam foram sendo ora incorporados como mão de obra escrava, ora massacrados. Aqueles que trataram de evitar esses contatos, se refugiaram em áreas de difícil acesso, como o território ocupado pelo povo do Xinane até pouco tempo. A população indígena foi dizimada, em parte, pelas chamadas correrias, que visavam escravizar e fazer represálias, e em parte, pela incidência de doenças.



A queda demográfica e a pressão violenta sobre os territórios indígenas e seus habitantes desde finais do século XIX tiveram um grande impacto nas dinâmicas sociopolíticas dos povos dessa região (Aquino; Piedrafita Iglesias, 1996; Calavia, 1995; Townsley, 1994). Se, de um lado, povos extremamente fragmentados e dizimados precisavam criar alianças entre si, de outro, as tensões provocadas pelas epidemias, muitas atribuídas à feitiçaria, geraram, também, conflitos que incidiram na fragmentação dos grupos.

No que se refere à sua relação com os brancos, esse conjunto de povos pano manteve uma atitude ambivalente. Em ocasiões, rejeitaram totalmente a relação com os não indígenas e foram, por muito tempo, conhecidos como "selvagens" (Calavia, 1995; Townsley, 1994). Por outro lado, demonstravam uma grande fascinação pelos objetos dos brancos, em especial, pelas ferramentas de metal. Essa ambiguidade se reflete nas dinâmicas de processos de contato. O fato de estabelecerem relações num dado momento não quer dizer que seja uma situação definitiva. Há várias notícias de grupos que decidiram voltar a viver na floresta, não raro após algum conflito, e a se manter

imagem Ao lado: Fernando Kampa em contato com os isolados do Xinane, TI Kampa e Isolados do Rio Envira, Acre; acima: habitações dos isolados do rio Xinane, TI Kampa e Isolados do Rio Envira.

isolados depois de ter morado algum tempo entre os não indígenas.

Este parece ter sido o caso do povo do Xinane, conforme relatos colhidos pelos servidores da Funai: os mais velhos contam que, antigamente, trabalharam num seringal onde hoje está a aldeia Simpatia. Após um tempo de convivência, os "patrões" não indígenas mataram alguns deles e, por isso, decidiram voltar para a mata. Algumas palavras não pano usadas pelo povo do Xinane, nos primeiros momentos do contato de 2014, remetem a esse contexto: "maria" para se referir às mulheres; "cupixawa" para se referir às casas; "pataro" para se referir aos chefes.

Há registros de casos em que uma parte das famílias entrava em contato direto com não indígenas, enquanto a outra se mantinha na floresta, afastada. As famílias que decidiram sair do "isolamento" continuavam mantendo contato com seus parentes "arredios". Esta prática, ainda atual, é relatada por Rolando Betancourt (2018), em relação à família de recente contato, provavelmente, cindida anos atrás do conjunto de famílias do povo do Xinane. Essa família contatada vai, ocasionalmente, à floresta para visitar os parentes "isolados".

Esta segmentação entre "mansos" e "bravos"/"arredios" é interpretada por Calavia (1995, p.186) como

> *Uma estratégia mais ou menos consciente face aos brancos, que visa filtrar seu poder, admitindo bens manufaturados e evitando epidemias e controle*

Nesse sentido, nem o contato, nem o isolamento parecem ter sido situações absolutas e irreversíveis. O fascínio pelos objetos se contrapõe ao medo da violência global dos não indígenas e dos agentes patogênicos, e, em conjunto, parecem ser as razões desse vai-e-vem. É interessante que o povo do Xinane, uma vez estabelecido o contato pacífico[4] com a equipe da FPEE, se "apropriou" dela, mostrando sua inconformidade quando os servidores desempenham atividades junto a outros povos. Os membros da equipe são chamados, em que lhes pese, de pataro, uma alteração de "patrão", termo que, a meu ver, marca o papel atribuído a eles como fornecedores de bens, mais do que a conotação de exploração laboral que o termo carrega.

Como consequência do *boom* da borracha, a região das cabeceiras dos rios Juruá, Tarauacá, Envira e Purus acabou se constituindo como área de refúgio daqueles grupos que conseguiram se manter à margem, ou que, depois de algum tempo de contato, fugiram novamente para a floresta. Entretanto, entre 1935 e 1965, aos poucos, vários deles foram estabelecendo contato com as sociedades nacionais: os Jaminawa do Iaco nos anos de 1950 (Calavia, 1995) e, uma década depois, os Yaminawa do Juruá e do Mapuya (Pérez Gil, 2011); os Sharanawa no Purus tiveram contato com não indígenas desde a década de 1930 e, ao longo das duas décadas posteriores, outros pano do Purus foram estabilizando suas relações com os não indígenas (Déléage, 2006; Schultz; Chiara, 1955).

Recentemente, dois grupos pano que estavam em isolamento entraram em contato por meio de processos muito similares no Peru: após um enfrentamento com madeireiros, decidiram chamar as suas famílias e entrar em contato com os *nawa* ("brancos", "estrangeiros", "inimigos"). Um desses grupos é o conhecido como Yora ou Nawa, que, no momento do contato em 1984, localizava-se nos rios Mishagua e Manu (Feather, 2010). O outro, contatado no alto rio Mapuya em 1995, é conhecido como Txitonawa (Carid Naveira, 2007; Pérez Gil, 2006). Cabe mencionar que, a partir dos dados levantados durante o trabalho de consultoria (Pérez Gil, 2018), é plausível considerar que as famílias conhecidas como txitonawa no Peru e as que compõem o povo do Xinane estejam aparentadas.

As circunstâncias históricas relatadas são importantes para entendermos o contexto do povo do Xinane e as razões que os levaram a realizar o contato, porque o isolamento em que estavam até 2014 não era apenas em relação aos não indígenas. A pressão dos movimentos de ocupação não indígena no território provocou transformações, como a fragmentação social, o aumento dos deslocamentos e a intensificação de um modo de vida interfluvial. Além disso, com os massacres e contatos interétnicos na região, essas invasões provocaram um vazio demográfico e sociológico, impactando no sistema sociopolítico mais amplo que integrava todos os povos pano da região e que operava através de processos contínuos de fissão e fusão. Em parte, pela grande dispersão, em parte, pelas circunstâncias criadas a partir do contato, esse sistema foi sendo desestruturado e esvaziado.

Uma das consequências mais dramáticas desse vazio sociológico se reflete no parentesco e implica uma ameaça direta para a sobrevivência física do povo do Xinane. Em 2014, o grupo do Xinane contatado estava constituído por 34 pessoas. Atualmente, todos os casamentos existentes são entre pessoas que pertencem a categorias de parentesco que, segundo as regras de casamento tradicional, não poderiam casar entre si. Essa falta de parentes em categorias adequadas para o casamento é, em grande medida, consequência das mortes e do aniquilamento do antigo sistema intergrupal.

A situação é especialmente crítica para os homens jovens, três dos quais, não surpreendentemente, foram protagonistas das cenas do contato referidas anteriormente. Eles insistem que não têm com quem casar dentro do grupo e manifestaram, desde o início, um desejo de encontrar esposas entre os diferentes povos que, a partir do contato, passaram a conhecer

O "contato" implica riscos, já que passam a estabelecer relações com um (ou mais) inimigo(s) por muito tempo temido(s) e evitado(s), mas é a abertura ao exterior que torna a existência desses povos possível. É esse novo universo, cheio de pessoas, coisas, línguas e possibilidades de existência que especialmente os homens mais jovens se lançam a explorar e apre(e)nder. Os deslocamentos para o município de Feijó, realizados de forma inesperada e resoluta, derivam das mesmas motivações que os levaram a realizar o contato, isto é, a abertura para um mundo que oferece as condições para a sua reprodução social, e que, na perspectiva deles, implica uma melhora em relação às experiências vividas na mata: mercadorias que maximizam a produção alimentar (espingardas, cartuchos, motores, gasolina, machados, terçados e etc.); mercadorias que movimentam e estimulam as relações afetivas internas por ser objeto de um desejo intenso (roupas, óculos, sandálias, maquiagem); e novas oportunidades de aliança matrimonial para um grupo que levou as suas possibilidades até o limite.

4 A relação com a equipe da FPEE não é isenta de tensões, porque ambas as partes não têm a mesma ideia de qual o papel que ela deve ter, mas seu caráter pacífico é evidente para os recém contatados. Além disso, o sucesso dos procedimentos para o atendimento da saúde, que evitaram as consequências letais de doenças para as quais seu sistema imunológico não está preparado, contribuiu para a apreciação positiva que os membros do povo do Xinane parecem ter da sua nova vida nas proximidades da base.

O "POVO DESCONFIADO" NA TERRA INDÍGENA MAMOADATE[1]

LUCAS ARTUR BRASIL MANCHINERI

Yine Hosha Hajene, "povo desconfiado"

A TI Mamoadate tem uma extensão de 313.646 hectares e está localizada no município de Assis Brasil e Sena Madureira. Os povos Manxineru (Yine) e Jaminawa que vivem na TI também dividem a área com os isolados. Nós os chamamos de Yine Hosha Hajene ou "povo desconfiado". Por que eles são desconfiados? Porque decidiram não acreditar nas pessoas estranhas.

Há muito tempo os povos indígenas sofrem com os nomes errados dados pelos brancos – desde o começo dos contatos com os colonizadores da América. O padre, o missionário e o antropólogo colocaram o nome que pensavam ser correto... No Brasil, colocaram o nome do nosso povo de Manchineri e, no Peru, Piro. Isso não tem nada ver com a nossa autodenominação. Nosso nome verdadeiro é Yine, tanto no Peru quanto no Brasil, pois somos um mesmo povo. O mesmo está acontecendo com os Yine Hosha Hajene ("povo que vive na mata"). Esses isolados são conhecidos como Mashco-Piro, nome colocado por antropólogos. Para nós, Mashco-Piro quer dizer "mulher nua", por isso, nós, Manxineru/Yine que falamos a mesma língua deles, os respeitamos e não os chamamos assim.

Os Yine Hosha Hajene ocupam e aproveitam uma parte da TI Mamoadate e também locais próximos a seus limites, que são compartilhados com os Manxineru/Yine em contato permanente e estabelecidos em aldeias nos dois lados da fronteira Brasil e Peru. A TI Mamoadate fornece diversos produtos da floresta e dos rios que os parentes desconfiados necessitam para viver e manter suas famílias e cultura. Assim, a nossa terra é fonte de subsistência para eles e também para nós Manxineru/Yine. As movimentações dos parentes desconfiados na mata coincidem com os ciclos produtivos dos recursos que a floresta oferece. Na época das chuvas, percorrem caminhos nas partes altas, como as cabeceiras dos rios; no verão, vão até as áreas médias e baixas dos rios e praias. As águas dos rios que existem em nosso território, na fronteira binacional, nascem todas no Peru e se espalham até o Brasil.

O povo Manxineru/Yine tem total respeito pelo território e pelas práticas culturais destes povos desconfiados. Eles circulam pelas cabeceiras do rio Yaco e seus afluentes, ultrapassando o limite da TI Mamoadate, chegando até os territórios yine no Peru. Os Manxineru da aldeia Extrema começaram a perceber a presença deles, pois viram seus tapiris. Os parentes desconfiados também frequentam o rio Chandless e afluentes. O rio Tahuamanu, o rio Las Piedras e o Alto Rio Madre de Dios, no Peru, eram os territórios deles antes do contato com a sociedade ocidental.

Compartilhando a nossa terra com os parentes desconfiados

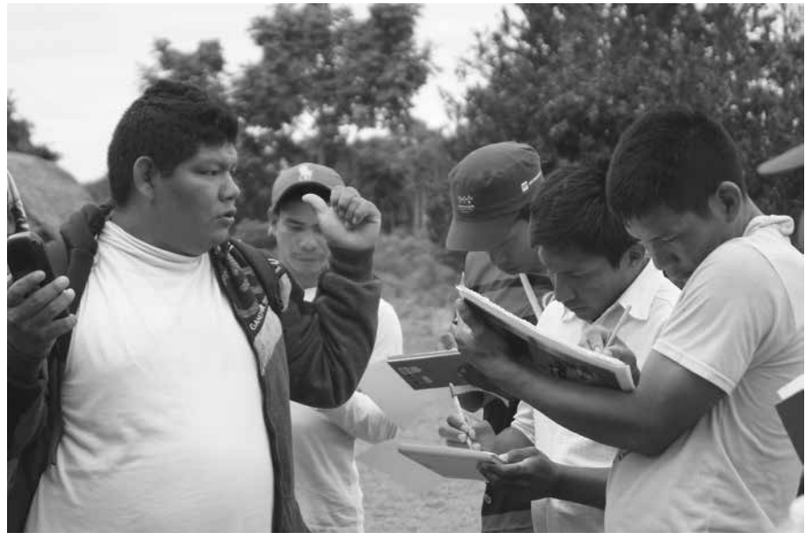
Além das centenas de famílias manxineru que vivem na TI Mamoadate, lá também estão os isolados Yine Hosha Hajena. Temos uma grande preocupação com o aumento populacional na nossa terra. Mesmo assim, quando fizemos o Plano de Gestão da nossa TI, tomamos a decisão de dividir o nosso território com os parentes desconfiados e assim escrevemos no documento:

> *Vamos respeitar o direito dos parentes Yine/Manxineru Hosha Hajene (Mashco Piro) e Tsapanawa de viverem em paz na floresta. No futuro, pode ser que os parentes de recente contato, os Tsapanawa do Xinane, sejam uma fonte de conhecimento para nosso povo Jaminawa, já que falamos a mesma língua. Queremos dar um tempo para a adaptação desses parentes, e reforçar sua proteção junto à Funai, antes de buscar contato com eles. Nós, Manxineru, sempre cuidamos da integridade dos parentes Yine/Manxineru Hosha Hajene, porque eles possuem conhecimentos que podemos aprender. Eles preservam muito bem os conhecimentos medicinais, espirituais e alimentares necessários para viver bem na floresta. Vamos nos organizar para exigir mais apoio da Coordenação Geral de Índios Isolados em nosso trabalho de proteção dos parentes Yine/Manxineru Hosha Hajene e Tsapanawa das mãos dos narcotraficantes, petroleiros, mineradores e principalmente madeireiros. Decidimos compartilhar uma área da nossa terra, que fica acima do igarapé Abismo, com os parentes Yine/Manxineru Hosha Hajene.*

Nós, Manxineru/Yine da TI Mamoadate, estamos lutando pelo direito dos parentes desconfiados, para que possam ter uma vida digna. Atualmente, temos a nossa terra demarcada, o que é uma segurança, mas não podemos viver nela apenas por meio do nosso conhecimento tradicional, pois estamos cercados pelos limites criados pelos brancos que, antes, não existiam.

Atual correria e ameaça aos povos desconfiados

Por que eles estão chegando perto de nossas aldeias? Porque seu território está ameaçado por madeireiros, narcotraficantes, petroleiros e projeto de estrada que liga o município de Iñapari a Puerto Esperanza, no lado peruano, e também afeta o povo Manxineru/Yine.



1 Edição resumida de um texto de Lucas que também foi editado e incorporado ao artigo "*Yine Manxinerune Hosha Hajene* e a territorialidade criada na Terra Indígena Mamoadate, Brasil – o poder das memórias", de Lucas Artur Brasil Manchineri, Pirjo Kristiina Virtanen e Maria Luiza Ochoa, que será publicado em *Tipití - Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America.*

imagem Manchineri e Jaminawa em encontro com indígenas do Peru, aldeia Betel, TI Mamoadate, Acre.

Estamos cercados pelo perigo. A exploração de madeira no Peru está muito perto das aldeias dos isolados. Com o território ocupado por esses invasores, as caças, que são alimento preferencial do "povo desconfiado", estão se deslocando para outras matas. Além da falta de caça, a presença e perseguição dos invasores provoca a correria e migração para lugares onde se sentem seguros e protegidos. Para facilitar a correria e escapar do invasor, esses povos isolados se dividem em vários grupos.

Hoje, existem vários riscos para a sobrevivência dos povos desconfiados que habitam o limite da nossa TI Mamoadate que faz fronteira com o Peru. Esses invasores interferem na integridade física deles, pois são muito frágeis às doenças dos brancos, como a gripe e diarreia. Qualquer contato com pessoas infectadas pode levá-los à extinção. Além dos projetos de exploração econômica em nossos territórios, os isolados estão ameaçados pela presença de projetos de missionários, grupos de reportagem jornalística e de pesquisadores.

Luta pelos direitos dos parentes desconfiados e o protagonismo dos Maxineru/Yine

Nós buscamos parcerias com organizações da sociedade civil, organizações do estado do Acre, do movimento indígena e das organizações internacionais em defesa dos direitos dos povos isolados para garantir os direitos deles. Nós defendemos o direito dos parentes desconfiados.

Lazaro Artur Brasil Manchineri disse uma vez: "Já que nós Manxineru estamos protegendo os nossos parentes há muito tempo, por que o governo não apoia o nosso trabalho?"

Já realizamos oficinas apoiadas pela CPI-Acre na TI Mamoadate para conscientizar a todos sobre a importância de respeitar os territórios dos Yine Hosha Hajene. Também foram organizados intercâmbios entre os Yine que vivem no Peru e nós do Brasil. Sempre tentamos reunir as instituições peruanas e brasileiras com as lideranças indígenas de ambos os lados da fronteira para discutir a questão da proteção dos parentes desconfiados. Nesses encontros, a gente elabora documentos oficiais com a nossa reivindicação para as autoridades brasileiras e peruanas. Pedimos a eles que protejam e respeitem os direitos e territórios dos parentes desconfiados.

Fomos conhecer a *Comunidad Nativa Monte Salvado*, localizada no alto Rio Las Piedras, em Madre de Dios, no Peru. Ali, existem agentes de proteção dos povos isolados e eles têm uma base de apoio próxima à aldeia com um bom sistema de comunicação, rádio, telefone e internet. Os Yine de Monte Salvado são os protagonistas da proteção dos parentes desconfiados nessa região. Esses agentes possuem informações sobre os Yine Hosha Hajene e nos contaram algumas coisas sobre o comportamento desses isolados.

Em 2013, teve uma aproximação ao longo de três dias. Eles falavam uma língua muito próxima da nossa, da família Arawak. Desde os primeiros contatos, os isolados vêm se comunicando com os Yine do Peru na própria língua. Só tem um porém: eles só respondem às pessoas que estão acostumados a ver. Então, se veem a pessoa pela primeira vez, não respondem, ficam calados o tempo inteiro e só ficam assobiando ou resmungando.

Nessa vez, pediram banana, cana e mandioca, além de pedaços de pano na cor vermelha para amarrar na cabeça. Os Yine Hosha Hajene disseram estar sob pressão de pessoas que querem retirar a madeira da floresta; fizeram uma tentativa de trocar uma criança por um cachorro da comunidade; contaram que, em sua rota de deslocamento, vão e voltam pelo mesmo caminho – pelas cabeceiras dos rios Las Piedras, Tahuamanu e Acre. Contaram que se dividem em três subgrupos e, em uma determinada época do ano, se encontram. Deixaram, na comunidade de Monte Salvado, três flechas e um paneiro de palha de ouricuri como forma de retribuição.

As pessoas desse subgrupo que fez contato em 2013 são, em sua maioria, altas e magras: os homens possuem cabelo preto e liso na altura dos ombros, alguns possuem barba e bigode, utilizam um cinto grosso feito de cipó e braceletes de cipó amarrados nas juntas dos braços e pernas. Alguns possuem colares com dente de onça, jacaré. Uns estavam pintados com urucum e outro tinha todo seu corpo pintado com jenipapo. As mulheres possuem a mesma cinta que os homens, mas colocam folhas para protegerem as partes íntimas, elas não cobrem os seios. Algumas estavam com uma faixa pintada de urucum na altura dos olhos e carregavam seus filhos com tipoia. Contaram ainda que havia algumas pessoas doentes no grupo. Após a reunião que participamos em Monte Salvado, fomos até um dos acampamentos abandonados dos parentes desconfiados. Eles tinham saído daquele lugar há oito dias. Era composto por 26 tapiris, em formato semi-circular, feitos, em sua maioria, com folhas de jarina e ouricuri. Havia uma fogueira em cada tapiri.

Nossos parentes desconfiados estão sendo ameaçados em seus territórios tradicionais no Peru e no Brasil por concessões de empresas madeireiras e petrolíferas, pela abertura de estradas, sem contar a questão do narcotráfico, que está deixando suas comunidades extremamente vulneráveis. É grande o risco de deixarem de existir em um curto espaço de tempo. Por isso, queremos continuar com os intercâmbios com os Yine no Peru e as oficinas de conscientização dos povos que vivem nos dois lados da fronteira. Precisamos fortalecer o trabalho de proteção dos parentes desconfiados que já vem sendo desenvolvido pelo povo Manxineru/Yine.



imagem Grupo isolado na TI Kampa e Isolados do Envira, Acre.

O POVO ISOLADO MASHCO NO BRASIL E OS DESAFIOS DE UMA PROTEÇÃO INTEGRADA NA FRONTEIRA COM O PERU[1]

Relatos sistemáticos sobre a existência de isolados Mashco no Brasil começam a ser registrados entre 1975 e 1976. Hoje, sabe-se da sua movimentação no interior das Terras Indígenas Mamoadate e Kampa e isolados do rio Envira e das Unidades de Conservação Estação Ecológica Rio Acre e Parque Estadual Chandless. A presença de isolados em UCs coloca novos desafios para as políticas de proteção a esses povos transfronteiriços.

MARIA EMÍLIA COELHO Mestranda do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília

Na Amazônia ocidental, entre os limites de Brasil e Peru, estão os indígenas Mashco ou Mashco-Piro[2], como foram sendo denominados ao longo do processo de colonização desta região de fronteiras, séculos atrás. Hoje, a literatura os considera um povo em "isolamento voluntário", caracterizado por se organizar em diferentes grupos e subgrupos que se deslocam sazonalmente em um extenso território de floresta. No inverno amazônico, ocupam as zonas altas e terras firmes das cabeceiras. No verão seco, descem às margens dos igarapés e os cursos dos rios, deslocando-se entre os limites internacionais (Clark; Michael; Beier, 2005; Huertas, 2015).

Reconhecidos como exímios caçadores, falam um dialeto da família linguística arawak, muito próximo ao idioma do povo Yine, no Peru, como dos seus parentes Manchineri, no Brasil. Sobreviventes das *correrias* praticadas contra índios no auge do caucho e da seringa, na virada dos séculos XIX e XX, refugiaram-se nas áreas de difícil acesso da floresta, onde não havia borracha. Antropólogos acreditam que, no caminho ao "isolamento", aspectos da sua vida social sofreram drásticas transformações, como o abandono da agricultura e a atividade de caça e coleta como estratégia de sobrevivência (Gow, 2011; Huertas, 2002; Shepard, 1996; 2017).

Atualmente, o território mashco está situado no divisor de águas dos grandes rios Juruá, Madre de Dios/Madeira, Purus e Ucayali, em uma região composta por diferentes categorias de Áreas Protegidas, que constituem um importante mosaico para a conservação ambiental e um corredor de territórios indígenas onde habitam diversos povos isolados. Sua maior parte está em solo peruano, abarcando diversos rios e igarapés em uma extensa área[3].

1 Texto elaborado a partir de informações obtidas pela autora em uma consultoria para a produção do "Diagnóstico de caracterização das dinâmicas territoriais da população indígena isolada Mashco na fronteira Brasil-Peru", no âmbito do Projeto "Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia", realizado pelo CTI em cooperação técnica com a Funai.

2 Este texto emprega o nome Mashco, considerando o termo mais utilizado pelos moradores da região do Alto Purus (Michael; Beier, 2003), no Peru, na fronteira com o Brasil, e a forma como essa população indígena é, historicamente, denominada pelo povo Jaminawa no Brasil. No entanto, no Peru, esses grupos são hoje oficialmente denominados Mashco-Piro (categorização provisória).

3 No Peru, o território mashco abarca desde os rios Juruá e Envira, ao norte, até o rio Alto Madre de Dios, ao sul, e desde as cabeceiras dos afluentes à direita do rio Manu, a oeste, até os altos rios Tahuamanu, Las Piedras, Pariamanu, Chandless, Iaco e Acre, ao leste (Huertas, 2015).



imagem Parque Nacional Chandless, Acre.

No Brasil, existem registros da presença dos Mashco nos altos rios Acre, Iaco, Chandless, Envira e Purus, próximo aos limites da fronteira. Diferentes grupos e subgrupos mashco, vindos do Peru, entram em território acreano pelos rios binacionais Iaco (TI Mamoadate), Acre (Estação Ecológica Rio Acre), Chandless (Parque Estadual Chandless) e Envira (TI Kampa e Isolados do Rio Envira). No lado brasileiro, seus deslocamentos costumam acontecer no verão amazônico, quando descem igarapés e rios para a coleta de produtos da floresta (Aquino; Meirelles, 2014).

Movimentação no Brasil

Os primeiros relatos sobre a existência dessas populações isoladas começaram a ser registrados de forma sistemática no Brasil a partir da chegada da Funai no alto rio Iaco e da instalação do Posto Indígena Mamoadate e da aldeia Extrema, entre 1975 e 1976, assentando indígenas Manchineri e Jaminawa. Na época, o sertanista José Carlos dos Reis Meirelles observou que esses isolados eram chamados de *Masko* pelos Jaminawa, seus "inimigos tradicionais" e com uma relação de conflito perpetuada por décadas. Os processos de contato dos Jaminawa e Manchineri com os brancos foram empurrando os Mashco para regiões menos habitadas, para as cabeceiras dos rios Iaco, Envira, Chandless e Purus.

José Correia da Silva Tunumã, grande cacique jaminawa e primeiro intérprete no contato com o "povo do Xinane", em 2014, afirma que esses indígenas já conheciam a palavra *Masko* quando eram "isolados", para se referirem ao grupo sem contato que anda pelas cabeceiras do rio Envira:

A gente chama Masko. Mashco-Piro é no Peru. Eu não sei como inventaram isso, mas desde que me conheço por gente é Masko. Quando fui lá, nem puxei assunto e eles falaram para mim ter cuidado se não os Masko matavam nós. Eles já tinham essa noção desde a primeira vez que falei com eles.

As possíveis rotas, antigas e atuais, utilizadas pelos Mashco são parte do imaginário coletivo das comunidades jaminawa e manchineri do Alto Iaco, pois seus moradores compartilham territórios e recursos naturais com esses grupos há muito tempo. Hoje, os mais velhos da TI Mamoadate contam que, segundo seus pais e avós, os Mashco andavam até a região onde é a aldeia Extrema.

Otávio Brasil Manchineri, antigo cacique da Extrema, e seu filho, Lucas Artur Brasil Manchineri, proeminente liderança, acreditam na existência de dois grupos distintos que andam em diferentes rotas no Alto Iaco, na fronteira com o Peru. Para Lucas, o que caracteriza a diferença entre os grupos é o tamanho do rastro de seus indivíduos:

Eles vão no encontro daquelas cabeceiras todas. E ali tem dois grupos, um do rastro grande e um do rastro pequeno. O ano que o rastro pequeno passa, o rastrão não passa. E o ano que o rastrão passa, o do rastro pequeno não passa. Tem essa diferença e alternância. Acho que eles já sabem quando os do pé grande passam, aí não vão. Às vezes, eles já têm até alguma ligação, e aí não se encontram.

Otávio e Lucas afirmam que existem grupos que se diferenciam também por usarem, ou não, instrumentos de ferro e metal. *"O grupo que anda no Chandless usa terçado. Já o grupo que anda no alto Iaco é outro, e não usa"*. Eles acreditam que Yine, Manchineri e Mashco falam a mesma língua, porque são partes de um mesmo povo. Lucas sugere que os Manchineri deveriam colocar seus intérpretes em uma



possível situação de contato no Brasil e afirma que eles estão se aproximando das aldeias em suas andanças e reocupando antigos territórios. Nos últimos dois anos, os moradores de Extrema encontraram seus vestígios a poucos quilômetros da comunidade.

Intensificação das evidências

Nos últimos anos, os vestígios e aparições dos Mashco se intensificaram nas áreas hoje constituídas pelas TIs Mamoadate e Kampa e Isolados do Rio Envira. Entre 2015 e 2016, foram registradas três situações de conflitos no alto Envira envolvendo os Mashco e o "povo do Xinane", resultando na morte de um indígena de recente contato.

Nos altos rios Acre, Chandless e Iaco, não existe uma situação de contato iminente, mas uma série de evidências que apontam novas formas de uso e deslocamento e/ou processos de reocupação territorial. Em 2014, um acampamento mashco foi encontrado pela primeira vez pelas equipes do ICMBio e da Funai em uma área bem próxima à Base da Estação Ecológica Rio Acre.

Em 2015, uma expedição conjunta entre Funai e Secretaria do Meio Ambiente do Acre (Sema-AC) confirmou a presença dos Mashco no Parque Estadual Chandless, atendendo a uma demanda antiga do órgão indigenista federal para a qualificação da informação na área protegida sob gestão do Governo do Estado do Acre.

Em 2017, entre junho e setembro, diferentes expedições da Funai identificaram a sua presença pelos altos rio Acre, Iaco e Chandless. Durante uma viagem ao alto Acre, a Frente de Proteção Etnoambiental Envira registrou vestígios na TI Cabeceira do Rio Acre, mais abaixo do seu curso, ultrapassando os limites da Estação Ecológica Rio Acre[4]. Foram registrados, ainda, relatos sobre avistamentos incomuns de isolados, com fortes indícios de serem Mashco, na TI Alto Purus. Em 2018, novos vestígios foram registrados nos altos rios Iaco e Envira.

Nos últimos anos, a Funai vem constatando que os Mashco estão ocupando cada vez mais o território brasileiro. A população local e os técnicos do governo têm essa percepção, sobretudo, após a constatação do grande número de evidências registradas em 2017. Outra mudança identificada foi o aumento na frequência das suas aparições durante o inverno amazônico, meses em que, tradicionalmente, ocupam as terras altas das cabeceiras. As comunidades vizinhas também observaram o interesse dos Mashco em adquirirem instrumentos de metal e alimentos cultivados, o que não acontecia em décadas passadas.

"INVASÃO" NA BASE DO XINANE

Em 1999, apareceu um grupo com cerca de 50 homens mashco na praia em frente à Base do Xinane da Funai. Este acontecimento confirmou a presença de isolados mashco no alto Envira, além de ter levantado questões sobre suas dinâmicas territoriais em um contexto de intensa exploração ilegal madeireira no lado peruano da fronteira. O incidente aconteceu no dia 26 de outubro e provocou a imediata evacuação da Base por parte da equipe que foi para a aldeia Sete Voltas do povo Ashaninka. Dias após o ocorrido, a partir dos vestígios, constatou-se que era um grupo bem maior, com aproximadamente 200 pessoas, entre homens, mulheres e crianças.

4 De acordo com informação da Funai, em 1986, os Jaminawa e Manchineri já relatavam a presença de grupos isolados entre o Rio Iaco e as cabeceiras do Rio Acre. http://bit.ly/2L5bCSx.

imagem Aldeia Nova União, do povo Manchineri, TI Cabeceira do Rio Acre, Acre.

Possivelmente, essas alterações em suas rotas e períodos de deslocamento sejam motivadas pela busca de espaços mais vitais e em decorrência de conflitos com populações indígenas, ou não, com quem compartilham seus territórios.

Gestão compartilhada

A confirmação de grupos isolados em duas Unidades de Conservação no Acre (Estação Ecológica Rio Acre e Parque Estadual Chandless) amplia o debate sobre as estratégias de proteção territorial mashco, exigindo a construção de processos de gestão compartilhada entre instituições governamentais federais e estaduais para o monitoramento integrado das áreas de uso e ocupação dos isolados.

No alto Chandless existem relatos de sua presença desde o início do século XX. Hoje, seus moradores mais antigos, descendentes de peruanos que ocuparam a região na época do caucho, contam histórias sobre encontros e lugares onde costumavam localizar seus vestígios. Também afirmam que os Mashco estão descendo cada vez mais o rio e reocupando áreas que não frequentavam há mais de 20 anos.

Em setembro de 2004, foi criado o Parque Estadual Chandless (PEC)[5]. No seu Plano de Manejo, publicado em 2010, está a recomendação de "uma assessoria antropológica para o acompanhamento das atividades delineadas e implementadas, garantindo a efetiva proteção dos territórios e dos recursos naturais utilizados tradicionalmente na área do Parque pelos grupos de índios isolados" (Acre, 2010).

Durante o zoneamento do PEC, a área sul foi cogitada como "Zona Intangível", para garantir o usufruto exclusivo e a proteção territorial dos isolados. Entretanto, em decorrência da falta de informações qualificadas, a mesma foi estabelecida como "Zona Primitiva": "aquela onde ocorre pequena intervenção humana, com espécies de fauna e flora e fenômenos naturais de grande valor científico" (Acre, 2010). No Plano de Manejo, está indicado, ainda, que, após a comprovação da presença de isolados na área, o zoneamento da UC deverá ser revisto, sendo indicada, em substituição da "Zona Primitiva", a readequação da área para "Zona Intangível" (Acre, 2010).

Em 2014, a Funai e a Sema-AC elaboram um projeto, amparados por um Acordo de Cooperação Técnica, para a criação e execução de um projeto para o Programa Áreas Protegidas da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente. Entre as suas justificativas, estava a lacuna de informações sobre as formas de uso e ocupação dos Mashco na área, que dificultava o estabelecimento de diretrizes e estratégias para a sua proteção. As ações do projeto, que teve dois anos de duração, visavam estreitar a relação entre as duas instituições governamentais, os indígenas que residem no entorno (TIs Mamoadate e Alto Purus) e os moradores do PEC (12 famílias ribeirinhas), para minimizar conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais e qualificar as informações em áreas com referências de deslocamento de grupos isolados.

Em 2015, foram realizadas oficinas com os moradores das duas TIs e da UC para discutir e validar acordos de gestão territorial entre indígenas, populações tradicionais e órgãos do governo. A parceria possibilitou experimentos no monitoramento da presença de isolados a partir da análise de focos de calor, imagens de satélite e informações prévias sobre os territórios de deslocamentos dos Mashco na fronteira Brasil-Peru. Observou-se a frequência, ou a reincidência, a partir de 2010, em algumas regiões do PEC. A primeira expedição de localização da Funai na área também aconteceu em 2015, resultando na confirmação da referência de isolados no alto Chandless.

5 O PEC tem uma área de 695.304 hectares situada nos municípios de Manoel Urbano, Sena Madureira e Santa Rosa do Purus.

Em agosto de 2017, uma nova expedição da Funai e da Sema-AC, agora no âmbito do projeto "Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia Brasileira", da cooperação técnica entre CTI e Funai, foi realizada para qualificar informações de vestígios em um acampamento recente dos Mashco encontrado por um morador do Parque.

Assim, o fortalecimento de parcerias, acordos e entendimentos entre moradores do PEC, populações indígenas do entorno e instituições do governo federal e estadual é fundamental para o monitoramento da presença dos grupos isolados no PEC. Com suas dinâmicas próprias de uso e ocupação territorial, que ultrapassam fronteiras institucionais e nacionais, o modo de vida dos Mashco exige cada vez mais estratégias e ações integradas para a proteção dos seus direitos fundamentais.

Políticas transfronteiriças

Nas últimas duas décadas, comunidades e organizações indígenas brasileiras e peruanas vêm debatendo problemas e desafios comuns e pensando em conjunto a gestão e a proteção dos seus territórios. Em espaços de diálogo com a sociedade civil e órgãos governamentais, têm discutido sobre os impactos dos projetos de infraestrutura e das atividades extrativistas e ilícitas, bem como a necessidade de estratégias transfronteiriças que assegurem a integridade dos povos que desconhecem os limites nacionais.

Desde 2005, os Manchineri do Brasil e os Yine do Peru, povos vizinhos aos Mashco, estão intercambiando informações e construindo uma política de aliança para a proteção dos seus "parentes" isolados[6]. Essa iniciativa é apoiada por organizações não governamentais de ambos os países. Para diminuir a pressão sobre o uso dos recursos naturais na área utilizada pelos Mashco, os moradores das aldeias da TI Mamoadate estabeleceram um acordo para que ninguém ultrapasse o Igarapé Abismo, no alto Iaco, em território brasileiro. As lideranças manchineri e yine também alertam aos governos sobre os possíveis impactos de um projeto de estrada que pretende conectar os municípios peruanos Iñapari e Puerto Esperanza, a dez quilômetros da linha de fronteira com o Brasil, cortando ao meio o território mashco. Discutem, ainda, sobre a importância do diálogo entre os dois países para a fiscalização das atividades ilícitas na fronteira, como o crescente narcotráfico.

Em março de 2014, os governos brasileiro e peruano assinaram um memorando de entendimento para a cooperação entre Funai e Ministério de Cultura do Peru, visando a promoção de atividades para a proteção dos povos isolados e de recente contato na fronteira Brasil-Peru. O acordo teve validade de dois anos e foi um primeiro passo para o diálogo entre as duas instituições indigenistas. Porém, sua efetivação dependia de um plano de trabalho binacional que não foi realizado. Uma série de situações de contato com grupos isolados em ambos os países exigiu ações emergenciais dos governos. As equipes reduzidas dos dois países, ocupadas em aplicar seus próprios planos de contingência, não encontraram as condições ideias para uma agenda integrada.

Assim, a cooperação entre Brasil e Peru – tanto para coibir atividades ilegais, quanto para reconhecer o papel das populações indígenas e tradicionais e suas organizações representativas na construção de políticas de proteção – é hoje fundamental para a garantia dos direitos dos povos isolados e de recente contato na Amazônia. A sobrevivência dos Mashco depende de políticas transfronteiriças construídas com a participação dos diferentes atores que trabalham em defesa dos seus territórios e modo de vida.

6 Ver, neste livro, os textos de Lucas Artur Brasil Manchineri e Julio Cusurichi Palacios.

ENTREVISTA
FRENTE DE PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL ENVIRA

"ERAM SOBREVIVENTES ANTES E SÃO SOBREVIVENTES HOJE

Willian Iafuri coordena a Frente de Proteção Etnoambiental Envira, no Acre, que monitora os registros de povos isolados na fronteira com o Peru, na bacia do rio Envira. São nove Terras Indígenas, três Unidades de Conservação, oito referências de grupos isolados e um povo de recente contato sob sua jurisdição.

Como é o trabalho da FPE Envira? O objetivo principal do trabalho da Frente do Envira é garantir aos povos indígenas isolados o exercício da sua liberdade e de suas atividades tradicionais sem a obrigatoriedade de contatá-los. O Xinane é a última colocação do rio Envira antes do Peru. Fazemos isso com uma política de monitoramento e proteção territorial. O monitoramento se dá por sobrevoo. Temos ao menos um sobrevoo por ano, que tem por objetivo verificar quais os lugares que eles estão habitando, o aumento populacional, se tem roça e etc. E fiscalizar o território, se tem entrada de ilícito, sem tem entrada de madeireiros, garimpeiros etc.



Outro tipo de monitoramento são as expedições de localização feitas pelo rio ou pela floresta para verificar os vestígios de onde esses indígenas andam. Isso é feito, principalmente, em alguns lugares que têm ocupação sazonal. Por exemplo, no verão, eles ocupam a cabeceira dos rios, por isso, sabemos que, nesta época do ano, não devemos ir ali, e sim no inverno. Aí, então, verificamos que realmente tem vestígio ali, que eles andaram por lá no verão.

O monitoramento territorial se dá também com a sensibilização da população do entorno dessas Terras Indígenas. A TI Alto Tarauacá é a única destinada exclusivamente aos povos isolados. Todas as outras são compartilhadas por indígenas contatados. Então, eles são a nossa primeira fonte de informação.

Temos duas bases: Xinane e Douro. Onde não há base, os indígenas contatados são nossos informantes. Fazemos reunião nessas comunidades do entorno, explicando a política do não contato, sensibilizando-os para evitar conflitos interétnicos, deixando claro que, em qualquer situação, eles podem contar com a gente. Eles são nossos parceiros nesse monitoramento de povos isolados.

Quais são as ações diárias em cada uma dessas bases? Tem duas bases. A base Douro é localizada na TI Alto Tarauacá. A finalidade dela é repressão de ilícitos devido à sua proximidade com a comunidade não indígena do Jordão. Essas atividades são recorrentes: caça, pesca e madeira ilegal. A principal finalidade das bases é reprimir esses ilícitos. Para isso, fazemos atividades com a PM, com o Exército, para diminuir esse foco de ilicitude que existe na Terra Indígena.

Já na base do Xinane, o foco principal é o acompanhamento dos atendimentos de saúde. Devido ao recente contato do povo do Xinane, sua alta vulnerabilidade epidemiológica torna isso essencial. Imunizações, questão de epidemias de gripe, tudo isso é uma grande preocupação.

Mas também existem outras questões. Esse contato faz surgir muitas perguntas para eles. O que é a Funai? O que é a cidade? De onde vem esse motor? Essa canoa? São perguntas muito válidas para eles. Eles buscam essa compreensão da sociedade ocidental. Então, trabalhamos com intercâmbios, alguns já foram para a cidade, para Brasília. Essa questão do intercâmbio facilitou muito o convívio e a aprendizagem deles sobre a sociedade envolvente, do que existe nesse entorno gigante que é o mundo...

Como foram as últimas expedições feitas pela FPE? As últimas expedições feitas pela FPE Envira foram na região das Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá, Mamoadate, Alto Tarauacá, Campos Isolados do Rio Envira. Fizemos um sobrevoo que atingiu uma parte da jurisdição. Percebemos que teve um crescimento populacional em algumas das nossas referências, o que é uma notícia boa. A gente chega a essa conclusão devido a um aumento na agricultura em relação a anos anteriores. Mas, infelizmente, a gente achou um grande número de ilícitos na TI Alto Tarauacá.

nota das editoras Entrevista concedida à Clara Roman, jornalista do ISA.

imagem Aldeia de grupo isolado na TI Kampa e Isolados do Envira, Acre.

Quais são as principais ameaças a esses povos? Existem diversas ameaças: conflitos interétnicos, confronto com invasores e o próprio contato. O contato, se não tiver o monitoramento da Funai, pode causar perdas populacionais grandes. Esses povos têm uma alta vulnerabilidade epidemiológica. Um contato sem a presença do Estado para questões de imunização e controle pode ser fatal na vida dos povos isolados.

Resumindo, a grande ameaça é o enfraquecimento da Funai, pois precisa de mais recursos para realizar o monitoramento e fiscalização. Esse enfraquecimento faz com que cresça a ilicitude dentro das TIs, porque leva a uma menor proteção territorial. Essa falta de proteção faz com que mais invasores entrem na TI e o encontro desses invasores com povos isolados pode causar um genocídio.

Qual o histórico de contato desses povos? Depois da reformulação da Funai e da implementação da política de não contato, no Acre, teve apenas um contato, em 2014. As pessoas hoje vivem na área da Base Xinane. Elas são sobreviventes. A alta vulnerabilidade epidemiológica faz com que os recém-contatados sofram constantemente crises respiratórias e sejam acometidos de várias enfermidades. Essa questão de saúde é primordial. De fato, são sobreviventes.

Sobre contatos anteriores desses grupos, eu não saberia dizer, mas os indígenas de recente contato contaram algumas experiências sobre a época antes do contato oficial no território fronteiriço entre Brasil e Peru. Eles relataram encontros com peruanos, madeireiros, perseguições e morte de parentes. Contaram também sobre conflitos interétnicos e várias outras pressões ali. No meu entender, eram sobreviventes antes e são sobreviventes hoje.

Qual a importância da restrição de uso? Esses indígenas são autônomos, vivem exclusivamente das suas terras. A falta de proteção causaria invasões, conflitos e um possível extermínio dessa população.

Além disso, as Terras Indígenas fazem a conservação ambienta. Fora das TIs, a taxa de desmatamento é 11 vezes mais alta.

Como é a relação entre os povos já contatados e os isolados? Em todas as outras TIs que existem referências de povos isolados, há outros povos.

Eles têm relação com esses povos. Essas relações já foram conflitantes. Trabalhamos com os Kaxinawá no Humaitá, fazendo com que os povos de contato estabelecido se sensibilizem e façam, também, o monitoramento territorial da área dos isolados, compartilhando o território. Os povos de contato estabelecido têm a ciência da proteção desses povos em isolamento, fazem essa proteção.



imagem Habitação de grupo isolado no rio Envira, Acre.

OS POVOS ISOLADOS NA FRONTEIRA PERU E BRASIL, COM FOCO NA REGIÃO DE MADRE DE DIOS

Abertura de estradas, obras de infraestrutura e expansão da fronteira agrícola, madeireira e garimpeira só aumentam a pressão sobre os territórios dos povos isolados. Sem uma política efetiva de proteção, o risco de genocídio desses povos é enorme.

GLENN H. SHEPARD JR. Museu Paraense Emílio Goeldi
LUIS FELIPE TORRES Doutorando do MN/UFRJ

A fronteira amazônica entre Brasil e Peru abriga a maior diversidade de povos indígenas isolados no mundo. Os povos indígenas isolados e de recente contato dessa região são os Matsigenka, Nanti e Mashco-Piro da família linguística arawak, os Chitonahua, Isconahua, Korubo, Matsés, Murunahua, Nahua e Txapanawa da família linguística pano (ou povo do Xinane), entre outros grupos, como os "flecheiros" do Vale do Javari e os "isolados do rio Humaitá", no Acre, sobre os quais ainda se tem pouca informação. Habitam em áreas remotas, distribuídas ao longo de cerca de 2.800 quilômetros lineares da fronteira, abrangendo territórios nos estados de Amazonas e Acre, no lado brasileiro, e nos departamentos de Loreto, Ucayali e Madre de Dios, no lado peruano. Dos dez territórios identificados ou reservados para povos isolados no Peru, sete encontram-se ao longo desta fronteira política (CTI, 2016a).

Apesar da linha política imaginária entre Brasil e Peru não ter nenhum significado para os povos isolados que transitam entre os territórios existentes em ambos os países sem perceber a existência desta fronteira, os contrastes entre as legislações e políticas indigenistas de cada país produzem impactos concretos na vida e no bem estar dos isolados. Do lado brasileiro, desde 1987, a Funai tem desenvolvido uma política diferenciada para esses povos, que, invertendo a lógica dos "agentes de contato" e "frentes de atração" de tempos anteriores, aproveita informações acumuladas durante décadas e a experiência prática de sertanistas veteranos para identificar, demarcar, fiscalizar e proteger o território dos povos isolados. O resultado foi um esforço significativo, ao longo de três décadas, focado no monitoramento e na proteção de povos isolados em Terras Indígenas previamente demarcadas e na demarcação, ampliação ou interdição de novas TIs para eles, a fim de evitar a invasão de pescadores, madeireiros e outros agentes externos.

Já no lado peruano da fronteira, existia, até recentemente, um vazio jurídico em torno da situação de povos indígenas isolados, o que resultou em casos de contatos desastrosos, como foi o do povo Nahua (ou Yora). Como consequência das atividades de exploração de petróleo da empresa Shell nas cabeceiras do rio Mishagua (próxima ao Parque Nacional del Manu) e o concomitante avanço de madeireiros ilegais ao longo dos anos 1980, os Nahua foram submetidos a um processo de contato caótico e violento, provocando a morte de cerca de metade da sua população entre 1984 e 1990, principalmente, por causa das doenças respiratórias contraídas no contato com os não indígenas (Shepard et al., 2010).

Naquela época, os povos indígenas na Amazônia peruana tinham acesso a uma política fundiária diferenciada, por meio da chamada "Lei de Comunidades Nativas" de 1974 e 1978, que visa a titulação das comunidades individualmente (mas não territórios indígenas contíguos) via a formação de uma asso-

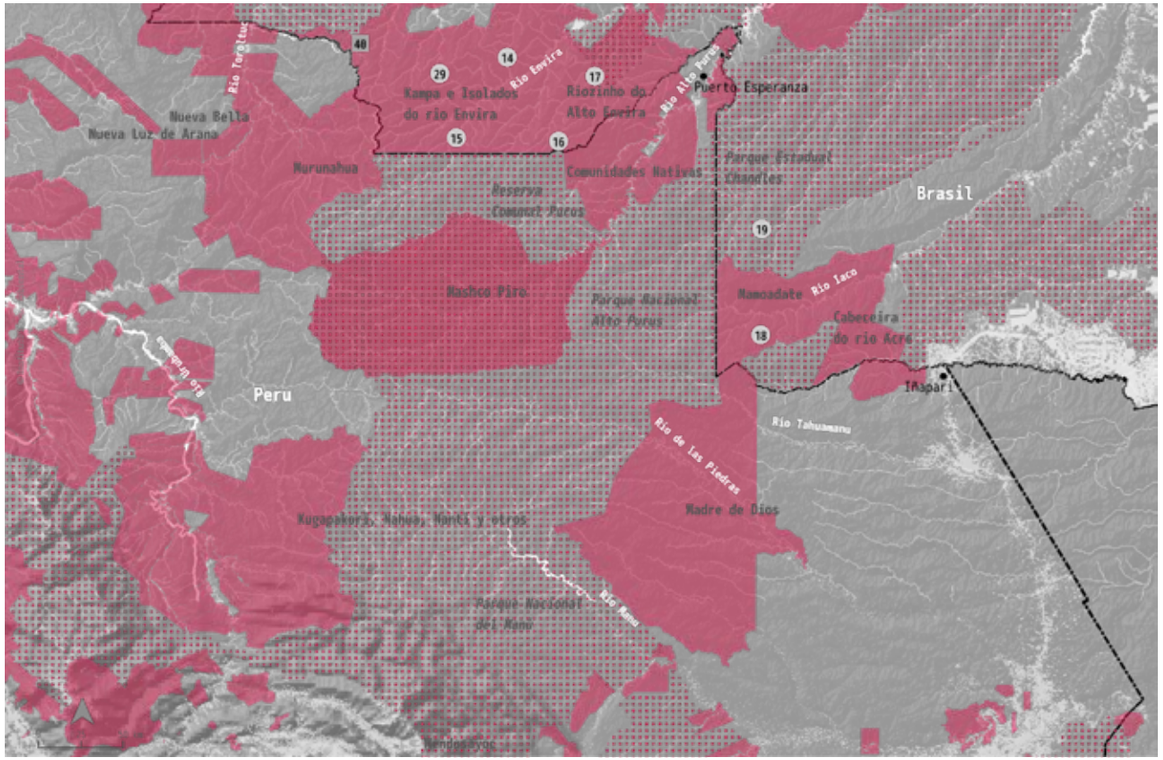
ciação democrática legal. É óbvio que, no caso dos povos isolados, não havia possibilidade de se juntarem para formar um comitê diretivo, constituído por presidente, vice-presidente e tesoureiro, reivindicar e comprovar o território ocupado por sua comunidade para o governo federal. Em 1990, aproveitando uma brecha na "Lei de Comunidades Nativas", relacionada à proteção dos direitos dos povos isolados, tendo em vista as trágicas consequências do contato com os Nahua, e impulsionado pelo Centro de Desarrollo del Indígena Amazónica (Cedia), o governo peruano criou a primeira reserva para povos isolados, nas proximidades do Parque Nacional del Manu, onde os Nahua e outros povos isolados e de recente contato habitam, a chamada Reserva a Favor de los Pueblos Indígenas Aislados e de Contato Inicial Kugapakori-Nahua-Nanti.

Depois daquele antecedente, as organizações indígenas e parceiros da sociedade civil advogaram pela criação de mais quatro reservas para os povos isolados. Em 1998, foram criadas as Reservas Murunahua, Mashco-Piro e Isconahua, no Departamento de Ucayali, e, em 2002, a Reserva Territorial Madre de Dios, destinada aos Mashco-Piro, no departamento de Madre de Dios. Mesmo com esses avanços, parte dos territórios tradicionais dos povos isolados no Peru ficou sem o reconhecimento oficial e os esforços do governo para proteger mesmo aqueles territórios formalmente reconhecidos foram quase nulos.

Dessa forma, vários grupos indígenas isolados continuaram vivendo situações de contato trágicas e fatais ao longo das décadas de 1990 e 2000. O povo Chitonahua, relativamente aparentado com os Nahua, no Peru, e os Txapanawa (ou povo do Xinane), no Acre, tiveram cerca de 50% de sua população dizimada, principalmente, por infecções respiratórias decorrentes de contato com madeireiros peruanos em 1997, no rio Inuya (fronteira com o Acre). Em 2002, uma equipe liderada pelo explorador polonês Jacek Palkiewicz, procurando as lendárias ruínas de "Paititi" ou o "El Dorado" amazônico dos Incas, entrou em território no Parque Nacional do Manu e contagiou comunidades matsigenka isoladas no rio Mameria com doenças respiratórias. Isso provocou um êxodo de grande parte desta população para a Comunidade Nativa de Huacaria, na Zona Cultural do Parque do Manu, em busca de ajuda médica. Já em 2007, uma equipe de cineastas que fazia pesquisas para o programa de televisão da dupla de aventureiros ingleses Mark Anstice e Oliver Steed visitou comunidades matsigenka isoladas em áreas de cabeceira do Parque Nacional do Manu. Ao que tudo indica, esta visita acarretou em um surto de doenças respiratórias, levando algumas pessoas à morte, e motivou a integração dessa população aos Matsigenka assentados nas comunidades de Yomibato e Tayakome (Shepard, 2003; 2011; Shepard et al., 2010).

Para tentar sanar a quase total negligência por parte do Estado peruano em relação à proteção dos povos isolados desde o final da década de 1990, algumas federações indígenas iniciaram seus próprios programas de proteção a esses povos, criando uma importante plataforma de conscientização internacional sobre o tema e promovendo algumas atividades concretas de proteção. A Federación Nativa de Madre de Dios (Fenamad[1]), por exemplo, com recursos próprios, estabeleceu postos de proteção para os Mashco-Piro isolados em Madre de Dios. Mesmo assim, a existência de povos indígenas isolados na região era negada por grupos ligados aos setores do petróleo, mineração e madeireiros no Peru, que alegavam se tratar de uma "invenção dos antropólogos". Só em 2006 foi promulgada a "Lei de

1 Ver, nesta publicação, texto de Julio Cusurichi Palacios, presidente da *Federación Nativa del río Madre de Dios y afluentes.*





REGIÃO DE OCUPAÇÃO DOS GRUPOS ISOLADOS MASHCO

- Confirmado
- Em estudo
- Cidades de referência
- Desmatamento
- Unidades de Conservação
- Terras Indígenas
- Fronteira internacional

Proteção dos Indígenas Isolados e de Contato Inicial" (Lei 28736), que significou um grande avanço ao reconhecer a obrigatoriedade do Governo peruano de proteger efetivamente os direitos desses povos. Amparado pelo marco desta lei, o Instituto de Desenvolvimento dos Povos Andinos, Amazônicos e Afroperuanos (Indepa) assumiu, desde 2007, a proteção dos povos isolados como uma de suas responsabilidades. Entretanto, na prática, suas ações foram muito limitadas.

Apenas em 2013 o Ministério de Cultura do Peru criou a "Dirección de Pueblos Indígenas en Aislamiento y Contacto Inicial" (Daci), com uma pequena equipe e um orçamento limitado, para assumir a responsabilidade de implementar, em campo, a proteção territorial dos povos isolados, dando continuidade às políticas iniciadas pelas organizações indígenas. O Daci dialogou bastante com os métodos e políticas indigenistas do então Departamento de Isolados, da Funai, realizando atividades em conjunto, especialmente, entre 2014 e 2015 (Shepard, 2017).

Um dos maiores desafios do Daci, desde a sua criação, tem sido a situação dos Mashco-Piro isolados, que transitam entre o Peru e o Brasil, cuja presença parece ser maior no departamento de Madre de Dios, no Peru. Um grupo nômade, falante de uma língua próxima aos Yine ou Piro, era conhecido na região há muito tempo, mas, até o final da década de 1990, a sua presença foi de baixa visibilidade. A partir da segunda metade desta década, o grupo começou a aparecer de forma mais frequente e agressiva nas comunidades vizinhas (Shepard et al., 2010).

Em 2011, antes mesmo da criação do Daci, um flecheiro mashco-piro, na região de Madre de Dios, matou Nicolas Shaco Flores, um Matsigenka que mantinha relações de troca e diálogo com o grupo há muitos anos (Shepard, 2012). A notícia correu o mundo pela internet, atraindo manchetes sensacionalistas acompanhadas de fotos em alta qualidade de um pequeno grupo de Mashco-Piro feitas pelo ornitólogo Diego Coritjo na presença de Shaco Flores, poucos dias antes de sua trágica morte.



imagem Mashco-Piro no rio Madre de Dios no barco dos agentes de proteção do Ministério de Cultura, Peru.

A partir deste incidente, a presença dos Mashco-Piro se intensificou de uma forma rápida e dramática, criando fortes demandas para o recém-criado Daci (Shepard, 2016). Entre 2013 e 2014, os Mashco-Piro foram vistos, frequentemente, na beira do rio Madre de Dios, pedindo roupas, comida e ferramentas para quem passasse nos barcos de turismo e de madeireiros. Missionários evangélicos se aproximaram deles, muitas vezes, para entregar roupas. Ao longo de 2014 e 2015, os Mashco-Piro invadiram a comunidade de Shipetiari, no Rio Madre de Dios, levando comida e ferramentas e ameaçando moradores com flechadas. Em maio de 2015, um jovem matsigenka foi morto pelo grupo.

Em 2013, outro grupo grande de Mashco-Piro foi filmado aproximando-se da comunidade Monte Salvado do povo Yine no Rio de Las Piedras, pedindo comida, corda e ferramentas. Uma situação que se repetiria muitas vezes até hoje. Mas o momento mais crítico foi em dezembro de 2014, quando a comunidade de Monte Salvado teve que ser evacuada. A maioria dos moradores tinha se ausentado durante as férias de Natal e, ao retornar, encontraram a aldeia saqueada e todas as galinhas e cachorros mortos a flechadas.

A percepção popular dos isolados como povos "sem contato" ou "remanescentes da Idade de Pedra" atrapalha um entendimento acurado sobre a situação histórica de cada povo, sua história de violência, isolamento e as tentativas de intercâmbio com outras populações de seu entorno. As poucas informações obtidas sobre os Mashco-Piro sugerem que eles são caçadores-coletores, quase totalmente nômades, sem aldeias, roças ou casas permanentes. Os Mashco-Piro falam uma língua muito próxima ao idioma falado tanto pelos Yine (ou Piro), no Peru, quanto pelos Manchineri, no Brasil. Os Yine e os Manchineri plantam roças, pertencem à família linguística Arawak e são considerados o grupo cultural "civilizador" da Amazônia pré-colonial e difusor da agricultura. Fica evidente que a condição de caçador-coletor é uma adaptação muito recente entre os Mashco-Piro, provavelmente, resultando dos massacres bem documentados cometidos pelos seringueiros da "Época da Borracha" na última década do século XIX, nos rios Manu e Las Piedras – entre eles, o "rei da borracha" peruano, Carlos Fermin Fitzcarrald. Nessa visão histórica, os Mashco-Piro seriam, provavelmente, sobreviventes que fugiram de suas aldeias para a mata, abandonaram a agricultura e hábitos mais sedentários e se tornaram caçadores nômades.

Relatos parecidos foram recolhidos por MacQuarrie (1991), Shepard (2003) e Feather (2010) sobre o isolamento do povo Nahua que fugiu de violência nas cabeceiras do rio Purus durante a "febre da borracha". Neste sentido, o isolamento deve ser entendido não como uma condição primordial, senão como uma escolha, uma estratégia de sobrevivência em situações extremas que pode evoluir ao longo do tempo (Shepard, 2016)

A política oficial do Daci, inspirada na política de Funai, é a de não iniciar o contato com povos isolados e reservar o contato apenas quando for uma iniciativa dos próprios isolados ou em situações de emergência, isto é, quando eles estiverem correndo riscos maiores sem a intervenção direta do Governo. O Daci no Peru teve que fazer uma intervenção deste tipo com um grupo mashco-piro do Alto Madre de Dios a partir de 2015. Agentes

indígenas do povo Yine, junto com antropólogos do Daci e uma equipe médica, iniciaram um processo de diálogo com o pequeno grupo mashco-piro que vinha aparecendo com frequência perto das comunidade de Shipietari e Diamante. Tentaram convencê-los a ficar longe das comunidades e assim evitar confrontos. A equipe do Daci mantém uma relação de trocas regulares com este grupo, recolhendo dados sobre sua composição e oferecendo atenções médicas quando necessárias. A equipe médica também mantém campanhas regulares de vacinação nas comunidades no entorno do território mashco-piro para criar uma espécie de "muro epidemiológico" e minimizar as chances de contágio. Mesmo assim, existe um fluxo regular de turistas estrangeiros nessa região que vão visitar o Parque Nacional do Manu, criando o risco de contágio indireto por gripes, influenza ou até sarampo.

Apesar desses esforços, em 2018, ocorreu outra tragédia, quando um velho yine da comunidade de Diamante foi flechado e morto por um Mashco-Piro durante uma expedição de pesca perto do Rio Pusanga, do outro lado do Rio Madre de Dios.A crescente onda de incidentes de contato e conflito com povos previamente arredios, nômades e pouco visíveis acontece a partir de 2010, na mesma época da pavimentação da estrada Interoceânica (antiga "Transamazônica") entre Peru e Brasil. O território ao leste da Reserva Madre de Dios foi dividido pelo Governo peruano em concessões florestais. Tal ação, associada à organização territorial da pavimentação da Interoceânica, seguiu, mesmo tendo claras evidências da presença dos Mashco-Piro nesses territórios, apresentadas em estudos realizados desde a década de 1990, para a criacão da reserva. O processo de ampliação da Reserva Madre de Dios, que considera as muitas evidências da presença dos Mashco-Piro fora de seus limites, encontra-se estagnado desde 2016, por intervenção dos interesses ligados ao setor madeireiro.

O governo peruano vem avançando no processo de reconhecimento de outras cinco Reservas para povos indígenas isolados na região de fronteira com Brasil, muitas das quais vêm sendo solicitadas pelas organizações indígenas há mais de vinte anos. No momento atual, os povos isolados das Reservas Javari-Mirim, Javari-Tapiche, Serra do Divisor Ocidental e Isconahua foram oficialmente reconhecidos, mas a demarcação oficial de seus respectivos territórios não foi concretizada. Já a criação da Reserva Napo-Tigre, na fronteira com Equador, está em tramitação há mais de uma década, devido à interferência de grupos com interesses petrolíferos na área. Por sua vez, organizações indígenas como a Aidesep vêm colocando a necessidade do reconhecimento de um território binacional denominado "Corredor Territorial Pano – Arawak" entre as fronteiras de Madre de Dios e Acre.

O número de localidades com evidências de povos isolados e a frequência de incidentes (às vezes, violentas) com populações vizinhas vêm se intensificando de forma significante ao longo da última década. Por isso, o sertanista veterano José Carlos Meirelles chamou-a de "A Década do Contato" (Shepard, 2017), um período que demanda atenção política séria, recursos adequados, estratégias eficazes e uma intensa colaboração entre os Governos do Peru e Brasil para garantir a proteção aos povos isolados de ambos os lados da fronteira. O sucesso do contato emergencial que a Funai realizou com o povo do Xinane, em 2014, sem a perda de nenhum indígena por doença contagiosa, ressaltou a alta competência e a experiência da equipe. As intervenções do Daci no Peru com o povo Mashco-Piro, para evitar o acirramento de conflitos com as comunidades vizinhas, também evidenciam o sucesso deste tipo de política proativa tomada à tempo.

Mas o enfraquecimento da Funai no Brasil em anos recentes causado por cortes de orçamento, a debilidade do Ministério da Cultura no Peru, as tentativas de desconstrução dos direitos territoriais indígenas por diversos interesses econômicos e o aumento das invasões territoriais, impulsionado por um clima de impunidade, fragilizam essas intervenções e trazem novas ameaças para a sobrevivência dos povos isolados. O cenário atual de abertura de estradas, grandes obras de infraestrutura e expansão da fronteira agrícola, madeireira e garimpeira só aumenta a pressão sobre os territórios de povos isolados. Sem o reconhecimento territorial, o fortalecimento das políticas de proteção, a adequação das estratégias, os recursos e a vontade política, a próxima década poderá se tornar a "Década do Genocídio" para os povos isolados.



imagem Grupo mashco-piro próximo à aldeia Monte Salvado, Peru.

"PELOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS EM ISOLAMENTO NA FRONTEIRA PERU-BRASIL

JULIO CUSURICHI PALACIOS
indígena do povo Shipibo e presidente da Federación Nativa del río Madre de Dios y afluentes

A *Federación Nativa del río Madre de Dios y afluentes* (Fenamad) foi fundada pelas comunidades indígenas em 1982, com o objetivo de defender os seus direitos e promover o bem-estar dos povos indígenas de Madre de Dios (Peru), região de fronteira com o estado do Acre (Brasil). Representamos sete povos e 36 comunidades nativas da região. Uma das principais demandas da Fenamad é a defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas em isolamento voluntário. Neste esforço, a federação tem um protagonismo especial no caso do povo Mashco-Piro, tanto por sua complexidade, como pela urgência de tomar medidas efetivas para proteger seus direitos.

Os Mashco-Piro, pertencentes à família linguística Arawak, habitam uma área geográfica que inclui parte das regiões de Madre de Dios, Ucayali, Cusco (Peru) e do estado do Acre (Brasil). As autoridades peruanas estimam que este grupo estaria conformado por mais de 750 pessoas, em um território que ocupa as bacias medias e altas dos rios Manu, Los Amigos, Pariamanu, Las Piedras, Tahuamanu, Acre, Yaco, Chandless, Purús, Curanja, Envira e Juruá. Seu território está sobreposto a um conjunto de áreas protegidas por diferentes categorias administrativas em ambos os países, as quais não chegam a garantir os direitos dos povos indígenas em isolamento, nem a considerar em toda a sua extensão o território que este povo realmente ocupa. O caráter transfronteiriço dos Mashco-Piro demanda uma implementação urgente de estratégias e ações a nível binacional para a proteção de seus direitos.

A Fenamad iniciou suas ações na fronteira entre Madre de Dios e Acre em resposta ao *boom* de extração ilegal de mogno, que assolou a região por mais de uma década desde o fim dos anos 1990. A fundamentação da criação da *Reserva Territorial de Madre de Dios* incluiu coordenações entre a Fenamad e a Funai para definir o caráter transfronteriço dos Mashco-Piro e pressionar os Estados para trabalhar conjuntamente pela sua proteção.

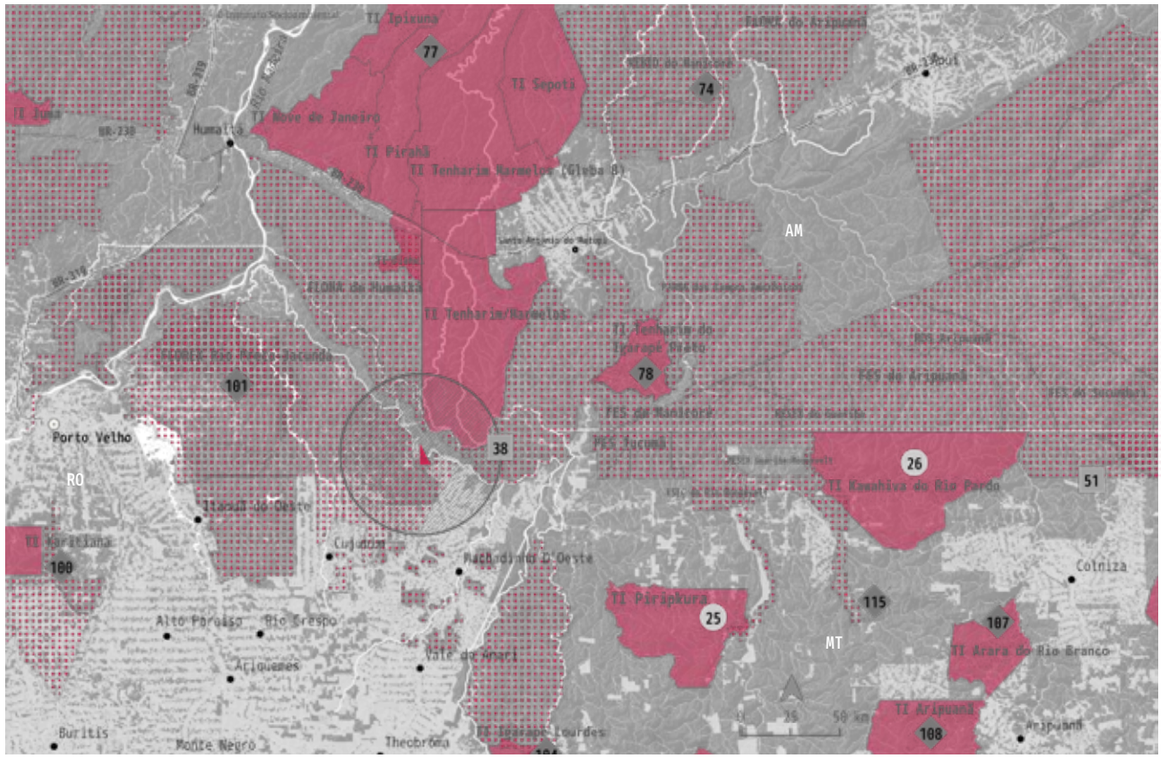
A partir de 2011, a Fenamad começou a construção de novos espaços de articulação com outros atores do Acre, incluindo organizações indígenas e instâncias governamentais e da sociedade civil. Particularmente, por meio de uma estreita articulação com a Comissão Pró-Índio (CPI) do Acre, dinamizaram-se ações conjuntas e impulsionou a criação de uma plataforma interinstitucional orientada a monitorar ameaças na fronteira e promover o intercâmbio de informações. Além disso, consolidaram-se as bases para um processo orgânico de diálogo e colaboração transfronteiriça entre os Yine e os Manchineru, centrado em problemáticas comuns, com ênfase na proteção dos Mashco-Piro.

A partir destas experiências, a Fenamad tem desenvolvido propostas de trabalho em conjunto para os Estados do Peru e Brasil, orientando a implementação de medidas de proteção na área de fronteira Madre de Dios-Acre. De acordo com a Fenamad, a área entre os rios Iaco (Brasil) e Las Piedras (Peru) deveria ser considerada um setor prioritário para as estratégias de proteção dos Mashco-Piro em isolamento. O sistema de proteção a nível binacional estaria localizado no rio Acre e sua base de operações incluiria duas infraestruturas (postos de controle) em cada uma das margens da bacia, geridas pelas instituições públicas responsáveis, Ministerio de Cultura (Mincu-Peru) e Funai (Brasil), com a participação das organizações indígenas. A Fenamad apresentou esta proposta na reunião internacional *Control y protección territorial y plan de salud regional para los pueblos indígenas en aislamiento y contacto inicial*, planejada pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em Puerto Maldonado, a qual contou com representantes de Mincu, Funai e outros representantes dos governos brasileiros e peruanos.

Por outro lado, além dos processos de articulação entre instâncias competentes dos Estados e da sociedade civil para fortalecer os sistemas de proteção existentes, é preciso abordar o âmago da questão: o reconhecimento dos direitos ao território integral dos povos transfronteiriços, como é o caso dos Mashco-Piro. Este tema vem sendo abordado pelas organizações indígenas em suas demandas pela defesa da integridade territorial, com base em marcos legais estabelecidos internacionalmente.

Desde 2012, a *Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana* (Aidesep) e suas organizações regionais, incluindo a Fenamad, reivindicam o reconhecimento por parte dos Estados do Peru e Brasil da proteção dos direitos indígenas do que denominamos de *Corredor Territorial Pueblos Indígenas en aislamiento y contacto inicial Pano Arawak y otros*. Uma área contínua de floresta tropical megabiodiversa na frontera Peru-Brasil, com uma extensão superior a 80.000 km2, que compreende territórios de vários povos indígenas em isolamento e contato inicial. O ponto de partida da proposta é o reconhecimento por parte das autoridades peruanas e brasileiras da "existência" deste *Corredor Territorial* para a adequada proteção desses povos.

ISOLADOS KAGWAHIVA NO SUL DA AMAZÔNIA



ISOLADOS KAGWAHIVA NO SUL DA AMAZÔNIA



- Confirmada
- Em estudo
- Informação
- Desmatamento
- Unidades de Conservação
- Terras Indígenas
- Hidrelétrica planejada (UHE)
- Área de impacto direto da UHE
- Capital
- Cidades de referência
- Rodovias

imagem Página anterior: cesto dos Hi-Merimã, TI Hi-Merimã, Amazonas;
ao lado: Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Amazonas.

SUL DO AMAZONAS

O HOMEM QUE FALAVA CANTANDO: UM PANORAMA DA PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS KAGWAHIVA EM ISOLAMENTO NA BACIA DO RIO MADEIRA[1]

Nós queremos nossa terra,
onde nós andamos.
Onde nosso passado andou
Margarida Tenharim

KAREN SHIRATORI pós-doutoranda em antropologia na Universidade de São Paulo

No final de maio de 2019, faleceu Cari Tenharim, um dos mais velhos anciões deste povo. Sua idade precisa era desconhecida e, segundo as estimativas de seus parentes, certamente, ele ultrapassara em muito os cem anos. Sobre o ancião, teciam comentários sobre sua impressionante longevidade e diziam que ele havia visto e vivido de tudo. Homens e mulheres que hoje são avôs e avós lembram que, quando eram crianças ou jovens, Cari já era velho, muito velho. Ele viveu outros tempos, antes da chegada dos brancos. Uma vida que desconhecia as fronteiras territoriais, as fazendas, os garimpos e as doenças que assolaram diversos grupos kagwahiva, reduzindo-os de forma tão drástica a ponto de quase exterminá-los por completo. Cari viu chegar comerciantes, seringueiros e a abertura das estradas – a rodovia do Estanho e a Transamazônica, que cortaram as suas terras – e, com elas, a vinda de trabalhadores e garimpeiros ávidos pelos metais da região.

Há quase um ano, estive junto com uma equipe de cineastas na casa de Cari por ocasião da filmagem de um dos episódios de uma série documental sobre crimes cometidos contra diversos povos indígenas durante os anos da ditadura militar. Na época, sua saúde já oscilava, então, as conversas foram entrecortadas, pois o ancião mantinha, com grande dificuldade, breves raciocínios. O fôlego também era curto e à fala faltava clareza; ele não conseguia conversar, por mais que desejasse. A cada palavra exígua, sobrevinham um pesado silêncio e algumas lágrimas. Temendo sermos insistentes e incomodá-lo, desistimos de prosseguir com as perguntas. No entanto, quando passamos a entrevistar seu sobrinho, o ancião começou repentinamente a cantar e os cantos se sucederam, sem interrupção. Foi apenas por meio dos cantos que Cari conseguiu resgatar sua memória e expressar o que a fala não mais permitia.

Com a ocupação das terras dos povos kagwahiva por não-indígenas e suas máquinas ruidosas, muitos de seus parentes fugiram com medo. Foram em busca de refúgio em lugares afastados dos invasores que os coagiam a trabalhar em troca de nada ou parca mercadoria, raptavam seus filhos, violavam as mulheres, os deixavam perecer de suas doenças sem oferecer socorro. Assim, foi nessa época que muitos Kagwahiva espalharam-se nas matas, decididos a deixar para trás os conflitos, mas também os seus. Contudo, os cantos do ancião, em consonância com os relatos dos demais Tenharim, evidenciam que permanece muito viva a lembrança da partida dos que hoje são chamados de "isolados", como Anã, irmã de Cari, conhecida por *Cunha'uwa* pelas gerações mais jovens; Kaidjuwa e sua família; o chefe Kwandudjuwa do clã Taravé, para citar somente alguns dos principais grupos mencionados.

A lembrança das mortes incontáveis ocorridas no contato com os não indígenas durante a juventude de Cari ligava-se, em seus cantos, ao temor atual de um novo extermínio daqueles que, naquela época, foram viver nas matas, distantes dos demais Kagwahiva – aqueles que "ficaram para trás", na expressão de uma importante liderança feminina tenharim.

O ancião cantou o medo dos perigos aos quais estão, cada vez mais, expostos os seus parentes e a saudade infligida pela decisão do isolamento. Um pequeno trecho dos cantos foi traduzido por seus sobrinhos:

> *Os brancos estão fechando o cerco, perseguindo os Kagwahiva que estão distantes.*
>
> *Eles dependem da gente para defendê-los.*
>
> *Se os madeireiros matarem os parentes, eles vão desaparecer.*
>
> *Cada dia mais, os madeireiros ameaçam os Kagwahiva.*
>
> *Eu conheci essas pessoas que estão no mato.*

***

Os relatos da presença de grupos kagwahiva em isolamento são abundantes, um tema comum nas conversas sobre pescarias, caçadas e expedições a áreas mais distantes das aldeias, durante as quais são vistas pegadas, restos de fogueiras, acampamentos ou sinais ainda mais inequívocos, como sons de vozes e avistamentos dos próprios indígenas. O texto que segue consiste numa breve apresentação de alguns elementos históricos e antropológicos sobre os Tenharim, os Diahui e os Parintintin, tomando como foco as suas formulações sobre



imagem Cari e sua esposa em Humaitá, Amazonas.

1 Além da viagem feita, em agosto de 2018, para acompanhar a equipe de filmagem da série televisiva *Memória Perigosa* e realizar entrevistas para o ISA sobre os povos isolados da região, este texto resulta do diagnóstico que realizei em vista de levantar, sistematizar e qualificar registros da presença de povos kagwahiva em isolamento na região da bacia do rio Madeira, no âmbito do projeto "Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia Brasileira", promovido pelo CTI em convênio com a CGIIRC-Funai. Agradeço ao Gabriel Bertolin pela leitura atenta e por ceder dados obtidos em seu trabalho de campo realizado em 2014, na TI Marmelos. Neste texto, recupero trechos de entrevistas com Maria Kururuí, hoje falecida, Manuel Duca Tenharim e Dorian Tenharim. Também agradeço ao Otaciano Tenharim e Mauro dela Bandera, pela leitura deste artigo, escusado dizer que os erros são minha responsabilidade.

noções de contato e isolamento. Minha intenção, neste sentido, é introduzir trechos de algumas entrevistas realizadas com diferentes lideranças sobre seus parentes em isolamento, bem como os riscos e as pressões aos quais estão sujeitos atualmente.

Os Tenharim são um grupo kagwahiva falante de uma língua tupi-guarani que habita a região do médio curso do rio Madeira, no sul do estado do Amazonas, e na região do alto rio Madeira e rio Machado, em Rondônia. O termo *kagwahiva* quer dizer "nós" ou "a gente" e aplica-se, igualmente, aos Karipuna, Uru-eu-wau-wau (Jupaú), Amondawa, Juma, Diahui, Parintintin e Tenharim. Além destes grupos, há evidências de grupos kagwahiva em isolamento nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas. Dado o contexto de intensa exploração agropastoril e minerária, somada à ameaça contínua pela ação de narcotraficantes, grileiros, madeireiros e, mais recentemente, empreendimentos hidrelétricos, estes povos vivem sob intensa pressão territorial, vulneráveis às investidas do invasores não indígenas e dos projetos de infraestrutura.

Há anos são encontrados vestígios da presença de grupos indígenas isolados na região do rio Madeira, em particular, na área das cabeceiras dos rios Marmelos e Preto, seu afluente, e nas proximidades do igarapé Jatuarana, por indígenas e não-indígenas, como os brigadistas do Prevfogo do Ibama. Recentemente, porém, a proliferação dos vestígios, sobretudo nas áreas dos castanhais e das cabeceiras dos rios, apontam para uma paulatina reaproximação dos grupos em isolamento em relação às áreas mais frequentadas pelos demais kagwahiva. Mais ainda, este aumento significativo resulta, na avalição dos povos indígenas da região, do aumento da pressão dos invasores nos territórios de ocupação dos isolados, nem todos situados dentro dos limites das Terras Indígenas demarcadas.

Conforme explicam os Tenharim, os vestígios são encontrados cada vez mais perto de suas áreas de circulação e uso cotidiano. Em algumas épocas do ano, sinais como quebradas, pegadas no solo, assobios e movimentação anormal na mata são notados até mesmo nas proximidades das aldeias. Os relatos de avistamento tornaram-se, igualmente, mais comuns durante as expedições de caça, pesca e coleta de castanha, nas quais contam haver encontrado pegadas nas praias, flechas fincadas no chão, restos de fogueiras e comida, e tapiris construídos para abrigo.

Em uma das viagens pelo rio Marmelos, Dorian Tenharim conta que ouviu e viu o fogo dos indígenas. Disse aos "parentes" isolados: *koro pió* ("vem para cá"). Mas não obteve resposta. Na ocasião, ele e Kwahã, uma antiga liderança tenharim falecida, viram, também, rastros e perceberam que não estavam distantes dos isolados. Assim, optaram por deixar frutos de uxi para os parentes, que os recolherem para comer. Dorian observou que eles também usavam *jiukura*, tipo de sal feito da folha de algumas palmeiras que é produzido pelos Tenharim.

Dar visibilidade à existência dos grupos em isolamento é uma demanda política dos povos kagwahiva. Estes buscam instrumentos mais efetivos para garantir o respeito aos seus direitos diante das grandes e crescentes ameaças à sua sobrevivência e à integridade de seus territórios, dado o aumento vertiginoso da pressão territorial na região sul do Amazonas e norte de Rondônia. A região é conhecida por concentrar, nos últimos anos, alguns dos maiores índices de desmatamento e degradação ambiental na Amazônia e estar na mira de interesses minerários e da instalação de empreendimentos de grande impacto.

Esta demanda tornou-se urgente, conforme aponta a recomendação da Procuradoria da República de Rondônia e do Ministério Público Federal, em nota publicada 28 de junho de 2018[2] ao Ibama e à Funai. A nota recomenda a não expedição da licença prévia de instalação e operação da futura UHE Tabajara, no município de Machadinho d'Oeste (RO), tendo em vista os indícios da presença de mais de um povo em isolamento na área que será impactada pelo empreendimento. De acordo com o documento: "MPF e MPRO ressaltam na recomendação que os índios isolados são grupos que precisam que seu território de perambulação seja ecologicamente equilibrado e protegido de fatores externos para garantir o autossustento e evitar, inclusive, doenças exógenas ao seu sistema imunológico. Os órgãos apontam risco de *genocídio* se esses índios isolados não tiverem a proteção necessária de seu território" (grifo meu).

Em comum, os povos kagwahiva possuem uma dinâmica de intensos deslocamentos – entre as áreas de campos (ricos em palmeiras *Oenocarpos disticus*, a bacaba de leque ou bacaba norte sul), palhais e floresta – e de uso de grandes extensões territoriais marcado pela sazonalidade de seus rituais. Ademais, estes povos compartilham um histórico semelhante de contato com os não indígenas. Este se deu de forma mais intensa e contínua com a chegada dos patrões e seringalistas, mas, principalmente, com o avanço intenso, nas últimas décadas do século XX, da frente de exploração e de desenvolvimento como a construção da rodovia Transamazônica na década de 1970. Portanto, as memórias da dispersão dos grupos que estariam atualmente em isolamento são recentes, a ponto dos laços de parentesco e os nomes de cada um dos que "foram embora" serem lembrados pelos mais velhos.

É por isso que a expressão "em isolamento" ou "isolados" utilizada para fazer referência aos grupos indígenas "sem contato" é alvo de constantes questionamentos pelos Tenharim. Esta categoria não lhes soa adequada para falar dos parentes cujos nomes são vivamente lembrados, assim como a época em que foram embora e seus motivos. Em concordância com este questionamento conceitual, a existência dos parentes que vivem dispersos nas matas não se reduz a vestígios passíveis de variadas interpretações, ao contrário, os sinais são considerados meios de confirmação inconteste da sua presença atual.

A memória dos parentes que partiram para viver distantes, em isolamento – segundo a categoria usada pelo Estado para identificar a condição destes grupos indígenas -, é vivamente recordada pelos mais velhos. Uma das pessoas que partiu foi Anã, irmã de Cari, do grupo tenharim que hoje habita a Terra Indígena do Igarapé Preto. Embora os parentes tenham tentado dissuadi-la, a morte de seu filho primogênito, assassinado por um comerciante local, a fez partir definitivamente com seus filhos e um pequeno grupo. Ela é considerada uma mulher guerreira por saber usar arco e flecha nas caçadas, por isso, é chamada de *Cunha'uwa*, mulher com arco. Além disso, ela sabe cantar, conhecimento caracteristicamente masculino entre os Tenharim. Nas palavras de uma senhora da aldeia Trakuá da Terra Indígena Marmelos:

> *Cunha'uwa também mora para lá. É uma mulher, ela tem arco que ela usa para caçar. Ela é igual homem. Nosso avô que mora no igarapé Preto (Cari) que passou isso para a gente. Ela canta e flecha para matar, caçar, por isso, ela é igual homem. Tem um bocado de gente com ela, homem e mulher. Mas ela toma a frente. Lá na região da cabeceira do Marmelos. No verão, eles ficam atravessando na beira do rio. Eles não fazem aldeia, só tapiri mesmo. Talvez tenham roçado, ninguém sabe. Tá tudo espalhado. Eles passam três dias num lugar, depois vão embora.*

2 Nota disponível em: http://bit.ly/2MXCCF6

Em circunstâncias parecidas àquelas da saída da família de Anã, nos tempos da chegada dos primeiros comerciantes e seringueiros, o grupo de Kwandudjuwa (clã Taravé) foi embora. A seguir, o relato de uma liderança tenharim da aldeia Mafuí da Terra Indígena Marmelos:

> *Na época da chegada dos comerciantes, do primeiro contato, começaram as doenças e muita gente morria. Nessa época, saiu um primeiro grupo de umas quatro ou cinco pessoas. Dois ou três casais. Ele era cacique geral, comandava o grupo dele, o nome dele era Kwandudjuwaga. Nós sempre mantemos ele vivo. O nome dele está sempre vivo. [...] Kwandudjuwaga é do clã Taravé. É uma família muito forte, famoso, nossa origem. Isso não acabou. A gente sabe que nosso parente está aqui. Como deu uma epidemia muito grande, eles pensaram "nosso povo está adoecendo, está morrendo". Eles não sabiam porque estavam morrendo tanto. Por isso, um grupo foi embora, umas quatro ou cinco pessoas e uma dessas pessoas é [do clã] Taravé. Eu sou Taravé. A gente sabe que existe nosso povo, está aí. Com certeza, eles estão nesse limite da nossa reserva. Eles estão aqui para cima. Isso é verdade, que existe nosso povo.*

Depois do grupo de Kwandudjuwa, partiu um grupo do clã Mutum liderado por seu chefe Boaga. Nas palavras de uma liderança feminina da aldeia Mafuí:

> *Nosso parente, para nós, está vivo ainda. Aconteceu a mesma coisa com ele (a mesma história de Kwandudjuwa). "Como vocês vão ficar, eu irei chamá-los de aqueles que ficaram para trás". Então, nós somos os que ficamos para trás e ele está na frente, lá no Igarapé Preto para cima. Ele foi com um grupo que o acompanhou.*

Ela prossegue sua narração:

> *Boaga era um dos caciques que mandava em quase todo o povo Tenharim. Ele também foi com o grupo dele para lá, com os filhos dele. Está para lá. Foi há muitos anos. O grupo dele foi embora antes que o de Cunha'uwa. Ele foi embora com a família pelo mesmo motivo da guerra do branco. O branco matou três filhos dele e a mulher dele. Aí, ele não quis viver mais aqui onde ele morou. Então, ele disse: "Eu vou ficar por lá agora e vocês vão ficar aqui".*

Praticamente exterminados por uma epidemia de gripe durante o contato, o grupo chamado Kãkão, termo que faz referência ao nome do seu chefe, habitava uma região chamada de Tenondé'hu, onde hoje é o Igarapé Preto. Sobre esse grupo, cujos remanescentes seguem vivendo na TI Igarapé Preto, conta Izac Tenharim:

> *A família da minha mulher é Kãkão. Eles são outro Kagwahiva. É tipo Karipuna. Eles falam a mesma língua que a nossa. Amondawa também fala a mesma língua. Os Kãkão são lá do Igarapé Preto mesmo.*

Assim, o contato negativo com os não indígenas, que lhes levaram doenças, epidemias e morte, atos de violência física e espoliação de seus recursos naturais, resultou em um primeiro movimento de grupos que se afastaram definitivamente. Segundo Maria Kururuí, anciã que vive na aldeia Mafuí, neste período, muitos comerciantes e seringueiros entravam na região a partir da foz do rio Marmelos e suas doenças assolavam as comunidades indígenas. Por tal motivo, algumas delas partiram para o sul da TI. Ao relembrar os parentes com quem já não tem contato, a anciã nomeou um dos grupos familiares que teria partido para a região sul da Terra Indígena e que era liderado por Mandaredjiua, que, no passado, tinha contato com seus pais e avós. Conforme Kururuí, Mandaredjiua era um antigo cacique do clã Taravé que partiu em companhia de sua esposa Boredjiua, dos filhos Uriaynha e Iridji e de sua irmã Tugwara'vi. Antes de partir, o grupo de Mandaredjiua cantou uma música que trata da saudade dos parentes que partiram.

O cacique Manoel Duca, por sua vez, observou que os parentes se separaram na época em que os seringalistas entraram na região ao redor do rio Marmelos. Segundo o depoimento, o patrão chamado Garcia teria espalhado os índios por todos os lados para extrair seringa e coletar castanha na região, e a violência empregada teria dispersado parte do grupo, que teria, inclusive, fugido para a área do Igarapé Preto.

O contato dos Tenharim do Igarapé Preto se deu também com a chegada das empresas extrativistas minerais, como a do grupo Paranapanema. A presença maciça de trabalhadores causou a redução drástica dos Tenharim desta região e a dispersão dos grupos kagwahiva pela calha do rio Roosevelt. Na década de 1960, a cassiterita, da qual se extrai o estanho, atraiu uma grande leva de garimpeiros para Rondônia. A entrada dos não indígenas foi facilitada pela abertura das estradas BR-364 e BR-230, a Transamazônica.

Mais recentemente, em 2016, Luceno, filho de Domiceno Tenharim, partiu sem deixar qualquer pista ou vestígio na mata. Foi por desgosto da realidade enfrentada por seu povo, mas, principalmente, por uma tristeza profunda por ter visto o pai ser injustamente acusado por um crime que não cometeu. Para Domiceno, a ausência de sinais, muito embora tenham sido feitas expedições de buscas nos últimos anos, é uma prova de que o filho pode estar vivendo com os parentes isolados:

> *[...] O meu filho foi embora. Está com três anos, mais ou menos. Nós vamos resistir para proteger esse rio, porque muitos parentes foram para esse rumo. Também os Karipuna eram desse rio Preto, depois eles foram embora. Como meu menino, foi e nós não encontramos nada. A gente tem a esperança de encontrar ele junto com a nossa família que saiu [grupos isolados]. Eles encontraram ele. Como nós temos grupo para cá, para o lado do Kanindé'hu e para cá do Tenondé'hu, ele pode estar com eles.*



imagem Duca Tenharim, cacique da aldeia Boa Vista, TI Tenharim Marmelos, Amazonas.

Lembrar e falar dos parentes costuma emocionar os Tenharim, que logo ficam com a voz embargada e os olhos marejados pela força que as memórias trazem consigo. Mas a tristeza não é apenas de saudade, pois o medo do extermínio de seus parentes que vivem nas matas tornou-se uma preocupação constante com o aumento evidente das invasões de seus territórios. Nos cantos de Cari Tenharim, o ancião fazia um último apelo dizendo que os

garimpeiros, as cercas das fazendas e seus pistoleiros, os madeireiros e as hidrelétricas estão cercando seus parentes que já não têm para onde fugir.

Provoca também angústia o desaparecimento de Luceno Tenharim, que, segundo acreditam, deve estar vivendo com seus parentes nas matas mais distantes. Além dele, os remanescentes de vários grupos kagwahiva em refúgio jamais são esquecidos nos relatos de seus parentes.

Para os Tenharim, é urgente proteger os territórios habitados pelos Kagwahiva isolados, pois estes estão em áreas cobiçadas por diferentes grupos econômicos cuja força política é mortífera.

DEPOIMENTOS

Pedro Peruano Parintintin

"Sim, nós ouvimos falar que há índios isolados para cá. Eles ficam andando, atravessando o rio Marmelos e o rio Preto. Eles ficam andando para lá e para cá. Aí viram andando, quebrando coisa. É nosso parente mesmo, que fala nossa língua, que mora para lá. São nossos parentes antigos que sobraram para lá. Meu avô Cari contou que tem nossos parentes para cá. O pessoal ficou com medo quando a estrada [Transamazônica] chegou. Todo mundo espalhava. Até a gente ficou com medo quando vieram as máquinas. Quando a gente escutou a zuada do maquinário, todo mundo se espalhou, só depois de alguns dias a gente se encontrou de novo. Criança correu no mato. Assim também com os índios isolados. Ninguém tinha visto. Nos dividimos. Todo mundo correu. Alguns correram e não voltaram. Eles mostraram pão para nós, eu não conhecia. Nós pegamos sarampo, catapora, papira, tudo a gente pegou. Não sei quantas pessoas morreram. Também pegamos guariba [coqueluche]. Ninguém socorreu. Naquela época, os pajés já tinham morrido também. O branco falava: "ninguém vai mexer com vocês. A gente vai dar as coisas para vocês!". A gente ficou desconfiado. Eles deram comida e, com o tempo, fomos acostumando.

Macedo Tenharim

"Em todo o canto a gente vê o rastro dele. Índio isolado tem. Por isso, nós sempre falamos a respeito da barragem, eles estão lá. Não pode fazer! Não pode fazer por causa deles! A gente explica para o pessoal, para a empresa. Nós temos parentes isolados ali. E se fazer? Vão cobrir eles com água e eles vão morrer tudinho. Por isso que a gente está preocupado com isso aí. Até nós estamos preocupados com eles e com a gente também. Isso é o que estou contando para ti. Se fizer a barragem, a gente vai morrer. A água vai cobrir a gente, né? É isso que eu estou falando. As coisas do mato, tem porco do mato, peixe, queixada, veado, cotia. Porque vai cobrir tudo a água. Tem todo tipo de fruta. Por isso, a gente está preocupado.



imagem Macedo Tenharim e sua esposa, aldeia Kampinhu'hu, TI Tenharim Marmelos, Amazonas.

Felipe Tenharim

"Nós temos absoluta certeza da existência deles. Eles frequentam as regiões das cabeceiras, desde a região dos Diahui até a região do Igarapé Preto. Eles circulam por essa região em busca de alimentos. Nessa época da vazante, eles não ficam muito no centro da floresta, eles se aproximam de onde tem mais água nos igarapés. São grupos pequenos. É um grupo que decidiu ficar lá. Esse é o costume deles. Eles também são Kagwahiva. Eles são diferentes da gente. No passado, os encontros eram mais frequentes. Os grupos se encontravam até que decidiram não ter mais contato com ninguém, até mesmo com a gente. Eles têm o mundo deles próprio, a própria organização social. Não é como a gente. É um grupo que anda com cuidado, sem fazer barulho. Eles sabem que estão cercado por outros indígenas e não indígenas que estão no meio desse território.

Izac Tenharim

"Esses índios isolados estão correndo por aí, porque já está tudo destruído. Eles ficam na ilha [onde está preservado]. No verão, os indígenas andam muito, porque é raso. No inverno, eles ficam na terra firme, porque tem muito igapó. A gente que está no dia a dia na floresta, a gente sabe onde anda e onde existem os índios isolados, porque a gente vê por onde eles passam. Quando a gente vê a diferença do andar nosso, só no olhar a gente conhece que não é gente daqui, mas é nosso pessoal isolado.

Duca Tenharim

"Eles se espalharam na época dos seringalistas. Foi aí que saiu esse grupo que hoje é isolado e esse outro grupo que é o do igarapé Preto. O pai do finado Geraldo, que era o pai do Plínio lá do igarapé Preto, que era cacique, chamava ele de Ipoari. Ele saiu daqui e foi para lá tomar conta do pessoal dele. A minha mãe era de lá, mas casou com meu pai que é daqui do Itinguihu, o Marmelos, na língua do seringueiro. Eles, os índios isolados, estão por aqui ou por trás do igarapé Preto. Eles ficam mais entre o rio Preto (Iunui) e o rio Maici, que é o mato mais crescido. Eles vêm pescar todo ano, tempo de verão eles vêm para o rio. Eles ficam no mato mais fechado, onde não entra branco. Eles fogem da zuada de madeireiro. Na época dos nossos bisavôs, teve esse conflito com os seringueiros e foi aí que os índios se espalharam. O pessoal do igarapé Preto tinha só quatro pessoas, a maioria morreu por conta do contato dos seringueiros e da mineradora. Agora tem muita gente lá.

Sebastião Diahui

"Com a hidrelétrica Tabajara, fica complicado. Daí vêm gripe, febre amarela e outras doenças. E vão morrendo. Quem vai pra lá sempre vê um vestígio. Eles veem a gente e ninguém vê eles. Eles vieram até aqui no castanhal do meu tio Pedro , derramaram café. Eles veem a gente. Eles não mexem com ninguém. Vemos rastro deles. Uma vez estávamos quebrando castanha e escutamos um grito. Eles andam direto. Antigamente, nós também andávamos sempre. Não tínhamos um lugar fixo. Eles vêm pra cá, vão pra lá. A área demarcada deles é onde eles cansam.

João Bosco Tenharim

"Com esse grande projeto do governo, como a UHE Tabajara, a gente se preocupa muito. A gente se preocupa, porque eles estão sem contato com ninguém e o contato é muito ruim para o índio. Até hoje, o povo Tenharim, a gente não recuperou bem o número da população. Na abertura da Transamazônica, isso aconteceu e, no primeiro contato com o ribeirinho, isso aconteceu. Então, isso é ruim.

Tenho certeza disso. É verdade que existem nossos parentes aqui para cima, a gente já falou isso. Desde o início, a gente já falou isso. Eles estão andando nos limites da nossa terra, perto dos brancos, porque nossa terra faz

limite com Mato Grosso e Rondônia. Como as fazendas ficam tudo ao redor, eles empurram os isolados para cá. Eles ficam no meio. Diz que tem muito pessoal fazendeiro. Eles têm medo, porque eles matam para tomar aquela terra, dizendo que é deles. O pessoal da Hidrelétrica Tabajara fica dizendo que é coisa da cabeça dos índios, que a gente não sabe. O pessoal fala muito isso nos relatórios. Então, a gente tem que ser muito forte.

Eles circulam, com certeza, entre a cabeceira do Marmelos e o rio Preto. Aqui para baixo é o rio Branco. Eles estão nesse meio aqui. Com certeza tem muito garimpo por ali, muita gente diz isso. Se hoje tem dois fazendeiros no limite, amanhã terão cinco. E assim vai acontecendo. Eu quero ir lá nos limites da terra, o problema tá vindo de lá. A gente precisa barrar a guerra lá no limite, a gente não pode deixar entrar na nossa terra. Tem que barrar na fronteira, porque é perigoso chegar até aqui. A gente tem que começar a andar por lá, porque tem índio isolado. Para fazer monitoramento.

Margarida Tenharim

"São somente esses três grupos mesmo. Sempre falamos do nosso grupo; a gente fala deles o tempo todo. A gente fala assim: "não comete coisa ruim porque, de repente, Boaga tá ai". Ele está por aí e ele não gosta dessas coisas desorganizadas. Tudo tinha que ser coisa boa, ele não gosta de problema. Por isso, até hoje, o nome dele é respeitado. Ele deixava muita recomendação e conselho: "Vocês precisam vigiar o território. O meu espírito sempre vai estar perto de vocês para poder dar força para vocês. Se vocês saírem desse lugar, vocês não têm futuro. Aqui é o seu futuro. Cada qual tem o seu futuro. Assim vocês vão passando de geração para geração". Foi esse recado que ele deixou para nós. Nós não vamos esquecer. As pessoas perguntam: "Será que é verdade que os Tenharim usam todo esse território?". Lógico que a gente usava e usa. O contato diminuiu muito a gente. Isso tudo era cheio de gente. E hoje só tem esse pouco por causa do contato, da epidemia. Então, nós Tenharim, a gente só se preocupava com o nosso território. E o que fazia? Ia fazer roça, depois volta com um ano. Quando voltava para lá, tinha muito milho, cará, abacaxi, mamão. Depois da nova roça, não vem muito. Por isso, mais longe dava muito e ia buscar para fazer [a festa] mbotawa e trazia. Rodava esse território todinho, tinha muita aldeia. Por isso que nós temos terra. Muitos perderam terra. A gente não vai se acostumar com outra terra, porque nosso espírito não vai se acostumar. Nós queremos nossa terra, onde nós andamos. Onde nosso passado andou. Conhecemos nossa terra. Não queremos terra dos outros. É assim que a gente pensa e assim que nós somos.

"UM CONTATO PODE CAUSAR O EXTERMÍNIO DE UMA COMUNIDADE INTEIRA

A Frente de Proteção Etnoambiental Madeira se fundiu com a Frente de Proteção Purus em 2014. Desde então, a FPE Madeira-Purus, coordenada por **Daniel Cangussu**, monitora nove registros de povos isolados em um território que se estende por todo o sul do Amazonas, fazendo limite com o leste do Acre e Norte do Mato Grosso.

Qual a área de atuação da FPE Madeira-Purus? **A circunscrição da FPE Madeira/Purus abarca todo o sul do estado do Amazonas e contempla três grandes interflúvios, o médio Juruá/Purus, médio Madeira/Purus e o interflúvio presente entre o rio Madeira o rio Roosevelt. Esse extenso território é resultado da fusão de duas FPEs, originalmente FPE Madeira e FPE Purus. É um contexto etnográfico bastante complexo. Do Purus até o Juruá, estão as referências de isolados arawá, grupos indígenas que têm distribuição geográfica bastante restrita. Nas duas margens do Madeira, estão as referências tupi kagwahiva.**

No Juruá-Purus, atuamos junto a um povo indígena de recente contato, que são os Suruwaha, uma população com 154 pessoas, e junto aos Hi-Merimã, um povo indígena isolado. Acreditamos que, a julgar pelos vestígios, os Hi-Merimã sejam um grupo de, aproximadamente, 100 pessoas, talvez um pouco mais. É um povo com muita mobilidade territorial. É um grande desafio monitorar um povo com esta característica.

Já no Madeira, não temos nenhuma referência confirmada. Temos uma área de restrição de uso que fica no interflúvio Madeira-Purus, que é a TI Jacareúba/Katawixi. Muitas áreas de campo e campinaranas entre as áreas de castanhal e babaçu. Já encontramos vestígios muito fortes nesta região. Vestígios contundentes da presença de povos isolados, sobretudo, no passado. Com a crise de recursos (financeiro, humanos e logísticos), não temos conseguido dar sequência às expedições neste setor. Mas os índios estão lá. Basta as coisas se organizarem para que a FPE possa alcançar novamente pistas frescas e confirmar definitivamente esta referência. Espero que isso aconteça logo.

Já nas proximidades do Rio Roosevelt, que também está fortemente relacionado a referências kagwahiva, acreditamos que são grupos vinculados historicamente aos Tenharim, Djahui e Parintintin. Ali, temos feito um trabalho em parceria, principalmente, com os Tenharim das Terras Indígenas Marmelos e Igarapé Preto, para a implementação das expedi-

nota das editoras Entrevista concedida à Clara Roman, jornalista do ISA.



ções de localização. Para efeitos técnico/administrativos, são referências não confirmadas. É algo interessante, porque existem outras formas de enxergar esses vestígios. Os Tenharim, por exemplo, acreditam que a presença destes isolados é real. Conhecem a história desses parentes e sabem contar detalhadamente onde e como ocorreram as dissidências. Relatam sempre encontrar vestígios dos parentes nas matas e nas praias dos rios da região. E isso é um fator de grande mobilização e importância social para estas pessoas.

Como são os trabalhos nesta região? Ali é um contexto complicado, porque grande parte dos territórios são campos naturais e campinaranas. E os campos amazônicos são de difícil monitoramento, já que não tem material botânico suficiente que favoreça vestígios mais permanentes. Também tem descontinuidade na paisagem. As quebradas da mata desaparecem quando chegam nos campos. Creio que deve haver uma grande mobilidade por entre os campos e um estabelecimento nas matas mais domesticadas, com mais recursos. Estes contextos requerem metodologias de localização bastante específicas.

Quais as principais ameaças? Os índices de desmatamentos são alarmantes na região, algo que é facilmente constatado por imagens de satélite. Mas há várias outras pressões ali. Grilagem de terras, mineração ilegal e a perspectiva de mais uma usina hidrelétrica, a Tabajara. Ela está planejada para ser construída a poucos quilômetros do rio Marmelos, que é onde a gente encontra a maior concentração de matas – que são ambientes adequados para estabelecimento dos isolados. Em um ambiente com essas características (grandes áreas de campos e algumas poucas matas), a floresta passa a ter uma importância especial. Neste caso, as matas se concentram nas cabeceiras do Marmelos, tornando-se local propício para a ocupação dos indígenas isolados.

imagem Entrada da TI Hi-Merimã, na boca do rio Aripuanã, Amazonas.

E no caso dos Hi-Merimã? São contextos de pressões territoriais bastante distintos. Atualmente, não há sobre o território hi-merimã pressão de madeireiros e garimpeiros e, até onde sabemos, não há projetos de instalação de grandes empreendimentos no seu entorno. A questão principal é que os Hi-Merimã são muito numerosos e utilizam não só a TI demarcada, mas uma área muito maior. A mobilidade hi-merimã alcança áreas da Resex Médio Purus, parte das Terras Indígenas do entorno e áreas devolutas. Monitorar e proteger todo esse território é um grande desafio.

Também são realizadas ações junto ao entorno, ocasião em que são esclarecidos alguns aspectos territoriais dos Hi-Merimã. Há muita gente curiosa ou assustada que precisa ser esclarecida. Grande parte das TIs do entorno do território hi-merimã possui moradias permanentes de grupos de missionários evangélicos proselitistas e esse talvez seja o grande desafio. Esses missionários querem contatar e evangelizar os indígenas isolados.

No final do ano de 2018, um missionário entrou pela parte sul da TI Hi-Merimã e acessou alguns acampamentos. Eu sei que os acampamentos estavam desabitados, pois havíamos estado lá três meses antes, em expedição. Os grupos missionários são muitos organizados e muito bem financiados; um grande risco para os isolados. É um contexto de muito antagonismo, mas de muita convicção. Eles estão certos que precisam levar a palavra do Deus deles aos isolados. Tenho certeza de que nunca desistirão. Por outro lado, penso que os indígenas apenas querem que nós os deixemos em paz. Nosso dever é fazer com que essa vontade seja respeitada.

Qual o principal risco de um contato feito por missionários? A FPE mantém um controle rigoroso da saúde dos seus funcionários e colaboradores. A cada entrada em campo para atuação direta com os Suruwaha ou em expedições pelo território hi-merimã, são realizados exames de saúde entre os membros das equipes para garantir que não sejamos vetores de doenças. E essa não é uma preocupação de um missionário. Sabemos que alguns deles, em um passado não tão distante, implementaram expedições pelo território hi-merimã, algumas delas interceptadas pela coordenação da FPE.

Há relatos de indígenas do entorno que participaram destas expedições junto aos missionários de que haviam pessoas gripadas durante as caminhadas. Pessoas que tiveram febre. Então, se acontece um encontro em uma situação assim, isso pode gerar o extermínio completo da comunidade. O longo período de isolamento impediu que o sistema imunológico destes povos pudesse dar respostas imunológicas eficientes a alguns patógenos comuns entre a gente. Um contato, neste contexto, gera um risco epidemiológico com resultados tão severos quanto todas as outras pressões as quais os povos indígenas isolados do Brasil estão sujeitos.

E quais são as pressões sobre as outras referências de isolados? Tanto na referência dos Jacareúba/katawixi quanto no Marmelos, as pressões são as mesmas:



caça ilegal, hidrelétricas, ações intensivas de madeireiros, grilagem e etc. A invasão da Amazônia via Rondônia e que chega até o município de Lábrea (Amazonas) é um fenômeno muito intenso. A grande várzea do rio Purus, que pode alcançar dezenas de quilômetros em alguns pontos, parece inviabilizar a continuidade da Transamazônica pelo território arawá. Portanto, essas áreas ainda estão a salvo das pressões associadas aos grandes desmatamentos, grilagens e tudo o que acompanha o avanço da infraestrutura desorganizada do Brasil.

Há algum registro de contato com os Hi-Merimã? O termo "isolado" é uma categoria administrativa. Essas relações são muito mais dinâmicas e complexas do que o próprio nome sugere. Há relatos de mulheres hi-merimã vivendo em aldeias Paumari em 1930. Há diversos relatos de encontros entre os Hi-Merimã e sorveiros em meados do século XX. Era muito comum os Hi-Merimã visitarem o acampamento dos sorveiros. Além disso, compartilham diversos aspectos culturais com os Jamamadi e Banawa. Os dados antropológicos levam a crer que os grupos Jamamadi, Hi-Merimã e Banawa são uma reunião de remanescentes de diversos grupos muito menores, provavelmente, vivendo mais dispersos e com grande mobilidade pelo interflúvio Juruá/Purus. Após alguns conflitos e massacres desencadeados pelos patrões da região, houve um recuo por parte de um ou mais grupos. Os Hi-Merimã decidiram permanecer isolados. São caçadores-coletores, não plantam absolutamente nada. Alguns acreditam que eles se submeteram a um processo conhecido por "regressão agrícola", ou seja, perderam a prática da agricultura. Eu, particularmente, creio que não. Acho que os Hi-Merimã, assim como todos os povos arawá, descendem de povos caçadores-coletores. Mas essa é uma longa história.

E os povos Kagwahiva? Os Kagwahiva têm uma memória viva dos episódios que os vinculam aos povos que se isolaram

imagem Acima: Habitação do povo Suruwaha na TI Zuruahã, Amazonas; ao lado: cesto e pilão dos isolados Hi-Merimã.



nas cabeceiras do rio Marmelos e entorno. Isso está relacionado com a abertura da Transamazônica, assim como a outros conflitos internos. A abertura da Transamazônica e a instalação da empresa Paranapanema foram episódios marcados pela diminuição demográfica desses povos e pela dissidência desses grupos. Isso tem sido relatado por eles. Algumas parcelas dos Kagwahiva se mantiveram isoladas. Os relatos e a investigação feita revelou que alguns destes episódios são muitos recentes. É possível identificar, inclusive, a relação de parentesco entre algumas famílias presentes nas aldeias da Transamazônica e os isolados.

Qual é a estrutura FPE Madeira-Purus? A FPE está sediada no município de Lábrea, às margens do rio Purus. Temos um escritório local e um flutuante (a partir de onde articulamos nossa logística fluvial). Temos três bases de proteção: A Base Suruwaha, instalada no rio Hahabiri, com a função de proteger o acesso principal do território suruwaha; a Base Canuaru, instalada no sul da TI Hi-Merimã; e a Base Piranha, que protege o noroeste e o sudoeste do território hi-merimã. Temos também duas pequenas bases mais avançadas: o postinho que foi construído dentro do território dos Suruwaha e que é utilizado eventualmente a fim de acolher servidores da FPE e Sesai durantes as ações de saúde, e a Base Jeruã, administrada apenas nos tempos de cheia para regular o acesso dos ribeirinhos da Resex Médio Purus ao sul do território hi-merimã. Por meio do nosso barco, o Kadango, voadeiras e canoas, articulamos toda a logística fluvial.

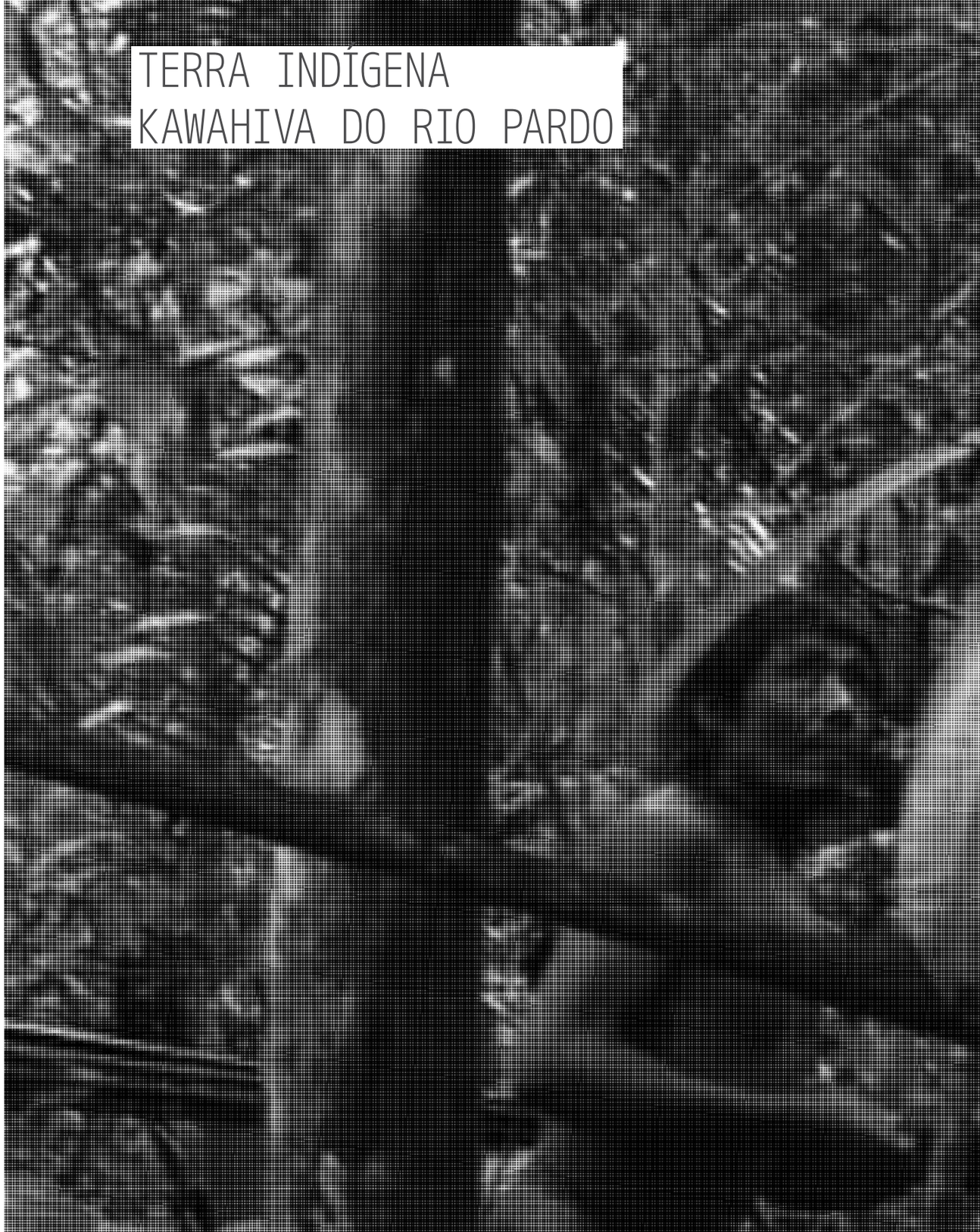
A Frente tem encontrado dificuldades para realizar suas expedições? O monitoramento dos Hi-Merimã é simples, já que é um povo numeroso vivendo em um território preservado. Os vestígios são apenas os deles. Andando um pouco para o seu interior, encontramos os primeiros vestígios. Caminhando um pouco mais, é possível mapear os varadouros (os caminhos dos indígenas pela mata),

os acampamentos e obter as informações necessários para articularmos a ações de proteção do território. Então, é muito tranquilo. Com apenas duas semanas de caminhada, você consegue vasculhar todo um setor do território e fazer os registros necessários. As expedições de localização dos Kagwahiva são mais complicadas, pois o território é muito extenso e heterogêneo. Além disso, sair de Lábrea para monitorar o rio Marmelos é uma viagem longa e a FPE tem poucos recursos. Acho que ainda somos uma FPE especialista em vestígios arawá, aprendendo a ver e interpretar os vestígios kagwahiva. Seria necessário que tivéssemos uma estrutura operacional no Madeira, com equipamentos, pessoal, contratos, fluxo constante de pessoas. Uma estrutura ativa mesmo, para que as pessoas pudessem se debruçar sobre aquele contexto etnográfico.

Por que a FPE Madeira fechou? Uma decisão difícil. Acompanhei parte das articulações. É todo um contexto delicado e de grande pressão sobre a Funai e seus servidores. Estamos sempre quebrando a cabeça para fortalecer a CGIIRC e buscar uma conformação mais adequada para a circunscrição das FPEs. Acreditou-se, na época, que a equipe da FPE Purus pudesse assumir essa demanda e, com isso, poderíamos utilizar os cargos de confiança da FPE Madeira a fim de alavancar outras demandas mais emergenciais. Eu apoiei a ideia. Me envolvi bastante com o projeto, o qual me trouxe muitas alegrias e amigos. Atuar junto aos Tupi e suas matas de campos e palhais foi uma das coisas mais incríveis que a Funai já me proporcionou. Mas hoje não conseguimos responder às demandas. Nos falta recursos, pessoal e contratos. Nosso estoque de ideias criativas também vem se esgotando em meio a um cenário tão complicado e que parece não ter fim.

Como é a relação dos povos indígenas contatados com os isolados? Cada caso é um caso. Os Suruwaha, por exemplo, não têm os Hi-Merimã como amigos. Recordam-se de episódios de violência e morte, de furtos de roças. Um misto de medo e raiva. Jamais se aproximam dos vestígios. Penso que haja um sentimento recíproco, a julgar pelos vestígios. Os Hi-Merimã evitam se aproximar do território suruwaha. Já os Jamamadi, esses têm uma relação muito mais próxima com os Hi-Merimã. Se reconhecem na cultura material dos isolados.

Há um certo discurso padrão entre os povos do entorno que buscam evidenciar uma suposta indigência entre os Hi-Merimã. Pedem que eu faça o contato com os isolados ou que, pelo menos, leve manivas para os mesmos. Acreditam que os Hi-Merimã precisem da assistência da Sesai, de escolas, remédios e dos bens industrializados dos brancos. O hábito caçador-coletor é visto pelos povos do entorno como um risco para a segurança alimentar dos isolados. O que temos feito é inserir integrantes destas comunidades em nossas expedições e deixar que tirem suas próprias conclusões diante dos vestígios. Os acampamentos dos isolados repletos de moquéns, dezenas de ossos de queixadas e antas e as grandes oficinas de processamento de batatas selvagens e frutos de palmeiras oferecem uma outra referência para avaliar a suposta indigência hi-merimã.



ISOLADOS KAGWAHIVA RESISTEM AO CERCO DO DESMATAMENTO NO MATO GROSSO

Em fuga permanente e sob constante ameaça de extermínio, os sobreviventes kagwahiva resistem no rio Pardo e asseguram uma ilha de conservação florestal em meio ao avanço de pressões fundiárias.

VICTORIA FRANCO jornalista do ISA

Um olhar descuidado talvez não percebesse a pequena casa de palha diluída no cenário da mata. Porco, mutum, cotia, macuco, inhambu – uma vez avistados entre as frestas da cabana, tornam-se alvo de quem caça. Do esconderijo, conhecido como "tocaia", o grupo isolado não avança imediatamente sobre os bichos, mas começa a imitá-los e atraí-los pouco a pouco. No entorno, o caminho é marcado por restos de castanhas, mel e frutos coletados pelos indígenas.

Como se trata de um povo nômade, as cenas descritas logo se desfazem e reconfiguram-se em outros locais na floresta. A permanência dos Kagwahiva imprime marcas na mata que serão posteriormente lidas pelos servidores da Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) Madeirinha-Juruena/Funai. Na beira de córregos, por exemplo, sabe-se que estiveram ali sempre que há nas águas resquícios do timbó, um cipó venenoso batido no rio para trazer à superfície os peixes que irão ao fogo. Diante dos vestígios, a equipe da Frente volta das expedições à Terra Indígena (TI) Kawahiva do Rio Pardo, no Mato Grosso, com a informação que garante a proteção da área: a presença de isolados na região.

A TI tem cerca de 412 mil hectares de extensão e foi declarada como de posse permanente do grupo kagwahiva pelo Ministério da Justiça em 2016, depois de mais de 15 anos de luta por seu reconhecimento. Inicialmente interditada em 2001, a área já estava no radar da Funai desde 1999, quando um grupo de madeireiros detectou a presença de isolados e uma frente de proteção se instalou no local. A restrição de uso, que durou três anos e foi renovada em 2004, possibilitou o início dos estudos antropológicos na região, necessários para assegurar a reprodução física e cultural dos indígenas, como prevê a Constituição Federal de 1988.

No processo de identificação da terra, foram levantados registros da FPE que confirmam a habitação permanente dos Kagwahiva no território há, pelo menos, 70 anos. O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI, coordenado pelo antropólogo Gilberto Azanha, foi aprovado em 2007 e trouxe a caracterização e o levantamento fundiário da terra, que implicariam, no decorrer do processo demarcatório, a retirada de ocupantes não indígenas da área.

A aprovação não agradou a madeireiros e outros invasores, cuja presença concentrada entre o noroeste do Mato Grosso, leste de Rondônia e sul do Amazonas batizou a região de "arco do desmatamento", com registros de altos índices de degradação florestal e conflitos no campo. Até 2017, foram, pelo menos, 6,5 milhões de árvores derrubadas dentro da Terra Indígena, de acordo com monitoramento realizado pelo ISA, a partir de dados do Prodes/Inpe. "Se a Funai não tivesse uma base ali, com certeza não existiria mais nada de floresta em pé. Porque lá é um poder político muito grande por conta de madeira. A única coisa que está

imagem Página anterior: indígena isolado na TI Kawahiva do Rio Pardo, Mato Grosso; ao lado: vista aérea da Base permanente da Funai na TI Kawahiva do Rio Pardo, Mato Grosso.



salvando é a TI", diz Jair Candor, servidor há mais de 20 anos no local e coordenador da FPE Madeirinha-Juruena, com jurisdição sobre a TI Kawahiva do Rio Pardo.

As ameaças à área são históricas: nos anos 1980, com a abertura da MT-206, conhecida como "rodovia da produção", o território dos isolados se tornou mais vulnerável a explorações ilegais ligadas ao setor madeireiro, garimpeiro, ao agronegócio e à grilagem de terras. Por segurança, desde então, os indígenas abandonaram a prática dos roçados e passaram a viver em uma região mais remota, nos contrafortes da Serra Morena (ou Grande), entre os rios Guariba e Aripuanã, no município de Colniza, norte do Mato Grosso. Estão sempre em acampamentos temporários e se alimentam exclusivamente da coleta, pesca e caça de animais pequenos e aves.

Na literatura antropológica, os isolados do rio Pardo são classificados como parte de um coletivo de povos kagwahiva, no qual se inserem também os Uru-Eu-Wau-Wau, Karipuna, Parintintin, Tenharim, Diahói, Juma, Kawahibí do Madeirinha e Kayabi. Segundo o relatório de Azanha, as primeiras referências a esses grupos são datadas de 1750, na região do curso superior do rio Juruena, ao lado dos Apiaká. A princípio desconhecida por frentes de expansão, a partir dos anos 1930, a área entrou diretamente na mira de diferentes levas de exploração econômica: caucheiros, seringueiros, "gateiros", garimpeiros, copaibeiros e madeireiros atingiram o rio Guariba pela calha do Madeira, desde o Amazonas.

Falantes da língua kagwahiva, os cerca de 30 indígenas que vivem na região são os últimos sobreviventes de seu povo. Apesar das intensas pressões que vêm sofrendo desde as décadas passadas, a Funai possui indícios de que o grupo ainda consegue manter três gerações de descendentes vivos – avós, pais e netos. O conhecimento profundo que detêm sobre seu território, diferentemente dos invasores, é o que os fez sobreviver até hoje. Quando percebem a aproximação da equipe da FPE, os isolados começam a tapar os caminhos na mata. "A gente lê aquele vestígio como se fosse um limi-



te que eles propuseram para a gente: 'ó, vocês não podem passar daqui. O limite de vocês acaba aqui e o meu começa'. E a gente respeita", conta Candor.

Ao longo dos 20 anos de atuação na TI, a Funai fez algumas tentativas de aproximação com os Kagwahiva, preocupada com a possível extinção do povo. Em 2007, ano em que foi aprovado o relatório de identificação, algumas delas marcaram a memória de Candor: "a área estava sendo muito invadida e nós estávamos quase sem recursos, sem condições de brecar a invasão naquela hora. Então, tentamos fazer contato com os índios. Estava eu, o Rieli Franciscato [FPE Uru-Eu-Wau-Wau] e um indígena parintintin. Nós conseguimos nos encontrar com os isolados, mas não teve acordo".

imagem Tapiri dos isolados kagwahiva, TI Kawahiva do Rio Pardo, Mato Grosso.

A essa altura, já estava escurecendo na mata. Os servidores decidiram acampar e deixar o local apenas no dia seguinte, diante da negativa de aproximação com os Kagwahiva. Depois de um dia repleto de trabalho e tensão, as expectativas de descanso foram contrariadas. Um primeiro ouriço de castanha cruzou o espaço e interrompeu o sono de todos. Daqui a pouco, veio mais um. E, então, iniciou-se uma avalanche de galhos, pedras e tudo que pudesse reforçar o recado: "eles simplesmente queriam que a gente saísse de lá. Poderiam ter nos flechado enquanto estávamos dormindo, mas não. Perturbaram tanto a gente, jogando essas coisas, que a gente teve realmente que levantar o acampamento e sair fugindo no meio da noite", lembra Candor.

O coordenador da FPE Madeirinha-Juruena entende que os Kagwahiva pouparam o grupo em expedição porque sabiam que ele não ameaçaria sua segurança. A relação entre os indígenas e o sertanista foi construída por mensagens inscritas na floresta. Ainda hoje, sempre que vai ao território, leva ferramentas para deixar na mata, como ofertas de brindes aos isolados. "Assim eu me comunico com eles. Como a gente faz um trabalho de monitoramento – vê os vestígios deles, eles veem os vestígios da gente, sabem onde está a nossa base – e estamos atentos aos recados do grupo, acho que temos que esperar o contato partir deles, e não de nós", declara Jair Candor.

A situação, no entanto, é uma bomba-relógio: as fazendas do entorno cercam a Terra Indígena e fazem dos Kagwahiva um povo ilhado, resistindo a um massacre invisível que pode acontecer a qualquer momento. Em texto publicado pelo ISA, Elias Bigio, que trabalhou para a CGIIRC/Funai, conta que a aproximação dos invasores, contrariando as proibições legais, é sorrateira: "para ingressarem sem serem flagrados, eles construíram pontes sobre o rio Guariba, além de uma estrada adentrando a terra" (Bigio, 2017, p. 610).

Em maio de 2019, a Funai intensificou as operações na área. Com o fim das chuvas, o número de invasões se multiplica e os servidores têm o dobro de trabalho. Depois do ataque armado que a base de proteção da TI Kawahiva do Rio Pardo sofreu em 2018, a Funai conta com a presença permanente da Polícia Militar no local, graças a uma decisão judicial com o intuito de barrar a invasão do território. Ações em parceria com o Ibama e a Polícia Federal também são recorrentemente necessárias, porque, apesar da desintrusão de não indígenas na TI ter acontecido no final de 2018, alguns ocupantes ilegais insistem em permanecer na área que, devido às boas condições para o agronegócio, é conhecida como "fronteira econômica".

"A Terra Kawahiva não está demarcada fisicamente. Foi feita a desintrusão, mas tem muitos que se dizem dono das fazendas que estão lá dentro. Vão à Brasília todo mês para brigar e discutir que querem as terras deles de volta. E, às vezes, ficam até me afrontando. Isso não é legal. Mas a nossa metodologia hoje é de não fazer o contato, tentar segurar até o último grau para poder ver. Se realmente não estiver correndo nenhum risco de confronto, a gente vai conseguir deixar eles sem o contato", comenta Candor em favor da política de não contato da Funai.

Embora tenha muita floresta em seu entorno, a região em que se encontra a TI está gravemente ameaçada pelo avanço de frentes de desmatamento. Até a Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, área protegida que faz limite com o território indígena, anda esvaziada dos recursos que garantem a subsistência de seringueiros e castanheiros. "As fazendas acabaram entrando dentro da própria Resex, que hoje, se não souber que lá é uma Resex, você chega lá e acha que é só área de fazenda mesmo, que nunca foi uma reserva. Muito grande o desmatamento na região", relata Candor.

Da mesma forma que os limites da Resex foram desafiados pelos interesses fundiários no Mato Grosso, a TI Kawahiva do Rio Pardo também corre perigo. Seu processo de demarcação, ainda não foi concluído, aguarda a assinatura do decreto de homologação pela Presidência da República. Junto ao fortalecimento da presença local da Funai, a regularização da Terra Indígena será vital para garantir a sobrevivência dos grupos kagwahiva refugiados nas matas. Pode ser uma questão de tempo para que esses refúgios verdes se dissolvam entre o cinza das estradas e o vermelho da terra batida do agronegócio.



NA OUTRA MARGEM DO RIO ROOSEVELT

Pakyî e Tamandua são dois sobreviventes do povo piripkura e vivem cercados por fazendas e madeireiros numa área protegida no meio da floresta amazônica no estado de Mato Grosso.

EQUIPE DE EDIÇÃO

Por muitos anos, Rita foi considerada a única sobrevivente do povo Piripkura. A trajetória da sobrevivente de mais um dos muitos etnocídios que marcam a história do Brasil, foi descrita nos livros da série *Povos Indígenas no Brasil* do Cedi por indigenistas da Operação Amazônia Nativa (Opan) (Cartagenes, R.; Lobato, J. C., 1985/86; 1991). Entretanto, há um pouco mais de uma década, graças a comprometida e persistente atuação de Jair Candor, coordenador da FPE Madeirinha, a equipe da Funai estabeleceu contato com dois outros sobreviventes do grupo. A Funai vem atuando na região desde a década de 1980.

Embora seja de 2008 a primeira Portaria de Interdição da TI Piripkura[1], reconhecida com uma área aproximada de 242 mil hectares nos municípios de Colniza e Rondolândia (Mato Grosso), os registros sobre os isolados Piripkura na região são muito anteriores. Segundo a então equipe do "Projeto Kawahib" da Operação Amazônia Nativa (Opan), em outubro de 1984, foi constatada a existência de um grupo indígena isolado entre os rios Branco e Madeirinha, afluentes do rio Roosevelt, chamados Piripkura pelo povo Gavião do igarapé Lourdes. Relatos afirmavam que membros do grupo, ocasionalmente, aproximavam-se das sedes das fazendas na região, inclusive, estabelecendo contatos intermitentes com Rita, já residente em na Fazenda Mudança. "Cumpadre", um idoso piripkura, era um dos indígenas que a visitava com frequência ali.

O acompanhamento desses encontros permitiu à equipe da Opan registrar o áudio e escrever um vocabulário básico da língua falada por Rita. Com o envio desses registros a pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas, foi possível identificar a família linguística tupi-guarani, do tronco Tupi. Esse grupo faz parte de um conjunto de povos denominados genericamente kagwahiva ou kawahíb, conhecidos por serem guerreiros e agricultores. Estes povos teriam sido acuados e praticamente dizimados devido às sucessivas "correrias" na época da expansão da atividade seringalista na região e, a partir do fim dos anos 1960, se viram cercados pelo avanço das fazendas sobre seus territórios.

Rita, após sofrer repetidos abusos por parte dos funcionários da Fazenda Mudança, foi levada à cidade de Ji-Paraná para a casa do gerente da fazenda. A partir de então, ela cessou de vez com os contatos já ocasionais com os outros Piripkura. Em 1985, ainda sem nenhum encaminhamento concreto por parte da Funai para a avaliação da situação dos Piripkura, a equipe do Projeto Kawahib/Opan, com apoio de Dom Tomás Balduíno, realizou sobrevoos na região. Esta investigação gerou subsídios para encaminhar ao órgão indigenista federal a proposta de interdição de área, resultando na constituição de um Grupo de Trabalho para a identificação da área dos Piripkura (Portaria Funai nº 1938/1985). Uma vez em campo, o GT

1 A primeira Portaria da Funai é a nº 1154/2008. Depois foram publicadas outras seis, tendo sido a última a Portaria nº 1201/2018, ainda vigente. Informações do Sistema de Informação de Áreas Protegidas, Programa Monitoramento de Áreas Protegidas/ISA, jun/2019

imagem Expedição da Funai na TI Piripkura, Mato Grosso.





encontrou vestígios, porém as evidências foram consideradas insuficientes e não houve interdição. Ainda em 1985, em dezembro, uma nova equipe retomou os trabalhos de identificação e, dessa vez, Rita integrou a equipe. Ela havia fugido da casa em que vivia em Ji-Paraná e estava nesse período na Casai, na mesma cidade.

Embora a última caminhada no território tradicional de seu povo tivesse sido alguns anos antes, durante uma fuga, a memória de Rita sobre seu território permanecia intacta. Guardava as lembranças de trajetos e localidades de seu povo e tornou-se peça fundamental na expedição de reconhecimento desse território indígena. Na ocasião, a equipe encontrou um grande número de tapiris dos Piripkura e algumas malocas abandonadas. Esta expedição produziu um relatório pormenorizado que, mais uma vez, foi encaminhado à 8a DR e à Presidência da Funai. O caráter urgente da delimitação da área foi reiterado. Em 1987, após quatro anos vivendo distante de seu grupo, Rita casou-se com um indígena karipuna e passou a viver entre eles.

Posteriormente, segundo relatos da equipe do Projeto Kawahib/Opan, dois Piripkura, conhecidos como "Tititi" e "Curumim", que estabeleciam contatos contínuos com a frente de atração da Funai, informaram que seu grupo totalizava 15 pessoas. Sem a interdição da área, deu-se, nesse momento, a instalação do garimpo Boaventura em uma área limítrofe àquela proposta para interdição da terra dos Piripkura. Em 1988, o então Departamento Nacional de Produção Mineral autorizou dois alvarás de pesquisa mineral dentro da área proposta. Garimpeiros passaram a relatar encontros com os indígenas. Um ano depois, além desse grupo, havia indícios da presença de outros dois povos isolados na região, que se tornou uma área de refúgio.

imagem Acima: Tamandua e Pakyî, indígenas isolados na TI Piripkura, Mato Grosso; ao lado: Pakyî, Tamandua e Jair Candor na Base da Funai na TI Piripkura, Mato Grosso.

Segundo notícia veiculada pelo Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin), em 2007, um ano antes da publicação da Portaria de Restrição de Uso da TI Piripkura, dois indígenas fizeram contato com moradores da Fazenda Mudança. Um deles estava doente e foi levado pela Funai à Casai de Ji-Paraná para receber tratamento médico. Diagnosticado com cálculo biliar, passou por uma cirurgia e ficou em recuperação por um tempo. Depois os dois Piripkura, cujas idades foram estimadas em 50 e 35 anos, voltaram para a mata.

A TI Piripkura é, ainda hoje, um refúgio verde no noroeste do Mato Grosso. Mas ao invés de abrigar os vários grupos isolados que ali viveram décadas atrás, é habitada pelos dois últimos sobreviventes de um massacre. Os dois Piripkura, cujos nomes foram conhecidos apenas, recentemente, Pakyî e Tamandua, lutam para se manter vivos, levando adiante modos de vida de uma cultura atravessada por décadas de violência e extermínio.

Cercados pela pecuária e extração de madeira ilegal, a TI Piripkura segue pouco desmatada, com apenas 1,7% de degradação, graças à presença dos indígenas e, por consequência, da Funai. No entanto, esta situação pode ser revertida: a somente dez quilômetros de distância, no entorno da TI, um quinto da floresta já foi desmatado. Para que a conservação florestal e a proteção dos Piripkura prosperem é preciso um trabalho intenso de monitoramento e fiscalização que a Funai executa em parceria com o Ibama e a polícia federal.

Em 2017, a história impressionante de resistência deste povo frente à violência sofrida ganhou as telas com o filme *Piripkura*. O documentário apresenta as expedições de Jair Candor que acompanha os Piripkura desde 1989. Em apoio à localização de vestígios de seus parentes, Rita, irmã de Pakyî

e tia de Tamandua, ocasionalmente, participa das expedições, ao lado do seu marido Aripã Karipuna.

Ao longo de décadas, a equipe da FPE e os indígenas isolados têm se encontrado esporadicamente. Em 2016, um episódio inédito aconteceu: os dois Piripkura foram à base da Funai em busca de fogo. Desde então, a frequência de aparições dos Piripkura na base da Funai tem aumentado. Jair Candor conta: "Consegui conversar com o mais velho e ele me disse que o problema maior que estão tendo é dificuldade para se alimentar. Estão bem de saúde, mas um deles já está um pouco velho e a chuva tem atrapalhado muito as atividades de caça e pesca. Então esse é um dos motivos pelos quais estão vindo à base".

Em 2018, os Piripkura enfrentaram mais uma batalha: a transferência de Tamandua para um hospital em São Paulo, depois de um diagnóstico de cisto cerebral. Operado, teve complicações e foi à UTI. Seu tio também teve problemas de saúde, com uma indicação de diagnóstico de próstata aumentada. Acompanhados por Rita em todo o processo, os dois, por fim, responderam bem aos tratamentos e retornaram à floresta. "Mesmo após o retorno de São Paulo a gente os têm monitorado e vimos que estão ocupando muito bem a reserva deles", revela Candor.

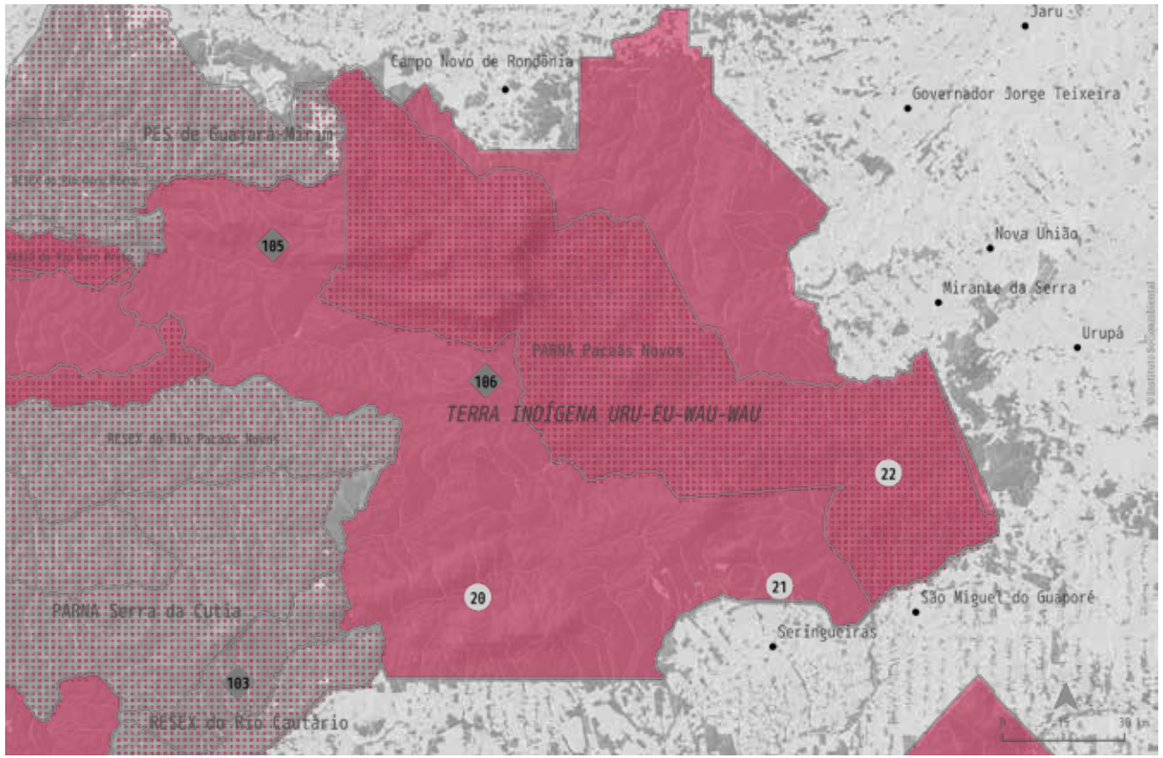
DEPOIMENTO

Jair Candor, coordenador da FPE Madeirinha-Juruena

"Eles tão vindo nos visitar na base a cada 15 dias, uma semana... A gente não tem feito essas expedições lá, porque a gente sabe que os Piripkura são só os dois mesmo. A gente monitorou a área de ocupação deles, onde estão caçando, pescando... Como eles são nômades, não ficam por muito tempo numa área. A gente monitorou uns três pontos de ocupação que tinha sido realmente muito bem ocupado por eles. A situação da TI Piripkura é meio complicada, porque é uma área interditada. Há fazendeiros dentro da TI até hoje, não houve a desintrusão. Então, a lei diz que eles não poderiam ampliar a sua pastagem, não poderia desmatar... Está na lei, né? Mas eles acabam fazendo. A gente tem feito várias excursões com o Ibama, com a Polícia Federal, com autuações e apreensões, mas não tem resolvido, não. Eles continuam, né? Ficou muito fácil para eles derrubarem essas multas, para não pagar e etc. Eles continuam desobedecendo a lei, mas a gente está monitorando, a gente continua. Estamos certos também que o desmatamento dentro da própria interdição da TI Piripkura vem crescendo sim.

nota das editoras Depoimento editado a partir de entrevista concedida à Victoria Franco, jornalista do ISA.





REGISTROS DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NA TI URU-EU-WAU-WAU

- Confirmada
- Informação
- Cidades de referência
- Desmatamento
- Unidades de Conservação
- Terras Indígenas



imagem Página anterior: indígena uru-eu-wau-wau, TI Uru-Eu-Wau-Wau, Rondônia; ao lado: destruição ambiental no limite da TI Uru-Eu-Wau-Wau, Rondônia.

NA MIRA DO "PROGRESSO": GRUPOS KAGWAHIVA ISOLADOS E CONTATADOS LUTAM PARA EXISTIR

Na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, onde vivem os Jupaú, Amondawa e Oro Win, três grupos isolados confirmados resistem às invasões que chegam a cada novo ciclo econômico da região.

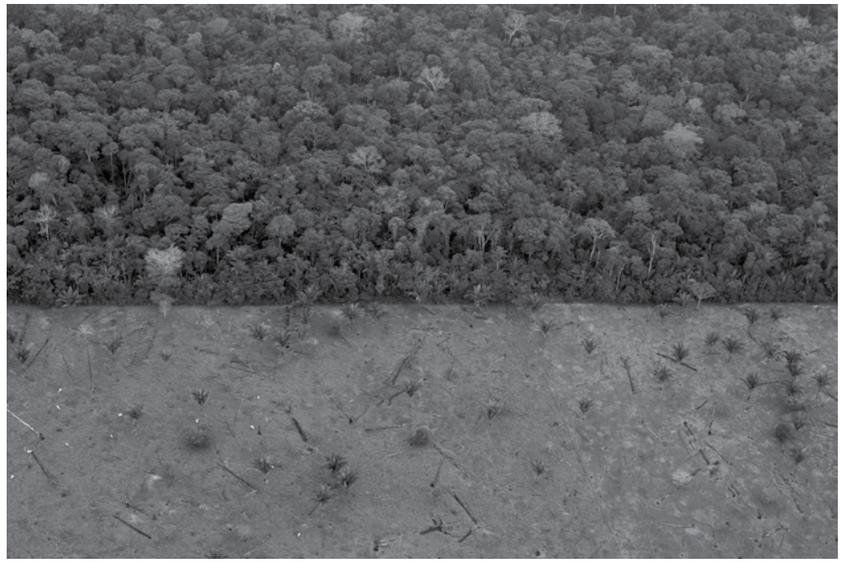
CLARA ROMAN jornalista do ISA

No sul da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, o grupo isolado do rio Cautário costuma subir na Serra de Uopianes. Do cume do morro, com 600 metros de altitude, os isolados podem avistar São Francisco do Guaporé, a cidade mais próxima, e observar a sociedade não indígena que os rodeia, com a qual não mantêm e nem querem manter nenhum contato.

Rieli Franciscato, um experiente sertanista brasileiro e coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Uru-Eu-Wau-Wau, encontra frequentemente vestígios no alto desta serra. Tem a certeza de que ali é um lugar visitado pelos indígenas isolados. "Eles sabem de tudo que está à volta. Então, se não estabeleceram contato, é porque não têm vontade e a gente tem que respeitar a vontade deles", conta.

O grupo da região do Cautário circula pelo centro e sul da Terra Indígena e é o maior dos três grupos indígenas isolados na área já confirmados pela Funai. Deles, muito pouco se sabe. "A gente não sabe que língua esses indígenas falam e a que grupo linguístico pertencem. Quanto mais a gente conhece sobre eles, mais se distancia dos outros povos que vivem no entorno e do que tem descrito na literatura", explica. Além dos três confirmados, existem mais dois registros em informação, isto é, que ainda carecem de pesquisas de campo e confirmação por parte da Funai, dentro da Terra Indígena.

Segundo Rieli, o grupo do Cautário evita se expor. Relatos de contato visual são muito raros. "Não dá para saber se são sobreviventes de algum contato, algum massacre. A estratégia



deles é não fazer enfrentamento", diz. Antes da homologação da TI, em 1991, conta Rieli, a preocupação dos seringueiros era maior com os isolados do norte da TI, do grupo linguístico kagwahiva, que flechavam quem entrasse em sua área.

No livro *Etnodicéia Uru-Eu-Wau-Wau*, Mauro Leonel aponta que, em 1976, a Funai registrou interações entre os indígenas do Cautário e seringueiros que trabalhavam na região, muito antes da demarcação.

> *Os índios manifestaram-se também no seringal do senhora Miranda Cunha, também no rio Cautário. Três seringueiros deixaram-lhe presentes, um machado e um terçado em sua trilha. Receberam frutas silvestres em retribuição. Um fiscal do Banco da Amazônia relatou à Funai que outros seringueiros destruíram armadilhas para peixes 'jiquis', feitas pelos índios no Cautário* (Leonel, 1995, p. 101).

O seringal teria sido aberto na área de ocupação indígena em 1943. Segundo relatos, sempre existiram indígenas na região,

> *Mas nunca procuravam se aproximar de suas barracas, por muito tempo nenhum seringueiro foi morto por índios e nenhuma barraca daquela foi saqueada* (Leonel, 1995, p. 101).

A resistência por meio da violência só surgiu quando os seringueiros começaram a se aproximar demais das cabeceiras dos rios. Também há referências sobre a constante presença de indígenas no seringal Parati:

> *Em 5 de agosto de 1978, o chefe do PI Guaporé, Luiz Henrique Dias Ferreira, comunicou novamente à Funai, em um relatório, as perambulações dos índios pelo Rio Cautário. No seringal Parati, visitaram as colocações Primeira Terra, Barracão, Canindé e Esperança. Todas as ações dos índios eram pacíficas, embora derramassem tigelas de seringa e fechassem estradas indesejáveis, com cipós e árvores* (Leonel, 1995, p. 102).



Segundo Rieli Franciscato, por essa postura de evitar o enfrentamento, esses isolados não sofreram tanta perseguição como em outros casos. Mesmo assim, eles vivem em sobressalto, alertas para a presença de invasores em suas terras. É uma situação de fuga constante.

Os outros registros se referem a grupos que vivem em dois pontos distintos da Terra Indígena (rios Muqui e Bananeiras). Ambos são Kagwahiva e fazem parte do mesmo grupo linguístico que os Jupuá (conhecidos como Uru-Eu-Wau-Wau) e os Amondawa, povos contatados que também vivem na TI Uru-Eu-Wau-Wau. Outro povo que vive nesta TI é Oro Win, falante de uma língua txapakura. Rieli monitora, sobretudo, os isolados do rio Muqui. Ele destaca que esse grupo afastou-se há muito tempo dos outros grupos kagwahiva, hoje contatados.

Awapu, liderança do povo Uru-Eu-Wau-Wau, compartilha algumas histórias sobre o tempo do contato que chegaram a ele por seus parentes mais velhos. "Antes do contato, todo mundo era unido. Mas aí, na troca de tiros, foi separando, porque eles [os isolados] achavam que era índio com índio que tava se matando", diz. "Por isso se afastaram, fizeram o grupinho deles e ficaram para lá. Não quiseram mais falar com a gente, nem a gente quis se aproximar deles". Antes do contato, havia trocas esporádicas com os isolados, uma vez que língua era muito parecida, segundo Awapu. Depois, nunca mais se encontraram.

"Antes do contato, os isolados e os Amondawa conviveram, tiveram uma relação mais forte. Quando chega o segundo período da borracha, os Amondawa se sentem acuados e deixam essa região, vão para as cabeceiras do Rio Branco e só retornam no processo de colonização de Rondônia, no tempo do contato", relata Rieli. A partir do contato ocorre o esvaziamento no interior da TI. "Antes, as malocas dos Amondawa ficavam na cabeceira do rio Cujubin, partilhando território com o grupo de isolados. No contato, foram removidos para o norte da TI, assim como os Uru-Eu-Wau-Wau. Hoje, o espaço que eles ocupam é bem distinto de onde estão os isolados", explica Rieli.

Em 1945, o Serviço de Proteção ao Índio fez um relato sobre os registros de vários grupos kagwahiva nas cabeceiras dos rios Marmelos, Maicy, Ipixuna e Machado. Essa área de ocupação alcançava a região do Pacaás Novos, área hoje ocupada pelos Uru-Eu-Wau-Wau. Já nessa época, os povos indígenas sofriam com a exploração dos seringalistas.

Ao longo das próximas décadas, todos esses grupos kagwahiva – Uru-Eu-Wau-Wau, Parintintin, entre outros – foram vítimas de massacres decorrentes da ocupação não indígena, tanto por meio da violência quanto pela contaminação por doenças. Mas foi a partir da década de 1970, com o Programa de Integração Nacional (PIN) e, posteriormente, na década de 1980, com o Polonoroeste, que o governo militar implementou uma política ativa de ocupação da área. Entre 1970 e 1985, cerca de 40 mil famílias receberam lotes do Incra em Rondônia (Tübigen, 1987) .

Os projetos tinham como base a abertura de lotes para agropecuária no meio da floresta amazônica, levando trabalhadores pobres do sul e centro do país. Foi uma tentativa de fazer a reforma agrária sem tocar nos interesses (e nas terras) dos grandes proprietários. O problema é que a Amazônia não estava vazia, mas ocupada pelos povos originários – além de outros trabalhadores da floresta, como seringueiros e extrativistas. Já massacrados

imagem Meninos no Posto Indígena Alta Lídia, local onde a partir de 1981 os Jupaú foram contatados pela Funai.

por séculos de invasões, os povos indígenas foram dizimados por essas frentes migratórias. Indígenas como os Piripkura ou o "índio do buraco", da Terra Indígena Tanaru, são sobreviventes de massacres registrados nesse período.

Awapu Uru-Eu-Wau-Wau relata histórias assustadoras desses tempos que chegaram a ele por meio de seus parentes mais velhos. "Meu pai já viu os brancos pisando na barriga de mulher grávida para colocar a criança para fora", relata. "E o pai da minha avó conta que um invasor tirou o couro de um indígena, a pele com faca completa e deixou estendida no pau, para ficar duro igual tira couro de boi".

Junto com a violência, veio a derrubada da mata para a agropecuária. É só olhar os mapas de Rondônia: sobrou floresta nas Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Ainda assim, as áreas protegidas de Rondônia estão entre as mais desmatadas da Amazônia.

Para piorar o cenário, em 1981, o Incra concedeu, indevidamente, 131 títulos de terras numa área da Terra Indígena conhecida como Projeto Burareiro, contra um parecer da Funai que já indicava a área como parte da TI. Desde então, essa é uma frente de invasão na Terra Indígena e se destaca nas imagens de satélite pelos buracos abertos na mata.

> *O fato de existirem ali um grupo de titulados, embora os índios tivessem impedido a ocupação de fato do terreno, transforma os titulados em escudo para os grandes interesses que disputam essa terra, como se verá. Toda campanha feita contra os direitos dos Uru-Eu-Wau-Wau tem esses titulados em epígrafe* (Leonel, 1986, p. 07).

Rieli Franciscato na trilha da proteção

A história de Rondônia, e de sua colonização violenta, se confunde com a história do próprio Rieli. Nasceu no Paraná e, ainda criança, migrou para o Mato Grosso. Em 1985, mudou-se para Rondônia. "A maioria das pessoas que vinha para cá era em busca de terras", explica. Os assentados, muitas vezes, caíam no meio da floresta, distantes das cidades, com poucos recursos dos bancos.

Foi o caso de Rieli, que adquiriu uma terra próxima à Terra Indígena Rio Branco. "Era uma época de difícil acesso, e acabamos estabelecendo uma relação legal com os índios de lá e outros", conta. "Essa relação foi se estreitando, a gente se ajudava, porque era um local muito difícil. Tinha uma boa relação com eles e com as pessoas da Funai". Foi a partir dessa aproximação que, em 1988, Rieli foi chamado para um trabalho de localização na área que se tornaria a Terra Indígena Massaco. "Fui chamado por conhecer bem a região e dominar bem a mata. Aí foi adaptar essa questão do rastreio de vestígios".

A Terra Indígena Massaco foi a primeira terra demarcada sem estabelecer contato com os indígenas, respeitando o isolamento do grupo. "Foi um trabalho sistemático de levantamento, igarapé por igarapé, toda a área de ocupação do grupo", diz. Desde então, Rieli passou por várias Terras Indígenas monitoradas pela Funai – trabalhou com os contatados Uru-Eu-Wau-Wau e Amondawa, na Frente do Purus e no Vale do Javari. Em 2010, assumiu a Frente de Proteção na TI Uru-Eu-Wau-Wau, onde está até hoje.

Ameaças e vestígios

As maiores ameaças à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau se concentram na região norte do território, constantemente invadida por grileiros. Dados do Sistema de Indicação por Radar de Desmatamento (Sirad) da TI Uru-Eu-Wau-Wau, elaborado pelo ISA, mostram que, apenas em abril de 2019, 225 hectares foram desmatados. Abril é o primeiro mês do período seco, que se estende até outubro, e é quando se registram os maiores desmatamentos. Foram



observadas as clareiras de floresta que estão associadas à abertura de ramais, pequenas estradas na mata que servem para o piqueteamento (loteamento) ilegal da área.

Há, ainda, áreas declaradas como imóveis privados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Os cadastros, feitos de forma autodeclarada, ainda não foram validados pelo Estado, mas são indícios da ação de grilagem na TI. Cerca de 40% do total desmatado incide em áreas com Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ao todo, são, ao menos, 18 mil hectares ocupados ilegalmente por não indígenas.

Entre setembro e outubro de 2018, o Sirad o identificou 42 focos de desmatamento incidentes em área próxima à aldeia Alto Jamari, onde vivem famílias do povo Uru-Eu-Wau-Wau. Estas áreas, somadas, representam 692,34 hectares de corte raso de floresta. As áreas desmatadas e detectadas pelo ISA coincidem com os pontos de acampamento dos invasores indicados pelos indígenas, localizadas na região de sobreposição entre a Terra Indígena e o Parque Nacional Pacaás Novos.

imagem Áreas de desmatamento no entorno da TI Uru-Eu-Wau-Wau, Rondônia.

Os dados identificados pelo Sirad reforçam uma tendência observada em outras TIs monitoradas pelo ISA: as mudanças no cenário político tiveram um impacto direto no aumento do desmatamento na Amazônia.

O Inpe já havia detectado altas taxas de desmatamento nesta TI. Em 2017, foi uma das Terras Indígenas mais desmatadas no país, com um crescimento de, aproximadamente, 16% em relação a 2016. O desmatamento continuou a crescer em 2018 e dados oficiais relativos ao Prodes indicavam a TI Uru-Eu-Wau-Wau como a oitava mais devastada, com 937,15 hectares desmatados até julho daquele ano, um aumento de 41% em relação a 2017. Ademais, o entorno da TI já perdeu mais de 70% de cobertura florestal, considerando um raio de 20 km.

Além da TI Uru-Eu-Wau-Wau ser invadida por grileiros, também sofre com a invasão de madeireiros e garimpeiros ilegais. Em abril de 2019, a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que atua há décadas junto aos povos desta TI, denunciou ao Ministério Público



Federal a chegada recente de 180 invasores na Terra Indígena, em locais próximos das aldeias. Somada essa nova leva, a Kanindé estima, ao todo, 1.000 pessoas ocupando ilegalmente a TI, consumindo seus recursos e ameaçando a vida dos povos indígenas que vivem ali. Esses invasores ameaçam, sobretudo, os povos indígenas isolados dos rios Muqui e Bananeiras, que ficam mais ao norte da TI.

Após a denúncia, ainda em abril de 2019, a Funai, o Ibama, a Polícia Militar Ambiental, o Exército Brasileiro e o ICMBio realizaram uma operação para a retirada de invasores na TI Uru-Eu-Wau-Wau. A Funai identificou que grileiros estavam vendendo ilegalmente áreas invadidas dentro da Terra Indígena.

No sul, onde vivem os isolados do Cautário, a situação é mais tranquila. Rieli atribui isso à presença constante da Funai, por meio da sede da FPE Uru-Eu-Wau-Wau, que ele coordena. "A presença da Funai aqui faz com que minimizem esses impactos", afirma ele. "No norte, se perdeu o controle com a retirada dos postos indígenas de dentro da Terra Indígena".

Rieli conta com a colaboração da Polícia Federal sediada em Ji-Paraná. "Teve um caçador que abateu uma anta e teve que pagar uma multa de R$ 30 mil. Isso mexeu no bolso dele e repercutiu em toda região, outros caçadores ficaram receosos de entrar", afirma.

São cerca de quatro expedições anuais realizadas pela FPE Uru-Eu-Wau-Wau. Algumas têm um perfil de fiscalização e contam com a parceria da polícia. "Por exemplo, tem muita caça noturna. Entramos três ou quatro dias depois da lua cheia, que é quando os caçadores estão entrando, aí montamos a cabana para esperar os caçadores saírem. Isso tem reduzido a caça", explica.

Outras expedições são feitas em parceria com os Amondawa, povo indígena contatado da TI Uru-Eu-Wau-Wau, em busca de vestígios dos isolados. "Tem uma diversidade muito grande de vestígios que a gente encontra, desde uma quebrada de perambulação, uma região de caças, um varadouro (trilha na mata) mais estruturado, coleta de frutos, de material para confecção de artefatos", conta Rieli Franciscato.

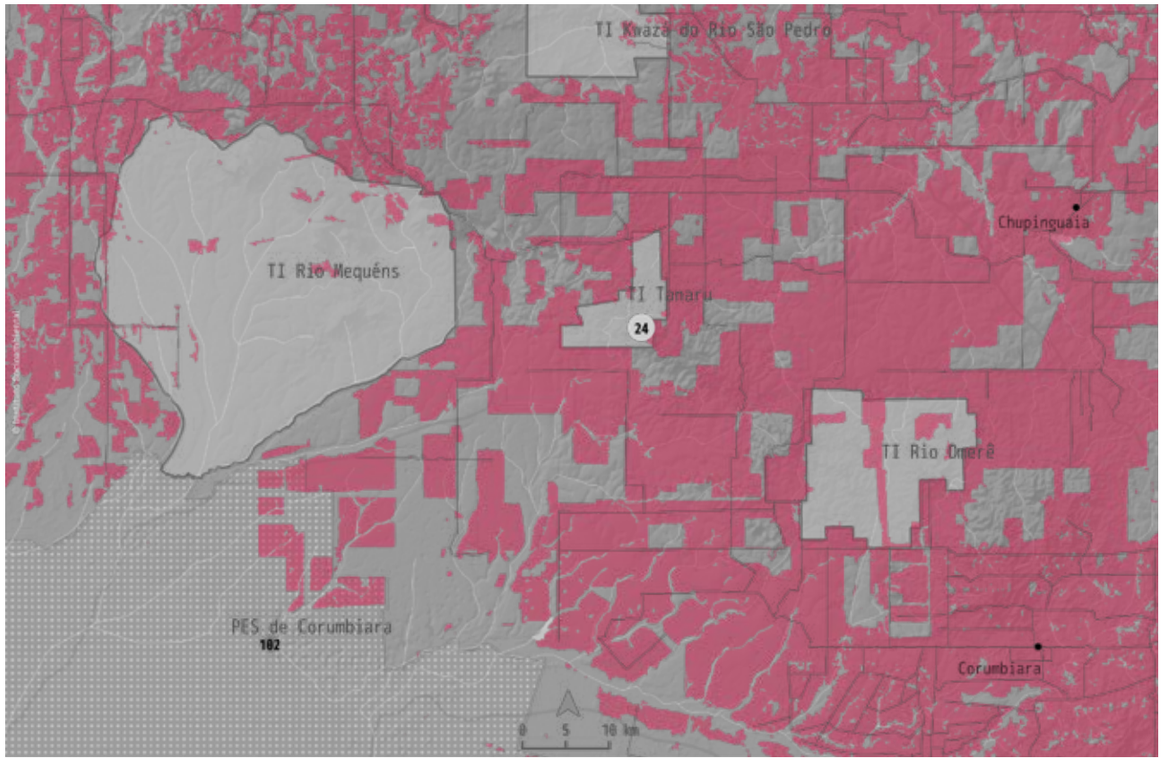
imagem Placa de identificação da TI Uru-Eu-Wau-Wau perfurada por balas atiradas por invasores.

Esses vestígios conduzem para as áreas onde os isolados vivem. "A gente vai se aproximando até chegar a um acampamento que eles deixaram, e isso deixa uma série de informações, como eles comem, o que comem, os frutos que são consumidos por eles". A partir desses vestígios, Rieli pode estimar algumas informações sobre esses povos. "Aí a gente sabe que eles se dividem em quatro grupos que se encontram em determinados momentos do ano, mas que vivem em regiões diferentes e que têm características diferentes até na forma de coletar o mel, de cortar madeira. Tem grupo que resíduo alimentar é queimado, outro que deixa de qualquer jeito".

Rieli reforça que o propósito é nunca estabelecer contato, evitando colocar os isolados numa situação de sobressalto para que não se sintam ameaçados com a presença dos integrantes da FPE. "Tem que ter muita atenção, quando a gente vê o perfil, a gente recua", diz. "A gente está pensando em desenvolver uma forma de comunicação com eles, para que eles possam associar um vestígio nosso ao de pessoas que os tratam com respeitos, para dar tranquilidade quando eles veem nossos vestígios", conta.

"Eu acho que a nossa sociedade ainda não está preparada para receber o índio no meio de tanta perversidade. Quem sabe um dia lá no futuro a gente possa estar preparado para receber esses povos". A reflexão de Rieli nos convida a pensar sobre a grave situação dos povos kagwahiva isolados e contatados que habitam a TI Uru-Eu-Wau-Wau e sobre a responsabilidade do Estado brasileiro em garantir os direitos indígenas constitucionais, especialmente, o direito ao usufruto exclusivo de seus territórios tradicionais.

ISOLADO NA TERRA INDÍGENA TANARU



TERRA INDÍGENA TANARU E ADJACÊNCIAS

- Confirmado
- Informação
- Desmatamento
- Unidades de Conservação
- Terra Indígena
- Rodovias
- Cidades de referência



imagem Página anterior: indígena isolado na TI Tanaru, Rondônia.

UM HOMEM CONTRA O FIM DE UM MUNDO

O "índio do buraco" é um caso emblemático da violência a qual os povos indígenas têm sido submetidos ao longo de séculos. A resistência de um único sobrevivente, que decidiu viver longe dos não indígenas, é o que tem assegurado a continuidade de um povo, prestes a desaparecer. Cercada pelo avanço do desmatamento, a Terra Indígena tanaru é a sua morada – onde estão os últimos redutos de floresta no oeste de rondônia.

VICTORIA FRANCO jornalista do ISA

A câmera está trêmula, a princípio tem dificuldade de focar a imagem. O som agudo, de algum pássaro amazônico, é sucedido pelo barulho de um machado nas árvores, que se reproduz repetidas vezes. Ao centro de uma moldura verde, aproximado pelo *zoom*, avista-se o indígena – o único sobrevivente de um povo desconhecido. Há pelo menos 20 anos, vive sozinho na Terra Indígena Tanaru (RO) o "índio do buraco", assim conhecido por abrir cavidades profundas à volta de seu território.

Para provar a sua existência, apesar da situação de violência extrema a que foi submetido, a Fundação Nacional do Índio (Funai) trouxe ao ar, em 2018, um minuto e meio de cenas inéditas, descritas acima. O objetivo em divulgar o registro, segundo o órgão indigenista, é manter a área em que o indígena vive sob proteção. A interdição judicial do território foi renovada em 2015 e vale por mais dez anos, apenas. Depois disso, o destino desse indivíduo, que teve todos os seus parentes exterminados, está tão ameaçado quanto a integridade ambiental da área, circundada por fazendas.

A TI Tanaru é um refúgio de oito mil hectares no oeste de Rondônia. Embora não tenha sofrido muito desmatamento ao longo dos anos, teve seu entorno esvaziado de floresta. O território ainda é uma ilha verde, mas tem destino incerto. A vizinha TI Omerê, em que vivem alguns Kanoê e os últimos indivíduos do povo Akuntsu, já demonstra o que pode vir a acontecer na Tanaru: anos de invasão lhe roubaram cerca de 30% de sua floresta original.

O desmatamento em Rondônia está diretamente vinculado às frentes de expansão, que começaram a se espalhar pelo estado regadas a sangue indígena. Relatos de massacre aos povos originários começaram a circular pelo país em 1986, mas os assassinatos desse histórico recente de violência já teriam começado na década anterior, com a construção de uma estrada no sul do estado, que acentuou a cobiça por terras na região. As histórias de genocídio chegaram ao então sertanista da Funai Marcelo Santos, que esteve no local acompanhado do cineasta Vincent Carelli para filmar vestígios da presença indígena.

A partir disso, nasceu o filme *Corumbiara* (2009), que documentou 20 anos de história sobre a frente de colonização em Rondônia. Em 1995, Santos e Carelli levaram jornalistas do Estado de São Paulo à área, momento em que registros audiovisuais dos isolados ganharam as páginas de um dos principais jornais do Brasil. Na época, fazendeiros interessados nas terras ocupadas tradicionalmente por esses povos alegaram que as imagens se tratavam de uma montagem feita pela Funai.

Com o último ataque de invasores na região, em 1995, o grupo que, provavelmente, já era diminuto foi reduzido a uma só pessoa. No ano seguinte, a Funai localizou vestígios dessa presença até então desconhecida no local. Foi quando ocorreram as primeiras interdições judiciais no território ocupado pelo "índio do buraco".

"Esse índio vive a situação mais violenta e injusta entre as existentes em Rondônia. Seu povo desapareceu devido à violência e a ganância dos pecuaristas que ocupam a região sul do estado há mais de duas décadas. A diferença em relação aos outros grupos contatados é que este não tem possibilidade de sobreviver como etnia diferenciada, uma vez que é o único sobrevivente", escreveu Marcelo Santos para o ISA (Ricardo, 2000, p. 595).

Quem monitora a ocupação e garante a proteção da Terra Indígena Tanaru desde a década de 1990 é a Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé. O "índio do buraco" nunca trocou uma palavra sequer com os servidores da frente, mas isso não significa que não há uma relação estabelecida entre eles. Na tentativa de comunicar que estão lá para protegê-lo, os servidores da Funai, frequentemente, deixam sementes e ferramentas de presente ao indígena. O indivíduo parece entender o recado: em situações em que os servidores corriam perigo de cair em suas armadilhas de caça, foram os gritos do "índio do buraco" que os pouparam do risco.

A relação entre os servidores e o "índio do buraco" foi ameaçada quando, em 2006, a Funai pensou que estava na hora de estabelecer contato com o indivíduo. A tentativa de aproximação, frustrada, deixou um ferido. Desde então, o órgão indigenista respeita a decisão de isolamento e permanece na região, atento a qualquer sinal de pedido de apoio que o "índio do buraco" possa dar.



imagem Indígena isolado na TI Tanaru, Rondônia.

"A ÁREA EM QUE O ÍNDIO VIVE É UMA ILHA

Cercada por fazendas, a Terra Indígena Tanaru tem sido monitorada e protegida desde os anos 1990 pelo sertanista da Funai **Altair Algayer**, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé.

FRENTE DE PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL GUAPORÉ

Comparada com a década de 1990, a situação mudou muito. Fazendeiro desmatou tudo, obrigou o índio a se mudar para a fazenda vizinha. A gente teve uns embates fortes com fazendeiro ali logo que o índio se mudou, mas ele acabou aceitando, entendendo a situação. De 2006 para cá, a Funai assumiu. Antes, as interdições eram judiciais e a área era menor. A partir deste ano, a área foi delimitada com restrições de uso, atos administrativos que interditam a área ocupada por indígenas isolados para garantir sua integridade física. As cinco fazendas acopladas estão respeitando a delimitação. Quatro delas já estão com essas áreas registradas em cartório como reserva legal e não podem mais desmatar.

Estava muito crítica a situação desse índio: os fazendeiros derrubando, desmatando, tirando madeira, todo mundo ali botando muita pressão em cima, porque os fazendeiros viam que poderiam perder a propriedade, então tentaram ao máximo tirar proveito. Ao lado disso, a Funai não conseguia acompanhar e teve uma interferência da Justiça Federal, que interditou a área e criou formas legais de barrar essa atividade. Uma decisão da Justiça Federal tinha mais respaldo jurídico do que uma portaria administrativa do órgão indigenista. Depois que a área foi ficando mais tranquila, a Funai tomou a postura de fazer a portaria administrativa e o processo na Justiça foi suspenso.

A área sempre foi de muito conflito. Houve uma sequência de ataques a esse povo. Em 1996, a gente pôde fazer uma leitura de que já era um povo reduzido. Eu acho que ali, se tinha muito, eram umas cinco, seis pessoas. Como elas foram mortas, ninguém sabe. Mas foi interferência na ocupação dos indígenas no local. Antes disso, já devem ter ocorrido vários outros embates. Fazendo um histórico dali para trás, esse povo chegou naquela área quatro, cinco anos antes, segundo imagens de satélite. Na região, havia boatos de que, quando começaram a abrir fazendas, no início da década de 1980, era constante a presença de índios naquelas terras. Muitas pessoas viram.

Os índios, aos poucos, foram se afastando das fazendas, mas não sabe como aconteceu a redução dos povos. Tem história de envenenamento, teve muito conflito. Muitas pessoas andavam armadas, porque tinha essa preocupação de garantir a área das fazendas, que eram enormes. Tinha muita grilagem de terra, então era normal uma fazenda ter equipes de pistoleiros para não ser invadida. Essas pessoas andavam no mato armadas. Se encontrassem um branco, eles atiravam, imagine se fosse um índio... Foi muito forte a violência naquela região e as consequências são

nota das editoras Depoimento editado a partir de entrevista concedida à Victoria Franco, jornalista do ISA.

várias: desmatamento, mudanças, contato, doença. Tudo isso foi reduzindo esse povo até chegar a um indivíduo.

O projeto de colonização Corumbiara foi imposto por políticos com interesses particulares. Hoje, é uma região muito desenvolvida, com grandes fazendas. São pessoas que geram um capital muito grande se comparado ao resto do estado de Rondônia. Teve muito desmatamento de terras férteis, que hoje são fazendas de 40, 60 mil hectares. Outras menores, com oito, dez mil hectares, mas com uma produção enorme. Agora estão fazendo produção mecanizada – soja, milho e, além de tudo, gado, que é o principal na região.

A área em que o índio vive é uma ilha. A gente não conseguiu interditar mais do que oito mil hectares, porque são ilhas de mata, aqueles quadradinhos verdes que sobraram. Agora estão até asfaltando as estradas... Quanto mais as vias de acesso são melhoradas, mais fácil para as pessoas chegarem ali. E onde vai acumulando pessoas... Já sabe, né? Eles vão asfaltar uma rodovia agora – está licitado, o Governo do Estado já está encerrando as obras – que vai passar a quatro quilômetros do limite da TI Tanaru. A questão da terra é complicada. A gente não conseguiu, até hoje, achar uma forma de garantir aquele território em memória deste povo, infelizmente. Com ele vivo já é difícil, imagine depois que morrer.

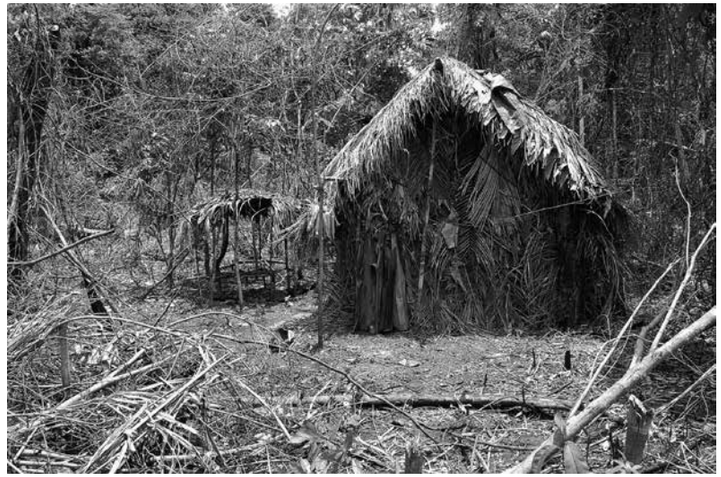
Como a Terra Indígena Rio Omerê está perto, a 100 km da entrada da TI com restrição de uso, a gente tem uma base com uma equipe permanente ali. Já que trabalhamos no Omerê, sempre passamos muito perto da Tanaru e estamos vendo os limites e o movimento do entorno. A cada 15 dias, passamos próximo dali. Qualquer alteração, desmatamento, atividade fora do normal, algum caminhão com madeira, a gente logo percebe na própria estrada.

A cada dois meses, no máximo três, fazemos expedições lá dentro. Encontramos vários vestígios dele. O índio é muito forte ainda, apesar de acharmos que ele tem mais de 50 anos. A gente vê mel, vestígio de árvore cortada e também as casas dele. Ele faz construções periódicas. A cada ano, se muda uma ou duas vezes.

Hoje, cultiva milho, mamão, batata e amendoim em roças pequenas que ainda mantém. De vez em quando, ele aceita pegar algumas coisas que a gente deixa, alguma ferramenta – machado, facão, panela –, mas de jeito nenhum aceita um contato mais intenso. Já o vimos várias vezes. Quando percebe nossos vestígios, quando chegamos perto de onde ele mora, acaba tomando a decisão de se mudar, mas não para muito longe.

Nossa relação já esteve mais efetiva. Foi no início dos anos 2000, em 2004, quando ele aceitou uma aproximação maior. Em 1996, ficamos sabendo da existência desse índio. Era um índio sozinho, tinha sido muito recente a expulsão dele de uma aldeia, onde provavelmente tinha mais pessoas. É o que aparece no filme do [Vincent] Carelli. A gente encontrou ele, que ficava no mato sem nenhuma atividade de cultivo. Tentamos o contato, e não foi possível. Então, começamos um trabalho de deixar coisas para ele. Deixávamos sementes e produtos que podia plantar. Ele aceitou: começou a fazer roças muito grandes e ativas.

Tinha duas roças e duas casas. Às vezes, quando íamos em uma, encontrávamos com ele. Dez, quinze dias depois, a gente ia lá de novo e ele não estava mais,



estava na outra. Não mudava o lugar da casa como hoje. Um dia, a equipe estava no mato, olhando os vestígios, e ele a observava sem que ninguém soubesse. Quando a equipe estava indo em direção à armadilha dele, nos alertou. Ele deu um grito alertando para não cair na armadilha. Outra vez, eu fui à roça dele e ele, no mato, batia nas árvores, sinalizando que estava ali do lado – mas não se aproximou. Eu fiquei esperando, esperando, não chegou... Eu saí da roça. Ele foi lá e pegou as coisas que eu tinha deixado. No outro dia, eu fui de madrugada e ele não tinha dormido lá. Dormiu na outra casa, a 500 metros dali. Não abandonou a roça. Quinze dias depois eu voltei e ele estava de novo naquela casa.

Então tínhamos uma relação muito forte. Ela se quebrou quando a Funai resolveu que estava na hora de fazer o contato e foi quando ele flechou um integrante da equipe, em 2005. Na época, eu não estava aqui na Frente. Ele quase matou o menino, porque a flecha pegou no peito. Isso quebrou bastante a nossa relação. Ele ficou de novo sem roça, mudando de um lugar para o outro.

Hoje, a gente descartou o contato, porque está fora do baralho da Funai tomar essa decisão pensando que vai salvar alguma coisa. Eu não acredito nisso, porque já faz mais de 20 anos que esse cara está sozinho. Além disso, a gente vai ter que forçar uma situação que ele não quer. Nós não vamos tirar nenhum proveito disso.

Eu acho muito difícil ele querer se socializar com alguma etnia, por mais que seja parente de outro grupo. Não vai conseguir pelo fato de estar esse tempo todo sozinho. A gente tem o exemplo de um índio awa guajá que viveu só dez anos sozinho e, depois que encontrou o filho dele e parentes do próprio povo, teve enormes dificuldades para se socializar na aldeia. Sempre está sozinho, isolado. Então, ali vai ser o mesmo: acho que ele vai ficar lá sozinho mesmo e vai ter suas dificuldades para sobreviver lá dentro. Acho que ele está pensando nisso muito mais do que a gente, pensando em como vai lidar com essa situação, porque vai precisar caçar, ir atrás de alguma coisa para se alimentar. A gente acha que, talvez, nesse momento, ele vai pedir ajuda e espero que a gente esteja ali perto para ajudá-lo nesse final de vida.

imagem Casa do indígena isolado na TI Tanaru, o sobrevivente que a Funai acompanha há décadas.

LISTA DE SIGLAS

ABA Associação Brasileira de Antropologia

ACIH Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá

ACWA Associação Comunitária Waimiri Atroari

AEAI Assessoria Especial para Assuntos Indígenas

AID Área de Influência Direta

Aidesep Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana

AIS Agente Indígena de Saúde

Akavaja Associação Kanamari do Vale do Javari

ANP Agência Nacional do Petróleo

ASPIRH Associação do Povo Kaxinawá do Rio Humaitá

BAPE Base de Proteção

CAR Cadastro Ambiental Rural

CBDL Comissão Brasileira de Demarcação de Limite

Cedi Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Cedia Centro de Desarrollo del Indígena Amazónica

CIDH Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Cimi Conselho Indigenista Missionário

Civaja Conselho Indígena do Vale do Javari

CGII Coordenadoria Geral de Índios Isolados

CGIIRC Coordenação Geral de Índios Isolados e Recente Contato

CNV Comissão Nacional da Verdade

Coiab Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CPI-Acre Comissão Pró Índio do Acre

CTI Centro de Trabalho Indigenista

Daci Dirección de Pueblos Indígenas en Aislamiento y Contacto Inicial

Deracre Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Hidrovias e Infraestrutura do Acre

Devida Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Vida sem Drogas do Peru

DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral

Dsei Distrito Sanitário Especial Indígena

EIA Estudos de Impacto Ambiental

EPE Empresa de Pesquisa Energética

FAB Força Aérea Brasileira

Fapesp Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Fenamad Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes

FPE Frente de Proteção Etnoambiental

FPEAG Frente de Proteção Etnoambiental Awá Guajá

FPEC Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema

FPEE Frente de Proteção Etnoambiental Envira

FPEVJ Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari

Funai Fundação Nacional do Índio

Funasa Fundação Nacional de Saúde

GT Grupo de Trabalho

HAY Hutukara Associação Yanomami

Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Incra Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Indepa Instituto de Desenvolvimento dos Povos Andinos, Amazônicos e Afroperuanos

Inpe Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ISA Instituto Socioambiental

Iteracre Instituto de Terras do Acre

MincuPeru Ministério da Cultura do Peru

MJ Ministério da Justiça

MPF Ministério Público Federal

MS Ministério da Saúde

NDC Contribuição Nacionalmente Determinada

OGM Organização Geral Mayuruna

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONG Organização Não Governamental

Opan Operação Amazônia Nativa

Opitar Organização dos Povos Indígenas do Rio Tarauacá

Orau Organización Regional Aidesp Ucayali

Oscip Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OTCA Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PAC Planos de Aceleramento do Crescimento

PBA Plano Básico Ambiental

PCH Pequena Central Hidrelétrica

Perupetro Agência de Petróleo do Peru

PES Parque Estadual

PIA Posto Indígena de Atração

PIN Programa de Integração Nacional

PM Polícia Militar

Prodes Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia

PWA Programa de Apoio aos Waimiri Atroari

RCID Relatório Circunstanciado de Identificação

RDS Rede de Desenvolvimento Sustentável

Rebio Reserva Biológica

Resex Reserva Extrativista

Rima Relatórios de Impacto Ambiental

SasiSUS Subsistema de Atenção à Saúde Indígena

SemaAC Secretaria de Estado de Maio Ambiente do Acre

Sesai Secretaria Especial de Saúde Indígena

Sicar Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural

Sigef Sistema de Gestão Fundiária

SIL Summer Institute of Linguistics

Sinia Sistema Nacional de Información Ambiental

Sirad Sistema de Indicação por Radar de Desmatamento

SPI Serviço de Proteção ao Índio

SPIIRC Sistema de Proteção aos Índios Isolados e de Recente Contato

TI Terra Indígena

UC Unidade de Conservação

UFM Unevangelized Fields Mission

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

UHE Usina Hidrelétrica

Undoc Oficina das Nações Unidas contra a Droga e o Delito

Unifesp Universidade Federal de São Paulo

Univaja União dos Povos Indígenas do Vale do Javari

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Plano de Manejo. Parque Estadual Chandless**. SOS Amazônia, 2010.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II:** documento Síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006.

ACWA. Associação Comunitária Waimiri Atroari; PWA. Programa de Apoio aos Waimiri Atroari. **Ie'xime Arynatypy Nypykwatypy:** Waimiri Atroari Behe Taka - Protocolo de Consulta ao Povo Waimiri Atroari. 2018. Disponível em: http://bit.ly/2Zxar1g. Último acesso em: 21 de junho de 2019.

ALBERT, B. **Temps du sang, temps des cendres:** representation de la maladie, system e rituel et espace politique chez les Yanomami du Sud-est. 1985. 833f. Tese (Doutorado) – Universidade de Paris X, 1985.

ALBERT, B.; OLIVEIRA, M. W. Novos 'isolados' ou antigos resistentes? In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2006-2010. São Paulo: ISA, 2011.

ALBERT, B.; WESLEY DE OLIVEIRA, M. Novos "isolados" ou antigos resistentes? In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2008 - 2010. São Paulo: ISA, 2011.

ALCANTARA E SILVA, V. **Vestígios do rio Turuni:** Perseguindo fragmentos de uma história txikyana. 2015. 209f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2015.

AMORIM, F. F. Nos tapiris Korubo: uma perspectiva indigenista das tensões e distensões Korubo (e Matis). In: **Povos Indígenas Isolados no Brasil (online)**, 2017. Disponível em: http://bit.ly/2WW45Xv. Último acesso em: 21 de junho de 2019.

AMORIM, F. F. Povos indígenas isolados no Brasil e a política indigenista desenvolvida para efetivação de seus direitos: avanços, caminhos e ameaças. In: **Revista de Linguística Antropológica**, v. 8, n. 2. Brasília: UnB, 2016.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Sistema de informações Geográficas do Setor Elétrico, SIGEL**. 2018. Disponível em: http://bit.ly/3201nnK. Último acesso em: 29 de junho de 2019.

ANG, H. G.; MONZONI, M. **Grandes Obras na Amazônia**. FGVces, 2015. Disponível em: http://bit.ly/2ZZZEN5. Último acesso em: 29 de junho de 2019.

ANTAQ. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Plano Nacional de Integração Hidroviária**. 2013. Disponível em: http://bit.ly/2JbqyLn. Último acesso em: 29 de junho de 2019.

APARÍCIO, M. **A relação banawá. Socialidade e transformação nos Arawá do Purus**. 2018. 367f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ; Museu Nacional, 2018.

APIB; COIAB; CTI. **Situação de direitos humanos dos povos em isolamento voluntário e contato inicial na Amazônia e o Gran Chaco**. Relatório. Outubro de 2017.

APPLING, G.; SALISBURY, D. S. 2012. Analysis of the Socio-Environmental Impacts of Amazonian Roads: the Puerto Esperanza to Iñapari Road in Peru. In: Poster to be presented at SouthEastern Division of the Association of American Geographers Annual Meeting. Carolina do Norte, nov., 2012.

AQUINO, T. T. V. **Relatório preliminar sobre a presença de povos indígenas isolados nos altos rios Humaitá, Iboiaçu, Muru, Tarauacá, Jordão e Envira**. 2012.

AQUINO, T. T. V.; MEIRELLES, J. C. R. **Boletim informativo. Povos Indígenas Isolados. Nova Cartografia Social da Amazônia**. Manaus: UEA Edições, 2014.

AQUINO, T. T. V.; PIEDRAFITA IGLESIAS, M. Os Kaxinawa e os bravos: territórios e deslocamentos populacionais nas fronteiras do Acre com o Peru. In: **Travessia. Revista do Migrante**, vol IX, n. 24, pp. 29-38, 1996.

ARISI, B. **Matis e Korubo:** contato e índios isolados no Vale do Javari, Amazônia. 2007. 149f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2007.

BACCINI A.; WALKER, W.; CARVALHO, L.; FARINA, M., SULLA-MENASHE, D.; HOUGHTON, R. 2017. Tropical forests area a net carbono source based on aboveground measurements of gain and loss. In: **Science**, vol. 358, pp. 230-234, 2017.

BARUZZI, R.; ABADALA, N.; BLACK, F. Measles and measles vaccine in isolated amerindian tribes. The Xingu Epidemic. Tropical and Geografical Medicine, 1982.

BASTA, P. C. (Coord.). **Avaliação da Exposição ambiental ao mercúrio proveniente da atividade garimpeira de ouro na Terra Indígena Yanomami, Roraima, Amazônia, Brasil**. Rio de Janeiro; São Paulo; Boa Vista: Fiocruz; Ensp; PUC-Rio; HAY; Seduume; ISA, 2016.

BATISTA DE LIMA, D. **Transformações, Xamanismo e Gerra entre os Kajkwakratxi (Tapaiuna)**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2019.

BIGIO, E. S. Ameaças reais aos índios da TI Kawahiva do Rio Pardo. In: RICARDO, F; RICARDO, B. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2011-2016. São Paulo: ISA, 2017.

BLACK, F. An Explanation of High Death Rates among New World Peoples When in Contact with Old World Diseases. In: **Perspectives in Biology and Medicine**, vol. 37, n. 2, Winter, Johns Hopkins University Press, pp. 292-307, 1994.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Fundamentos para a Elaboração da Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC) do Brasil no contexto do Acordo de Paris sob a UNFCCC**. Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: http://bit.ly/2ZUmMwA. Último acesso em: 29 de junho de 2019.

CALAVIA, O. S. **O nome e o tempo dos Yaminawa. Etnologia e história dos Yaminawa do rio Acre**. 1995. 479f. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 1995.

CARDOSO, A. Orçamento 2018: Funai respira, mas não se recupera. In: **Inesc (online)**, 10 de janeiro de 2018. Disponível em: http://bit.ly/30dqIsF. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

CARID NAVEIRA, M. **Yama yama:** os sons da memória. Afetos e parentesco entre os Yaminahua. 2007. 381f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2007.

CARRERO, G.; FEARNSIDE, P. M. Forest clearing dynamics and the expansion of landholdings in Apuí, a deforestation hotspot on Brazil's Transamazon Highway. In: **Ecology and Society**, vol. 16, n. 2, 2011. Disponível em: http://bit.ly/2LsA939. Último acesso em: 29 de junho de 2019.

CARTAGENES, R.; LOBATO, J. C. Tupi do Madeirinha: Isolados aparecem em sede de fazenda. In: RICARDO, C. A. (ed.). **Aconteceu Especial 17. Povos Indígenas no Brasil 85/86**. 1985-1986. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

CARTAGENES, R.; LOBATO, J. C. À Espera do Desastre. In: RICARDO, C. A. (ed.). **Povos Indígenas no Brasil 87/88/89/90**. 1991. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

CARVALHO, J. P. F. **Waimiri-Atroari:** A História Que Ainda Não Foi Contada. Brasília. Edição do autor, 1982.

CBDL. Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. **Primeira divisão: Território do rio Branco. Limites com a Venezuela**. Relatório do serviço técnico, campanha 1940-1941. Rio Catrimani, 1941.

CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. "Tiriyó", "Kaxuyana" e "Índios do Nhamundá/Mapuera". In: **Povos Indígenas no Brasil**, vol. 3: Amapá/Pará; São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1983a.

CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. In: **Povos Indígenas no Brasil**. vol. 3. Amapá/Pará; São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1983b.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Violência contra povos indígenas:** dados de 2017. Relatório. Conselho Indigenista Missionário, 2018. Disponível em: http://bit.ly/2Yk2Lzf. Último acesso em: 28 de junho de 2019.

CLARK, C.; MICHAEL, L.; BEIER, C. Los Mashco Piro de la región del río Purús: Factores que afectan a su

bienestar y autodeterminación en un mundo que cambia. In: **Cabeceras Aid Project**, 2005. Disponível em: http://bit.ly/2IASOIl. Último acesso em: 22 de junho de 2019.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Ubu Editora, 2017 [1974].

COMUNIDAD NATIVA MATSÉS. **Primer Encuentro Binacional Matsés Perú-Brasil. Comunidad Nativa Matsés**. 2009. [manuscrito].

COMUNIDAD NATIVA MATSÉS. **Pronunciamiento a la opinión** pública local, nacional e internacional. Carta datada de 12/12/2012. Buenas Lomas Antigua - Peru, 2012. [manuscrito].

COUDREAU, O. **Voyage au Cuminá**. Paris: Hachette, 1901.

COUTINHO, W. **Exploração petroleira em territórios indígenas na bacia do rio Jaquirana**. Manaus: Ministério Público Federal; Procuradoria da República no Amazonas, 2014.

COUTINHO, W. **Hepatopatias no Vale do Javari:** virulento agravo à saúde indígena afronta aos direitos humanos. Manaus: Ministério Público Federal; Procuradoria da República no Amazonas, 2008.

COUTINHO, W. **Informação nº 004/2013 – 1º Ofício/PRM/TBT**. Apura a realização de atividade petroleira, por Brasil e Peru, próximo a terras indígenas do Vale do Javari e especialmente próximo a área de ocupação de índios isolados, com risco de poluição de rios que atendem as comunidades da área (Ref.: NF nº 1.13.001.000172/2013-92). Tabatinga: Ministério Público Federal; Procuradoria da República no Município de Tabatinga, 2013.

CPI-ACRE. Comissão Pró-Índio do Acre. Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. Organização dos Povos Indígenas do Acre. **A situação dos direitos humanos dos povos indígenas na fronteira Acre-Peru. Submissão Conjunta para o terceiro ciclo de avaliação do Brasil no Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)**. Rio Branco: CPI-Acre, 2016

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. **12a Rodada de Licitações de petróleo e gás da Agência Nacional de Petróleo despreza normas, procedimentos e direitos estabelecidos**. Brasília: CTI, 2013. [no prelo].

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. **A grave situação das hepatites B e D no Vale do Javari**. Brasília: CTI, 2004.

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. Descaso e morte no Javari. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2006-2010. São Paulo: ISA, 2011.

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. Isolados no Brasil e Peru: do fogo aos desafios de ordenamento territorial. In: **Boletim Povos Isolados na Amazônia**, n. 2, 22 de março de 2016a. Disponível em: http://bit.ly/2IxYSkC. Último acesso em: 22 de junho de 2019.

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. Resistência Matsés vence interesses de empresa petrolífera. In: **Boletim Povos Isolados na Amazônia**, ed. 06, 2016b. Disponível em: http://bit.ly/2WYrpDQ. Último acesso em: 22 de junho de 2019.

CTI. Centro de Trabalho Indigenista; ISA. Instituto Socioambiental. **Saúde na Terra Indígena Vale do Javari:** diagnóstico médico antropológico, subsídios e recomendações para uma política de assistência. São Paulo: CTI; ISA, 2011.

D'ÁVILA, J. R. **Os Kulina-Pano do Vale do Javari:** histórias, memórias e atuação política. 2018. 113f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas. Benjamin Constant: UFAM, 2018.

DÉLÉAGE, P. **Le chamanisme sharanahua. Enquête sur l'apprentissage et l'épistémologie d'un rituel**. 2006. 720f. Tese (Doutorado) – École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris: EHESS, 2006.

DENEVAN, W. The aboriginal population of Amazonia. In: **The Native Population of the Americas in 1492**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1976.

DIAS DE AGUIAR, B. Trabalho da Comissão Demarcadora de Limites nas Fronteiras da Venezuela e Guiana britânica e neerlandesa de 1930 à 1940. In: **Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. II, pp. 204-375, 1940.

DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **DNITGeo:** Geotecnologias aplicadas. 2018. Disponível em: http://bit.ly/2J1iLB7. Último acesso em: 29 de junho de 2019.

EARLY, J. D.; PETERS, J. F. **The Xilixana Yanomami of the Amazon. History, Social Structure, and Population Dynamics**. Gainesville: The University Press of Florida, 2000.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Arquivos SHP de dutos**. Lei de acesso à informação, Pedido 99938000094201506. 2015.

EPL. Empresa de Planejamento e Logística. **Geologística da EPL. Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL)**. 2018. Disponível em: http://bit.ly/2No1V3l. Último acesso em: 29 de junho de 2019.

ERIKSON, P. **La Griffe des Aïeux**. Paris: Peeters, 1996.

ERIKSON, P. Uma singular pluralidade: a etnohistória Pano. In: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ESPINOZA, L. F. T. Territórios em disputa: sobre a autodeterminação dos povos indígenas isolados na Amazônia. In: **Povos Indígenas Isolados no Brasil (online)**, 17 de novembro de 2017. Disponível em: http://bit.ly/2Xj2os7. Último acesso em: 29 de junho de 2019.

FEARNSIDE, P. M. **A Ocupação Humana de Rondônia:** impactos, limites e Planejamento. Brasília: CNPq; Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1989. Disponível em: http://bit.ly/322k6z1. Último acesso em: 29 de junho de 2019.

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Cuiabá- Santarém (BR-163) Highway: The Environmental Cost of Paving a Soybean Corridor Through the Amazon. In: **Environmental Management**, n. 39, 2007.

FEARNSIDE, P. M. Brazilian politics threaten environmental policies. In: **Science**, 353, pp. 746-748, 2016.

FEARNSIDE, P. M. Deforestation of the Brazilian Amazon. In: SHUGART, H. (Ed.) **Oxford Research Encyclopedia of Environmental Science**. New York: Oxford University Press, 2017.

FEARNSIDE, P. M. Impacts of Brazil's Madeira River Dams: Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. In: **Environmental Science & Policy**, n. 38, pp. 164-172, 2014.

FEARNSIDE, P. M.; GRAÇA, P. M. L. A. BR-319: Brazil's Manaus-Porto Velho Highway and the Potential Impact of Linking the Arc of Deforestation to Central Amazonia. In: **Environmental Management**, vol. 38, n. 5, pp. 705-16, 2006.

FEATHER, C. **Elastic selves and fluid cosmologies:** Nahua resilience in a changing world. 2010. 319f. Tese (Pós-Doutorado) – University of St Andrews. St. Andrews: University of St Andrews, 2010.

FERREIRA, H. P. **Esboço gramatical Ỹaroamë:** Língua Yanomami falada na Serra do Pacu/RR. Rio de Janeiro: Museu do Índio. 2012.

FREIRE, C. A. R. **Sagas Sertanistas:** Práticas e representações do campo indigenista no século XX. 2005. 403f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ; Museu Nacional, 2005.

FRENTE DE CONTATO GUAPORÉ. Índios isolados na Terra Indígena Uru-Eu-**Wau-Wau**. 1999-2000.

FRIKEL, P. Os Kaxuyana: notas etno-históricas. In: **Publicações Avulsas**, n. 14. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1970.

FRIKEL, P. Os últimos Káhyana. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.1 (separata). São Paulo: IEB, 1966.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Funai realiza Expedição para proteção de indígenas Korubo no Vale do Javari. In: **Funai (online)**, 06 de abril de 2019. Disponível em: http://bit.ly/2X5Do7T. Último acesso em: 22 de junho de 2019.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Registros dos povos indígenas isolados**. Informação Técnica No. 16/2018/CPLII/CGIIRC/DPT-FUNAI. 2018.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Povos indígenas isolados e de recente contato. In: **Funai (online)**, s/d. Disponível em: http://bit.ly/2NiQ2M4. Último acesso em: 28 de junho de 2019.

GARCIA, U. F. **Crônicas de caça e criação**. São Paulo: Hedras; FAPESP, 2018.

GALLOIS, D. T. De arredio a isolado: perspectivas de autonomia para os povos indígenas isolados. In: GRUPIONI, L. D. B (Coord.). Índios do Brasil. São Paulo, SMC/PMSP, 1992.

GOMES, M. P.; MEIRELLES, J. C. **Relatório Awá-Guajá**. Petrópolis: Funai, 2002.

GOW, P. "Me deixa em paz!": um relato etnográfico preliminar sobre o isolamento voluntário dos Mashco. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 54 n. 1, pp.11-46, 2011.

HEELAS, R. R. **The social organisation of the Panara, a Ge tribe of Central Brazil**. 1979. 405f. Tese (Doutorado) – University of Oxford. Inglaterra: University of Oxford, 1979.

HEMMING, J. **Ouro Vermelho**. São Paulo, EDUSP, 2007.

HEMNING, J. **Amazon Frontier**. London, Papermac, 1995.

HOLDRIDGE, D. Exploration between the Rio Branco and the Serra Parima. In: **The Geographical Review**, New York: The American Geographical Society, v. XXIII, pp. 372-384, 1933.

HOUGHTON, R.; SKOLE, D. L.; NOBRE, C. A.; HACKLER, J. L.; LAWRENCE, K. T.; CHOMENTOWSKI, W. Annual fluxes of carbon from deforestation and regrowth in the Brazilian Amazon. In: **Nature**, n. 403, pp. 301-304, 2000.

HUERTAS, B. **Corredor Territorial de Pueblos Indígenas en Aislamiento y Contacto Inicial Pano, Arawak y otros. Diagnóstico y fundamentos antropológicos**. Lima: Gráfica Educativa, 2015.

HUERTAS, B. **Los pueblos Indígenas en aislamiento. Su lucha por la sobrevivencia y la libertad**. Lima: IWGIA, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geociências**. 2016. Disponível em: http://bit.ly/2RIN1TW. Último acesso em: 29 de junho de 2019.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto PRODES:** monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite. 2018. Disponível em: http://bit.ly/2IVCRfM. Último acesso em: 29 de junho de 2019.

INSTITUTO DEL BIÉN COMUM IBC-SICNA. **Sistema de Información sobre Comunidades Nativas, em convenio com organizaciones indígenas y com la colaboración de ACPC, AIDESEP-CIPTA, CEDIA, GEF/PNUD, GOREL y PETT-Loreto**. Lima - Peru, 2009.

ISA. Instituto Socioambiental. Programa Waimiri Atroari (Eds.). **Waimiri Atroari: a'a ikaa ineptypy - Waimiri Atroari:** divulgando nossa história. São Paulo; Manaus: ISA, 2017.

ISA. Instituto Socioambiental. **Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada**. 2019. Disponível em: http://bit.ly/2ZYI6Rs. Último acesso em: 29 de junho de 2019.

KELLY, J. A. **About Anti-mestizaje**. Desterro: Cultura e Barbárie, 2016.

KROEBER, A. Native American Population. In: **American Antropologist**, n. 36, pp. 24-25, 1934. Disponível em: http://bit.ly/2FFsMl7. Último acesso em: 28 de junho de 2019.

LEONEL, M. **Etnodicéia Uruéu-Au-Au**. São Paulo, Edusp, 1995.

LEONEL, M. **Relatório sobre a necessidade de homologação e efetiva demarcação da área conjunta de preservação A.I. Uru-Eu-Wau-Wau e o Parque Nacional de Pacaás Novos (IBDF)**. São Paulo: Polonoreste; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

LOCATELLI, P. Após expulsarem de madeireiros a médicos, índios defendem autonomia total no Maranhão. In: **Uol (online)**, 09 de janeiro de 2018. Disponível em: http://bit.ly/2JdxJCG. Último acesso em: 28 de junho de 2019.

MACMILLAN, G. **At the end of the rainbow?:** gold, land, and people in the Brazilian Amazon. New York: Columbia University Press, 1995.

MACQUARRIE, K. **Dissipative Energy Patterns and Cultural Change Among the Yura/Parque Nahua (Yaminahua) Indians of Southeastern Peru**. 1991. Dissertação (Mestrado) – California State University at Fullerton. Master's Thesis, Dept. Anthropology. California State University at Fullerton. Fullerton: CSU, 1991.

MAGALHÃES, M.; MAXIKÔA A. G. **Narrativa de Maxikôa sobre o retorno de Itapirỹ à aldeia após sua fuga com Marjuá**. 2017. (mimeo)

MAHALEM, L.; ALMEIDA, R. Isolados e desprotegidos. In: **ISA (online)**, 28 de setembro de 2017. Disponível em: http://bit.ly/2XNkems. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

MATOS, B. A. **A Visita dos Espíritos:** ritual, história e transformação entre os Matsés da Amazônia brasileira. 2014. 291f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ; Museu Nacional, 2014.

MATOS, B. A. Caminhos e malocas: conjuntos na Amazônia Ocidental. In: **R@u** -Revista de Antropologia da UFSCar, vol. 9, n. 1, pp. 37-60, jan./jun. 2017.

MATOS, B. A. **Diagnóstico Participativo do Uso do Território dos Rios Coari e Branco pelo Povo Matis. Fundação Nacional do Índio/PNUD**. Projeto BRA 13-019: Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, 2015.

MEDEIROS JUNIOR, M. E. Natureza jurídica da redução certificada de emissão ou "crédito de carbono". In: **Revista Jus Navigandi**, n. 17, 2012.

MICHAEL, L; BEIER, C. Poblaciones Indígenas en Aislamiento Voluntario en la región del Alto Purús. In: PITMAN, R. L.; PITMAN, N.; ÁLVAREZ, P. (Orgs.). **Alto Purús. Biodiversidad, Conservación y Manejo**. Center for Tropical Conservation Nicholas School of the Environment: Duke University, 2003.

MILANEZ, F. **Memórias Sertanistas:** cem anos de indigenismo no Brasil. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

NASCIMENTO, H. Madeireiros peruanos detonam o Vale do Javari. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2001-2005. São Paulo: ISA, 2006.

NASCIMENTO, H. Exploração de petróleo ameaça os povos na fronteira com o Javari. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2006-2010. São Paulo: ISA, 2011.

NASCIMENTO, H.; ERIKSON, P. Desastre sanitário. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2001-2005. São Paulo: ISA, 2006.

NIMUENDAJU, K. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em: http://bit.ly/2XbJwLL. Último acesso em: 28 de junho de 2019.

OEA-CIDH. **Pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial en las Américas:** Recomendaciones para el pleno respeto a sus derechos humanos. Washington D.C.: Inter-American Commission on Human Rights; Rapporteurship on the Rights of Indigenous Peoples; OEA, 2013.

ORGANIZAÇÃO GERAL MAYURUNA; COMUNIDAD NATIVA MATSÉS. **Documento Final da III Reunião Binacional Matsés Brasil-Peru**. Aldeia Soles, TI Vale do Javari, 2011.

ORGANIZAÇÃO GERAL MAYURUNA; COMUNIDAD NATIVA MATSÉS. **Documento final da IV Reunião Binacional Matsés Brasil-Peru**. Aldeia Lobo, TI Vale do Javari, 2013.

ORGANIZAÇÃO GERAL MAYURUNA; COMUNIDAD NATIVA MATSÉS. **Información Actualizada y pronunciamiento oficial sobre presencia de pueblos indígenas autónomos (aislados) en la región de Yavarí/Yaquerana (frontera con Perú)**. Carta dirigida à presidência e Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, de 13 de novembro de 2012.

OTCA. Organización del Tratado de Cooperación Amazónica. **Marco estratégico para la protección de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial:** compendio de las actividades realizadas en la fase I (2011-214) y la fase ii (2016-2018). Brasília: OTCA, 2018.

OVIEDO, A. Os povos indígenas isolados e as obras de infraestrutura que ameaçam seus territórios. In: **Instituto Socioambiental**, 2018. Disponível em: http://bit.ly/2XcEBdi. Último acesso em: 28 de junho de 2019.

PÉREZ GIL, L. Adversários e mediadores: os outros dos Yaminawa no processo de contato. In: LIMA, E. C.; CÓRDOBA, L. (Orgs.). **Os Outros dos Outros:** Relações de alteridade na Etnologia Sul-Americana. Curitiba: Ed. da UFPR, 2011.

PÉREZ GIL, L. **Metamorfoses yaminawa:** Xamanismo e socialidade na Amazonia peruana. 2006. 392f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006.

PÉREZ GIL, L. **Relatório final**. Consultoria especializada para realização de estudo antropológico a respeito de povo de recente contato que habita o igarapé Xinane (T.I. Kampa e Isolados do Rio Envira) e suas imediações (Acre). Centro de Trabalho Indigenista / FUNAI. Brasília, 2018.

PETERS, J. F. **Life among the Yanomami. The Story of Change Among the Xilixana on the Mucajaí River in Brazil**. Peterborough (Ontario, Canada): Broadview Press, Ltd. 1998.

RADAELLI, A. 2018. **Os Kambeba do rio Jandiatuba:** território, garimpo e conflitos socioambientais. 2018. 170f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2017.

RAPOZO, P.; SILVA, R. C.; RADAELLI, A. À margem das margens: conflitos socioambientais, territorialidades e as lutas pelo reconhecimento identitário das comunidades rurais da tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru. In: **41º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu – MG, 23 a 27 de outubro de 2017.

RELATÓRIO do Comitê da Verdade do Amazonas: O Genocídio do Povo Waimiri-Atroari. Manaus, 2012. Disponível em: http://bit.ly/2IUxaO4. Último acesso em: 21 de junho de 2019.

RIBEIRO, D. Os índios e a civilização. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, F. A. N.; CAIXETA DE QUEIROZ, R. Políticas do isolamento voluntário nos interflúvios do rio Trombetas. In: GRUPIONI, D. F.; ANDRADE, L. M. M. de (org.). **Entre Águas Bravas e Mansas, índios & quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo: Iepé, 2015.

RICARDO, C. A. **Povos Indígenas no Brasil 1985/86**. São Paulo: CEDI, 1987.

RICARDO, C. A. **Povos Indígenas no Brasil 1996/2000**. São Paulo: ISA, 2000.

RICARDO, F. Isolados: resistência ao contato. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2001-2005. São Paulo: ISA, 2006.

ROCHEDO, P.; SOARES-FILHO, B. S.; SCHAEFFER, R.; VIOLA, E.; SZKLO, A.; LUCENA, A. F. P.; KOBERLE, A.; DAVIS, J.; RAJÃO, R.; RATHMANN, R. The threat of political bargaining to climate mitigation in Brazil. In: **Nat. Clim. Chang.**, n. 8, pp. 695–698, 2018.

RODRIGO OCTAVIO, C. B. Retomada da exploração de Petróleo e Gás no Vale do Javari. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2011-2016. São Paulo: ISA, 2017.

RODRIGO OCTAVIO, C. B. Rios, varadouros e outros caminhos - fronteiras e territorialidades em transformação no Vale do Javari. 2015. 202f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

RODRIGUES, D. A. **Proteção e Assistência à Saúde dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil**. Relatório Técnico apresentado à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Brasília: OTCA, 2014. Disponível: http://bit.ly/2NvhQ02. Último acesso em: 28 de junho de 2019.

RODRIGUES, D. **Saúde e Doença entre os Panará, povo indígena amazônico de recente contato – 1975 – 2007**. 2013. 133f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp 2013.

ROLANDO BETANCOURT, G. C. **Living with Other:** Mastanawa Engagements with Alterity. 2018. Tese (Pós-Doutorado) - University of Virginia. Charlottesville: UVA, 2018.

SALATHÉ, G. Les Indiens Karimé. In: **Revista de la Universidad Nacional de Tucumam**, Buenos Aires, v. 11, n. 2, p. 207-316, 1932.

SANTOS, V. B. S.; FUNAI. **Informações adicionais solicitadas pela CIDH, a respeito da tribo Awa Guajá** no Brasil. 21 de agosto de 2013.

SAPPER, K. Die Zahl und die Volksdichte der indianischen Bevölkerung in America or der Conquista und in den Gegenwart. In: **Proceedings of the 21st Congress Of Amercanists**, Haia, vol. 1, pp. 95-104, 1924.

SCHULTZ, H.; CHIARA, V. Informações sobre os índios do Alto Rio Purus. In: **Revista do Museu Paulista**, n. IX, pp. 181-201, 1995.

SHEPARD, G. H. A Década do Contato. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2011-2016. São Paulo: ISA, 2017.

SHEPARD, G. H. JR. **Informe:** Los grupos Indígenas aislados del río Las Piedras. Lima, Peru, 1996. [manuscrito].

SHEPARD, G. H. JR. Close encounters of the Mashco kind: Attack by an isolated indigenous group in Peru. In: **Anthropology News**, vol. 53, n. 1: Knowledge Exchange Online, jan. 2012. Disponível em: http://bit.ly/2ZCeUzN. Último acesso em: 22 de junho de 2019.

SHEPARD, G. H. JR. A década do contato. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2011-2016. São Paulo: ISA, 2017.

SHEPARD, G. H. JR. Ceci n'est pas un contact: The festishization of isolated indigenous people of the Amazon. In: **Tipiti**, vol. 14, n. 1, pp. 135-137, 2016.

SHEPARD, G. H. JR. Los Yora/Yaminahua. In: HUERTAS, B.; GARCIA, A. (Orgs.). **Los Pueblos Indígenas de Madre de Dios:** Historia, Etnografía y Coyuntura. Lima: IWGIA, 2003.

SHEPARD, G. H. JR. The Mark and Olly follies. In: **Anthropology News**, vol. 52, n. 5, p. 18, 2011. Disponível em: http://bit.ly/2XtrKCT. Último acesso em: 22 de junho de 2019.

SHEPARD, G. H. JR.; RUMMENHOELLER, K.; OHL, J.; YU, D. W. Trouble in Paradise: Indigenous populations, anthropological policies, and biodiversity conservation in Manu National Park, Peru. In: **Journal of Sustainable Forestry**, n. 29, pp. 252–301, 2010.

SHIRATORI, K. **O olhar envenenado:** notas sobre a metafísica sociovegetal Jamamadi (médio Purus, AM). 2018. 413f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ; Museu Nacional, 2018.

SILVA, R. I. **Povos Indígenas em isolamento voluntário na Amazônia brasileira:** o sexto século de genocídios diásporas indígenas. 2017. 355f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2017.

SOARES-FILHO, B. S.; MOUTINHO, P.; NEPSTAD, D.; ANDERSON, A.; RODRIGUES, H.; GARCIA, R.; DIETZSCH, L.; MERRY, F.; BOWMAN, M.; HISSA, L.; SILVESTRINI, R.; MARETTI, C. Role of Brazilian Amazon protected areas in climate change mitigation. In: **Proc Natl Acad. Sci.**, vol. 107, n. 24, 2010.

SOARES-FILHO, B. S.; RAJÃO, R.; MACEDO, M.; CARNEIRO, A.; COSTA, W.; COE, M.; RODRIGUES, H.; ALENCAR, A. Cracking Brazil's Forest Code. In: **Science**, vol. 344, pp. 363-364, 2014.

SOARES-FILHO, B. S.; RODRIGUES, H. O.; FOLLADOR, M. A hybrid analytical-heuristic method for calibrating land-use change models. In: **Environmental Modelling & Software**, n. 43, pp. 80-87, 2013.

SOARES-FILHO, B.; RAJÃO, R. Traditional conservation strategies still the best option. In: **Nature Sustainability**, n. 1, pp. 608-610, 2018.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, pp. 442-464, 2018. Disponível em: http://bit.ly/2L8hRnu. Último acesso em: 21 de junho de 2019.

STEWARD, J. H. (Org.). **Handbook of South American Indians**. Washington: Government Printing Office, 1946. Disponível em: http://bit.ly/2FzHKJx. Último acesso em: 28 de junho de 2019.

STRAND, J.; SOARES-FILHO, B. S; COSTA, M.; OLIVEIRA, U.; RIBEIRO, S. C.; PIRES, G. F.; OLIVEIRA, A.; RAJÃO, R.; MAY, P.; VAN DER HOFF, R.; SIIKAMÄKI, J.; MOTTA, R. S.; TOMAN, M. Spatially explicit valuation of the Brazilian Amazon Forest's Ecosystem Services. In: **Nature Sustainability**, n. 1, pp. 657-664, 2018.

TOWNSLEY, G. Los Yaminahua. In: GRANERO, F. S.; BARCLAY, F. (Orgs). **Guía Etnográfica de la Alta Amazonía**. Quito: FLACSO/IFEA, 1994.

TÜBIGEN, M. C. Rondônia: frente pioneira e programa polonoroeste. O processo de diferenciação socioeconômica na periferia e os limites do planejamento público". In: **Homem e Natureza na Amazônia**, nº 95, pp. 253-270, 1987.

UNIVAJA. União dos Povos Indígenas do Vale do Javari. **Carta aberta dos povos do Vale do Javari sobre a ameaça de projetos petroleiros no Brasil e Peru**. Atalaia do Norte: UNIVAJA, 2013. [manuscrito].

VALENTE, R. **Os fuzis e as flechas – História de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

VAN VLIET, N.; QUICENO-MESA, M. P.; CRUZ-ANTIA, D.; AQUINO, L. J. N.; MORENO, J.; NASI, R. The uncovered volumes of bushmeat commercialized in the Amazonian trifrontier between Colombia, Peru & Brazil. In: **Ethnobiology and Conservation**, vol. 3, n. 7, pp. 1-11, 2014.

VAZ; A.; BALTHAZAR, P. A. A. Povos indígenas isolados, autonomia, pluralismo jurídico e direitos da natureza, relações e reciprocidades. In: **Boletín Onteaiken**, n. 15, pp. 85-101, mai. 2013.

VAZ, A. Pueblos indígenas en aislamiento: Territorios y desarrollo en la amazonia y gran chaco. Informe regional para Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas - UNPII 18th, Land is Life, 2019.

VENTICINQUE, E.; FORSBERG, B.; BARTHEM, R.; PETRY, P.; HESS, L.; MERCADO, A.; CAÑAS, C.; MONTOYA, M.; DURIGAN, C.; GOULDING, M. An explicit GIS-based river basin framework for aquatic ecosystem conservation in the Amazon. In: **Earth Syst. Sci. Data**, n. 8, pp. 651–661, 2016.

VERDUM R. Os Yawaripë. **Contribuição à História do povoamento Yanomami**. 1995. 184f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 1995.

VILLAS-BÔAS, A., ROJAS, B.; REIS, C.; AMORIM, L.; LEITE, L. **O Dossiê Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação**. São Paulo: ISA, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; DE CAUX, C.; HEURICH, G. O. **Araweté:** um povo tupi da Amazônia. São Paulo: Edições SESC, 2017.

OUTRAS REFERÊNCIAS

AMORIM, F. F. **Informe sobre a presença confirmada de povos indígenas isolados no Brasil e aspectos de vulnerabilidade territorial**. Coiab; Land is Life, 2019.

BRANFORD, S. Agência indígena do Brasil atua para proteger povo Kawahiva. In: **Mongabay (online)**, 04 de fevereiro de 2019. Disponível em: http://bit.ly/2LAIXUP. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Etnicidade: da cultura residual mas irredutível. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Introdução a uma história Indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/SMC; Companhia das Letras, 1992.

CLARK, N. Isolados do Rio Pardo: a história de sobrevivência do último grupo Kawahiva. In: **Boletim Povos Isolados na Amazônia**, ed. 03, mai. 2016. Disponível em: http://bit.ly/2LE3p7j. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

COELHO, M. E. À Beira do Contágio. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2011-2016. São Paulo: ISA, 2017.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo:** Brasil 2018. Goiânia: CPT Nacional, 2019. Disponível em: http://bit.ly/2LAJ56r. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. **A grave situação de saúde no Vale do Javari continua, mesmo após um ano de denúncias**. Tabatinga: CTI, 2005.

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. **Documentário A Fronteira Invisível**. (22 min). 2016-2017. Disponível em: http://bit.ly/2RPcE5D. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. **Documento Final da VII Reunião Binacional Matsés Brasil-Peru**. 2018a. Disponível em: http://bit.ly/2ROEZJg. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. Matsés do Brasil e Peru alertam para violações de direitos em seu território. In: **CTI (online)**, 2018b. Disponível em: http://bit.ly/308YyyF. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. **Nota Técnica sobre a presença de índios isolados na região do alto rio Jaquirana, fronteira Brasil-Peru**. 2012. Disponível em: http://bit.ly/2LA1Siq. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

DECLARAÇÃO da Terra Indígena Mamoadate. Rio Branco: CPI-Acre, 2016. Disponível em: http://bit.ly/2KUwD2b. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

DI DEUS, E. I. **Oficina de Informação e Sensibilização sobre Povos Indígenas Isolados, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá**. Rio Branco: CPI-Acre, 2009.

FUNAI. Funai apresenta avanços na Proteção dos Índios Isolados da TI Kawahiva do Rio Pardo, no Mato Grosso. Fundação Nacional do Índio. In: **Funai (online)**, 18 de dezembro de 2018. Disponível em: http://bit.ly/2Xjz7sB. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

FUNES, E. **Nasci nas matas, nunca tive senhor:** história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. 1995. 456 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1995.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Nota Técnica Nº 855/2019/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA**. Brasília: Incra, 2019.

INTENSIFICAM-SE as ações de proteção à terra indígena Kawahiva do rio Pardo, em Colniza/MT (fotos). In: **Juína News (online)**, 03 de junho de 2019. Disponível em: http://bit.ly/2KVhVaX. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

LADEIRA, H.; GIL, V. Luta por Direitos nos dois lados da fronteira. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2011-2016. São Paulo: ISA, 2017.

MANCHINERI, L. A. B. **Relatório de atividades de Monitoramento da Terra Indígena Mamoadate**. Rio Branco: CPI-Acre, 2018.

NASCIMENTO H. **Os povos isolados da Terra Indígena Vale do Javari e a epidemia de hepatite B e D e malária**. Tabatinga: CTI, 2008.

NASCIMENTO, H.; HUERTAS, B. A grave situação dos isolados na Bacia Javari-Jaquirana". In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2011-2016. São Paulo: ISA, 2017.

NEPSTAD, D.; MCGRATH, D., ALENCAR, A.; BARROS, A. C.; CARVALHO, G.; SANTILLI, M.; VERA DIAZ, M. C. Frontier governance in Amazonia. In: **Science**, vol. 295, pp. 629-631, 2002.

PEREIRA, B. C. A. Conflitos e Contatos no Vale do Javari, relato de uma experiência de campo. In: FILHO, E. G. S. (Org.). **História e Antropologia, conexões do tempo presente**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

RIBEIRO, D. **Os Índios e a Civilização - A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

RICARDO, B.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil:** 2011-2016. São Paulo: ISA, 2017.

SILVA, J. F. M. **Oficina de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena Mamoadate**. Rio Branco: CPI-Acre, 2016.

SOARES-FILHO, B.; ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.; CERQUEIRA, G.; VERA DIAZ, M. C.; RIVERO, S.; SOLÓRZANO, L.; VOLL, E. 2004. Simulating the response of land-cover changes to road paving and governance along a major Amazon highway: The Santarém-Cuiabá corridor. In: **Global Change Biology**, vol. 10, pp. 745-764, abr. 2004.

TERRA Indígena Kawahiva do Rio Pardo. In: **Terras Indígenas no Brasil (online)**, s/d. Disponível em: http://bit.ly/303LfQ0. Acesso em: 03 de julho de 2019.

TERRAS+. Disponível em: http://bit.ly/3092Ztk. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

VAZ, A. **Isolados no Brasil – Políticas de Estado:** Da tutela para a Política de Direitos – Uma Questão Resolvida? Brasília: IWGIA, 2011.

VAZ, A. Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil. A que será que se destinam? In: **Le Monde Diplomatique Brasil (online)**, ed. 85, ago. 2014. Disponível em: http://bit.ly/2KXn7eD. Último acesso em: 03 de julho de 2019.

YAMADA, E.; AMORIM, F. F. Povos indígenas isolados: autonomia e aplicação do direito de consulta. In: **Revista de Linguística Antropológica**, UnB, Brasília, v. 8, n. 2, 2016.

CRÉDITOS DE IMAGENS

CAPA

Vista aérea da comunidade dos Yanomami isolados, TI Yanomami. © Guilherme Gnipper/Funai/Acervo HAY, 2013.

PARTE 1

p.41 Sôkriti Panará na época do contato © Pedro Martinelli, 1973.

PARTE 2

YANOMAMI

Capa capítulo Serras na região Surucucus, TI Yanomami. © Lucas Lima/ISA, 2018.

p.65 Maloca dos Yanomami isolados, TI Yanomami. © Guilherme Gnipper/Funai/Acervo HAY, setembro de 2016.

p.66 Degradação ambiental causada pelos garimpeiros ilegais na região do "Tatuzão", rio Uraricoera, TI Yanomami, Roraima. © Guilherme Gnipper/Funai/Acervo HAY, 2017.

p.67 Pista de pouso clandestina usada por garimpeiros na região do Homoxi, TI Yanomami. © Guilherme Gnipper/Funai/Acervo HAY, 2016.

p.69 Davi Kopenawa Yanomami. © Daniel Klajmic/Prodigo, 2019.

p.73 Degradação ambiental provocada por garimpo ilegal próximo à comunidade ye'kwana na região de Waikás, no rio Uraricoera, TI Yanomami, Roraima. © Rogério Assis/ISA, 2018.

p.74 Mulheres e crianças yanomami da região do Paapiú (TI Yanomami), durante a devolução das amostras de cabelo coletadas em 2014 para a realização de exames afim de detectar os níveis de mercúrio em seus organismos. © Marcos Wesley/ISA, 2016.

PIRITITI

Capa capítulo Terra Indígena Pirititi, no sul de Roraima. © Felipe Werneck/Ibama, 2018.

p.80 Casa de grupo pirititi, TI Pirititi, Roraima. © Funai, 2015.

p.83 Ibama apreende milhares de toras extraídas ilegalmente na TI Pirititi, em Roraima. © Felipe Werneck/Ibama, 2018.

p.88 Apreensão de milhares toras extraídas ilegalmente na TI Pirititi, em Roraima. © Felipe Werneck/Ibama, 2018.

NORTE DO PARÁ

Capa capítulo Rio Katxuru, também conhecido como Rio Cachorro, TI Kaxuyana/Tunayana. © Victor Alcantara e Silva, 2018.

AWA GUAJÁ

Capa capítulo Mulher awa guajá com criança na tipóia. Aldeia Juriti, TI Awá, Maranhão. © Uirá Garcia, 2008.

p.109 Os Awa Guajá contatados em 2014, Aldeia Tiracambu, TI Caru, Maranhão. © Marina Magalhães, 2017.

p.113 Incêndio florestal na TI Araribóia, Maranhão. © Marizilda Cruppe / Greenpeace, 2015.

p.114 TI Caru, Maranhão. © Sebastião Salgado, 2013.

p.117-118 Banho de rio, aldeia Juriti, TI Awá, Maranhão. © Uirá Garcia, 2008.

p.120 Awa Guajá caminham pela estrada aberta ilegalmente por madeireiros na TI Awá, Maranhão. © Uirá Garcia, 2006.

VALE DO JAVARI

Capa capítulo Rio Itaquaí, TI Vale do Javari, Amazonas. © Silia Moan, 2019.

p.126 Casas de grupo isolado no interflúvio dos rios Itaquaí e Jandiatuba, TI Vale do Javari, Amazonas. © Peetsaa P2rca/CGIIRC/Funai, 2011.

p.128 "Tapagem" feita com folha de palmeira por indígenas isolados, aldeia São Joaquim, TI Vale do Javari, Amazonas. © Agente ambiental Marubo/CTI.

p.129 Grupo korubo contatado se dirige à Base de Proteção do Ituí, TI Vale do Javari, Amazonas. © Mário Vilela/Funai, 2016.

p.133 Reencontro entre Korubo recém contatados e seus parentes isolados, TI Vale do Javari, Amazonas. © Funai, 2019.

p.135 Vista aérea de casas dos Korubo isolados, interflúvio dos rios Ituí e Itaquaí, TI Vale do Javari, Amazonas. © Peetssa P2rca/CGIIRC/Funai, 2011.

p.140-141 da esquerda para direita: Zefinha e Cacique Dyanin Kanamari (aldeia Massapê), lideranças da TI Vale do Javari. © Silia Moan, 2019; Manoel Chorimpa Marubo (aldeia Maronal), liderança da TI Vale do Javari. © Silia Moan, 2019; Paulo Kenampa Marubo (aldeia Maronal), presidente da Univaja. © Silia Moan, 2019; Cacique Arabonã (aldeia Bananeira), liderança da TI Vale do Javari. © Silia Moan, 2019; Marcos Dunu Mayoruna (aldeia São Meireles), liderança da TI Vale do Javari. © Silia Moan, 2019; Elic Nacua Mayuruna (aldeia 31), liderança da TI Vale do Javari. © Silia Moan, 2019; Raimundo Mean Mayuruna (aldeia Soles), liderança da TI Vale do Javari. © Beatriz de Almeida Matos, 2008.

p.144 Matsés da aldeia Lobo, TI Vale do Javari, Amazonas. © Lucas Bonolo/Acervo CTI, 2013.

p.147 Apreensão de carne de caça, quelônios e peixe em ações de fiscalização da Funai. © Agente ambiental Matsés/CTI.

p.148 Draga de garimpo na região da TI Vale do Javari. © Hilton Nascimento/CTI.

p.150 Casas de grupo isolado no interflúvio dos rios Boia e Curuena, TI Vale do Javari, Amazonas. © Peetssa P2rca/CGIIRC/Funai, 2011.

ACRE

Capa capítulo Grupo mashco piro próximo à aldeia Monte Salvado, Peru. © Eddy Torres/Frankfurt Zoological Society, 2014.

p.158 Roçado e casas dos isolados na TI Kampa e Isolados do Envira, Acre. © Gleilson Miranda/CGIIRC/Funai, 2009.

p.163 Manoel Jocemir de Paula Sabóia, liderança hunikui e coordenador da base de vigilância da frente de proteção dos isolados da TI Kaxinawá do Rio Humaitá, Acre. © Acervo Aldeia São Vicente, 2019.

p.164 Estudantes na aldeia São Vicente, TI Kaxinawá do Rio Humaitá, Acre. © Daniel Belik, 2015.

p.166 Fernando Kampa em contato com os isolados do Xinane, TI Kampa e Isolados do Rio Envira, Acre. © Funai, 2014.

p.167 Habitações dos isolados do rio Xinane, TI Kampa e Isolados do Rio Envira, Acre. © Gleilson Miranda/CGIIRC/Funai, 2008.

p.171 Manchineri e Jaminawa em encontro com indígenas do Peru, aldeia Betel, TI Mamoadate, Acre. © Maria Emília Coelho/Acervo CPI-AC, 2016.

p.173 Grupo isolado na TI Kampa e Isolados do Envira, Acre. © Gleilson Miranda/CGIIRC/Funai, 2008.

p.175 Parque Nacional Chandless, Acre. © Agência de Notícias do Acre, 2011.

p.176 Aldeia Nova União, do povo Manchineri, TI Cabeceira do Rio Acre, Acre. © Maria Emília Coelho, 2017.

p.180 Aldeia de grupo isolado na TI Kampa e Isolados do Envira, Acre. © Gleilson Miranda/CGIIRC/Funai, 2009.

p.182 Habitação de grupo isolado no rio Envira, Acre. © Gleilson Miranda/CGIIRC/Funai, 2010.

p.186 Mashco-Piro no rio Madre de Dios no barco dos agentes de proteção do Ministério de Cultura, Peru. © Glenn H. Shepard Jr., 2015.

p.189 Grupo mashco-piro próximo à aldeia Monte Salvado, Peru. © Eddy Torres/Frankfurt Zoological Society, 2014.

ISOLADOS KAGWAHIVA NO SUL DA AMAZÔNIA

Capa capítulo **Cesto dos Hi-Merimã, TI Hi-Merimã, Amazonas. © Daniel Cangussu/CGIIRC/Funai, 2016.**

Capa sub-capítulo Sul do Amazonas **Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Amazonas. © Acervo ICMBio.**

p.197 **Cari e sua esposa em Humaitá, Amazonas. Imagem extraída da série *Memória Perigosa*. © Marina Weis e Laura Faerman, 2018.**

p.201 **Duca Tenharim, cacique da aldeia Boa Vista, TI Tenharim Marmelos, Amazonas. © Karen Shiratori, 2018.**

p.202 **Macedo Tenharim e sua esposa, aldeia Kampinhu'hu, TI Tenharim Marmelos, Amazonas. © Karen Shiratori, 2018.**

p.206 **Entrada da TI Hi-Merimã, na boca do rio Aripuanã, Amazonas. © Karen Shiratori, 2016.**

p.208 **Habitação do povo Suruwaha na TI Zuruahã, Amazonas. © Peetssa P2rca/CGIIRC/Funai, 2010.**

p.209 **Cesto e pilão dos isolados Hi-Merimã. © Daniel Cangussu/CGIIRC/Funai, 2016.**

Capa subcapitulo Kawahiva do rio Pardo **Indígena isolado na TI Kawahiva do Rio Pardo, Mato Grosso. © Funai, 2013.**

p.213 **Vista aérea da Base permanente da Funai na TI Kawahiva do Rio Pardo, Mato Grosso. © Vinícius Mendonça /Ascom/Ibama, 2018.**

p.214 **Tapiri dos isolados kagwahiva, TI Kawahiva do Rio Pardo, Mato Grosso. © Jair Candor/ Funai, 2015.**

Capa subcapítulo Piripkura **Expedição da Funai na TI Piripkura, Mato Grosso. © Dado Carlin.**

p.218 **Pakyî, Tamandua e Jair Candor na Base da Funai na TI Piripkura, Mato Grosso. © Bruno Jorge.**

p.219 **Tamandua e Pakyî, indígenas isolados na TI Piripkura, Mato Grosso. © Bruno Jorge.**

Capa subcapítulo TI Uru-Eu-Wau-Wau **Indígena uru-eu-wau-wau, TI Uru-Eu-Wau-Wau, Rondônia. © Gabriel Uchida/Kanindé, 2019.**

p.223 **Destruição ambiental no limite da TI Uru-Eu-Wau-Wau, Rondônia. © Gabriel Uchida/ Kanindé, 2016.**

p.224 **Meninos no Posto Indígena Alta Lídia, local onde a partir de 1981 os Jupaú foram contatados pela Funai. © Jesco von Puttkamer, 1985.**

p.227 **Áreas de desmatamento no entorno da TI Uru-Eu-Wau-Wau, Rondônia. © Gabriel Uchida/ Kanindé, 2016.**

p.228 **Placa de identificação da TI Uru-Eu-Wau-Wau perfurada por balas atiradas por invasores. © Gabriel Uchida/Kanindé, 2019.**

ISOLADO NA TERRA INDÍGENA TANARU

Capa capítulo **Indígena isolado na TI Tanaru, Rondônia. Imagem extraída do filme Corumbiara © Vincent Carelli/Vídeo nas Aldeias.**

p.234 **Indígena isolado na TI Tanaru, Rondônia. Imagem extraída do filme Corumbiara © Vincent Carelli/Vídeo nas Aldeias.**

p.236 **Casa do indígena isolado na TI Tanaru, o sobrevivente que a Funai acompanha há décadas. © Acervo Funai.**

MAPAS

SGC SIRGAS 2000. Base Cartográfica (IBGE, 2016), Desmatamento (INPE, 2018), Terras Indígenas e Unidades de Conservação (ISA, 2019). Global Multi-resolution Terrain Elevation Data 2010 (GMTED2010) - U.S. Geological Survey Earth Resources Observation and Science (EROS). Povos Inígenas Isolados (Funai, 2018/ISA, 2019). Usinas hidrelétricas (UHE), pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e linhas de transmissão (ANEEL, 2018); ferrovias (EPL, 2018). Rodovias (DNIT, 2018). Portos (ANTAQ, 2013). Ramais e estradas planjeadas no Acre (CPI/ACRE, 2019). Rodovias planejada Peru/ Ucayali (Gobierno Regional de Ucayali, 2018).

FICHA TÉCNICA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL ISA

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcantes na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.
www.socioambiental.org

Conselho Diretor: Deborah de Magalhães Lima (Presidente), Marina Kahn, Beto Ricardo, Leão Serva.

Secretário Executivo: André Villas-Bôas.

Conselho de Gestão Estratégica: André Villas-Bôas, Adriana Ramos, Beto Ricardo, Bruno Weis, Deborah de Magalhães Lima, Fábio Endo, Fany Ricardo, Jurandir M. Craveiro Jr., Marcio Santilli, Marcos Wesley, Raquel Pasinato, Rodrigo Gravina Prates Junqueira, Silvia de Melo Futada

São Paulo (sede)
Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo – SP – Brasil
tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904
isa@socioambiental.org

CERCOS E RESISTÊNCIAS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Edição final: Fany Ricardo e Majoí Fávero Gongora.

Pesquisa e revisão de conteúdo: Antonio Oviedo, Clara Roman Pinto da Fonseca, Fany Ricardo, Majoí Fávero Gongora, Silvia de Melo Futada e Tiago Moreira dos Santos, Victoria Franco, Isadora Dordetti Favero, Letícia Braga Aniceto e Mariana Spagnuolo Furtado.

Entrevistas e depoimentos: André Villas-Bôas, Bruno Weis, Clara Roman Pinto da Fonseca, Glenn H. Shepard Jr., Majoí Fávero Gongora, Marília Senlle, Marina Magalhães, Majakatỹa Awa Guajá, Silvia de Melo Futada e Victoria Franco.

Colaboradores autorais: os nomes dos colaboradores aparecem nos créditos dos respectivos textos e fotos.

Mapas: Tiago Moreira dos Santos.

Pesquisa de imagem: Beto Ricardo, Cláudio Aparecido Tavares, Clara Roman Pinto da Fonseca, Majoí Fávero Gongora e Silvia de Melo Futada.

Revisão ortográfica: Ana Luísa Ruggieri.

Projeto gráfico e diagramação: Bruna Keese e Julia Tranchesi.

Apoio à realização do livro: Embaixada da Noruega, CAFOD, Moore Foundation e Ford Foundation.

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cercos e resistências: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira / organização Fany Ricardo e Majoí Fávero Gongora. -- 1. ed. -- São Paulo: Instituto Socioambiental, 2019.

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-8226-073-9

1.Antropologia social 2.Áreas protegidas – Amazônia 3.Brasil – Amazônia – Aspectos socioambientais – 4.Desmatamento – Brasil – Amazônia 5.Índios – Direitos fundamentais 6.Políticas públicas 7.Povos indígenas isolados – Amazônia 8.Povos indígenas – Territórios I.Ricardo, Fany. II.Gongora, Majoí, Fávero.

19-27932 CDD-981.00498

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil: Amazônia: Povos indígenas isolados: Cercos e resistências 981.00498

Maria Paula C. Riyuzo – Bibliotecária – CRB-8/7639

realização

apoio

fontes Bitter e m+2m
papel pólen bold 90g/m²
impressão Stilgraf
tiragem 1.000



ISA 25 anos
unidos pela diversidade

ISBN 978-85-8226-073-9
9 788582 260739